

Os relegados da cidade e os trilhos da segregação

Pedro da Costa



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

Os relegados da cidade e os trilhos da segregação

Pedro da Costa



EDITORA



UnB

**Coordenadora de produção editorial
Diagramação**

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Coleção ICS – obra editada com o apoio do Instituto
de Ciências Sociais da Universidade de Brasília

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

C837

Costa, Pedro da.

Os relegados da cidade e os trilhos da segregação [recurso eletrônico] / Pedro da Costa. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.

377 p.

Formato PDF.

ISBN 978-65-5846-047-3.

1. Movimentos sociais urbanos. 2. Remoções habitacionais. 3. Copa do Mundo (Futebol) (20. : 2014 : Brasil). I. Título.

CDU 3

AGRADECIMENTOS

Dedico esta obra ao conjunto de famílias atingidas pelas remoções causadas pelo VLT Parangaba-Mucuripe, verdadeiros “sujeitos de pesquisa” deste livro. Falar (e ouvir) sobre suas vidas foi também um ato político, marcado pelo compromisso ético com a dor e a luta dos relegados pelos trilhos do desenvolvimento. A edição deste trabalho só foi possível graças a oportunidade dada pela Editora Universidade de Brasília, a qual presto aqui meu agradecimento. Sou extremamente grato ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB (PPG/Sol-UnB) e ao CNPq por possibilitarem as condições para a pesquisa que deu origem a este livro, e, em especial, ao PPG/Sol, por indicar este trabalho para publicação. Agradeço profundamente ao professor Joaze Bernardino-Costa, cuja orientação possibilitou um “giro decolonial” à pesquisa. Vale também a menção à professora Linda Gondim, a quem devo muito dos aprendizados metodológicos e às reflexões sobre a cidade de Fortaleza. E estendo os cumprimentos às professoras Cristina Patriota e Christiane Coelho, e aos professores Breitner Tavares e Jawdat Abu-El-Haj. Cabe uma homenagem especial ao inesquecível professor Brasilmar Ferreira Nunes, que iniciou a orientação da tese que deu origem a este livro, ajudando a transformar o que antes era barro em tijolo. Brasilmar, contudo, precisou fazer uma derradeira “viagem de campo”, mas não sem deixar seu legado intelectual entre nós.

Muito obrigado aos amigos e amigas que estiveram conosco ao longo desse período. À Keka Bagno, pelo acolhimento e companheirismo nos momentos tortuosos ainda durante a finalização da tese; e a todos e todas estiveram presentes, ainda que a distância: André, Batista, Carlinhos, Clayton, Fidel, Hector, Helena, Jean, Mallu, Marcelo, Marcio, Maria, Mathias, Patrick, Ricardo, Rogério, Tiago, e todas e todos camaradas insurgentes! Aos meus amigos professores e alunos do curso de Ciências Sociais da Facedi/Uece. Agradeço imensamente aos meus familiares, especialmente a minha mãe, Dona Beta, e ao meu pai, Patrício, que, além de tudo, garantiram a base educacional necessária para que eu pudesse escolher o caminho dos livros, quando tantas outras rotas insistiam em desviar. E uma gratidão especial à minha companheira, Carina Costa, e à Lilica, minha enteada, pelo amor e pela paciência nos últimos tempos.

Por fim, a todos e todas que lutam por um mundo socialmente igual, humanamente diferente e radicalmente livre. A liberdade vencerá!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cartaz do “Encontro contra as remoções”.....	218
Figura 2: Conjunto Cidade Jardim	232
Figura 3: Conjunto Cidade Jardim (2).....	233
Figura 4: Conjunto Cidade Jardim (3).....	233
Figura 5: Edifícios vizinhos à comunidade do Mucuripe.....	254
Figura 6: Comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII.....	266
Figura 7: Entulhos na comunidade do Mucuripe	271
Figura 8: Entulhos na comunidade do Mucuripe	271
Figura 9: Reunião na Capela da comunidade Trilha do Senhor.....	278
Figura 10: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe	286
Figura 11: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe (2)	287

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
AS COMUNIDADES DO TRILHO E A COPA DAS REMOÇÕES	24
UM PAÍS EMERGENTE E A FORTALEZA DOS EVENTOS	82
DA BELLE ÉPOQUE À FORTALEZA BELA	125
NOS TRILHOS DA RESISTÊNCIA	187
JARDIM SEM CIDADE	219
“ESPERANDO, ESPERANDO...”	315
REFERÊNCIAS	333

INTRODUÇÃO

A expulsão de moradores pobres das áreas valorizadas renova as formas de segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. As remoções habitacionais ganham maior dramaticidade em cenários de exposta fratura social, principalmente nas periferias globais. Milhares de pessoas foram vítimas de despejos ocorridas durante a preparação das cidades brasileiras para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014. Comunidades pobres foram integralmente ou parcialmente demolidas para dar lugar a grandes projetos urbanos relacionados ao megaevento.¹ Vale frisar que o Estado brasileiro descumpriu marcos internacionais de Direitos Humanos nesse processo, uma vez que os direitos à informação, à transparência e à participação das populações atingidas pelas obras não foram respeitados.

Além do declarado “interesse público” nas obras, a principal alegação para as remoções era a proteção das famílias assentadas em áreas consideradas de risco. Tratava-se geralmente de habitações precárias,

¹ A estimativa, não oficial, é que aproximadamente 250 mil pessoas, distribuídas nas 12 cidades-sede da Copa, foram ou ainda permanecem ameaçadas de terem suas casas desapropriadas, mesmo após o fim do megaevento. Esse levantamento foi divulgado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), rede que reuniu comitês nas 12 cidades-sede da Copa, agregando movimentos sociais, universidades e entidades de sociedade civil que lutavam contra a violação de direitos humanos decorrentes da realização da Copa e da Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016 (ver COPA..., 2013).

erguidas pelos próprios moradores em regiões abandonadas por sucessivos governos, e que não despertavam o interesse do capital imobiliário, mas ao longo da expansão urbana foram se transformando em áreas cobiçadas devido à valorização do solo. E, assim, os moradores mais pobres, e muitas vezes os mais antigos desses locais, passaram a ser tratados como vizinhos indesejados.

Em Fortaleza, de acordo com dados oficiais divulgados, 2.786 imóveis habitacionais e comerciais foram desapropriados por causa das obras para a Copa do Mundo, e o projeto que mais produziu impacto foi o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Ramal Parangaba-Mucuripe, com 2.185 desapropriações,² o que corresponde a 16,1% do total nacional de remoções (13.558 imóveis). Em âmbito nacional, o VLT Parangaba-Mucuripe ficou no segundo lugar em números oficiais de remoções de residências, sendo ultrapassado apenas pelo BRT Transcarioca, no Rio de Janeiro. Na data do evento, parte das famílias atingidas já havia sido reassentada em conjuntos habitacionais construídos em áreas distantes aos seus antigos locais de moradia, outra parte ainda aguardava receber alguma indenização ou ser reassentada. Mesmo após a realização do megaevento, muitas famílias³ continuavam ameaçadas de terem suas casas demolidas.

Entidades e movimentos sociais questionaram fortemente os números divulgados pelo governo federal, pois ocultavam os reais impactos das grandes obras. Essa contestação não se limitou aos dados publicados, mas a todo o processo. Foram comuns as violações de direitos, em Fortaleza e nas demais cidades-sede, ao longo do período de preparação para a Copa, com organizações de Direitos Humanos registrando inúmeras denúncias.

² Desse total, 1.940 eram residências e 245 imóveis comerciais e terrenos desapropriados.

³ Utiliza-se ao longo deste trabalho o termo “família” repetidas vezes, empregado de maneira ampla e generosa, assimilando qualquer tipo de *unidade familiar*. Conforme sentenciou Millôr Fernandes, família é um conjunto de pessoas que possuem a chave de uma mesma casa. Compartilhamos desse mesmo entendimento do grande Millôr.

Introdução

Além de certa repercussão na mídia, sobretudo internacional devido a amplitude do evento, foram publicados dossiês sobre as violações ocorridas, geralmente elaborados de forma independente por pesquisadores, ativistas, redes de ONGs etc. As publicações apontaram certo padrão de comportamento dos governos em todos os níveis federativos. Não havia transparência com todos os detalhes referentes às obras, sobretudo na quantidade de pessoas atingidas, e muitas famílias sequer eram informadas oficialmente que suas casas seriam demolidas, descobriam por intermédio de vizinhos.

A ausência de notificação prévia, além de lesar um direito humano fundamental, gerava um clima de medo nas comunidades atingidas. A violência e expropriação de famílias pobres despiu a outra face, nada eufórica, da Copa do Mundo do Brasil. O grito das vítimas de remoções desafinava o coro otimista da projeção do país no mercado global. Considerando o caráter *cíclico* dos movimentos sociais e sua variação consoante às circunstâncias políticas e econômicas, a reação das pessoas atingidas pelas grandes obras trouxe à tona as contradições do ciclo de crescimento econômico experimentado pelo país no período recente. Foram realizados consideráveis investimentos públicos em políticas urbanas e habitacionais, com destaque ao Programa Minha Casa Minha Vida, que beneficiou diretamente milhões de pessoas de baixa renda, mas a forma como foram conduzidas tais políticas resultou num aumento generalizado dos preços dos territórios urbanos devido a atração de capitais especulativos, causando o deslocamento de famílias pobres para áreas mais distantes das zonas centrais. Esse processo se intensificou com os megaeventos realizados,⁴ reunindo variadas formas de flexibilização de

⁴ Além da Copa do Mundo Fifa 2014, ocorreram no país os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro.

direitos em favor de interesses privados, algo já bastante corrente nas cidades brasileiras há algum tempo. E, no caso de Fortaleza, a pouca efetividade da legislação urbanística ficou ainda mais evidente com as últimas obras, a julgar pela não aplicação dos instrumentos da regularização fundiária de interesse social. Assim, a permanência de populações urbanas de baixa renda em áreas bem servidas de infraestrutura está ficando cada vez mais exígua.

Em sua forma contemporânea, a segregação socioespacial se realiza mediante um modelo de urbanização extremamente desigual, concentrando as distintas frações das classes sociais em espaços reservados e com acesso diferenciado aos benefícios provenientes de investimentos públicos e privados. Os bens e serviços tendem a se concentrar nas áreas onde vivem famílias de renda mais elevada e de maior poder político, enquanto os mais pobres são lançados para lugares distantes da cidade, vivendo um exílio urbano nas grandes periferias.

O novo ciclo de reprodução capitalista, marcado pelas transformações do mundo do trabalho e pelo enfraquecimento das políticas de Estado, tornou as condições de vida das classes subalternas ainda mais deterioradas. A reestruturação econômica global impediu qualquer possibilidade de solucionar as principais demandas das populações amontoadas nas grandes cidades, como habitação e infraestrutura urbana. Assim, bairros e cidades inteiras são praticamente esquecidas, gerando uma piora generalizada nas condições ambientais e residenciais dos mais pobres, reveladas na morfologia profundamente desigual das habitações e na dificuldade de acesso às centralidades urbanas e aos serviços essenciais. De acordo com a ONU-Habitat,⁵ cerca de um bilhão dos habitantes de centros urbanos do planeta convivem com problemas de moradia, número que

⁵ Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

Introdução

deverá dobrar nas próximas décadas. Vale registrar que as mulheres ainda constituem o grupo mais vulnerável nos espaços urbanos, pois geralmente são preteridas em quase todos aspectos relacionados à moradia: posse da terra, patrimônio, acesso, direitos.⁶

Ao passo que o capital imobiliário foi sendo assimilado pelo capital financeiro, uma nova visão de urbanismo passou a dominar as agendas políticas. Nas últimas décadas, instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estimularam vários governos locais a realizarem megaprojetos urbanos como principal medida para atrair turistas e investimentos globais. Assim, planos de “revitalização” das cidades proliferaram nos grandes centros do mundo e nas periferias. Nesse movimento, antigas áreas industriais ou portuárias, centros históricos deteriorados, e, até mesmo favelas, passaram a exibir novos usos, sendo supervalorizadas. Conforme o território urbanizado é expandido, moradias irregulares são removidas e alguns bairros sofrem “gentrificação”, substituindo os moradores humildes por novos habitantes e frequentadores endinheirados. Em geral, a lógica que rege a preparação das cidades para megaeventos globais segue tais preceitos, fornecendo a oportunidade e o “consenso” indispensável para justificar gastos abundantes em obras que beneficiam apenas uma parcela da cidade, realizando-as sob aparência de indiscutível necessidade. Exaltam-na como legado para toda a população, enquanto ocultam o enorme custo social para milhares de famílias.⁷

Todo esse processo é analisado na esteira do meganegócio que se tornara a transformação de cidades, atravessado por dinâmicas de

⁶ Para dados detalhados, ver Davis (2006) e Espinosa (2009).

⁷ Para compreender as dinâmicas contemporâneas do espaço urbano brasileiro utilizou-se as seguintes referências: Maricato (2007), Vainer (2009), Rolnik (2014), Santos Junior (2014), Carlos (2015), Volochko (2015) e Alvarez (2015).

construção/destruição das paisagens, fenômeno que demarca um atual redesenho urbano baseado em grandes empreendimentos visando dotar as cidades de características globais. A “produção do espaço”, conforme uma visão marxista-lefebvriana, enxerga na transformação do ambiente edificado uma expressão objetiva da luta de classes, consistindo numa noção estratégica para a compreensão desses fenômenos. Dentre as contradições do processo de reprodução do capital, Harvey (2004) reporta-se aos momentos de desvalorização e de “destruição criativa”, nos quais o capital em busca de possibilidades de reinvestimento para garantir a absorção de mais capital, acentua a exploração dos mais pobres. Os processos de “expropriação” ou “espoliação” que marcam o ciclo contemporâneo de acumulação capitalista refletem-se no debate das remoções habitacionais. Desse modo, as famílias diretamente atingidas pelas recentes remoções figuram como o segmento mais penalizado de um movimento mais amplo, no qual as desigualdades residenciais estão ficando muito mais nítidas; os bairros estão “selecionando” mais e de modos distintos os seus moradores, pela simples imposição dos ditames do *livre* mercado ou por meio de fortuita remoção forçada.

O receituário difundido pelas “cidades globais” é traduzido nas cidades da periferia capitalista pela intensa apropriação capitalista do espaço urbano e pelo aumento das desigualdades socioespaciais. As dinâmicas urbanas mais recentes de países da América Latina contextualizam as hierarquizações sociais em sociedades periféricas e colonizadas, visto o recrudescimento das políticas de controle social sobre os pobres das cidades. As periferias representam uma das fraturas mais importantes deste atual “sistema-mundo *moderno/colonial*”, pois é justamente nesses territórios onde o Estado costuma ter menor presença, e a desintegração da sociedade conforme parte da vida cotidiana, potencializando inúmeros conflitos, muitos marcados pela violência letal. O pano de fundo

Introdução

desta situação é a crise do liberalismo e o enfraquecimento do Estado social, mostrando às classes dominantes a impossibilidade de se manter o “bem-estar”, pelo menos estendido a todos, sem afetar o processo de acumulação do capital. A tarefa agora consiste em buscar novas estratégias para conter as *classes perigosas*.⁸ Diante desse cenário, as fronteiras materiais e simbólicas que separam espacialmente as classes sociais e suas frações no interior das cidades ficam cada vez mais nítidas.

A história da sociedade brasileira é repleta de episódios de remoções habitacionais e deslocamentos forçados. Conforme o crescimento das metrópoles, regiões antes esquecidas pelo poder público passam a ser disputadas pelos donos da cidade, resultando na expulsão dos “invasores” daquela área. Se o Estado é omissivo na garantia de condições dignas de habitação aos mais vulneráveis, ele é bastante eficiente quando necessita erradicar favelas e outros assentamentos precários. E assim os mais pobres vão sendo empurrados para fora do circuito urbano principal à medida que a expansão da mancha urbana vai redefinindo os limites das metrópoles.

Diante de um Estado produzido e capturado pelas elites, inerte às demandas das maiorias sociais, uma massa humana inunda rotineiramente as grandes cidades em busca de melhor sorte, garantindo por si suas próprias condições de moradia, ocupando prédios e terrenos abandonados, e, permanentemente, resistindo a ações de despejo e repressão policial. No geral, são trabalhadoras e trabalhadores cujas condições de sobrevivência estão comprometidas devido à falta de terra, emprego, moradia. Não raro, são submetidas a loteadores ilegais. E, assim, caminham como se fossem Sísifos⁹ da urbe contemporânea, num movimento constante de

⁸ Os processos de “guerras internas” nas periferias urbanas são debatidos por Zibechi (2011) e Wallerstein (1995).

⁹ Referente ao mito grego. Sísifo fora condenado pelos deuses ao trabalho rotineiro e cansativo de empurrar a mesma pedra de mármore até o cume da montanha e deixá-la rolar até o chão, repetindo o mesmo movimento pela eternidade.

construir e reconstruir suas casas e vidas, lançados de tempos em tempos para áreas cada vez mais distantes, onde sua presença (ainda) não incomode velhos e novos senhores da terra urbana.

A paisagem das cidades exibe o desenho de um mundo socialmente desigual. Os ricos buscando se isolar dos mais pobres por meio de muros, cercas elétricas, ou mesmo se “autossegregando” em luxuosos bairros-condomínios. O crescimento de zonas exclusivas nos espaços públicos demarca também os novos contornos da “cidade civilizada” diante dos demais territórios, locais onde a presença mais efetiva do Estado se dá pela ação repressiva. A violência continua sendo o principal dispositivo de controle nas sociedades marcadas pela colonização, como bem delatou Frantz Fanon (1968), zelando pela conservação das hierarquizações social e etnorracial. O silenciamento e demais violações de direitos dos grupos subalternos ilustra bem a permanência de um “colonialismo interno”, que revela a perpetuação de estruturas econômicas, políticas e culturais que inferiorizam a grande parte da população mesmo após ao fim do estatuto colonial.

A reprodução da *subalternidade* na sociedade brasileira se renova conforme a seletividade na distribuição de direitos básicos de cidadania, resultando na deterioração da dignidade pessoal de uma ampla camada de indivíduos, culpabilizados pela própria sorte. Desde a formação colonial fora imposto uma dinâmica permanente de fabricação de segmentos “sobrantes” para a sociedade. Milton Santos (1993) salientara que a cidade, enquanto relação social e materialidade, “torna-se criadora de pobreza”, pois tanto o modelo socioeconômico, como sua estrutura física, fazia dos moradores das periferias e dos cortiços indivíduos ainda mais pauperizados. Já Darcy Ribeiro (1995), realçara a gigantesca distância social e cultural que separava ricos e pobres no Brasil, sendo comparável, na sua visão, a diferenças entre “humanidades distintas”. Tamanha divisão entre

Introdução

estratos sociais opostos estava ilustrada no quadro geral das cidades, com as áreas nobres apartadas das multidões aglomeradas em subúrbios.

As principais cidades do país foram inicialmente edificadas pela mão de obra escrava, e modernizadas mediante reformas urbanas marcadas pelo signo do racismo, forma de classificação social gravada na nossa formação histórica. O movimento de produção e ocupação do espaço urbano no Brasil consolidou determinados territórios como marcadamente vinculados a negros e mestiços, generalizados posteriormente pelas “favelas” ou “comunidades” – ocupadas também, em menor número, por pessoas pobres de pele branca. A “não política” urbana aplicada nesses territórios resultaram num cenário aparentemente caótico, mas continuamente funcional às classes dominantes.

A dinâmica da expansão industrial que conduziu a urbanização do país concorreu para o fortalecimento de uma “ideologia desenvolvimentista”, que alicerçara boa parte das políticas econômicas e de planejamento urbano durante décadas. O regime autoritário materializou, ao seu modo, tal orientação, concebendo um modelo de cidade baseado em erradicação de favelas, grandes obras viárias e conjuntos habitacionais nas periferias. Vale lembrar que a Constituição de 1988 dotou as cidades de instrumentos democratizantes da gestão urbana. Entretanto o giro neoliberal ocorrido a partir da década seguinte, atingiu em cheio as políticas urbanas, e a efetividade desses mecanismos permanece um desafio para os movimentos sociais urbanos.

A intensidade que marcou a expansão e o redesenho urbano de Fortaleza, estampada nas transformações aceleradas de sua paisagem nas últimas décadas, marca também o lugar que a cidade vem ocupando nas relações capitalistas contemporâneas. Nas últimas décadas, o estado do Ceará redirecionou suas políticas para um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, na interiorização das indústrias e na projeção da

capital como polo turístico nacional e internacional. Dessa forma, além de receber milhares de visitantes anualmente, Fortaleza exerce o papel de intermediária entre as regiões produtoras do estado e os grandes centros comerciais do planeta.

Em contraste com sua modernização e integração aos fluxos globais, a cidade figura entre as 20 cidades mais desiguais do mundo; dentre as brasileiras, está em segundo lugar.¹⁰ A dinâmica capitalista global afeta de modo multidimensional o espaço urbano, o progresso tecnológico e da expansão do consumo de massa traz consigo inúmeras contradições à vida nas cidades, entre elas a produção de uma camada de “sobrantes” da globalização econômica *realmente existente*. O adensamento de Fortaleza e a fragilidade de suas políticas urbanas resultaram num mosaico complexo, não obstante o processo de metropolização ter concentrado as famílias de baixa renda em áreas mais distantes das centralidades, ainda persistem muitos assentamentos precários em bairros mais valorizados.

O parque privado de automóveis cresceu em ritmo alarmante em praticamente todo o planeta, e os problemas de mobilidade urbana estão generalizados. No geral, a resposta dada aos congestionamentos diários causados principalmente pelo excesso de veículos individuais, regularmente tem sido a construção de mais infraestrutura viária. Desse modo, diante do adensamento das grandes cidades e dos malefícios de um padrão rodoviarista e poluidor, é indiscutível a necessidade de adotar outros modelos de mobilidade urbana, à exemplo de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ou alternativas tecnológicas semelhantes. Contudo

¹⁰ De acordo com dados apresentados o relatório sobre cidades latino-americanas, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Estudo que se baseia no índice de Gini constata a distribuição de recursos em áreas não prioritárias, devido às pressões exercidas por grupos de interesses na destinação dos recursos públicos, o que aponta como uma das causas da desigualdade, problemática evidente desde antes da escolha da cidade como uma das 14 cidades-sede da Copa do Mundo 2014.

Introdução

no caso de Fortaleza e de outras cidades brasileiras, a implantação de um equipamento de transporte coletivo e ambientalmente sustentável acaba adquirindo um significado dúbio: para alguns representa rapidez, conforto e modernidade, características básicas de uma eficiente cidade global; aos desafortunados que estão, literalmente, pelo meio do caminho, “atrapalhando” o progresso urbano, o megaprojeto simboliza dor e espera.

O VLT Parangaba-Mucuripe não foi concluído antes do início da Copa do Mundo, assim como boa parte das obras previstas para a Copa de 2014. Na verdade, a obra permaneceu inacabada¹¹ até a realização da edição seguinte do evento, em 2018, na Rússia. Entretanto o mais relevante para este trabalho não foi o atraso das obras do VLT, mas a violência durante as desapropriações e o descaso do poder público com as famílias atingidas ao longo de todo o processo, com destaque ao período de paralisação dos trabalhos. Além disso, a demora para a construção de unidades habitacionais em terrenos próximos aos locais afetados pelas obras tem gerado muitos prejuízos às famílias ainda não reassentadas, principalmente pelo baixíssimo valor de “aluguel social” disponibilizado. A desapropriação de terrenos na vizinhança dos antigos locais de moradia foi a principal vitória dos moradores que resistiram às remoções. Porém o adiamento do início dos trabalhos tem provocado muita incerteza quanto à efetividade dessa conquista. Cansados de esperar, muitas famílias acabaram optando pelos apartamentos – já prontos para moradia – em conjuntos habitacionais a quilômetros de distância de suas antigas casas.

¹¹ O VLT de Fortaleza começou a funcionar, em operação assistida, apenas em julho de 2018. Sem dúvidas, tal fator impôs readequações nas estratégias de pesquisa, além de impedir a visualização do desfecho de todo o processo, com a estimativa dos impactos sendo observada de forma mais precisa. Todavia avalia-se que a não conclusão das obras do VLT não causara grande prejuízo aos objetivos deste trabalho, pois a perspectiva não estava direcionada especificamente à avaliação da política de mobilidade urbana em si, nem aos gastos exorbitantes envolvidos, embora sejam elementos importantíssimos e que são trazidos à análise. O foco estava na narrativa dos processos de remoções pelos próprios moradores atingidos.

A análise desse processo articula perspectivas macro e microsociais, estabelecendo um diálogo prioritário com autores marxistas,¹² e agregando consideráveis contribuições de autores *decoloniais*. A narrativa dos acontecimentos é feita a partir de depoimentos de pessoas diretamente atingidas pelas obras de implantação do VLT na cidade de Fortaleza, colhidos durante estudos de campo nas comunidades do trilho e visando compreender a interação dialética entre as percepções daqueles que viveram o infortúnio de serem ameaçados e expulsos de suas moradias, mas que decidiram resistir à remoção de suas casas, e a edificação de uma nova geografia na cidade de Fortaleza. Os relatos de moradores diretamente atingidos são pequenas “engrenagens do tempo” que ajudam a compor a máquina de segregação e subalternidade na urbe fortalezense.

O primeiro capítulo expõe o drama dos moradores das comunidades do trilho, principais alvos das remoções habitacionais ocorridas durante a preparação de Fortaleza para a Copa de 2014. Além de expostos aspectos específicos dessas comunidades, desde sua formação ao lado dos trilhos da antiga ferrovia, até a recente peleja com a implantação do VLT; todo esse processo é situado entre as dinâmicas contemporâneas de expropriação dos mais pobres, em tela com os despejos e deslocamentos forçados causados pelas profundas transformações urbanas que grandes cidades vêm sofrendo, intensificadas com a realização desses megaeventos. O grande negócio relacionado a produção do espaço é ilustrado com diferentes

¹² A abordagem teórica privilegiada reúne um instrumental profícuo a compreender a dinâmica da diferenciação socioespacial e/ou segregação. Adota-se os aportes feitos por David Harvey (2012 [1989], p. 319-321) acerca da necessidade de uma “concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico”, assentada em acréscimos às categorias marxistas mais fundamentais. Como o reconhecimento da “alteridade” e da diferença como algo elementar para a análise dialética da realidade social; a consideração das práticas estéticas e culturais como intrínsecas à reprodução e transformação da sociedade; compreensão das dimensões de espaço e de tempo como partes essenciais da geopolítica do capitalismo; e um entendimento de que o materialismo histórico-geográfico deve consistir numa forma de construção do conhecimento dialética e aberta.

Introdução

experiências internacionais de requalificação urbana, com destaque para cidades latino-americanas.

No segundo capítulo remonta-se o cenário nacional de otimismo com a realização da “Copa das Copas” no país, com o pano de fundo da vigorosa projeção da economia brasileira, despontando no mercado de consumo interno e detendo grandes corporações de destaque internacional. Em Fortaleza, a Copa representava a consolidação de uma estratégia firmada décadas atrás: transformar a cidade numa potência do turismo nacional e internacional, de lazer e de negócios. O megaevento era uma oportunidade decisiva de incrementar o desenho urbano da capital. O terceiro capítulo, “Da *belle époque* à Fortaleza Bela”, narra resumidamente acontecimentos decisivos para a consolidação da metrópole de Fortaleza, sua formação territorial e urbana relativamente tardia perante outras capitais brasileiras; os processos que alavancaram a explosão populacional e os conflitos territoriais; e as diferentes (e combinadas) dinâmicas de embelezamento e controle social. Tal contextualização histórico-sociológica ampara a análise dos atuais conflitos ocorridos nas áreas atingidas pelas obras da Copa

O quarto capítulo é dedicado exclusivamente à luta dos moradores das comunidades do trilho contra a remoção de suas casas e aos abusos cometidos por agentes da parceria público-privada firmada para a implantação do VLT. Diferentes táticas de resistência foram necessárias para conseguir obter do Estado garantias mínimas de direitos às famílias atingidas pelas obras. Num quadro geral, muitas vitórias foram alcançadas graças a persistência desses moradores diante de tamanha pressão e violência exercida sobre eles, marcando uma página importante das lutas sociais da cidade. O quinto capítulo, “Jardim sem cidade”, assinala os passos dados para a consolidação de uma estratégia de transferência de largo contingente populacional de baixa renda, habitante de áreas centrais, para

abarrotaos conjuntos habitacionais nas novas periferias, com destaque ao conjunto residencial Cidade Jardim. A paralisação das obras do VLT, somado a um conjunto de artifícios infames lançados contra as famílias atingidas, atuaram no sentido de induzir o deslocamento *voluntário* para um bairro distante. Aqueles que ainda resistem, restou ficar em meio aos entulhos da velha comunidade, *esperando* pela nova moradia.

Os depoimentos foram coletados em formato de “rodas de conversa” realizadas nas próprias comunidades.¹³ Em resumo, os informantes principais de cada uma das comunidades convidavam outras pessoas que vivenciavam condição semelhante, por isso muitos trechos das entrevistas consistem em diálogos entre os próprios moradores. A primeira entrevista, realizada na comunidade Lauro Vieira Chaves, acabou dando o tom do restante dos encontros em outras comunidades. No momento em que o gravador foi ligado, o morador I., comerciante informal, portador de pequena deficiência numa das pernas, tomou-o e, com muita naturalidade, passou a agir como se fosse um “repórter de TV”. Não obstante suas dificuldades físicas, conduziu uma longa caminhada pela comunidade, mostrando os pontos mais afetados pelas obras, inclusive os entulhos de sua antiga casa, onde havia morado por quase toda a vida. Após o passeio por becos e vielas, chegou-se a uma loja de peças para bicicletas, de propriedade do morador C., que teve sua casa desapropriada e já não morava mais na comunidade, mantinha apenas o pequeno comércio, e lá ocorreu uma extensa conversa sobre os impactos do VLT naquela área, sobre pessoas que haviam se mudado da comunidade, outras que haviam falecido. Logo que souberam do que se tratava, dois moradores vieram também para a roda de conversa.

¹³ Não desconsiderando as assimetrias estruturantes de qualquer espaço social, foi feito um esforço no sentido de maior horizontalidade na relação pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Introdução

Por fim, este trabalho não deixa de ser também uma pequena história sobre Fortaleza e seus conflitos territoriais, marcados pelo sistemático abuso do poder econômico e político sobre populações subalternizadas. A partir do resgate das experiências aqui expostas, e de uma abordagem sociológica dessa *história do presente*, questiona-se o projeto de cidade ancorado não apenas nas obras integrantes da Copa de 2014, mas em todo o conjunto que abarca a edificação de Fortaleza como uma metrópole voltada aos negócios globais. É desvelada tal “urbanização de espetáculo”, conjugando a dialética entre “lugar de consumo” e “consumo do lugar”, cujo resultado, para além do incremento paisagístico, é a requalificação de estruturas segregativas. Desde os antigos campos de concentração para refugiados da seca, até as mais recentes remoções habitacionais, as técnicas de afastamento dos mais pobres de áreas centrais foram aprimoradas. Relegados da urbe como “corpos destituídos de subjetividade”, a presença dessas pessoas somente é tolerada enquanto força de trabalho, cuja exploração permanece essencial ao funcionamento da cidade. Para o pleno despertar da bela Fortaleza do turismo, serviços e grandes eventos, a massa humana isolada nas periferias, que coloca essa cidade em movimento, precisa se levantar da cama cada vez mais cedo.

AS COMUNIDADES DO TRILHO E A COPA DAS REMOÇÕES

O governo do Ceará editou um decreto¹ no dia 16 de julho de 2010, declarando de “utilidade pública para fins de desapropriação” uma enorme área do município de Fortaleza, seu objetivo seria a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Ramal Parangaba-Mucuripe. A área que seria desapropriada corresponde às margens do trilho da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), operada nos últimos anos pela Transnordestina S/A para transporte de cargas. O traçado dos trilhos percorre 22 bairros, o que representaria mais de 500 mil habitantes diretamente beneficiados pelo novo equipamento. De acordo com a cartilha oficial, o VLT teria uma demanda estimada em 90 mil passageiros por dia, gerando benefícios na mobilidade urbana da cidade, com a diminuição de carros nas ruas e com o tempo ganho nos deslocamentos.

Entre as comunidades mais afetadas pelas obras estavam a Trilha do Senhor, Aldaci Barbosa, Dom Oscar Romero, São Vicente, João XXIII, Pio XII, Jangadeiros, Rio Pardo, Canos, Lagamar, Mucuripe, Vila União,

¹ O Decreto nº 30.263/2010 declarou de utilidade pública uma área total de 381.592,87 m² para a implantação do VLT Parangaba-Mucuripe, que integra um programa maior de implantação de linhas metro-ferroviárias em Fortaleza, que projeta até o ano de 2025, possuir quatro sistemas: linha Oeste, linha Sul, linha Leste e ramal Parangaba-Mucuripe (CEARÁ, 2013).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

Lauro Vieira Chaves e Caminho das Flores. A condição de irregularidade da posse do terreno por parte dos moradores dessas comunidades explicava parte do traçado do projeto, visto que seria a opção de menor custo econômico, pois o preço das desapropriações era bem mais barato do que em áreas residenciais regulares. Estimava-se no início a desapropriação de 3.500 imóveis para a implantação do equipamento. Em 2011, esse número foi reduzido para 2.700.

O fator decisivo para a implantação do VLT foi a escolha de Fortaleza como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, dado o farto financiamento disponível para o evento.² Do mesmo modo que ocorrera em outras cidades-sede da Copa, o processo desalojamento nessas comunidades foi marcado pela violação de direitos. Além da desinformação, os moradores foram coagidos a fornecer documentos, assinar cadastros e permitir a entrada de agentes terceirizados nas suas casas, sob ameaça de serem expulsos sumariamente. Dezenas de casas foram marcadas com tinta verde, sem a permissão dos moradores, indicando o imóvel para demolição:

As comunidades atingidas, estabelecidas há mais de 70 anos, têm recebido visitas de equipes de empresas contratadas pelo governo para realizar cadastros, marcar e medir suas casas. Para realizar as tarefas para as quais foram contratados, os funcionários fizeram uso constante de ameaças e intimidações, tendo inúmeras casas sido marcadas sem o conhecimento e consentimento dos moradores. Ademais, documentos foram recolhidos sem a devida explicação. Moradores relatam que abordagem é bastante truculenta e inclui ameaças às famílias. Um dos moradores [do bairro

² O VLT Fortaleza estava inserido tanto nas obras do eixo Copa do Mundo, como no eixo Cidade Melhor do PAC II.

Mucuripe] se queixa: “Até agora, a gente não sabe de nada oficialmente. Uns dizem que nós vamos sair daqui no próximo ano, outros, que vai demorar ainda. Ninguém do governo veio me explicar nada”. Diante de tanta desinformação e especulação, uma moradora diz que os projetos da Copa vão virando uma verdadeira “caixa-preta”. O valor das indenizações varia de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil, alcançando no caso de famílias que possuem documento de propriedade o montante de R\$ 30 mil. (ANCOP, 2014).

A ocupação das áreas que correspondem às “comunidades do trilho” remete às décadas de 1950 e 1960, período de crescimento vertiginoso da população fortalezense em função das migrações causadas pelas secas. A construção, em 1941, da linha férrea que interligava o Farol do Mucuripe ao distrito de Parangaba (atualmente bairro de Fortaleza), atraiu uma população pauperizada para ocupar as margens do trilho, construindo habitações de lonas e de taipa (IMPRESSÕES, 2012). De acordo com estudo sociológico realizado pela Defensoria Pública da União, “[...] é possível estimar, então, que o adensamento populacional nas áreas tenha começado em 1957, apesar de alguns moradores terem chegado em 1946 e 1948, segundo relatos.” (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 citado por OLIVEIRA, 2014, p. 177). As comunidades apresentam características semelhantes, surgiram há mais de cinco décadas por meio da ocupação do local por imigrantes de diferentes regiões do estado do Ceará. Eram áreas desprovidas de infraestrutura urbana e que ficaram “esquecidas” pelo poder público ao longo de muitos anos, e, devido a vizinhança à ferrovia que funcionava apenas para transporte de cargas, esses assentamentos ficaram de certo modo “protegidos” do apetite do mercado

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

imobiliário (FREITAS, 2015). No início da ocupação, os trilhos representavam o “final da cidade”, conforme relembram moradores mais antigos:

Minha mãe [...], quando ela chegou aqui na comunidade, em [19]62, era uma casa dela aqui, que era um barracozinho feito de vara mesmo, com barro, né? Bem rústico mesmo. E tinha outras casinhas lá na frente, outras mais lá na frente. A maioria que começou era só terreno baldio, e o pessoal fazia... era só mato e o pessoal derrubava o mato e fazia campo de futebol. Então eram vários campos de futebol que tinha, né? Então o pessoal foi chegando e foi se alocando por detrás das traves dos campos [...] e foi fazendo “nas lateral”, e depois tava fazendo dentro dos campos e acabou tomando tudo. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

A constante omissão do poder público diante da ocupação irregular nas margens dos trilhos da RFFSA propiciou um considerável adensamento nessas áreas. Os longos anos de políticas de habitação ineficientes, bem como a negligência dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos terrenos, permitiram a multiplicação de habitações precárias nesses locais. E no caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, além da proximidade com os trilhos, sua conformação se deu num terreno vizinho a área pertencente ao aeroporto.

Fizeram o aeroporto aqui mesmo e delimitaram uma cerca, aí: “daqui pra dentro, ninguém pode passar porque é área militar [...]” Antes era uma cerca, depois foram tirando essa cerca e fizeram um muro, que ainda tem um muro com os arames, igual como é no exército, né? Aí eles diziam que

não podia passar pra lá, mas que pro lado de cá não tinha nada, o bloco de cá não tinha dono. Daí porque as pessoas foram ocupando e fazendo suas casas encostadas, ‘tudim’ encostada. Aí, hoje o Estado diz que é da União. Se a terra é da União porque que não cercou? Se era da União, por que que o aeroporto não veio até aqui e fez? [...] E só fez até ali e disse que daquele ponto, daí pra dentro, ninguém podia passar. Mas que pra fora, nunca ligaram pra cá. Daí as casas foram sendo feitas, foram sendo construídas e nunca houve problema com prefeitura, com governo, com Infraero, com ninguém. E hoje diz que não pode ficar as casas por causa da segurança aeroportuária. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Conforme relatado, um problema generalizado nesses assentamentos precários é a insegurança jurídica dos moradores quanto à posse de seus imóveis, tornando mais vulnerável a situação dessas famílias perante ameaças de desapropriação. No Mucuripe, comunidade situada nos arredores da região portuária, uma das moradoras atingidas com remoção parcial da sua casa salienta o longo período que a comunidade está assentada na beira do trilho: “aqui o pessoal tá... há mais de 70 anos, desde que o cais se instalou aí que o pessoal ‘começaram’... pescador, estivador, quer dizer, muita gente... eu mesma já tô aqui há mais de 60 anos” (Moradora G., comunidade do Mucuripe). Ela enfatiza que muitas famílias na comunidade detêm a posse regularizada de seus imóveis, “muita gente tem o papel das suas casas, né? Eu dei entrada por usucapião uns anos atrás, já tá se resolvendo”. Entretanto os moradores convivem há tempos com a indefinição do poder público em relação à extensão da área exclusiva do trilho. Ela relata alguns episódios em que alteraram

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

o espaço da via-férrea, demandando regularmente dos moradores que resistissem pela posse dos terrenos:

Aqui, em 1982, era RFFSA [...]. Então, eles vieram e vedaram o que era da RFFSA, certo! Então eles pegaram esses que eram os 14 metros deles, né? É porque tinha esse muro que acompanha nossas casas e tinha o muro lá... acompanhando a Via Expressa aqui atrás. Quer dizer, aquela área ali foi vedada. Era deles, entendeu? Aí, vem o governo do estado dizer que era 22 metros, aí ele [governo] não viu que já tava entrando em área particular [...]. Isso aqui tinha uma vedação, e esse lado aqui, depois do muro deles, não era deles, tá entendendo? Não era área de RFFSA – eu fui atrás! [da informação], não era área de prefeitura, não pertence à prefeitura, não pertence ao estado, não pertence à União. Pertence aos seus moradores. (Moradora G. – comunidade do Mucuripe).

O VLT não foi a primeira intervenção que pressionou a retirada dessas comunidades. Ao longo das últimas décadas, essas regiões ficaram mais adensadas e valorizadas, tornando-se alvo de intervenções públicas e, conseqüentemente, da cobiça do mercado imobiliário. Uma moradora da comunidade Trilha do Senhor, cuja casa foi desapropriada para a obra do VLT, comenta que sua família já havia sofrido outro processo de remoção: “onde meus pais moravam, há 23 anos, aconteceu a primeira desapropriação que era pra construção da avenida Jangadeiro [...]”. Além de outras obras que atingiram sua vizinhança: “há 15 anos teve pra Via Expressa, também teve gente [atingida por remoção], né? Foi forçado! Teve resistência, mas mesmo assim, acabaram saindo” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Um morador da comunidade Lauro Vieira Chaves relata algumas diferenças entre os processos de remoções ocorridos no passado com o do VLT:

Eu era pequeno ainda e já havia esse processo de remoção. O pessoal chegava na casa da gente, eu ainda me lembro eu deitado lá na rede, lá na sala, e quando o pessoal chegava, ‘tudim’ com a prancheta, dizendo que ia ter a remoção pra ser feito uma avenida, e que nessa remoção as casas iam ter que ser retiradas, e daí anotava tudo. Naquele tempo, não tinha como tirar foto, então era tudo anotado na prancheta: o tipo de caibro, o tipo de ripa, o tipo de telha, o piso, as paredes. Tudo era anotado, só que assim, levavam o projeto, levavam isso tudo anotado e não voltavam mais. E houve umas três vezes nesse modo, nesse modelo, né? Desse jeito aí, com intercalação de anos. E quando voltaram agora, depois de anos também, voltaram e quando voltaram tudo modernizado, já vinha com impressora dentro do carro, ligado na bateria... e já com máquina tirando foto das casas tudinho de piso, do telhado, de tudo. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Apesar da maioria dos domicílios ser habitada pelo proprietário ou “posseiro”, a presença de famílias que moram de aluguel nessas comunidades é bastante significativa, com muitas residindo há bastante tempo na mesma casa alugada. Conforme mostra o depoimento da Moradora L., da comunidade Pau Pelado: “aqui era uma comunidade de gente que já tá... mais de 70, 50 anos... eu já tô há mais de 30 aqui, morando de aluguel, e tem muita gente que tem suas casas aqui, e tem outras partes que é de político, que foi alugada”. Ela afirma que quando foi morar na

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

comunidade, na década de 1980, a maioria dos imóveis da região pertenciam a um antigo político local:

Eu vivo aqui desde 1983. Quando eu cheguei aqui, era uma “comunidadezinha”, já tinha gente há muitos anos, né, que quando foram chegando era tipo assim... um terreno. Talvez político tomou de conta, não sei, né? Eles dizem que é deles, né? Político da família de Jorge Vieira. E as pessoas mais antigas, de antes de eu chegar aqui, contam que foi chegando, que foi comprando seu pedacinho de terra, e foi levantando, “plantando” suas casas, né? Comprando de Jorge Vieira. Ele disse que isso aqui era um sítio grande, até não sei aonde, até a altura da [avenida] Antônio Sales, era dele. É porque esses políticos e esses grandes empresários conseguem muitas terras, né, do nada! (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Caso semelhante ocorrera na comunidade Trilha do Senhor, duas entrevistadas relataram os conflitos entre antigos moradores com pessoas que se reivindicavam proprietárias dos terrenos da região, e o uso da violência era prática bastante comum para intimidar moradores: “não é minha primeira resistência, não! Hoje, essa pra mim é ‘neném’, porque se minha casa ainda fosse de taipa, vocês iam ver marca de bala do Patriolino Ribeiro. E eu aguentei, permaneci e continuo.” (Moradora M.C., comunidade Trilha do Senhor). Outra moradora menciona também os embates contra a mesma família para conseguir permanecer naquela área: “Aqui foi uma luta grande, porque o pessoal do Patriolino Ribeiro, eles se sentem dono de um bocado de espaço por aqui, né?” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Apesar de muitas casas nas comunidades pertencerem a pessoas com algum vínculo à política local, isso não necessariamente significava presença de serviços básicos naquelas áreas. Conforme ocorrera ao longo da dinâmica de “urbanização da pobreza” nas cidades brasileiras, foram os próprios moradores que construíram as condições mínimas para a habitação do espaço.

Nunca teve ajuda nem de prefeitura, nem de estado. A única coisa próxima que foi feita por eles foi essa escolinha que você viu [do outro lado do trilho], eu não lembro quantos anos faz, mas foi depois que abriram a avenida [Expressa] [...] Tem tudo, não que foi dado, beneficiado pelo poder público. Tem a creche, que foi “plantada” pelos próprios moradores, com ajuda da pastoral da igreja. A gente tinha... tinha, porque agora não tem mais, tá fechado [por causa das obras do VLT], a casa da pastoral, que a gente fazia reunião. Muitas vezes eu cheguei a fazer reunião lá. Tem a capelinha também que foi feita pelos próprios moradores. Água, saneamento básico, só tinha até essa rua mais larga, essas pra cá não tinha. A gente que foi atrás, os próprios moradores que foram atrás de fazer abaixo assinado, de ir atrás de Cagece,³ porque não tinha Cagece. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Os conflitos ocorridos acabavam gerando maior proximidade entre os moradores e valorização de sua moradia. Uma moradora da comunidade do Lagamar ressalta a história de sua comunidade como um dos

³ Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará.

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

principais elementos que mobiliza a resistência dos moradores. Vale dizer que essa comunidade sofreu diferentes tentativas de remoção ao longo das últimas décadas: “Foi uma comunidade que conseguiu o direito de ter aquela terra com muito sangue, tipo... muita gente morreu pra garantir que hoje eu tivesse uma casa no Lagamar. Então as pessoas não abrem mão dessa história” (moradora A., comunidade do Lagamar). A moradora comenta também que muitos moradores sofreram remoção parcial dos seus imóveis com as recentes obras do VLT e do BRT, mas ainda assim optaram por permanecer na comunidade, se adaptando no remanescente de terreno não desapropriado: “eles não abriram mão, estão reconstruindo o seu quitinetezinho, mas eles querem ficar, porque eles tem apego aquilo, né?” (moradora A., comunidade do Lagamar).

Uma moradora da Trilha do Senhor faz menção à luta pela construção da Capela, local onde até hoje ocorrem não somente cerimônias religiosas, mas reuniões e assembleias dos moradores também. O episódio teve muito simbolismo e é constantemente rememorado diante de novas ameaças à comunidade:

As comunidades aqui já eram organizadas há mais de 30 anos, porque a gente já se conhece, né? Essa capela [onde ocorria a reunião], é um grande exemplo [...]. O pessoal já vinha se preparando pra erguer a capela, aí eles [supostos proprietários do terreno] queriam tomar. Já faz 28 anos isso. Então o pessoal já vem esperto há um bom tempo. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Havia forte presença de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas comunidades do trilho, permanecendo certo laço de trabalho comunitário entre os moradores mais antigos. Vale destacar a participação da

“ala progressista” da igreja católica, desde meados da década de 1960, na organização de movimentos populares pelas CEBs, que passaram a atuar de forma cada vez mais política, influenciando decisivamente os setores populares (MACHADO, 1995). A igreja, junto a setores da intelectualidade e da esquerda, teve um papel importantíssimo na construção da ideia de “povo como sujeito de sua própria história” (DOIMO, 1995).

Vale destacar também a forte presença das igrejas evangélicas no interior das comunidades do trilho, crescimento registrado sobretudo nos últimos anos. No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, as primeiras reuniões dos moradores ameaçados de remoção ocorreram dentro do salão de uma igreja Assembleia de Deus.

Os vínculos sociais e os serviços públicos disponíveis são os principais elementos elencados pelos moradores entrevistados para justificar a resistência à remoção de suas casas. Uma moradora da comunidade Pau Pelado lembra que antes de toda infraestrutura urbana e dos grandes edifícios residenciais existentes no seu bairro, a comunidade já estava ali. Eles haviam sido os “pioneiros” em habitar a região e agora estavam sendo forçados a se retirar.

Aqui a gente tem tudo, dá uns passos ali, tem colégio, [...] tem banco, tem prédio, e até mesmo antes desses prédio a comunidade já existia. [...] A gente tem posto de saúde, tem aqui e tem o próprio posto da Assembleia [Legislativa do Ceará], que atende [...] A gente tem mobilidade aqui, tem ônibus. Tem ônibus que você vai pro terminal, vai pro Centro... quer dizer, aqui, pra gente que já reside aqui há bastante tempo, pra eu, pelo menos, que já fiz vida aqui, eu vim pra cá eu tinha 18 anos, né, já fiz vida aqui, tive filho, já criei, hoje já estão nas suas casas, pra mim, eu não queria

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

sair daqui. Eu vou sair porque eu tô sendo obrigada, como a maioria, né? (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A dissolução de parte das comunidades com a remoção de algumas casas afetou bastante os moradores que permaneceram. Os mais idosos eram geralmente os mais resistentes à remoção de suas habitações. O costume e o envolvimento com a antiga vizinhança são sempre lembrados nos relatos.

Moradora J. C., da comunidade Pau Pelado, mais de 80 anos de idade:

Sou do interior, mas eu vim pra cá eu tinha 11 anos de idade. Sou do município de Itapipoca, da praia da Baleia. [...] Aqui é muito esquisito [atualmente]... Era bom! Mas agora o pessoal saíram, aí o bairro ficou pequeno... Mas é bom! Eu gosto daqui porque é calmo! Não quero sair daqui não! Eu gosto! É calminho, de noite ninguém vê zoadada e confusão, essas coisas. Eu gosto muito daqui! (Moradora J.C., da comunidade Pau Pelado).

Moradora M., da comunidade Trilho do Senhor, na Aldeota, com mais de 80 anos de idade também:

Setenta anos morando aqui no trilho, né? Essa minha casa, essa é a quinta casa, né, que eu tô morando aqui no trilho, né? [...] Essa Aldeota era uma calma tamanha. E, assim, muitos anos morando dentro da comunidade, muito trabalho dentro da comunidade. Hoje eu sou apenas... venho pra igreja, venho pra missa. Mas continuo sendo moradora, e continuo na luta, né, pela questão da moradia. (Moradora M., da comunidade Trilha do Senhor).

O projeto do VLT foi bastante questionado por estudos técnicos. Além do altíssimo investimento público numa obra cuja demanda era controversa,⁴ a gravidade dos impactos sobre uma quantidade considerável de pessoas era evidente, habitantes de baixa renda em áreas muito valorizadas nas últimas décadas, fincadas próximas de bairros nobres da capital. O traçado do VLT foi idealizado para aproveitar o da Via Permanente, utilizado nos últimos anos pela Transnordestina Logística S/A, conforme já mencionado. Ao longo dos 12,7km da rota, 1,4km seriam em trechos elevados, o restante em superfície; com dez estações de embarque e desembarque⁵ e integração com outros modais de mobilidade. O projeto previa também a reforma do corredor viário da Via Expressa, com a implantação de quatro túneis nos cruzamentos com as avenidas Santos Dumont, Padre Antônio Thomaz e Alberto Sá (CEARÁ, 2013).

As comunidades afetadas com a implantação do equipamento corresponderiam a uma estimativa de 34 mil habitantes, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado pela prefeitura de Fortaleza (PLHIS, 2012 citado por IACOVINI, 2015). Os critérios adotados para escolha do traçado e das estações foram orientados por uma

⁴ Iacovini (2014; 2015) questiona alguns números apresentados pelo governo estadual acerca do VLT, com destaque para a estimativa de 90 mil passageiros diários, o que representaria 10% da demanda total diária de passageiros Sistema de Transportes Públicos de Fortaleza (Sitfor). De acordo com “Estudos de Viabilidade” que considerou 16 linhas de ônibus parcialmente coincidentes, não foi alcançada a demanda indicada pelos estudos oficiais do VLT: “[...] das linhas selecionadas, apenas uma possui o traçado realmente coincidente com o Ramal – a 69 Via Expressa/Lagoa – cuja demanda diária média em 2010 foi de 4.789 passageiros (dias úteis), para o percurso de 36,6km e *headway* de 13 minutos (CEARÁ, 2011).” (IACOVINI, 2015, p. 281).

⁵ Estação Parangaba (elevada), situada ao lado do terminal de ônibus, em frente à estação do metrô; estação Montese, próximo à av. Carlos Jereissati; estação Vila União, próximo ao aeroporto antigo; estação Rodoviária, próximo ao Terminal Rodoviário João Tomé; estação São João do Tauape, próximo à igreja; estação Pontes Vieira, próximo à Assembleia Legislativa do Ceará; estação Antônio Sales, próximo à loja Normatel; estação Papicu, em frente ao terminal de ônibus do Papicu; estação Mucuripe, próximo ao Riacho Maceió; estação Iate, situada em frente ao Iate Clube, aos pés do Morro Santa Terezinha.

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

lógica de “custo-benefício”, deixando de lado os custos socioambientais (SOUZA, L., 2013). Em determinados trechos do projeto original do VLT, estavam previstos desvios questionáveis que provocariam maiores impactos e desapropriações.

Numa Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública foram apontados tais aspectos⁶ (MEDEIROS; PACHECO, 2011). Entre os pontos contestados no projeto, estavam a largura da Faixa de Domínio, de 16 a 23 metros, e a localização das estações e dos trilhos. A comunidade Aldaci Barbosa, localizada nas imediações do bairro de Fátima, seria uma das mais atingidas. Os trilhos e a estação rodoviária estavam projetados para serem construídos exatamente no terreno ocupado pela comunidade. Apesar da existência de terrenos vazios na região e de uma extensa área da empresa Dafonte Veículos, concessionária da Chevrolet. Caso semelhante ao da comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada entre os bairros Montese e Vila União. Essa comunidade ocupava uma área de 3,2 ha com aproximadamente 450 edificações, dessas, 203 estavam previstas de serem demolidas para dar lugar ao VLT. Entre os moradores entrevistados, era generalizada a opinião que, desde o início, o processo de implantação do VLT não contou com a participação da população diretamente afetada:

⁶ “Na ACP, a Defensoria Pública manifesta sua estranheza quanto ao trajeto previsto para o VLT no EIA/RIMA, pois em vários trechos a linha que o governo pretende construir desvia de grandes empresas privadas e/ou de terrenos vazios, mas atinge comunidades inteiras. São citadas como exemplos a comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada no bairro Montese, com 203 famílias (mais de 800 pessoas), e a comunidade Aldacir Barbosa. No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, o trajeto do VLT desvia do traçado da linha férrea RFFSA, que vem sendo seu parâmetro, e faz uma curva acentuada para atingir toda a comunidade. Como se a curva desnecessária não bastasse, é notória a existência de um extenso terreno descampado, por onde a obra deveria passar se seguisse seu traçado normal da obra. E isso preservaria os moradores, como determina a Constituição do município.” (citado por OLIVEIRA, 2014, p. 128).

Foi um projeto que foi elaborado sem a participação das comunidades, dos movimentos, né?! E até lá a gente não sabia nem o que “tava” se passando, quando a gente recebeu a notícia em 2010. [...] Porque todo o processo era pra ter tido uma reunião com a comunidade, com o pessoal, com os moradores pra dizer o que era, pra gente ter as nossas opiniões. E aí, depois ser elaborado o projeto, ter feito as unidades habitacionais, né? E as pessoas ter ido ‘pras’ suas unidades habitacionais, e aí derrubar! Não fazer o que eles fizeram. [...] Eles fizeram ao contrário, primeiro vieram fazer medição, tirar foto, dar valor, pra depois dizer o que era que ia fazer. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

A ausência de reuniões com as comunidades para orientar sobre o projeto e sobre os imóveis afetados, gerava bastante crítica ao governo estadual, a maioria dos moradores tomou conhecimento da possível desapropriação e remoção de seu imóvel por meio da imprensa ou quando funcionários de empresas terceirizadas faziam marcações nas suas casas, sem fornecerem qualquer informação precisa aos moradores.

A visita de uma empresa [...] que veio de casa em casa fazendo levantamento, tirando foto e pedindo documentação. E a gente ficou assim meio atônito porque não sabia o que era. A gente perguntou qual era o procedimento que “tava” sendo feito, e eles disseram que era uma obra de mobilidade urbana que ia acontecer na cidade, e que depois a gente ia saber, porque ia ter uma reunião posterior pra dizer tudo isso aí, né? (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, foram relatadas algumas artimanhas para coletar informações dos moradores. De início, agentes visitavam alguns domicílios informando que era um cadastro da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), referente a uma obra de mobilidade urbana, sem maiores detalhes da finalidade do cadastro. Essas visitas geraram temor entre os moradores em razão da possibilidade de retirada de suas casas. Qualquer presença de estranhos na localidade era encarada com desconfiança: “[...] a gente ficou com medo de todo esse tipo de pesquisa, porque a gente sempre achou que era o governo” (Morador I.). Vários artifícios foram utilizados com objetivo de realizar o cadastro social da comunidade:

Gente infiltrada que tava fazendo pesquisa de bujão de gás, pesquisa de ibope, de pesquisa de “não sei o quê” ..., mas tudo pra poder colher “as informação”. Porque teve uma época aqui que um pessoal chegou aqui pra fazer pesquisa de mangueira de gás, na época tava vendendo umas mangueiras de gás e tal... [...] e aí nessa pesquisa perguntava quantas pessoas tinha na casa, se tinha criança, se tinha deficiente, se tinha idoso. Se estudava perto, se trabalhava perto. Então pra quê uma pesquisa de gás ter esse tipo de coisa? (Morador I.).

De acordo com o morador, as famílias só foram informadas acerca da desapropriação e remoção de seus imóveis quando foi convocada uma reunião na sede da própria Cagece, ainda assim, não se tratara de uma comunicação oficial:

Quando a gente soube, isso em julho.... 16 de julho de 2010, quando houve uma convocação no auditório de um órgão

público daqui chamado Cagece, que é companhia de água e esgoto, é... a gente foi convocado. [...] Foi convocado todas as famílias – uma turma de manhã, uma turma de tarde –, aí quando a gente veio descobrir que todo aquele processo que tava sendo feito de entrega de documentação, e foto que tava sendo tirado era pra ser removido pela obra do VLT [...]. Antes, eles [supostos agentes da Cagece] pediram os documentos e nessa data é que veio dizer que aquela documentação que foi pedida, era pra ser feito um cadastro das residências que ia ser retirado, né? [...] (Morador I).

O caso do Lagamar merece ser destacado. Essa comunidade foi incluída como Zona Especial de Interesse Social (Zeis)⁷ de favela em 2010, cabendo ao poder público assegurar o direito à moradia adequada, mediante regularização fundiária e urbanística. Tratava-se de uma ferramenta importante para a garantia dos direitos daquela população residente: “[...] era o único instrumento que a gente podia dizer: olha, aqui vocês não podem fazer de qualquer jeito, vocês têm que consultar o povo, tem que negociar com o povo direito.” (Moradora A., comunidade Lagamar). O Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR) aprovado em 2009, estabeleceu a constituição de conselhos gestores nas Zeis, formado por representantes dos moradores e da administração municipal. O Lagamar foi a primeira Zeis a instituir seu conselho gestor, em 2011. Contudo os moradores não garantiram totalmente a segurança jurídica de posse do terreno, pois o artigo 5º da lei que instituiu a Zeis do Lagamar

⁷ As Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) consistem em áreas de assentamentos habitacionais destinados a população de baixa renda, consolidados ou propostos pelo poder público, por meio do Plano Diretor do município. As Zeis têm por direito o acesso à urbanização e à regularização fundiária.

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

deixava sua regulamentação subordinada à possíveis projetos de infraestrutura referentes à Copa 2014 (PEQUENO, 2015). Desse modo, tais instrumentos não refrearam prontamente as remoções relativas ao VLT, e os moradores do Lagamar sofreram as mesmas ameaças vivenciadas pelos moradores de comunidades que não eram Zeis. A proposta de indenizarem apenas as “benfeitorias” nos imóveis, sem considerar o valor do terreno, revoltou bastante os moradores:

No Lagamar... como terreno de ocupação, como a maioria da Parangaba ao Mucuripe, eles queriam nos indenizar só pelas paredes, não queriam dar o dinheiro do chão, né? E aí, nós estamos ali num local central de Fortaleza, que tem livre acesso pra qualquer lugar da cidade, é um lugar muito centralizado, onde a gente tem acesso, mesmo que precariamente, tem acesso aos serviços públicos. Posto de saúde, escola, tudo tem ali ao redor, não precisa que a gente caminhe mais de 1 Km pra chegar, a gente caminha poucas quadras e chega em tudo isso [...] (Moradora A., comunidade Lagamar).

O próprio Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA)⁸ do VLT, aprovado em 2011, constatava que caso fosse executado o alinhamento de menor distanciamento entre os dois pontos, Mucuripe e Parangaba, reduzindo a extensão total para 10,99km, as intervenções afetariam avenidas de grande fluxo, tais como Dom Luís, Santos Dumont, Desembargador Moreira e Padre Antônio Tomás, o que significaria valores elevados de indenizações:

⁸ O EIA/RIMA do VLT será debatido mais detalhadamente no capítulo Trilhos da Resistência.

Os bairros Meireles, Joaquim Távora e Aldeota apresentam concentração de imóveis residenciais verticalizados, com valores muito elevados. Afetar estes domicílios representa encarecer o projeto com altas somas de indenizações. Assim, o traçado escolhido representa a menor carga de impactância do empreendimento, devendo-se considerar que mesmo o atual traçado demanda um número significativo de desapropriações, inclusive nos terrenos da União que constituem a faixa de domínio da via férrea existente. (GEOPLAN Projetos e Construções Ltda., 2011a, v.1, tomo A, p. 3.2 citado por SOUZA, L. 2013, p. 58).

Victor Iacovini (2015) assinala que no EIA-Rima existia um reconhecimento das comunidades que habitam nas margens do trilho, porém caracterizadas como “apropriações indevidas” de terrenos de propriedade da ferrovia e com aspectos de “semiabandono e marginalidade” (CEARÁ, 2011 citado por IACOVINI, 2015). O documento admite também que a remoção dessas comunidades consiste no principal impacto ambiental do projeto, mas são justificadas por estarem localizadas em áreas de “alto risco”, devendo ser removidas de qualquer modo, independente do VLT (IACOVINI, 2015).

Além dos impactos negativos advindos da quebra de vínculos sociais dos moradores, tal procedimento adotado vai de encontro às diretrizes da política urbana no que tange o direito à regularização fundiária e urbanização dos assentamentos irregulares de baixa renda, e ao que está previsto na Lei Orgânica do Município de Fortaleza:⁹ “[...] em área de risco, tende neste caso o governo municipal a obrigação de assentar a

⁹ Lei Orgânica do Município de Fortaleza, art. 149, inciso I, a.

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

respectiva população no próprio bairro ou nas adjacências, em condições de moradia digna, sem ônus para os removidos [...]”.

Vale salientar a pressão exercida pelos empresários do ramo imobiliário sobre os gestores públicos para que esses atuassem na retirada das habitações de pessoas de baixa renda localizadas em áreas consideradas de alta especulação imobiliária, visando facilitar a valorização de imóveis dessas regiões (OLIVEIRA, 2014). Clarissa Freitas (2015) reconhece a pertinência de interligar a zona turística ao aeroporto e ao estádio, dado o tamanho e a dinâmica do megaevento; mas indaga tamanho investimento público perante outras necessidades urgentes da maior parte da população da cidade em termos de mobilidade urbana. Além disso, os investimentos beneficiariam áreas historicamente privilegiadas, com perfil de renda mais elevado; além de consolidar novas frentes do capital imobiliário, ameaçando a permanência de moradores de baixa renda nessas regiões. As intervenções urbanas relacionadas à Copa de 2014 induziram uma dinâmica de “periferização” em larga escala, atingindo mais de 20 mil famílias, conforme dados divulgados em 2013 pela Defensoria Pública Estadual, e se agregam a uma série de outros projetos preexistentes na capital cearense.

Para exemplificar o descumprimento dos objetivos da política federal de regularização fundiária e os custos sociais de intervenções em assentamentos informais, Freitas (2015) utiliza o caso da ameaça de remoção da comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada entre os bairros Vila União e Montese: “[...] uma comunidade de baixa renda que possui cerca de 450 edificações [...]. Atualmente, é bem servida de transportes e serviços urbanos, particularmente no que se refere aos equipamentos sociais” (FREITAS, 2015, p. 195), mas que provavelmente seus moradores migrarão para regiões precárias em termos de infraestrutura e serviços. Esse deslocamento populacional contradiz o interesse público, visto que acabaria por elevar os custos aos cofres governamentais ao ter que dotar

uma nova área urbana com infraestrutura e serviços básicos: “A despeito dos avanços da política urbana nacional no sentido do reconhecimento dos direitos das famílias moradoras em assentamentos informais consolidados” (FREITAS, 2015, p. 200). Não à toa, justamente a condição de ilegalidade das moradias era o principal argumento utilizado pelo poder público para justificar as remoções.

Além do VLT, outras obras que provocaram remoções em Fortaleza foram as da Via Expressa/Raul Barbosa – que no documento governamental afetou 272 imóveis, mas que segundo dados da Ancop atingiriam 3.500 unidades habitacionais; e a implantação de BRT nas avenidas Dedé Brasil, Alberto Craveiro e Paulino Rocha, que desapropriou no total 192 imóveis. Entre outras ações, destaque para o Programa de Urbanização com Inclusão social (Preurbis) do rio Cocó, Maranguapinho e Vertente Marítima. O programa atingiu várias comunidades do rio Cocó – Boa Vista, São Sebastião, Gavião, Do Cal, TBA – e do rio Maranguapinho – bairro Bom Sucesso, Lumes, Santa Edwiges, Pedreiras, Chuí, bairro Granja Portugal, Belém, Parque Oliveira I, Parque Oliveira II, Menino Deus e Dr. Seixas. De acordo com dados levantados pela Ancop (2014), 9.422 famílias seriam removidas no Preurbis; no Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental (Promurb) do rio Cocó metropolitano – Fortaleza e entorno mais 3.500 famílias; já no Projeto Vila do Mar – Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará, mais 1.434 famílias foram removidas ou ficaram ameaçadas.

Observou-se, em 2009, o processo de remoção das favelas Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, deflagrado sob o pretexto de abertura de vias na região, e por se tratar de áreas consideradas de risco, assentadas num terreno alagadiço. Na ocasião, “lideranças comunitárias” locais se misturavam aos agentes da prefeitura, vestindo inclusive o mesmo fardamento, com o objetivo de contribuir no convencimento das famílias ameaçadas

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

acerca dos benefícios do reassentamento (COSTA JUNIOR, 2010). Essas intervenções urbanas estavam indiretamente relacionadas com todas as transformações que marcariam a cidade na preparação para os jogos da Copa do Mundo, sobretudo naquela área entre o estádio Castelão e a região do parque do Cocó, cujo entorno é o novo eldorado da construção imobiliária. Os moradores dessas favelas foram deslocados para o conjunto habitacional Maria Tomásia, construído às pressas, carente de equipamentos urbanos básicos, como escolas, hospitais, creches, transporte público. E situado numa região isolada das áreas centrais, cerca de 15km distante das antigas moradias dos moradores reassentados.

Tendo em vista os grandes impactos, que passam a conformar “comitês populares da Copa de 2014” a partir de 2010, articulações locais com especificidades em cada cidade-sede, mas compostos geralmente por movimentos sociais, organizações não governamentais, pesquisadores e ativistas. O principal objetivo dos comitês populares era resistir aos impactos negativos do megaevento. No mesmo período, dada a nacionalização dos processos e a própria relevância das questões envolvidas com o evento, passou-se a ter uma rede de contato entre as organizações locais de cada cidade-sede, que se transformaria na Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop). A Ancop “[...] tornou-se o principal sujeito político na contestação do discurso oficial, na produção de materiais consistentes e na defesa dos atingidos pela Copa.” (PINHEIRO, 2015, p. 138).

Fortaleza foi a primeira cidade a constituir um Comitê Popular da Copa. De início, sua composição era de representantes de entidades de assessoria jurídica popular, de defesa da criança e do adolescente, de questões habitacionais; associações ligadas à igreja católica, movimentos de luta por moradia,¹⁰ de catadores de resíduos sólidos e da população em situação de rua; além de

¹⁰ Movimento dos Conselhos Populares (MCP); Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

militantes do movimento estudantil, de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e POR, e de coletivos autonomistas/anarquistas, como a ORL (Organização Resistência Libertária). Valéria Pinheiro (2015) registra as dificuldades em definir a composição do comitê de Fortaleza, pois seria muito “fluida e bastante variável”. Nesse primeiro momento, foram realizados seminários de formação acerca da regularização fundiária e desapropriação nas comunidades. Conforme ressalta a Advogada popular P., integrante do Comitê Popular da Copa de Fortaleza: “teve uns dois seminários, de estudos e tal, pra entender o que era essa coisa dos impactos da Copa, o que é uma Copa do Mundo [...]. E os impactos das remoções, né?”. Contudo era praticamente inexistente a presença das famílias que seriam diretamente atingidas nas reuniões do comitê, visto que as obras ainda não haviam se intensificado. Pinheiro (2015) comenta também que, de início, foram feitas tentativas de diálogo com os moradores das comunidades do entorno do Castelão, mas a autora assinala que havia certa “blindagem”, pois a região era historicamente vinculada às mobilizações da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), entidade com forte ligação com o PCdoB, partido que estava alinhado à base aliada do governo federal, à época, e dos governos estadual e municipal.

As intervenções urbanas para a Copa se acentuam, com efeito, a partir de 2011, gerando conseqüentemente muitas ações de resistência. Os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Defensoria do Estado e da União passam a ser acionados com certa constância. A Associação Nacional dos Torcedores (ANT) passou também a ter contato com o comitê local. Vale destacar a presença de pessoas ligadas à produção audiovisual, com destaque ao Coletivo Nigéria,¹¹ produzindo farto conteúdo sobre todo o processo de resistência às remoções e outras violações de

¹¹ Nigéria é um coletivo de realizadores de audiovisual “midialivristas” e uma produtora independente de cinema. A produção documental de manifestações e protestos é a principal característica da Nigéria, que realiza filmes com baixo orçamento.

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

direitos cometidas na preparação para o megaevento. Além de realizarem cineclubes/debates e oficinas de filmagem e fotografia nas comunidades atingidas pelas obras.

Iniciou-se um tímido processo de negociação entre as famílias atingidas e o governo do estado em meados de 2012, e começaram a ser oferecidas alternativas de reassentamento, inicialmente nos bairros Paupina e José Walter. No caso do VLT, a pressão das comunidades atingidas conseguiu alterar partes do traçado original, tanto no curso do trilho como na alocação das estações de embarque e desembarque de passageiros. Conforme as obras avançavam, aumentavam o número de famílias atingidas em diferentes comunidades, contudo, muitos projetos foram sendo deixados de lado: “de obras de remoção, a principal foi o VLT. Até porque, em outras obras, houve desistência, né, por parte da prefeitura ou do estado, de fazer... algumas teve até a remoção, mas não com o mesmo impacto [...]” (Advogada P.). Muitos moradores pressionavam por uma melhor avaliação financeira das casas, considerada irrisória diante dos valores do mercado imobiliário. A Advogada P. descreve essa dinâmica dos impactos das obras:

No VLT eram várias comunidades. Aí, começou os pontos... os focos, que era principalmente ali na Trilha do Senhor, na Aldacir Barbosa... aí, foi se expandindo. Apareceu depois a Lauro Vieira Chaves. Aí, apareceu um pessoal mais ali na frente do trilho, no Mucuripe. Aí, já pro final, no final, apareceu o pessoal da Parangaba, na outra ponta do trilho. E logo no começo apareceu o pessoal do Castelão, que não era VLT, era obra ali da rotatória do Castelão, da duplicação... que foram 18 famílias, se não me engano [...] Aí, teve essa remoção que foi a prefeitura, essa parte das vias eram mais da prefeitura.

E o VLT era uma obra do estado. [...] E naquela parte da Via Expressa, das comunidades do Trilho, ia ter um duplo impacto, né, que ia ser a duplicação da Via Expressa, e o VLT. Mas a prefeitura desistiu da duplicação da Via Expressa e ficou só o VLT. E do VLT, também diminuiu muito os atingidos a partir dessa mobilização das comunidades, né? Na Lauro Vieira Chaves era 200 [casas a serem removidas], aí foi pra 70. Na Aldaci também, eles entraram muito numa dinâmica de negociar, de negociar com o governo no sentido de ter um controle mesmo, assim, caso a caso do que acontece lá, e também conseguiu diminuir bastante o impacto. (Advogada P.).

Divergências referentes ao perfil organizativo e ao próprio papel político do Comitê Popular da Copa, fez com que algumas pessoas se retirassem dessa articulação, vindo a fundarem, em seguida, o Movimento Luta em Defesa da Moradia (MLDM), uma organização apartada do comitê, liderada por setores autonomistas e anarquistas, que agregou principalmente os moradores da comunidade Trilha do Senhor e de comunidades vizinhas. A Advogada popular P., que participou do comitê popular desde o início, permanecendo até sua dissolução após o término da Copa, narra essas diferenças internas que desembocaram numa cisão entre os grupos que resistiam às remoções e demais impactos do megaevento:

O comitê foi criado em 2009, e o comitê daqui foi um dos primeiros, e foi criado antes da... de ter atingidos, certo?! “concretos”! E foi criado nessa perspectiva no sentido justamente de ser uma preparação, entendeu? Pra que caso acontecesse alguma coisa, tá aqui o comitê como espaço organizado, e tal... Sendo que, logo no início, o comitê teve essas

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

brigas, com esses rachas entre os grupos anarquistas, que participaram da formação. E existia uma diferença de concepção, assim, de que alguns grupos... ‘meio’ que queriam fazer um movimento de atingidos, entendeu? Outros queriam fazer uma frente de... [movimentos/entidades/ativistas] uma coisa “comitê”! Tanto que esse grupo anarquista, assim que a primeira comunidade teve uma mobilização mais massiva, eles colaram lá e criaram esse movimento de atingidos, que era o que eles queriam, descolar do comitê. Virou praticamente coisas antagônicas. (Advogada popular P.).

Apesar de tais “rachas”, a resistência e a organização comunitária, articulada a outros movimentos sociais da cidade, e com decisiva interação de entidades e militantes de Direitos Humanos com setores do Judiciário, lograram diminuir as áreas e a quantidade de pessoas que seriam atingidas pelas obras da Copa. Ainda assim, muitas famílias tiveram suas casas desapropriadas e demolidas. Por sinal, justamente nos locais onde os moradores estavam mais ativos na resistência, a destruição de moradias foi mais impactante. A Advogada P. atribui esse fato à localização daquelas comunidades, encravadas nas áreas mais nobres da cidade:

O que realmente... que foi mais devastador [o impacto das remoções], foi justamente onde teve os focos de resistência mais forte, que foi ali na Trilha, né? Na Trilha e do lado, Trilha, Oscar Romero e tal... Que eu acho que foi... tem a ver com o foco de resistência muito forte deles, eles têm uma coisa simbólica, assim, muito grande. Além do que, eles estavam... era uma comunidade que tava muito no meio da Aldeota, muito no meio! (Advogada P.).

Em documento, os comitês populares salientam que em todos os casos de remoção o poder público de fato oferecia valores de indenizações muito baixos, além do reassentamento ocorrer por meio de projetos habitacionais em áreas afastadas dos antigos locais de moradia e das áreas centrais da cidade. Em muitos casos, tais conjuntos sequer estariam prontos, restando como alternativa a oferta provisória de “aluguel social”. A situação dos moradores que permanecem nas comunidades ameaçadas é penosa, pois além de assistirem muitos vizinhos partindo em retirada, ainda são obrigados a conviver com o ruído do maquinário e com os entulhos das casas demolidas.

O governo ainda ameaçou fazer o depósito da indenização em juízo, para conseguir autorização da justiça para remover os moradores. Para quem aceitou sair, os pagamentos demoram, muitas pessoas só receberam metade do valor e ainda aguardam o restante. Já os que receberam tudo têm tido dificuldade de adquirir imóvel com o valor da indenização. Algumas casas já foram demolidas, e quem fica tem que conviver com o acúmulo de entulhos. Muitos que permanecem já aceitaram a indenização e estão à espera de outros moradores, pois como as casas possuem paredes geminadas, eles só podem começar a obra quando e se os vizinhos também aceitarem o acordo. (ANCOP, 2014).

Assim, o conjunto de obras e os investimentos relacionadas à Copa de 2014, “[...] acentuaram o processo da segregação urbana na escala da Metrópole, impondo a transferência populacional de larga escala para bairros periféricos desprovidos de serviços urbanos” (FREITAS, 2015, p. 194). Em documento, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

Copa de 2014 (Ancop) assinala que as obras para o megaevento, em geral, favoreceram “o aprofundamento da segregação” na cidade de Fortaleza, seja pela especulação imobiliária, que gera aumento no preço de lotes habitacionais da cidade agravando o déficit de moradias; ou mediante remoção arbitrária de comunidades, negando o direito dessas populações de habitar nas áreas mais centrais da cidade (ANCOP, 2014).

No dia 10 de julho de 2014, em meio aos jogos da Copa do Mundo, a Secretaria-Geral da Presidência da República divulgou oficialmente o documento “Desapropriações e deslocamentos involuntários na Copa Fifa 2014”. O quadro foi composto com informações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, e apresentava a estimativa de 35.653 pessoas atingidas por remoções relativas à preparação das cidades para o evento. Em resposta ao documento do governo federal, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), publicou uma nota com o título “Dados oficiais maquiagem vários processos de remoção no país”. De acordo com a nota de resposta da Ancop, os dados divulgados ocultavam vários processos efetivos de remoção, e que foram inúmeras alterações ocorridas nas obras consideradas na “matriz de responsabilidade da Copa”; e que tal matriz de responsabilidade, que envolve os três entes governamentais na organização do evento da Fifa, estaria também relacionada na preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, então, do mesmo modo, fazia-se necessária a inclusão das obras olímpicas nos dados oficiais. E reafirmava que “[...] as obras de alguma forma ligadas pelos governos à Copa do Mundo e às Olimpíadas atingiram, diretamente, ameaçando ou removendo aproximadamente 250 mil pessoas em todo o Brasil.” (ANCOP, 2014). Foi ressaltado, todavia, que tal estimativa constituída pelos levantamentos realizados por pesquisadores dos Comitês Populares da Copa, organizados nas 12 cidades-sede, seria expressamente não oficial, “já que essa é uma obrigação dos governos”. (ANCOP, 2014).

A Ancop questionava também a atitude tardia, pois durante todo o processo foram solicitados esses dados por diversas entidades e movimentos, e que “[...] a ausência de diálogo e informações concretas foi a tônica dos Governos Federal e locais” (ANCOP, 2014). Além disso, o documento governamental desconsiderava as violações de direitos cometidas no decorrer dos processos de remoção, como o descumprimento de procedimentos legais estabelecidos no Estatuto da Cidade e a violência cometida durante os desalojamentos: “[...] Ainda que não se apresente em nossas contas de ameaçados, o número de pessoas atingidas pelo aumento dos aluguéis ou expulsos de suas regiões pela violência policial ou que foram forçadas a vender suas casas é incalculável”. (ANCOP, 2014). As entidades e movimentos criticaram também a indiferença do governo à resistência das comunidades atingidas.

Por fim, o documento da Ancop afirma que todo esse processo está muito além dos megaeventos, pois o modelo de cidade em curso, “cada vez mais privatizada e gerenciada” e que promove conflitos, não se iniciou na Copa do Mundo, mas foi intensificado pelo evento e a tendência é a continuidade se não houver enfrentamento “por outro modelo de cidade” – embora não seja dito qual seria *outro* modelo –, o que restará será “um terrível legado nas principais cidades do país”. (ANCOP, 2014).

Megaeventos e expropriações

A realização de megaeventos esportivos é um negócio extremamente lucrativo para entidades e empresas envolvidas na sua organização. Os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, representam um marco nesse aspecto, proporcionando aos seus promotores um lucro superior a 200 milhões de dólares. As Copas do Mundo de Futebol acompanharam a mesma tendência. De acordo com dados da própria Fifa, o lucro da

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

Copa na Alemanha, em 2006, foi na ordem de US\$ 3,9 bilhões. Na Copa seguinte, na África do Sul, foi de US\$ 4,2 bilhões. No Brasil, em 2014, foi estimado um lucro de US\$ 5,4 bilhões.¹²

Apesar dos preços exorbitantes que costumam ser cobrados, os enormes lucros não são advindos exclusivamente da venda de ingressos e de outros produtos oficiais relacionados aos megaeventos. No geral, a realização desses espetáculos esportivos acentua a apropriação privada de bens públicos, a julgar pelo escoamento de recursos do Estado para empresas privadas promoverem o evento. Além da construção da infraestrutura esportiva necessária, são reformadas também as zonas centrais das cidades para favorecer a atração turística, e comumente são erguidas zonas exclusivas para consumidores de alta renda, representando na prática a privatização de espaços públicos. Copa do Mundo e Olimpíadas tornaram-se sinônimos de intensas transformações urbanas para as cidades, e esse processo não ocorre exclusivamente com a organização desses eventos, vale ressaltar, contudo, que tal tendência se potencializa nessas ocasiões (MARICATO, 2014; ROLNIK, 2014). Em resumo, a transformação urbana figura como peça essencial de “meganegócios” associados aos megaeventos, destacando o lugar assumido contemporaneamente pelas cidades no processo de acumulação capitalista, fazendo com que concepções de urbanismo baseadas em grandes planos de remodelação urbana passassem a ter maior destaque nas últimas décadas. Esse processo foi concomitante ao movimento em que governos foram assimilando progressivamente características da iniciativa privada, sobretudo uma visão gerencial e empreendedora da administração pública, decorrendo assim uma intensa dinâmica de afrouxamento das normas urbanísticas das cidades visando facilitar grandes obras públicas ou privadas.

¹² Para maior detalhamento desses números, ver: Rolnik (2014); Marinho, Campagnani e Cosentino (2014).

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, consolidaram esse processo no qual os megaeventos esportivos passaram a se destacar entre os itens do chamado “planejamento urbano estratégico” – uma série de medidas que visa beneficiar a posição das cidades como pontos de atração de investimentos internacionais. A experiência da renovação urbana de Barcelona associou um viés supostamente democrático e participativo aos chamados planos estratégicos, que se adequaram nitidamente aos ajustes econômicos da reestruturação produtiva global, visto que as “parcerias público-privadas” delegam ao mercado o gerenciamento da cidade e de intervenções urbanísticas que geralmente privatizam espaços públicos. Esses planos reforçaram a ideia da gestão da “cidade empresa”, buscando reduzir os conflitos internos para vencer a competição por investimentos com outras cidades. Desse modo, torna-se indispensável a produção de um “consenso” em torno do novo projeto de cidade, dispondo de serviços que cumpram as exigências elementares das chamadas “cidades globais”, como rede hoteleira e turística para segmentos de alto consumo, aeroportos internacionais, centros de convenções, polos de pesquisa tecnológica, entre outras (VAINER, 2009).

O legado produzido pelos megaeventos tem um alto custo para muitas pessoas, sobretudo aquelas que porventura atrapalharem o desenrolar das transformações urbanas. Mike Davis (2006) assinala que os modernos Jogos Olímpicos possuem uma “história especialmente sinistra”, porém pouco conhecida, acerca das remoções e despejos forçados nas cidades que sediaram o evento. Ao longo da preparação para os Jogos de 1936, “[...] os nazistas expurgaram impiedosamente os sem-teto e favelados de áreas de Berlim que talvez pudessem ser avistadas pelos visitantes internacionais.” (DAVIS, 2006, p. 112). Esse tipo de prática se repetiu em outras edições das Olimpíadas, como na Cidade do México, em 1968. Mas nada se compararia em termos de deslocamentos forçados aos jogos de Seul, em

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

1988. O autor comenta que foi instituída uma verdadeira “perseguição oficial aos pobres” durante os preparativos daquele evento: “[...] cerca de 720 mil pessoas foram removidas em Seul e Incheon, levando uma ONG católica a afirmar que a Coreia do Sul rivalizava com a África do Sul como ‘o país no qual o despejo à força é mais violento e desumano” (DAVIS, 2006, p. 113).

Na África do Sul, a Copa do Mundo de Futebol de 2010 cumpriu o papel de mostrar ao mundo um novo país, coeso e com orgulho nacional, reconstruído após longo período de profunda discriminação racial dentro de um regime oficialmente segregacionista.¹³ Contudo milhares de pessoas foram violentamente expulsas de suas casas nas diferentes cidades que sediaram os jogos. De acordo com Laura Burocco (2014), o principal objetivo das intervenções era “[...] criar a imagem ilusória de cidades sul-africanas sem pobreza para os fãs do futebol que chegavam de todo o mundo.” (BUROCCO, 2014, p. 70).

Na Cidade do Cabo, um conglomerado de “moradias ilegais” foi removido ao longo do percurso entre o aeroporto e o centro da cidade, e seus habitantes transferidos para uma Temporary Relocation Area (TRA). Em 2008, em Delft, foi construída a Symphony Way TRA, ou Blikkiesdorp, como é mais conhecida. Tratava-se de um “campo de realocação”, constituído de barracos de zinco, por um custo de 32 milhões de *rands* (quase 3 milhões de dólares) para a prefeitura da Cidade do Cabo,

¹³ Vale complementar que durante o governo do Congresso Nacional Africano (ANC), sob liderança de Nelson Mandela, foi implementado um conjunto de políticas com o objetivo de solucionar os gigantescos problemas socioeconômicos e índices de desigualdade motivados pelo regime do *apartheid*, reunidas no Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (Reconstruction and Development Programme) – RDP, que consistiu, entre outras iniciativas, no mais relevante programa de habitação social do governo do país. Dos 12,5 milhões de sul-africanos sem habitação adequada, cinco milhões foram beneficiados com a construção de cerca de 1,1 milhão de casas de baixo custo, entre 1994 e 2001. Contudo a localização dos terrenos era distante e sem acesso a serviços básicos, trabalho e transporte (BUROCCO, 2014).

destinado para aproximadamente 650 pessoas despejadas em razão do evento. O que era para ser apenas uma habitação de emergência acabou se tornando moradia definitiva para aquelas pessoas. Após os jogos, a prefeitura construiu novos barracos e trouxe mais pessoas.

As condições sanitárias de Blikkiesdorp são extremamente precárias, o deficiente sistema de esgotos provoca inundações e vazamentos pelas ruas durante as chuvas, deixando moradores, sobretudo crianças, mais vulneráveis a doenças. A aglomeração tem gerado também conflitos entre gangues pelo controle do território, que conta com forte comércio de drogas e muitos assaltos: o alvo preferido dos criminosos são as inúmeras mulheres solteiras que vivem com filhos pequenos em Blikkiesdorp: “suas casas são frequentemente arrombadas e assaltadas” (BUROCCO, 2014, p. 72). No local, existe apenas atuação da segurança privada que não garante a proteção dos moradores, se reservando a evitar que os materiais de construção sejam furtados. A seguir, uma descrição aterradora desse campo de realocação:

Em 2014, após seis anos, essas pessoas ainda vivem no campo de Blikkiesdorp, local que seus moradores dizem ser ainda “pior do que os distritos – ou *townships*, guetos suburbanos criados pelo governo durante o *apartheid*, destinados a não brancos – principalmente negros e indianos – nas periferias das cidades sul-africanas”. Em alguns casos, famílias de sete pessoas vivem amontoadas em espaços de três por seis metros. Eles se queixam de que as paredes de zinco tornam o interior das moradias sufocantes nos 40°C do verão, e oferecem pouca proteção contra o frio no inverno. A tuberculose e o HIV são frequentes e os bebês que nasceram em Blikkiesdorp oficialmente não existem, porque não foram registrados em

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

nenhum censo. Os barracos são rigidamente alinhados, com pouco espaço para melhoria individual das casas, embora alguns moradores tenham tentado aumentá-las, criando jardins e abrindo, no local, lojas de conveniência informais (as chamadas *spaza shops*). Há iluminação pública e energia elétrica nas casas, mas faltam calçamento e pavimentação nas ruas – os caminhos são cobertos de areia, que o vento leva em redemoinhos. Não há chuveiros ou pias; a água dos canos e das torneiras cai diretamente no chão, infiltrando-se sob as casas. As privadas encontram-se dentro de pequenos e sombrios cubículos de concreto, muitos com goteiras nos tetos quebrados, apesar das repetidas promessas para repará-los. (BUROCCO, 2014, p. 70).

Em Durban, as obras de ampliação do estádio Umlazi para a Copa causaram a demolição de casas e a retirada de aproximadamente cem moradores de uma localidade, seção Umlazi D, vizinha ao campo de futebol. O governo local se comprometeu em entregar, num prazo de seis meses, as novas casas para os moradores removidos. Desde 2009, entretanto, essas pessoas estão vivendo em barracos temporários, com condições precárias semelhantes à de Blikkiesdorp, sendo que com o agravante de terem sido construídos num terreno utilizado anteriormente por várias empresas como aterro de resíduos químicos e hospitalares.¹⁴

¹⁴ “O sul de Durban é o maior centro químico africano e muitas empresas (internacionais e locais) são responsáveis por desastres ambientais e de saúde na área, com a complacência do governo. Entre as empresas que usam o aterro estão a Anglo American, Mondi Paper Mill, Petronas Engen Refinery, Shell & BP Refinery The Dutch Chemical Company, Vopak e a companhia química britânica Island View Storage. A empresa de resíduos EnviroServe administrava o aterro sanitário até ele ser fechado, em 2007.” (BUROCCO, 2014, p. 75).

No centro da cidade de Johannesburgo, aproximadamente 25 mil pessoas habitam 235 “edifícios condenados”, prédios abandonados pelos proprietários que foram ocupados ilegalmente. Em setembro do 2008, cerca de 400 pessoas foram expulsas do edifício em que viviam, o San Jose, localizado em Hillbrow, bairro de alta densidade demográfica. A remoção desses moradores está dentro do plano de “revitalização” do centro de Johannesburgo, seguindo a Estratégia 2030 Joburg,¹⁵ um projeto que pretende consolidar a imagem da metrópole como uma “World Class African City”. (BUROCCO, 2014, p. 76).

Pouco antes da Copa de 2014, o Brasil já havia experimentado a dinâmica de sediar um grande evento esportivo, os Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, em 2007. Na preparação para os Jogos, além dos muitos casos de remoções habitacionais, outro elemento que marcou bastante foi o forte aparato militar nas ruas. Às vésperas do evento, foi realizada uma gigantesca operação policial nas favelas do Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio. A “tomada” do território controlado por criminosos pelas forças de segurança, ocorrida em 26 de junho de 2007, contou com a atuação de 1.350 policiais, além de ampla cobertura midiática gerando forte comoção pública. O resultado geral da operação que durou quase dois meses foi a morte de 43 pessoas e 81 feridos. Uma perícia independente encomendada pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/RJ) para examinar as circunstâncias das

¹⁵ “A Estratégia de Johannesburgo para a Revitalização do Centro da Cidade (*The City of Johannesburg’s (CoJ’s) Inner City Regeneration Strategy*) foi lançada no ano 2000 para aumentar e sustentar o investimento privado na cidade. Os componentes da estratégia são: a) gestão urbana intensiva; b) atualização e manutenção de infraestrutura para criar um ambiente atraente para moradores e empresas; c) apoio para os setores econômicos com potencial para prosperar no centro da cidade e incentivo ao crescimento desses setores; d) desestimular o uso de propriedades que estão abandonadas, superlotadas ou mal conservadas e que, por sua vez, desvalorizam quarteirões inteiros desencorajando investimentos; e) incentivar investimentos de ‘efeito cascata’ que podem levantar toda uma área.” (BUROCCO, 2014, p. 76).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

mortes apontou fortes indícios de execuções sumárias em boa parte delas. (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014).

Meses após a realização dos Jogos Panamericanos, foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro, no morro Santa Marta, Zona Sul da cidade. As UPPs representavam um dos principais legados que os megaeventos deixariam à cidade, tendo como estratégia o estabelecimento de controle militar dos territórios mediante o policiamento permanente nas favelas, visando integrá-las à dinâmica da cidade formal. Desde então, propostas semelhantes de controle territorial e recrudescimento da repressão policial passaram a figurar na agenda política de outras cidades do país, na esteira da experiência carioca. As políticas de pacificação de favelas reforçaram práticas violentas por parte das forças do Estado. São inúmeros os casos de violações de direitos das populações residentes nas áreas “pacificadas”, incluindo desaparecimentos e assassinatos. Um coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro chegou a afirmar que a PM era “o melhor inseticida social”.¹⁶ Em 2013, o pedreiro Amarildo, pai de 6 filhos, desapareceu após ter sido levado numa viatura para a sede da UPP da Rocinha. Seu caso ganhou repercussão internacional e continua sem solução.

Raúl Zibechi (2011) assinala que as periferias urbanas foram constituídas concentrando setores sociais desconectados da economia formal, tornando-se territórios praticamente fora do controle do poder público. Desse modo, o Estado e as elites locais tentam resolver tal problema mediante intensa “militarização das periferias”,¹⁷ resultando numa situa-

¹⁶ GRUDGINGS, Stuart. ONGs criticam coronel que chamou polícia de “inseticida social” – Redação Reuters - 16/04/2008.

¹⁷ “[...] os planos sociais têm como alvo as populações da periferia urbana, onde buscam implementar novas formas de controle e disciplina por meio de subsídios e um conhecimento mais apurado dessas realidades. Por outro lado, as publicações dedicadas ao pensamento estratégico e militar, bem como a análise dos organismos financeiros, dedicaram nos últimos anos amplos

ção onde forças repressivas atuam como exército de ocupação nos seus próprios países. O autor chama a atenção para a peculiaridade da América Latina, onde governos “progressistas” realizaram abrangentes planos sociais, ao mesmo tempo que estabeleciam um controle militar sobre favelas e outras áreas pobres. A esquerda latino-americana – ao menos a que se encontra(va) liderando governos – continuou considerando equivocadamente os subúrbios pobres como bolsões de crime, tráfico de drogas e violência. Tal entendimento não distanciaria tanto as diferenças entre direita e esquerda, com o Brasil figurando um caso exemplar (ZIBECHI, 2011). Wacquant (1999) assinala também que a direita e esquerda no Brasil se submeteram à exploração midiática e às fantasias das políticas de “segurança total”, inventadas nos Estados Unidos, uma “penalidade neoliberal”, segundo o autor, criada na esteira da desregulamentação completa do Estado social.

Para a Copa das Confederações e para Copa do Mundo realizadas no Brasil, foram destinados R\$ 1,17 bilhão de investimentos federais em segurança; além de mais R\$ 1,15 bilhão especificamente para os Jogos Olímpicos de 2016. Cerca de R\$ 50 milhões foram gastos apenas com armamento “não letal” para os megaeventos. Além disso, por exigência da Fifa, o governo brasileiro precisou contratar empresas de segurança privada para os estádios. Estima-se que cerca de 25 mil vigilantes terceirizados atuaram nas 12 arenas durante os jogos. (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014). Vale destacar também os

espaços para enfrentar os desafios colocados por gangues e outros grupos em conflito com a Lei, e para discutir os novos problemas colocados pela guerra urbana. Os conceitos de “guerra assimétrica” e “guerra de quarta geração” são respostas a problemas idênticos aos apresentados pelas periferias urbanas do terceiro mundo. Estrategistas veem claramente o nascimento de um tipo diferente de guerra, na qual a superioridade militar não desempenha um papel decisivo. Desse ponto de vista, os planos sociais e a militarização das periferias pobres são os dois lados de uma mesma política, visto que buscam controlar populações que estão fora do alcance dos Estados.” (ZIBECHI, 2011, p. 2, tradução nossa).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

dispositivos penais bastante controversos presentes tanto na Lei Geral da Copa¹⁸ como na famigerada “Lei Antiterrorismo”, essa última designada propriamente às Olimpíadas de 2016, visando conter manifestações individuais ou coletivas consideradas violentas.¹⁹

A ex-relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, a urbanista Raquel Rolnik, sugere a consolidação de um padrão global dos megaeventos. Enquanto esteve à frente da relatoria, Rolnik recebeu inúmeras denúncias de remoções de comunidades pobres para dar lugar a estádios, aeroportos ou outras obras de infraestrutura, sem que os padrões internacionais de direitos humanos tenham sido respeitados. Esses conflitos ocorreram em Pequim, China, anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2008; em Nova Délhi, Índia, sede dos Jogos da Comunidade Britânica de 2010; e na própria África do Sul. Em todos esses processos, os efeitos comuns foram a alta valorização imobiliária – incompatível com a renda de grande parte dos moradores, e a *gentrificação* de áreas da cidade também (ROLNIK, 2014). Por exemplo, entre outras questões geradas, as UPPs elevaram consideravelmente os valores de aluguéis nas favelas,²⁰ estimulando inclusive a incipiente “gentrificação” de algumas comunidades, com moradores de classe média passando a morar nessas áreas, a exemplo do morro do Vidigal, na Zona Sul carioca.²¹

Em países periféricos, ainda que com a insígnia de “emergentes”, tais como Brasil, Índia e África do Sul, os impactos dos megaeventos seriam

¹⁸ Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil”.

¹⁹ Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, que visa conter condutas consideradas como atos de terrorismo.

²⁰ “Efeito UPP” faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio – 16/11/2011 – BBC Brasil.

²¹ GARÇONI, Ines. Vidigal atrai moradores ilustres e ganha *status* de favela chique – 18/06/2013 – *O Globo*.

ainda mais dramáticos aos setores economicamente vulneráveis, dado que persistiria nesses países um número elevado de assentamentos informais de baixa renda, como favelas, loteamentos irregulares e ocupações. A condição de ilegalidade dessas áreas favorece a remoção das comunidades para dar lugar a grandes projetos urbanos, pois o custo é bem menor, tendo em conta a dispensa de pagamento de altos valores para indenizações. Vale lembrar que ao longo da preparação do Brasil para a Copa de 2014, ofereceu-se também um auxílio aluguel, “benefício” de valor limitadíssimo diante do encarecimento do custo de vida nas cidades do país.

Rolnik (2014) chama atenção para a “dualidade da condição urbana”, que consiste na ambiguidade de condições de inserção dos cidadãos na vida urbana. Uma parcela da cidade está edificada e plenamente amparada na regulação urbanística e jurídica; e outra é autoproduzida e habitada por populações de baixa renda em territórios marcados pela precariedade. A autora afirma que é justamente nessa “cidade ilegal” que se concentra abundante mão de obra barata para “operar a máquina cidade”, e essa mesma mão de obra convive com a permanente ameaça de expulsão dos seus locais de moradia (ROLNIK, 2014).

Os assentamentos de pessoas de baixa renda, quando situados em áreas de interesse do setor imobiliário, representam entraves ao processo de apropriação dessas áreas aos circuitos do capital. Diante disso, o poder público tem respondido por meio de remoções e despejos, e, por vezes, reassentando famílias em regiões distantes das antigas moradias. “Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.” (SANTOS JUNIOR; GAFFNEY, 2015, p. 10).

David Harvey (2004) remete ao conceito marxiano de “acumulação primitiva” como ponto de partida para a reflexão acerca do caráter predatório de processos contemporâneos de *espoliação*. Uma leitura mais

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

rigorosa da descrição que Karl Marx (2017 [1867]) realiza do conceito, atenta o geógrafo, revelaria uma extensa lista de dinâmicas espoliativas e de supressão de direitos a bens comuns, tais como: mercantilização e privatização da terra, seguida da expulsão forçada das populações camponesas; conversão de direitos de propriedade coletiva em direitos de propriedade exclusiva; mercantilização da força de trabalho e extinção de formas alternativas de produção e consumo dos recursos naturais; monetarização das trocas e arrecadação de impostos, sobretudo da terra; tráfico de escravos; usura, dívida pública e o sistema de crédito. O geógrafo estadunidense assinala que, desafiando crenças liberais em voga, “[o] brilho do método dialético de Marx está em mostrar que a liberalização mercantil [...] não produzirá um estado de harmonia no qual todos estarão melhor, mas que produzirá maiores níveis de desigualdade social” (HARVEY, 2004, p. 108). Ao contrário, Marx teria apontado uma crescente instabilidade econômica, culminando em crises de sobreacumulação. Embora partindo de alguns dos pressupostos firmados pela economia política clássica, a “teoria geral da acumulação do capital” marxiana desvelaria os processos de “acumulação primitiva” como traços intrínsecos ao desenvolvimento capitalista. A economia política clássica, da qual Marx é bastante influenciado, estava fundamentada, comenta Harvey (2004), em uma série de pressupostos controversos, tais como a existência efetiva de mercados livres e competitivos; garantias institucionais da propriedade privada; individualismo jurídico; liberdade de contratos; estruturas legais e governamentais de um Estado “facilitador” das transações econômicas e garantidor da integridade do dinheiro como reserva de valor e meio de circulação. Nessa visão, já estaria plenamente estabelecido o papel do capitalista enquanto “produtor e intercambiador” de mercadorias, assim como estava “dada” a força de trabalho como mercadoria concernente ao seu valor de troca. Assim, “[a] acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’ já

ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada [...] dentro de uma economia fechada que opera em condições de ‘paz, propriedade e igualdade.’” (HARVEY, 2004, p. 108).

Harvey (2004) assevera a pertinência em analisar, mediante a “geografia histórica da acumulação de capital”, o caráter permanente de práticas predatórias de acumulação; sendo que os processos em curso demonstrariam uma qualidade distinta para serem considerados “primitivos” ou “originários”. Ele recorre à Rosa Luxemburgo para caracterizar certa dualidade no processo de acumulação. A dirigente comunista polonesa/alemã expõe a necessidade de uma profunda análise científica para desvelar como na dinâmica de acumulação, “[...] o direito de propriedade converte-se em apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em domínio de classes.” (LUXEMBURGO, 1968 citado por HARVEY, 2004, p. 107). Entretanto Luxemburgo observa que é “[...] constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico” (LUXEMBURGO, 1968 citado por HARVEY, 2004, p. 111). Assinala que “[...] a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas”, e que tal processo “[...] tem lugar nos locais de produção da mais-valia – na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias”. Ademais, a autora comunista aponta, em tese polêmica, um outro aspecto da acumulação capitalista: considerando os limites firmados para a expansão do capital, seria necessário recorrer a relações não capitalistas, num processo que se desenrola no cenário mundial: “Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, o engano, a opressão e a rapina.” (LUXEMBURGO, 1968 citado por HARVEY, 2004, p. 111). Luxemburgo considera

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

que os dois aspectos da acumulação estão “organicamente vinculados”, e apenas considerando-os conjuntamente poderia ser possível compreender a evolução histórica do capitalismo.

Desse modo, o geógrafo marxista assinala a noção de “acumulação por espoliação” (ou “desposseção”, do inglês, *dispossession*), como categoria diversa à acumulação por reprodução ampliada: “[...] a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. (HARVEY, 2004, p. 135). Segundo o autor, o processo de acumulação por espoliação “[...] é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.” (HARVEY, 2004, p. 111). Apresentando-se de diversas formas, a acumulação por espoliação tem como elemento permanente o Estado executando e legitimando a violência intrínseca a tais processos, por intermédio do monopólio da força e da delimitação da “legalidade”. Dessa forma, “[o] capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas” (HARVEY, 2004, p. 111).

Não obstante as inúmeras semelhanças entre as formulações teóricas, a historiadora Virgínia Fontes (2010) confronta a ideia de “acumulação por espoliação” proposta por Harvey, particularmente na dualidade estabelecida entre um “capitalismo normalizado” e outro “capitalismo predatório”. Ela corrobora o fato de Marx considerar que após a expropriação camponesa nos cercamentos de campos, “[...] a coação econômica ‘normalizada’ sobre os trabalhadores agora ‘livres’ substitui a violência aberta” (FONTES, 2010, p. 63). Contudo a autora recorre ao próprio Marx, em passagens do livro *O Capital*, para reiterar que é intrínseco à própria expansão das relações capitalistas a ocorrência de sucessivas expropriações. Além disso, ela lembra que “[...] a expansão histórica do

capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente ‘normalizada’, pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados.” (FONTES, 2010, p. 63). Conforme se intensificava nos países centrais uma “exploração judicializada” da força de trabalho, funcionando com algum rigor no cumprimento de direitos sociais aos trabalhadores, nas periferias do planeta se desenrolavam diferentes modalidades de trabalho forçado e/ou semiforçado. Tais formas de exploração do trabalho não poderiam ser, porém, consideradas “externas” ao regime do capital, mas aspectos constituintes dele; e ressalta que esse arranjo, que combina graus diversos de violência, deu o tom de variados processos históricos da modernidade capitalista. A autora assinala que não necessariamente deveria se tratar de uma dualidade no modo de acumulação capitalista, entre um “normalizado” e outro “predatório”, mas de formas peculiares de conexão entre determinadas circunstâncias históricas, em que os donos do capital, independente de país, religião ou cultura de origem, “[...] aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, *subalternizando* populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão.” (FONTES, 2010, p. 64, grifo nosso).

Dessa forma, “violência primordial” impressa pelo poder do capital é “permanente e constitutiva”; além disso, “[...] a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou ‘normalizou’ em escala mundial” (FONTES, 2010, p. 64). A coexistência de modos distintos de exploração e acumulação corresponderiam às diferentes formações históricas da desigual expansão do capitalismo, seja entre países ou mesmo no interior de cada país. Progressivamente, todas as sociedades passariam a responder a uma análoga dinâmica social, e a “normalização” das relações capitalistas

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

corresponderia “[...] à expansão sempre mais truculenta de expropriações” (FONTES, 2010, p. 64).

Perante os fenômenos descritos por Harvey com o conceito de “acumulação por espoliação”, Virgínia Fontes (2010) opta por empregar a ideia de “expropriação”, atribuída também à Karl Marx. A expropriação resulta em profundas transformações culturais, ideológicas e políticas, abrangendo a totalidade da vida e incidindo sobre direitos tradicionais e consuetudinários, o uso de terras comunais, modelo familiar e práticas comunitárias, conhecimentos tradicionais sobre plantas e ervas locais, entre outros aspectos. O tema das expropriações é frequentemente relegado à condição de episódica, salienta a autora, numa narrativa linear na qual a “acumulação primitiva” teria ocorrido inicialmente na Inglaterra e sucedida pelos processos de “modernização” de demais nacionalidades. Além disso, a ideia de que a acumulação primitiva se refere a um momento “anterior” ao pleno capitalismo, consistiria numa “figuração idílica da historicidade regida pelo capital”, pois levaria a crer que, conforme o capitalismo fosse se desenvolvendo, “[...] desapareceriam as expropriações ‘bárbaras’ de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e ‘civilizada’” (FONTES, 2010, p. 45).

As expropriações consistem em condição permanente da expansão do modo capitalista, pois demanda, de forma constante, a produção de populações expropriadas para formação do exército de mão de obra barata. Em resumo, o caso do VLT de Fortaleza, em tela neste trabalho, e das demais remoções de moradia coadunam diferentes formas de expropriação, principalmente nas restrições ao direito à moradia digna e ao direito à cidade. No geral, as pessoas diretamente atingidas sofreram violências legais e extraleais. A ação rude e irregular de agentes terceirizados diretamente envolvidos nas desapropriações e despejos completava a violência

impessoal de chefes de governo, parlamentares, membros do Judiciário, empresários e de outros grupos de interesse.

Cidade-mercadoria

A reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo implicou decisivamente nas dinâmicas espaciais. No cenário de mundialização financeira foram estabelecidas mudanças qualitativas na economia, no trabalho e na urbanização. As ações do poder público sobre as cidades no último período foram, no geral, guiadas por uma lógica global e homogeneizante (NUNES; VELOSO, 2010).²² Nesse contexto, as metrópoles se firmaram como mediadoras da acumulação capitalista, cuja concentração de infraestruturas, força de trabalho, mercado consumidor, enfim, de todas bases técnicas necessárias à produção, tais como: *marketing*, *design*, consultoria jurídica, são colocadas a serviço da circulação financeira e da valorização do capital. As estratégias de modernização e embelezamento das cidades seguem um padrão que concentra os investimentos em infraestrutura nas áreas mais ricas, ou mesmo enobrecendo antigos bairros pobres, “[...] O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.” (LEFEBVRE, 2008 [1968], p.20).

A reprodução do capitalismo é complexa e incide em demandas materiais e locais dentro de uma “geografia estratégica”. Essa dinâmica abrange o globo de maneira diversificada e hierarquizante, e vem sendo transformada nos últimos séculos, e com maior rapidez nas últimas décadas: “Entre esses locais, estão as zonas de processamento de exportação, centros

²² A exemplo das políticas de organismos internacionais, como o BID e o Banco Mundial, que aplicam os mesmos padrões urbanísticos a diferentes situações sociais (NUNES; VELOSO, 2010).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

bancários *offshore* e, em um nível muito mais complexo, as cidades globais.” (SASSEN, 2010, p. 92). Desse modo, a economia do planeta é gerida e reproduzida por intermédio de uma rede de “cidades globais”, com as empresas transnacionais expandindo sua produção de acordo com as vantagens oferecidas pelas localidades, seja em matéria de salários, subsídios ou disponibilidade de recursos. Tal extensão geográfica da produção teria conduzido a uma duplicação da força de trabalho empregada na produção global nas últimas três décadas, configurando “cadeias globais de valor”. A revolução digital é o alicerce tecnológico desta “globalização produtiva”, ilustrada na produção do “Ipod”, famoso *gadget* da megacorporação Apple, cujos microcircuitos são fabricados no Japão, o design é estadunidense, as telas planas são coreanas e a montagem é chinesa (KATZ, 2016).

As transformações promovidas pelo Estado com investimentos em infraestrutura, elaboração de planos e alterações das legislações urbanísticas, visam dotar as cidades de condições para a integração ao progressivo movimento de mundialização do capital. Assim, a combinação entre modernização e segregação dão o tom da maioria das remodelações urbanas contemporâneas. Saskia Sassen (2010) destaca os “devastadores efeitos” de processos globais sobre a dinâmica urbana:

A implantação de processos globais em grandes cidades significou que o setor internacionalizado da economia urbana expandiu-se intensamente e impôs um novo conjunto de critérios para a valoração ou precificação de atividades ou resultados econômicos. Essa tendência teve efeitos devastadores em grandes setores da economia urbana. Não foi apenas uma transformação quantitativa; vemos aqui os elementos de um novo regime econômico e suas expressões socioespaciais. Esse regime assume formas distintas na organização espacial da economia

urbana, nas estruturas de reprodução social e na organização do processo de trabalho. Nessas tendências para formas múltiplas de polarização repousam as condições para a criação da pobreza e marginalidade urbanas centradas no emprego e para a formação de novas classes. (SASSEN, 2010, p. 97).

O capitalismo subverte as necessidades sociais na medida em que se desenvolvem as forças produtivas globais e a partir da modificação da correlação de forças entre as classes. Harvey (2012 [1989]) aponta uma tendência baseada em concepções pós-modernistas que começou a ser disseminada na arquitetura e urbanismo a partir do final da década de 1960, um tipo de visão que valorizava o *image making*, uma espécie de “urbanismo de espetáculo” que reorientou as intervenções urbanas em diante: “[...] as cidades e lugares hoje [1989] tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade.” (HARVEY, 2012, p. 91). Assim, elaborou-se nesse contexto um receituário envolvendo investimentos culturais e esportivos visando prover as cidades de infraestruturas consideradas indispensáveis para converter regiões consideradas falidas ou abandonadas, em centros de atração de capitais globais.

Os postulados da matriz de planejamento urbano modernista/funcionalista conduziram o desenvolvimento das principais cidades do mundo capitalista ao longo de um século e meio, antes de serem deixados de lado perante novas propostas que se ajustavam ao novo contexto geoeconômico. Desde meados da década de 1970, num cenário de desconcentração industrial e alto desemprego, diante de grave crise de governabilidade, prefeitos de inúmeras cidades europeias e estadunidenses encontraram uma “via de salvação” em parcerias com o setor privado, visando a implantação

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

de polos urbanos que atraíssem empresas e investimentos financeiros (MARICATO, 2009; FERREIRA, 2010).

As cidades italianas foram exemplos pioneiros de introdução de conceitos de restauração urbana e conservação integrada, com destaque para Bolonha, sob governos liderados pelos “eurocomunistas”, que recuperou seu centro histórico entre 1969 e 1972 (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1979). Aliás, conforme assinala Otilia Arantes (2009 [2000]), governos de esquerda tiveram papéis decisivos em processos de renovação urbana. Um exemplo representativo dessa receita teria sido a construção, em 1977, do Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris. Desde então, disseminou-se pelos países centrais da Europa um processo de “revitalização” de seus centros urbanos, e da construção de grandes equipamentos, tais como museus, centros de convenções, arenas esportivas e de espetáculos, modernos aeroportos, tudo isso com vistas a promover a ascensão de “cidades globais”. Nova York, Londres, Barcelona, Baltimore, Bilbao, além da própria Paris e muitas outras cidades, aplicaram tais projetos de “revitalização urbana”. Grosso modo, os interesses corporativos acabaram prevalecendo perante os investimentos públicos. Na revitalização das docas londrinas ao final da década de 1990, foram investidos cerca de 1,3 bilhão de dólares oriundos de fundos públicos, ocasionando uma grave crise imobiliária posteriormente. Na preparação das Olimpíadas de 1992, a cidade de Barcelona, que acabara se tornando o protótipo de um urbanismo baseado em megaeventos, investiu de recursos públicos na ordem de 5,5 bilhões de dólares (FERREIRA, 2010, p. 187-188).

Na realidade, Barcelona, imbuída de forte sentimento identitário catalão, reforçado após a dissolução do regime franquista, vinha desenvolvendo desde 1979 sua estratégia de renovação urbana. A partir de 1986, muitos equipamentos culturais e centros cívicos foram reformados e ampliados, como o Museu de Arte da Catalunha, o Palácio Nacional

Montjuic, o Museu Picasso e o Palácio da Música. E foram inaugurados o Museu de Arte Contemporânea, o novo Auditório de Música, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, o Mercado das Flores e a Cidade do teatro (SUBIRÓS, 2005). Governos locais de centro-esquerda, como o de Narcís Serra (1979-1982), e principalmente o de Pasqual Maragall (1982-1997) foram responsáveis pela “reinvenção da cidade”, modernizada sobre a riqueza patrimonial e cultural do medievo catalão. Uma exuberante transformação urbana mostrada ao mundo durante os Jogos Olímpicos de 1992.

Os governos locais, daí em diante, foram paulatinamente se esvaindo em modelos de gestão urbana que expressassem uma “ideologia da cidade competitiva”, exaltando a assimilação da administração empresarial pela governança pública. Uma das ideias mais populares entre os gestores públicos e os *neoplanejadores* urbanos, com destaque à escola catalã,²³ é a comercialização da cidade no mercado global do “turismo de negócios”, configurando o espaço público/privado numa mercadoria de luxo. A partir dos pressupostos do chamado *city marketing*, orientação cada vez mais determinante na gestão de cidades ao redor do mundo, cumpriria aos governos locais realizarem megaprojetos de modernização urbana e outras ações que enfatizassem atributos específicos valorizados pelo capital transnacional, a exemplo dos espaços de convenções e feiras de negócios; parques industriais e tecnológicos; torres de comunicação e comércio; ofertas turísticas integradas; megaeventos culturais e esportivos. Essas ações suscitam a venda de uma imagem de cidade segura e atrativa. À vista disso, os governos lançam mão de estratégias de remodelação urbana no intuito de criar territórios exclusivos, tornando as cidades mais

²³ Jordi Borja, Manuel de Forn, Manuel Castells, por exemplo (Cf. VAINER, 2009).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

sedutoras aos investidores, elevando a sua capacidade competitiva diante de outras cidades também à venda (VAINER, 2009).

Uma das resultantes dessa dinâmica é uma certa *homogeneização* das formas urbanas. David Harvey (2012) ao analisar o emblemático caso de “impulso pós-moderno” na renovação urbana do Inner Harbor, em Baltimore, Estados Unidos, afirma ser compreensível a repetição em série do modelo de cidades que foram bem-sucedidas em suas metas de “reposicionamento de mercado”. O autor aponta os processos de desindustrialização e reestruturação econômica como os principais responsáveis por essa nova orientação urbanística, pois “[...] deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento.” (HARVEY, 2012, p. 92).

Entre as diversas dinâmicas de valorização imobiliária, tornou-se frequente os processos de “*gentrificação*”, neologismo aportuguesado de “*gentrification*”, conceito que aponta a conversão de bairros considerados abandonados ou habitado por camadas mais pobres, em novos territórios para as classes médias, fenômeno bastante associado às políticas de crédito imobiliário. Além de processos de “turistificação”, relacionado à espetacularização e mercantilização de determinadas áreas destinadas ao desfrute de visitantes, sobretudo aos estrangeiros. Assim, a cidade como produto turístico consiste numa “ponta de lança” à reprodução capitalista, “[...] sendo álibi para os processos de renovação/revitalização urbana que inauguram novas possibilidades de acumulação por meio da destruição/reconstrução dos espaços urbanos” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 10).

Ainda de acordo com Harvey (2011), a transformação urbana guarda em si um “lado sombrio”, pois implica repetidos episódios de reestruturação com “destruição criadora”. Além do que, tais processos possuem uma dimensão de classe, a julgar que suas principais vítimas: “[...] são

geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente esse processo. A violência é muitas vezes necessária para a *nova geografia urbana* surgir dos destroços da antiga” (HARVEY, 2011, p. 144, grifo nosso). Convém estender tal ideia de violência às dimensões mais simbólicas também.

Observa-se uma tendência global a tal visão de cidade baseada em megaprojetos de embelezamento, com forte destaque para países periféricos, sobretudo na América Latina e na Ásia, e em diferentes regimes políticos, conforme assinala Mike Davis (2006):

[...] o programa mais orwelliano de “embelezamento urbano” da Ásia em tempos recentes foi, sem dúvida, a preparação de “1996, Ano de visita a Mianmá”, realizada em Yangon e Mandalay pela ditadura militar em Birmânia [Mianmá], sustentada pela heroína. Um milhão e meio de moradores – inacreditáveis 16% do total da população urbana – foram removidos dos seus lares (frequentemente, por incêndios provocados pelo Estado) entre 1989 e 1994 e enviados para cabanas de bambu e palha construídas a toda a pressa na periferia urbana, agora rebatizada com o horripilante nome de “Novos Campos”. Ninguém tinha ideia de quando chegaria sua vez, e até mesmo os mortos foram removidos dos cemitérios. (DAVIS, 2006, p. 113-114).

Conforme ocorrera na Europa, as políticas de “revitalização urbana” ocuparam as agendas locais na América Latina. Nas últimas décadas, várias cidades da região iniciaram processos de intervenção em seus centros urbanos e patrimônios históricos, restaurando monumentos e imóveis em geral. Assim, os centros históricos foram se homogeneizando devido a prioridade

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

dada a atividade turística, que “revitaliza” as atividades locais sem reduzir a pobreza, apenas a “expulsando”. No Brasil, um caso marcante foi o Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, capital da Bahia, em 1992. Carrión (2005) ressalta alguns exemplos na América Latina desses processos de “gentrificação” com perda acelerada da antiga população residente dos centros históricos, como San Telmo, Buenos Aires; La Candelaria, Bogotá; Santo Domingo, República Dominicana; e Cartagena, Colômbia. No subcontinente ocorre também nos últimos anos uma proliferação dos “não lugares” (AUGÉ, 1998), espaços exclusivos e voltados aos negócios e ao consumo, geralmente construídos nas periferias das grandes cidades, constituindo “artefatos da globalização”. Nessa lista, estariam o Centro Corporativo Santa Fé e o Parque Temático, ambos na Cidade do México; Centro Berrini, em São Paulo; World Trade Center, em Bogotá; Centro de Negócios, em Santiago, entre outros (CARRIÓN, 2005).

Os centros históricos na América Latina não sentiram os impactos da Segunda Guerra Mundial como os europeus, onde alguns chegaram ser reconstruídos. Todavia os grandes centros urbanos latino-americanos sofreram uma degradação mais tardia, um “vandalismo urbanístico” disfarçado de progresso urbano, que impôs às cidades uma imagem anônima de “estilo internacional”, causando perdas patrimoniais consideráveis. A autora cubana Patricia Alomá (2009) assinala que, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma “marginalização” dos centros históricos, em alguns casos sua própria desapareição, “[...] causada pelas enormes ondas migratórias do campo para a cidade com a concentração de grandes bolsões de pobreza na periferia distante ou nos centros históricos anteriormente abandonados”.²⁴ (ALOMÁ, 2009, p. 34, tradução nossa). Ao longo

²⁴ “[...] provocado por las masivas olas migratorias del campo a la ciudad con la concentración de grandes bolsones de pobreza en la periferia distante o en los centros históricos previamente abandonados.” (ALOMÁ, 2009, p. 34).

desse período, as classes abastadas periodicamente buscaram áreas mais exclusivas e distantes do inchaço populacional e de vizinhos indesejados. Até mesmo Havana, capital cubana, realizou uma “revitalização” do seu centro histórico ao longo da década de 1990, por intermédio do *Plan Maestro para la Revitalización Integral de La Habana Vieja*, cujo objetivo era a melhoria do patrimônio, principalmente o “*Sistema de Fortificaciones Coloniales*”; e da oferta turística da cidade.²⁵ Entretanto “[...] seguindo a política de manter a função residencial do centro histórico sob as premissas de ‘sem expulsão, sem redensificação, sem gentrificação’”.²⁶ (ALOMÁ, 2009, p. 47, tradução nossa).

Alomá (2009) ressalta que na década de 1990 há uma mudança qualitativa da questão urbana nas cidades latino-americanas com a perda drástica de uma série de responsabilidades por parte da Administração pública, resultando na exacerbação de conflitos e tornando os centros urbanos territórios cada vez mais caóticos.

Após um longo período de ditaduras militares, o retorno à democracia foi acompanhado por políticas neoliberais que aprofundaram ainda mais o panorama da pobreza geral em nossos países. A diferença entre as áreas ricas da cidade e os bolsões de pobreza aumentou, e isso teve um impacto nos centros históricos. Simplesmente, conflitos que estavam longe de serem resolvidos, pioraram, tornando-se cada

²⁵ “Foi criado um sistema empresarial específico a partir da criação de uma empresa para a exploração da atividade turística, hoteleira e extra hoteleira em geral, Habaguanex SA, que opera sob um regime de sociedade anônima, onde a OHCH é a principal acionista, o que lhe permite coletar a maior parte dos lucros. Mais tarde, foi criada a imobiliária Fénix S. A., que, sob os mesmos critérios, também contribui com seus lucros para o trabalho de reabilitação [da cidade]” (ALOMÁ, 2009, p. 44, tradução nossa).

²⁶ “[...] siguiendo la política de mantener la función residencial del centro histórico bajo las premisas de “no expulsión, no redensificación, no gentrificación” (ALOMÁ, 2009, p. 47).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

vez mais complexos com o aumento exponencial de sinais alarmantes da violência e da marginalidade".²⁷ (ALOMÁ, 2009, p. 36-37, tradução nossa).

No Equador, por exemplo, em razão do terremoto de 1987, o governo nacional aplicou o *Programa de Rehabilitación del Centro Histórico de Quito* para recuperá-lo. Posteriormente, entre 2000 e 2004, foram investidos cerca de 125 milhões de dólares para renovação do antigo centro colonial, melhorando significativamente a oferta turística, sobretudo internacional, da capital equatoriana (MENA, 2005; ESPINOSA, 2009). Essa renovação gerou fortes conflitos, pois tinha entre seus objetivos a erradicação do comércio informal no centro histórico da capital equatoriana (HANLEY; RUTHENBURG, 2005; MOREIRA, 2005). Desde a virada de século, ocorre um processo de “regeneração urbana” de Guayaquil, maior cidade do país. As intervenções urbanas realizadas pelo “*Más Ciudad*” buscaram reativar o seu setor turístico, visto que a cidade é conexão praticamente obrigatória para as famosas Ilhas Galápagos. Xavier Andrade (2005) assinala que a despeito de um dos mais elementares princípios da indústria turística, que consiste em produzir uma “diferença” propriamente do local, em Guayaquil foi criada uma paisagem genérica. O Malecón 2000, que é o principal símbolo dessa “regeneração”, foi concebido sob inspiração dos parques temáticos de Miami. Foi realizada uma ampla reforma do antigo Malecón Simón Bolívar, um passeio de 2,5km de extensão ao longo da orla do rio Guayas. A modernização incluiu a construção de um centro

²⁷ “Tras un largo período de dictaduras militares, el retorno a la democracia vino acompañado de políticas neoliberales que profundizaron aun más el panorama de pobreza general de nuestros países. La brecha entre las áreas ricas de la ciudad y los bolsones de pobreza se acentuó y esto tuvo su repercusión en los centros históricos. Sencillamente los conflictos lejos de resolverse se agravaron, volviéndose cada vez más complejos con el incremento exponencial de alarmantes signos de violencia y marginalidad.”. (ALOMÁ, 2009, p. 36-37).

comercial, museus, restaurantes e bares. Um dos principais pontos para fotografias é a escultura de Ronald McDonald..., o personagem-símbolo da maior rede de *fast food* global. Outras empresas transnacionais estão também presentes nos principais pontos de fluxo turístico de Guayaquil (ANDRADE, 2005).

A implantação do projeto “Malecón 2000” não estaria distante de uma proposta de construção de cidadania sobre bases autoritárias, “[...] concebido como um espaço protegido, com acesso restrito, mas ao mesmo tempo civilizado e civilizatório”²⁸ (KINGMAN; GOETSCHER, 2005, p. 108, tradução nossa). É comum que vendedores ambulantes, mendigos e travestis sejam excluídos desses espaços turísticos, sobretudo pela guarda privada. O programa “*Más Seguridad*”, do governo municipal, consistiu na contratação de empresas privadas de segurança para controle do espaço público, tendo registro de muitos casos de abusos por parte dos agentes terceirizados, frequentemente por maus tratos contra vendedores infantis. “O controle, a vigilância e a privatização do espaço público acompanham a criação de simulacros de modernidade para o mero prazer do consumidor, um prazer que nunca foi muito democrático”.²⁹ (ANDRADE, 2005, p. 167, tradução nossa).

O plano de recuperação do Centro Histórico de Xochimilco, na Cidade do México, visava principalmente conter a degradação ambiental provocada pelo aumento da demanda turística (DEVELAUD, 2009). Em 1996, foi iniciado o *Plan de Recuperación de la Plaza de Armas y Otros Espacios Públicos de Lima Metropolitana*, que gerou muitos conflitos em razão da retirada de comerciantes ambulantes do centro da capital

²⁸ “[...] concebido como espacio vigilado, de acceso restringido, pero al mismo tiempo civilizado y civilizatorio” (KINGMAN; GOETSCHER, 2005, p. 108).

²⁹ “El control, la vigilancia y la privatización del espacio público, acompañan la creación de simulacros de modernidad para el mero placer consumista, un placer que nunca ha sido muy democrático.” (ANDRADE, 2005, p. 167).

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

peruana (AZEVEDO, 2005, p. 202). Roberto Arroyo e Antonio Romero (2008) expõem a inserção da cidade de Lima, capital do Peru, no circuito econômico global, no bojo dos recentes investimentos imobiliários e da atração turística aos seus sítios históricos. Os autores destacam as desigualdades socioterritoriais e processos de exclusão e marginalização na área metropolitana de Lima-Callao. Os processos de globalização econômica encontraram o Peru economicamente atravessado pela hiperinflação e por uma guerra interna desatada pelos movimentos revolucionários “Sendero Luminoso” e “Tupac Amaru”. A resposta política a tais processos foi uma “modernização” da economia baseada na liberalização e investimentos em renovação urbana, com destaque para a expansão de *shoppings* e outros centros comerciais, como o Mega Plaza Norte, que custou 50 milhões de dólares; e ao Centro Comercial Plaza Atocongo, cujo investimento ficou na ordem de 13 milhões de dólares. Assim, “[...] territórios e espaços (cidades e áreas urbanas) são globalizados em termos de mercados de massa que estão associados ao consumo de ‘produtos de marca’”.³⁰ (ARROYO; ROMERO, 2008, p. 110, tradução nossa).

Em Rosario, capital da província argentina de Santa Fe, foi elaborado o *Plan Estratégico Rosario* que modernizou a cidade em 1996, com destaque ao passeio na orla do rio Paraná. No mesmo ano, foi estabelecido também o *Plan Estratégico de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires* (CARMONA, 2008). Silvia Fajre (2005; 2009) aponta o reposicionamento de valor imobiliário em bairros localizados no *casco histórico* de Buenos Aires mediante o *Plan de Manejo y Revitalización de San Telmo y Montserrat*, além de todas as potencialidades econômicas conjugadas da região com o eixo cívico, sobretudo a imponente avenida de Mayo e o

³⁰ “[...] se globalizan territorios y espacios (ciudades y áreas urbanas) en términos de mercados de masas que son asociados con el consumo de ‘productos de marca’” (ARROYO; ROMERO, 2008, p. 110).

“gentrificado” bairro de Puerto Madero. Foi criada também uma política cultural de subsídios a estabelecimentos considerados identitários entre os portenhos com o *Programa de Protección y Promoción de los Cafés, Bares, Billares y Confiterías Notables de la Ciudad de Buenos Aires* (FAJRE, 2005).

Maricato (2007) ressalta que os impactos da “globalização” foram intensos no mundo desenvolvido, contudo, nos países periféricos os efeitos foram ainda mais devastadores, dado que “[...] a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, educação, habitação.” (MARICATO, 2007, p. 56). A liberalização econômica levada a cabo pelos “ajustes econômicos” aplicados no Brasil desde a década de 1990, foi marcada pela abertura do mercado interno ao capital internacional, privatizações de empresas estatais, desnacionalização da indústria, precarização das relações trabalhistas, abandono de políticas públicas estruturais e aplicação de medidas pontuais de assistência social. Ferreira (2010, p. 190) sublinha que dentro desse “pacote neoliberal”, embora não percebido imediatamente, estavam incluídas “[...] novas receitas urbanísticas importadas do ‘Primeiro Mundo’ [...] um modelo de submissão absoluta ao mercado”, (FERREIRA, 2010, p. 186, grifo nosso). Nesse cenário, os gestores locais foram assimilando essa nova forma de gerir a cidade. E as políticas de planejamento urbano foram sendo assimiladas pelo chamado “urbanismo de mercado”, redesenhando as cidades com a nova paisagem da economia mundializada e financeirizada.

Essa perspectiva mercadológica de gestão urbana foi concebida no contexto de avanço liberal desde meados dos anos 1970, mediante a assimilação de conceitos da gestão empresarial para uma nova gestão das cidades. Desse modo, ideias como o “planejamento estratégico” e o “marketing urbano” passaram a figurar nas agendas de governos locais de todo o mundo, não foi diferente no Brasil (VAINER, 2009). A maioria desses programas de renovação urbana na região está associada a facilidade de

As comunidades do trilho e a Copa das remoções

financiamento de organismos internacionais, sobretudo o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que, a partir de 1994, passou a investir fartamente em políticas de turismo e patrimônio. Nesse período, o BID investiu US\$ 18 milhões na Argentina; US\$ 28 milhões no Uruguai; US\$ 41 milhões no Equador; E no Brasil, US\$ 50 milhões no Programa Monumenta, e US\$ 80 milhões no Prodetur (AZEVEDO, 2005).

Em suma, as decorrências dessa reestruturação urbana desembocam numa intensa mercantilização de espaços públicos, e em novas dinâmicas de segregação. Conforme visto, os megaeventos esportivos ficaram fortemente associados aos projetos de remodelação e valorização de centros urbanos. No caso do Brasil, o recente espraiamento da produção imobiliária para novas periferias, conjugou-se aos deslocamentos populacionais forçados pelas obras para a Copa, corroborando que, na cidade-mercadoria, alguns moradores são considerados descartáveis.

UM PAÍS EMERGENTE E A FORTALEZA DOS EVENTOS

O ano de 2007 marcou o início do segundo mandato de Lula na presidência da república e a escolha do Brasil como país-sede da Copa do Mundo Fifa 2014. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, aquele foi o “ano da classe média”, a julgar pelo aumento da renda do brasileiro (NERI, 2008). A realização da Copa do Mundo no Brasil coroava o “sonho rooseveltiano” da era petista no governo federal, conforme assinalou Singer (2012), dado que a adoção de políticas de caráter desenvolvimentista num momento de alta demanda externa, sobretudo chinesa, por *commodities*, gerava um ciclo virtuoso na economia brasileira, com crescimento da renda interna; aumento na arrecadação e na capacidade de investimento do Estado; aumento do salário-mínimo e do poder de compra; disponibilidade de crédito. Assim, sediar um evento global daquela proporção consolidava a imagem de um país “emergente”. O otimismo aumentava com a economia brasileira reagindo bem aos primeiros impactos da crise econômica estadunidense, originada pela bolha imobiliária naquele país. Dessa forma, sobravam motivos para a euforia em receber no Brasil as principais seleções de futebol do mundo e milhares de torcedores de todo planeta. Em 2009, a cidade do Rio de Janeiro – que já havia sediado os Jogos Pan-americanos e ParaPan-americanos

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

de 2007, foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Em novembro daquele ano, a revista inglesa *The Economist* publicou uma reportagem de capa com o título “*Brazil takes off*” (“Brasil decola”): “[...] o Brasil de repente parece ter feito uma entrada no palco mundial. Sua chegada foi marcada simbolicamente no mês passado com a entrega dos Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio de Janeiro; dois anos antes, o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol” (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014, p. 15, tradução nossa).

O Brasil apresentara uma impressionante recuperação da retração de 0,6% em 2009, decorrente da crise global deflagrada no ano anterior, para atingir, em 2010, a maior alta em 24 anos, uma taxa de crescimento de 7,5%. O país chegou a ter sua economia elevada à condição de sexta maior do mundo. O crescimento interno contribuiu para diminuir a pobreza e a miséria, mas serviu também para atualizar desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Muitos postos de trabalho foram criados, mas marcados pela precariedade dos contratos e pelos baixos salários. Uma farta camada de trabalhadores desempregados, “expulsa do mercado” ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, foi reabsorvida pelo setor de serviços, mas a média salarial de aproximadamente 60% dos postos de trabalho do país correspondia a mil reais por mês (KATZ, 2016).

Uma das principais marcas dos governos de Lula foi a gradual melhora no nível de consumo dos mais pobres, atribuída principalmente à introdução do Programa Bolsa Família a partir de 2003. A princípio, o programa representava a unificação das políticas de transferência de renda preexistentes nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A agenda econômica recessiva que caracterizou aqueles governos impediu, no entanto, a expansão de tais políticas. O governo Lula, além de uma orientação marcadamente diferenciada para as políticas sociais, vivenciou um cenário econômico internacional bem mais estável (FILGUEIRAS;

GONÇALVES, 2007), permitindo converter esses programas numa espécie de “renda mínima” às famílias em situação de vulnerabilidade. Em 2004, o Programa Bolsa Família teve um acréscimo de 64% de verbas comparado ao ano anterior. Em 2005, outros 26% de aumento. Em dois anos, duplicou o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Até o fim do primeiro mandato, em 2006, o orçamento do programa foi multiplicado em treze vezes, de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, com cerca de 11,4 milhões de famílias assistidas (SINGER, 2009).

Se os governos liderados pelo PT significaram ganhos consideráveis aos estratos mais pauperizados da sociedade brasileira, a situação não foi diferente aos que ocupavam o topo da pirâmide social, com ganhos em outra escala, evidentemente. Nas primeiras décadas do século XXI, as empresas nacionais¹ tiveram um incremento estrondoso nos seus lucros, graças ao apoio dado pelo Estado brasileiro. No geral, políticas dos governos petistas voltadas ao crescimento econômico, com destaque ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), foram associadas a teses do “neodesenvolvimentismo”, modelo que, resumidamente, propõe incorporar maior regulamentação estatal ao capitalismo neoliberal na tentativa de estabilizar seu funcionamento, com políticas estatais atuando sentido de diminuir o abismo produtivo e tecnológico de economias periféricas ou semiperiféricas como o Brasil, perante as economias avançadas (KATZ, 2016).

Nesse contexto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se transformou no principal banco de fomento do mundo.² Se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o BNDES

¹ No que pese o farto investimento ao “capital nacional”, no último período muitas empresas brasileiras passaram ao controle do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, que adquiriu 3,4 vezes mais empresas que franceses, alemães e japoneses (KATZ, 2016).

² Os investimentos diretos dos capitais brasileiros em 2010 foram na ordem de 190 milhões de dólares. Um número que supera a soma dos PIBs de Equador, Uruguai, Bolívia e Paraguai. As multinacionais brasileiras, em 2011, repatriaram mais de 21 milhões de dólares, número

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

realizava consideráveis empréstimos/doações de capital ao setor privado para financiar a privatização de empresas públicas; sob o comando de Lula, a instituição passou a ter papel decisivo na transnacionalização de empresas brasileiras, contribuindo para aprofundar o padrão de acumulação capitalista no Brasil: “[...] baseado na formação e fortalecimento de conglomerados privados (nacionais e estrangeiros), fomentados pelos fundos públicos, via capital estatal e para-estatal” (FONTES, 2011, p. 11). As empreiteiras nacionais receberam as maiores linhas de apoio do BNDES, fator decisivo para a expansão dessas empresas nos cinco continentes. A Andrade Gutierrez está em 37 países, Odebrecht em 19, OAS em 18, Queiroz Galvão em 10 e Camargo Corrêa em 6. Entre 2001 e 2010 o financiamento para obras no exterior cresceu 1.185% (ZIBECHI, 2012). Tamanho investimento possibilitou que essas empresas executassem nos últimos anos uma estratégia expansionista em países menos desenvolvidos da África e da América Latina, contando com inúmeras denúncias de corrupção e violações de direitos.³ Essas mesmas empreiteiras adquiriram grandes contratos com o governo federal para a construção dos estádios da Copa do Mundo e outras obras. Assim, contando com

equivalente ao PIB do Paraguai. Grande parte desses lucros advieram de países latino-americanos, onde essas empresas alocam seus maiores investimentos. A economia argentina, por exemplo, teve nos capitais brasileiros seus maiores investidores nos últimos anos. Em 2001, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos brasileiros em outros países foram na ordem de 49.700 milhões de dólares. Em dez anos, essa cifra havia sido multiplicada por quatro (ZIBECHI, 2012).

³ A Odebrecht, por exemplo, foi expulsa do território equatoriano em 2008 devido às graves falhas da empresa na construção da represa San Francisco, além de uma série de problemas com superfaturamento nas obras. A represa era responsável por 12% do fornecimento de energia do Equador, e foi financiada mediante um empréstimo de 243 milhões dólares junto ao BNDES, em 2000. Um ano após ser inaugurada, a represa San Francisco começou a apresentar graves problemas nas suas turbinas, que eram diferentes das que estavam no projeto contratado junto à Odebrecht (ZIBECHI, 2012, p. 234).

quatorze multinacionais de projeção global, o Brasil alcançou em 2011 um PIB de 2,4 trilhões de dólares.

Na cerimônia realizada em 30 de outubro de 2007, na sede da Federação Internacional de Futebol (Fifa), em Zurique, Suíça, quando foi feito o anúncio oficial da escolha do país-sede da Copa de 2014, Ricardo Teixeira, então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), anunciou: “Nós faremos absolutamente tudo para mostrar que o Brasil é um país *civilizado* não somente no contexto do futebol, mas também como país em si” (CANÔNICO, 2007 citado por MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014, p. 14, grifo nosso).⁴ O dirigente prometera também uma “Copa da iniciativa privada”, com a previsão de gastos na ordem de R\$ 5 bilhões. Essa promessa não se efetivou. Na data do evento, a estimativa de gastos já estava próxima dos R\$ 30 bilhões, e os recursos empregados foram majoritariamente públicos, apenas 20% ficaram sob responsabilidade da iniciativa privada.

O Estado brasileiro proporcionou vantagens excepcionais para as empresas promotoras do evento. No geral, a lógica que regeu o processo de preparação para a Copa do Mundo foi baseada na aplicação de recursos públicos e na concessão de isenções de impostos para atrair empresas. Conforme mencionado, o BNDES cumpriu papel fundamental para garantir a execução dos projetos da Copa. Entre os programas executados pelo banco, dois se destacavam pelo montante de recursos que agregavam: o Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - (BNDES ProCopa Arenas) e o Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 - (BNDES ProCopa Turismo). O primeiro objetivava apoiar a construção ou reforma das arenas que receberiam os jogos e a urbanização do entorno delas. Quanto ao segundo, visava

⁴ CANÔNICO, Leandro. Teixeira conclama governo a colaborar com organização da Copa – 30/10/2007 – UOL Esporte – Futebol.

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

“Financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014” (BNDES, 2010).

O fato de o BNDES ter sido um dos principais financiadores de obras que em sua maioria foram demandadas pela Fifa ou por empresas privadas, traz à baila o questionamento sobre o interesse público em tais investimentos. Havia, por outro lado, o argumento de que a realização do evento dinamizaria a economia local, ampliando o turismo e gerando emprego e renda. Não obstante países que já haviam recebido megaeventos semelhantes alertassem sobre os limites dessa política. No caso da Grécia, por exemplo, os gastos excessivos para a realização das Olimpíadas em 2004, foram decisivos para o aprofundamento da crise econômica que atingiu o país posteriormente.

Acompanhando a expansão das empresas nacionais, o governo brasileiro investiu consideravelmente em políticas de defesa, modernizando suas forças armadas e fortalecendo suas fronteiras, além de proteger militarmente a Amazônia, cuja região conta com 23 bases operadas pelo Pentágono. O país ensaiou também a intermediação de conflitos no Oriente Médio e na África. Cabe destacar o papel do Exército brasileiro na coordenação da Minustah, tropa de ocupação “humanitária” da ONU para estabilizar o Haiti, país mais pobre das Américas e que entrara em colapso em 2004, após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristides por meio de um golpe apoiado pelos EUA. A atuação do governo brasileiro tinha como objetivo angariar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Até 2012, 1.200 militares foram enviados ao território haitiano, custando ao Brasil cerca de 2,11 bilhões de reais, sendo que 741 milhões foram reembolsados pela ONU. Militares brasileiros que participaram da ocupação comentam que a experiência foi decisiva como “*know-how*” tanto para treinar seus militares, quanto

para conceber políticas de segurança para o país, a exemplo da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).⁵

As expectativas geradas em torno da “nova potência latino-americana” começaram a encolher, todavia, a partir de 2012, quando o país registrou um crescimento econômico de apenas 0,9%. Os trabalhadores das usinas de Jirau e Belo Monte e dos complexos de Santo Antônio, Suape e Comperj, justamente megaprojetos vinculados ao PAC, realizaram greves por melhores salários e condições de trabalho. Ocorreram também paralisações nas obras para a Copa de 2014. Os operários cruzaram os braços nos canteiros em oito das doze arenas que receberiam os jogos. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de horas de trabalho paradas em 2012 foi 75% maior do que em 2011, número inferior apenas ao biênio de 1989/90, último período de significativas greves gerais no país; “[...] apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente das grandes metrópoles”. (BRAGA, 2013, p. 102).

Durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, a intensa repressão policial a manifestantes que protestavam contra o aumento da passagem do transporte público na cidade de São Paulo, detonou uma série de mobilizações por todo o país, inclusive na abertura do evento, no Estádio Nacional Mané Garrincha, quando dezenas de pessoas foram detidas. Nos dias seguintes, milhares de pessoas saíram às ruas de praticamente todas as cidades do Brasil expressando de forma difusa

⁵ “Em maio de 2013, o então governador do estado do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e o primeiro-ministro haitiano, Laurent Lamothe, assinaram um acordo de cooperação entre a PM do Rio e a Polícia Nacional Haitiana (PNH) para a troca de informações sobre a evolução da política de UPPs no Rio, em comparação com os ‘pontos fortes’ nas favelas haitianas. Dois meses mais tarde, uma comissão da PNH viajou ao Rio para conhecer novas UPPs, assim como o treinamento do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Choque” (GOMBATA, 2014).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

e descentralizada um repúdio geral à ordem política do país. Governos, parlamentares, partidos, e tudo mais que representasse a velha política institucional era repellido pela massa com o grito de “não me representa”. Naqueles dias, as “placas tectônicas” da estrutura política do país começaram a se colidir (MARICATO, 2013).

As “jornadas de junho” de 2013 é tema controverso nas análises, pois muitos enxergam esse episódio como decisivo para a emergência de movimentos conservadores e reacionários na cena política e para os retrocessos institucionais vivenciados pelo país posteriormente. Tal perspectiva geralmente é condescendente com determinadas decisões e práticas do então governo petista em âmbito federal. O fato é que aquelas manifestações despertaram uma revolta contida nos subúrbios do país, pois o aumento do nível de consumo não vinha acompanhado necessariamente de melhores condições de vida nas cidades brasileiras. E a intensa repressão às manifestações era apenas um “aperitivo” diante do que já vinha ocorrendo nas periferias com as políticas de “pacificação”. Maricato (2013) atribui a onda de protestos às condições precárias da vida urbana no país, sobretudo em razão do perfil médio dos manifestantes: jovens de áreas metropolitanas. Os serviços públicos, com efeito, não atendem à demanda existente e limitam o direito à cidade de boa parte dessas camadas.

Cidade para todos?

A urbanização acelerada e a timidez das políticas habitacionais no Brasil, ao longo do século XX, resultaram num déficit habitacional de aproximadamente cinco milhões e meio de unidades. Embora tenha sido registrado um recuo de 1,6% na contagem nacional, um estudo da Fundação João Pinheiro salienta que o déficit cresceu 10%, entre 2011

e 2012, nas nove metrópoles monitoradas pelo IBGE.⁶ Não obstante as melhorias nas condições de infraestrutura e saneamento básico na maioria das cidades, registra-se um aumento da segregação socioespacial (PASTERNAK, 2007). Atualmente, cerca de 1,8 milhão de famílias não possui residência adequada nessas regiões, vivendo em habitações irregulares criadas a partir de processos de ocupação de prédios e terrenos abandonados, localizados principalmente em áreas de menor valor ao mercado imobiliário. A condição ilegal de moradia conserva nessas populações um medo permanente de expulsão. Somado a isso, entre 1980 e 2010, a taxa de homicídios no Brasil cresceu 259%, e a principal vítima de assassinatos no país estatisticamente é o jovem negro, pobre, morador da periferia (MARICATO, 2013).

O crescimento econômico recente trouxe mais empregos (precários) e mais poder de consumo, todavia encareceu a cidade e piorou as condições de vida das maiorias sociais, a exemplo do longo tempo desperdiçado na espera por transportes públicos e nos congestionamentos diários: “[...] é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço.” (MARICATO, 2013, p. 31). O aumento exponencial da frota particular de carros, graças à redução de impostos que alimentou o consumo de automóveis, não foi acompanhado com a implantação de políticas consistentes de mobilidade urbana.

A ascensão de governos de esquerda em âmbito local desde fins da década de 1980, alimentava a crença de que a função reguladora dos instrumentos urbanísticos pudesse contribuir para transformação do Estado num ente promotor da distribuição de riquezas e da justiça social. Contudo

⁶ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belém.

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

a própria demora na aprovação do Estatuto das Cidades já demonstrara inequivocamente que essas mudanças não ocorreriam de forma tão fácil; além do que, “[...] a verdade escondida era a de que dificilmente poderiam, por si só, alterar o equilíbrio de forças e alavancar a reforma urbana e a redemocratização do acesso à terra” (FERREIRA, 2010, p. 195).

Um dos primeiros atos de Lula na presidência, representando um marco na política urbana do país, foi a criação do Ministério das Cidades, que englobava na pasta as áreas de moradia, saneamento, transportes e planificação territorial. O primeiro titular do Ministério das Cidades foi Olívio Dutra, quadro histórico do PT e símbolo do modelo petista de gestão participativa das cidades, sendo ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul. Um grupo considerável de técnicos e especialistas comprometidos com a agenda da Reforma Urbana ocupou os principais cargos do novo ministério (BONDUKI, 2009).

Contando com a participação de 2.510 delegados de todo o país, foi realizada, em outubro de 2003, a 1ª Conferência Nacional das Cidades, deliberando diretrizes gerais para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Na sequência foi regulamentado o Conselho das Cidades (ConCidades),⁷ órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa cuja prerrogativa era a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano, conforme previsto no Estatuto da Cidade (MARICATO, 2012; SANTOS JÚNIOR, 2007). Em 2005, o Congresso Nacional, após ampla reformulação, aprovou a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), voltado à moradia popular (BONDUKI, 2009). Porém nesse mesmo ano, o ministro Olívio Dutra foi substituído por um nome indicado pelo Partido Progressista (PP), sigla conservadora a qual era filiado o então presidente da Câmara dos Deputados, o pernambucano

⁷ Regulamentado por meio do Decreto da Presidência da República nº 5.031, de 2 de abril de 2004.

Severino Cavalcante. A maioria dos quadros técnicos do ministério optou por entregar os cargos em sinal de protesto pela mudança na direção política da pasta. Dessa forma, qualquer possibilidade de avanço na aplicação do PNDU fora abortada em nome da “governabilidade”.

Após a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, muitos municípios do país passaram a se readequar às normas do Estatuto com a elaboração de novos planos diretores. Um estudo realizado pelo Ministério das Cidades, em parceria com a Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos, analisou relatórios, produzidos até 2010, sobre os planos de 526 municípios de todos os estados da federação (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011). Cumpre ressaltar que a maioria dos planos diretores já havia sido elaborada ou estava em andamento sua discussão quando foram criados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2007 e 2009, respectivamente. Desse modo, o impacto dessas ações não estivera sob exame do estudo citado.

Reunindo artigos e tabelas de diferentes pesquisadores, o estudo revelou que a maioria dos planos diretores incorporara instrumentos do Estatuto das Cidades, sobretudo aqueles relacionados à questão habitacional. As políticas de zoneamento e macrozoneamento territorial estavam presentes em 91% dos planos. As Zonas Especiais de Interesse Social, em 81%. O conjunto de instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação estavam em 87% dos municípios analisados. A Outorga Onerosa do Direito de Construir em 71% e as Operações Urbanas Consorciadas em 71%. O estudo salienta que, de modo geral, “[...] os Planos Diretores estabelecem definições, diretrizes e objetivos relacionados à política de habitação, porém sem incorporar os elementos necessários à efetividade dos instrumentos adotados.” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 37). Ademais,

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

A segregação socioespacial é a marca comum às cidades brasileiras, cujo modelo de expansão destina as periferias distantes e carentes ou as favelas à população de baixa renda. Assim, a tendência geral é de insuficiência no acesso à moradia digna, nomeadamente para os estratos mais pobres, o que, em geral, não se converte em ações concretas para o enfrentamento dessas situações [...]. A relação entre renda, déficit habitacional e inadequação por adensamento/infraestrutura se reproduz nos estados, onde os mais pobres respondem normalmente pelos piores desempenhos. (CARDOSO; SILVEIRA, 2011, p. 106).

Uma contradição relacionada entre a questão ambiental e a urbana está inserida também nos novos planos diretores, sobretudo nos conflitos que envolvem a regularização de assentos informais em áreas de preservação, pois nem sempre está previsto o direito à moradia e a garantia de reassentamento, “[...] abrindo a possibilidade de o discurso ambiental ser utilizado para justificar processos de remoção e reprodução de mecanismos de exclusão socioespacial e segregação urbana” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 43). O Estudo de Impacto na Vizinhança (EIV), indicado pelo Estatuto da Cidade, é o instrumento de política de meio ambiente mais constante nos planos, todavia sem qualquer detalhamento da execução dessa política em caso de intervenções urbanas que abalem zonas residenciais. Os mecanismos de gestão democrática das cidades, como os inúmeros conselhos de participação popular criados pelos novos planos diretores, são em grande maioria apenas consultivos, além de extremamente fragmentados (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 46).

O mesmo ocorre com as políticas de mobilidade urbana, embora incorporadas aos planos diretores, são apenas citações em linhas gerais, sem maiores detalhamentos. Algo preocupante num país onde 55 milhões de pessoas não têm acesso a transporte público, e cerca de 60% dos deslocamentos das pessoas cuja renda não ultrapassa dois salários são realizados a pé. O modelo rodoviarista que acompanhou o crescimento da indústria automobilística no Brasil sufoca alternativas de mobilidade, além de ter um grave custo socioambiental. Os automóveis particulares ocupam 90% do espaço viário transportando apenas 20% dos passageiros. Apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, 506 milhões de horas são desperdiçadas por ano pelos usuários de transporte coletivo em congestionamentos; cerca de 258 mil litros de combustíveis são consumidos; além de 123 mil toneladas de monóxido de carbono, e 11 mil toneladas de hidrocarbonetos que são despejadas na camada atmosférica dessas cidades. Os acidentes de trânsito no Brasil geram a cada ano 30 mil mortes, 350 mil feridos e 120 mil pessoas com deficiência. Cerca de 52% dos leitos hospitalares são ocupados por vítimas do trânsito, comprometendo 30% dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), um custo anual de 5,3 bilhões de reais (BORN, 2011).

Em linhas gerais, o estudo assinala que na maioria dos planos inexistem estratégias socioterritoriais para o enfrentamento da questão habitacional, sendo muito frágeis as diretrizes estabelecidas diante das desigualdades que marcam as cidades do país; “os novos planos diretores, de maneira geral, são pouco objetivos e não favorecem mudanças nas formas de apropriação social da cidade, nem, ao menos, enfatizam a promoção do acesso à moradia.” (OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 59). O relatório do Plano Diretor do Rio de Janeiro aponta a fluidez no entendimento acerca da função social da propriedade:

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

[...] não é raro que praticamente qualquer uso ou forma de apropriação do espaço urbano seja definido como coerente com o cumprimento da função social da propriedade, desde que atenda ao ordenamento territorial definido no Plano, revelando, com frequência, um esvaziamento ou banalização do conceito (citado por OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 60).

O acesso à terra urbanizada pouco avançou com os planos diretores pós-Estatuto das Cidades. Os instrumentos de política fundiária, a exemplo do IPTU progressivo, não são plenamente regulamentados nos planos diretores, ficam, em geral, relegados a leis específicas a serem elaboradas: “Como se vê, a ‘autoaplicabilidade’ das leis é uma construção social que não é resolvida no meio jurídico, mas na política” (OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 95). Ermínia Maricato (2009) afirma que: “Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório.” (2009 [2000], p. 147). Existe uma abundância de aparatos regulatórios da produção do espaço urbano no país, mas as leis de zoneamento e parcelamento do solo e os códigos de edificações desconsideram a ilegalidade de grande parte da ocupação da terra urbana, habitadas por populações de baixa renda e sem condições à moradia formal, além do que, a “exclusão social” passa também pela “lógica da aplicação discriminatória da lei”, que promove o exercício arbitrário do poder e favorece interesses corporativos. Assim, a ocupação ilegal do solo urbano não seria apenas “permitida”, mas parte constituinte do modelo de desenvolvimento urbano do país (MARICATO, 2009).

Por décadas, as cidades brasileiras permaneceram sem investimentos expressivos, principalmente em habitação, saneamento e mobilidade. Com os governos petistas foram retomados os investimentos públicos em política urbana, mas mantendo estreita a relação entre a dinâmica

imobiliária e a financeirização da economia. A retomada dos investimentos no financiamento habitacional se deu por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) do governo federal, e a explosão imobiliária ocorreu após o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida em 2009. O programa, junto a alterações na legislação do financiamento imobiliário, flexibilizou e ampliou o crédito aos compradores, concorrendo para a expansão de uma nova produção habitacional nas periferias. A capacidade de consumo das camadas médias e dos segmentos de menor poder compra aumentou notadamente; e o poder público disponibilizou mais recursos para construção de moradias, além de praticar juros menores no financiamento para aquisição de imóveis (MARICATO, 2014).

Num cenário de aparente estabilidade econômica e de baixo desemprego, os investimentos públicos fizeram com que o mercado imobiliário brasileiro desse uma guinada na direção das camadas de renda inferior e de espaços periféricos pouco valorizados. Entre os efeitos da crise de 2008 no Brasil, destaca-se a retirada de investidores financeiros e a desvalorização das ações de incorporadoras “nacionais” listadas na Bovespa. Danilo Volochko (2015, p. 113) assinala, todavia, que “[...] o grande motivo que leva as incorporadoras a levar adiante a periferização/metropolização da produção imobiliária da moradia foi o modo como o Estado propôs lidar com a crise no Brasil”. Para o autor, o Minha Casa Minha Vida significou a “privatização da política urbana”, pois em todas as fases do programa o poder decisório coube majoritariamente às grandes incorporadoras.

A produção habitacional promovida pelo PMCMV, em alta escala e direcionada às famílias de mais baixa renda, ocorrerá “[...] numa proporção que talvez nem os mais otimistas do campo da reforma urbana imaginariam” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 167). A sobreposição dos capitais financeiro e imobiliário acabou provocando, entretanto, a expansão das periferias urbanas, destino de grandes parcelas da população

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

que não conseguem permanecer nas áreas mais centrais e no aprofundamento da segregação. Em muitos casos, estão ocorrendo novas ocupações irregulares de terrenos, comprometendo áreas de proteção ambiental.

No geral, os projetos levados a cabo pelo PAC tiveram impacto positivo no crescimento econômico, sobretudo pelo número significativo de empregos criados. Porém no caso das reformas urbanas e da expansão imobiliária, um enorme volume de capitais especulativos foi atraído, provocando grande encarecimento no custo de vida dos moradores das cidades. Os investimentos federais geraram progressivos aumentos no preço de aluguéis e taxas de imóveis. No Rio de Janeiro, que recebera entre outros jogos, a final da Copa do Mundo de 2014 e sediou também as Olimpíadas de 2016, o aumento no valor imobiliário chegou a 185% entre 2009 e 2012.⁸

Maricato (2014, p. 20) assinala que as concepções *neodesenvolvimentistas*, orientadoras das políticas dos governos Lula e Dilma Roussef, ignoraram o requisito principal da política urbana, o uso e a regulação do solo: “Estamos diante da grande trava social: o ‘nó’ da terra ou da propriedade patrimonial que sustenta a desigualdade urbana”. A autora acusa o desaparecimento de propostas dos movimentos de reforma urbana da agenda do país, e que a política urbana passara a se resumir a grandes obras de infraestrutura direcionadas principalmente ao aumento do fluxo de automóveis e à expansão imobiliária. De modo geral, as grandes intervenções entram em contradição com os planos diretores e outras normativas urbanas, e comumente estão relacionadas com acordos obscuros entre governantes e empresários, firmados desde o financiamento das campanhas eleitorais. Além disso, “[...] a desigualdade social e a segregação territorial são lembradas apenas retoricamente para justificar mais obras.” (MARICATO, 2014, p. 20). Apenas em São Paulo, em

⁸ Conforme o índice FipeZap, ver Maricato (2014).

razão de intervenções públicas de caráter ambiental e/ou viária, cerca de 50 mil famílias teriam sido removidas compulsoriamente entre 2006 e 2015 (ALVAREZ, 2015). Volochko (2015) assevera que a “ideologia do crescimento econômico ilimitado” estaria se movendo em direção à produção do espaço urbano metropolitano. Tal processo acarretaria grandes consequências na dinâmica de valorização do solo, bem como no aprofundamento da segregação socioespacial no interior das periferias.

O valor diferenciado do solo nas cidades corresponde ao acúmulo desigual de trabalho – vivo ou morto – no espaço; “[...] e seu valor de troca é determinado pela constante possibilidade de transformação do seu valor de uso, de construção/destruição/reconstrução dos imóveis e infraestruturas.” (VOLOCHKO, 2015, p. 100). A especulação mediante a concentração fundiária e a elevação do seu preço é fenômeno recorrente nas dinâmicas de valorização do espaço. Além do que, o fornecimento de créditos tanto à produção do setor imobiliário, quanto aos consumidores, acentua a valorização do solo e dos imóveis, e expressa a financeirização da produção do espaço. Mark Gottdiener (2010) sustenta a necessidade de se analisar o espaço não como meio de produção, mas como força de produção, “[...] e mudar da determinação do valor da terra e seu retorno – renda – para a determinação social do valor da localização no espaço e seu retorno – lucro.” (GOTTDIENER, 2010, p. 185 citado por VOLOCHKO, 2015, p. 100).

Ana Fani Carlos (2015) comenta que a recente diminuição do percentual da população brasileira situada abaixo da linha da pobreza, conforme dados de renda divulgados em 2010, significava entre outros aspectos a incorporação dessa faixa populacional ao mundo de consumo, notadamente pelo aumento do crédito e pela redução de impostos sobre determinados bens. Não foi apenas ao consumo de mercadorias que tais segmentos passaram a ter acesso, pondera a autora, mas também

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

ao “consumo do espaço” mediante o Minha Casa Minha Vida, configurando assim um “novo momento da produção da periferia das metrópoles brasileiras” (CARLOS, 2015, p. 46). Vale dizer que a maioria dos novos moradores dos condomínios habitacionais do PMCMV são oriundos de regiões já periféricas, e que o anseio pela casa própria poderia explicar a sujeição dessas famílias em se transferir para áreas ainda mais afastadas das centralidades urbanas, pois, “[...] para o segmento popular a moradia não deve ser encarada como um bem de consumo, mas como um bem de necessidade [...]” (VOLOCHKO, 2015, p. 105).

Com o PMCMV o Estado contempla anseios tanto da população quanto do setor imobiliário, dado que a expansão da produção habitacional por intermédio do programa insere segmentos sociais antes excluídos desse mercado. Ademais, com o acesso à casa própria, essa população adentraria também em outras esferas de consumo, como o de eletrodomésticos e outros bens. A ampliação das redes de supermercados e centros comerciais nas periferias ilustra bem o direcionamento de setores econômicos para esse novo mercado, enxergando no ímpeto de consumo dessa população um farto incremento aos seus lucros. E esses “novos consumidores”, por sua vez, passaram a reproduzir um novo tipo de cultura a partir de um modo de vida urbano ao qual foram recentemente *integrados* (CARLOS, 2015).

Fortaleza e o consumo do lugar

Desde o anúncio da realização da Copa do Mundo no Brasil, muitas cidades passaram a disputar a indicação para sediar os jogos, pois significava oportunidade única de alavancar a economia local e realizar profundas transformações urbanas, deixando um legado às cidades-sede do megaevento. Além de receber os principais jogadores de futebol do

planeta, milhares de torcedores das mais diferentes nacionalidades desembarcariam também na cidade durante os dias de jogos. Diante disso, os governantes minimizavam a necessidade de eficiente planejamento e de gastos elevados para sediar um evento daquele tamanho, e se jogaram a exaltar as possibilidades que o megaevento traria para ampliação de empregos, atração de investimentos privados, financiamento de grandes obras, dinamização do comércio e fortalecimento do setor turístico, principalmente o internacional. Assim, foram gastos volumosos recursos para adequar as instalações esportivas e realizar melhorias na infraestrutura urbana, sobretudo no acesso aos estádios e às zonas hoteleiras e turísticas das cidades-sedes. Uma comissão da Fifa desembarcou em Fortaleza, em fevereiro de 2009, para avaliar o projeto da cidade para receber jogos da Copa de 2014, e, em maio do mesmo ano, anunciou a capital cearense entre as 12 cidades-sede dos jogos.⁹

A escolha como uma das sedes da Copa coroava uma estratégia de incorporação da cidade de Fortaleza ao circuito do turismo global. No decorrer das últimas décadas, no contexto de globalização econômica e reestruturação produtiva, as políticas governamentais aplicadas no estado do Ceará oscilaram entre orientações neoliberais e neodesenvolvimentistas, confiando a criação de empregos aos investidores privados do agronegócio, da indústria e do turismo. Desse modo, as obras de infraestrutura e uma série de serviços foram implementados principalmente na capital e ao longo da faixa metropolitana de seu litoral (PEQUENO, 2015).

O esforço dispensado para a cidade sediar os jogos e outros grandes eventos, assinalam o aprofundamento de um viés empreendedor na gestão da cidade. A assimilação de um modelo de gestão empresarial na governança pública entre as décadas 1980 e 1990, propunha transformar

⁹ As outras cidades-sede foram: Recife, Salvador, Natal, Manaus, Brasília, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

o estado do Ceará numa “empresa competitiva” diante do cenário de guerra fiscal, concebida também como “guerra de lugares”, dada a disputa por investimentos com outras cidades. Assim, a partir de uma série de ações, não necessariamente contínuas: “Altera-se a imagem do Ceará problema (seca e miséria) para a de um lugar propício ao desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, lazer, agronegócio, tornando-se atrativo a investimentos de outras regiões.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 32). Em 1991, foi instituído o “Pacto de Cooperação”, uma espécie de conselho que reunia representantes da sociedade civil, sobretudo do mercado, com representantes do Estado. O objetivo principal do Pacto era debater a reestruturação da economia do Ceará no contexto de uma nova ordem mundial (GÓIS, 2013).

Em síntese, a pretensão das gestões de Tasso Jereissati, que governara de 1987 a 1990, e retornara ao comando do governo do Ceará por mais dois mandatos, de 1995 a 2002, era elevar Fortaleza à imagem de “cidade globalizada”. A implantação de um vigoroso polo turístico em Fortaleza passara a ser um dos pilares das políticas de desenvolvimento econômico do estado. Tal política estava também relacionada com a “outra racionalidade administrativa e política” que entrara em ação no governo estadual a partir da chegada de “jovens empresários” ao poder (COSTA; AMORA, 2015). Em 1989, o governo do Ceará criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Ceará (Prodeturis). Até aquele momento, a atividade turística não havia tido muita atenção das ações governamentais. Com financiamento advindo do próprio governo estadual, o Prodeturis conduzia os investimentos e as políticas de planejamento turístico nas áreas litorâneas (GÓIS, 2013).

O sucesso do Prodeturis serviu de parâmetro para a elaboração de outro projeto, em escala regional, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur-NE, iniciado em 1994, com financiamento

do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e tendo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como órgão executor. Entre as principais finalidades do Prodetur-NE: dotar e melhorar a infraestrutura turística (saneamento, transportes, urbanização e outros); desenvolver projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, além de capacitação profissional; fortalecer institucionalmente as administrações públicas da região (DANTAS; SILVA, 2009). Esse programa foi elaborado a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja conclusão apontava o turismo como a atividade econômica que permitiria maior vantagem competitiva para o Nordeste, pois a região apresentava “[...] recursos cênicos e culturais significativos, além de mão de obra em abundância e com custos relativamente baixos.” (BANCO DO NORDESTE, 2010). O maior volume de investimentos do Prodetur-NE se concentrou em oito aeroportos da região. Entre eles, estava o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, que custou US\$ 73 milhões. As obras de ampliação do antigo aeroporto começaram em 1996 e foram entregues em 1998.¹⁰

Cabe destacar que o Ceará foi um dos estados mais beneficiados pelas políticas de valorização turística durante a década de 1990, recebendo o segundo maior volume de investimentos¹¹ da primeira fase do Prodetur-NE. E Fortaleza foi a cidade mais privilegiada na alocação de recursos do programa no estado. Dessa maneira, a capital cearense passou a figurar entre os mais importantes e conhecidos destinos turísticos do Brasil. De acordo com dados da Secretaria de Turismo (Setur) – órgão criado justamente nesse período –,

¹⁰ O aeroporto consolidou-se como o 12º maior do Brasil, com fluxos de aproximadamente seis milhões de passageiros/ano (Infraero, 2015), dos quais três milhões são turistas (SETUR, 2014).” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 90).

¹¹ O Ceará recebeu US\$ 141,767 milhões, ficando atrás apenas Bahia, que recebeu US\$ 215,011 milhões. O montante total da primeira fase do Prodetur-NE, entre os anos de 1995 e 2003, foi de US\$ 625,968 milhões (ver DANTAS; SILVA, 2009, p. 21).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

na segunda metade da década de 1990, o fluxo turístico internacional para o Ceará subiu de 38 mil para 120 mil turistas, um aumento de 218,4%. Em 1995, mais de 760 mil turistas visitaram o Ceará. Três anos depois, em 1998, o Ceará ocupava a terceira posição dos destinos turísticos domésticos mais procurados no país (BERNAL, 2004; PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015). Vale destacar que esse processo foi acompanhado de forte incremento do setor de serviços em Fortaleza, ampliando a área de influência da capital para além dos limites estaduais (SILVA, 2007).

A dinâmica de modernização voltada ao turismo impactou na infraestrutura urbana da capital, principalmente na malha viária e nos transportes públicos. Em 1992, foi apresentado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU), primeiro plano elaborado em sua maior parte por técnicos da própria prefeitura da cidade. O PDDU direcionou para as áreas de maior adensamento os investimentos em infraestrutura urbana. O Sistema Integrado de Transportes de Fortaleza (SIT-FOR) foi implementado entre 1992 e 1995, sua principal política foi a implantação de sete terminais de ônibus nos bairros Antônio Bezerra, Messejana, Papicu, Lagoa, Parangaba, Conjunto Ceará e Siqueira. Poucos anos depois, em 1998, foram iniciadas as obras para a construção do Metrô de Fortaleza (linha Sul) (ACCIOLY, 2008; CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015).

A edificação da imagem “litorânea-marítima” da metrópole cearense se deu por meio de políticas de desenvolvimento empreendidas na região Nordeste com o objetivo de superar a visão negativa associada ao semiárido. O centro dessa operação seria uma mudança substancial no olhar sobre a região, desvinculando-se do quadro de miséria: “[...] objetiva-se difundir a ideia da modernização do Nordeste e, por conseguinte, apagar a imagem trágica do imaginário social da seca, nada propício ao desenvolvimento do turismo.” (DANTAS, 2015, p.119). Dessa forma, passa-se a exaltar as vantagens climáticas das cidades nordestinas com o auxílio de intensivas

ações de *city-marketing*, a premissa na construção do imaginário sociopolítico da região foi a *natureza* enquanto “fundamento geográfico da produção” e como “recurso ideológico”, determinando assim uma organização socioespacial específica. Inicialmente, foi usada para favorecer a antiga elite algodoeira-pecuarista, e, no último período, as novas elites regionais e os seus novos interesses, fazendo com que o Ceará acolha dentro de si duas imagens de Nordeste, a do agronegócio e a do turismo (DANTAS, 2015).

Fernando Coronil (2005) ressalta as assimetrias no processo de integração das economias de países onde ocorrem diferentes formas de superexploração das riquezas naturais, a exemplo do turismo. O antropólogo afirma que a natureza, “[...] em sua forma tradicional ou de novos recursos tecnaturais, converteu-se na vantagem comparativa mais segura para essas nações.” (CORONIL, 2005, p. 55). E mais, o crescimento de formas variadas de turismo, não apenas as que exploram os recursos paisagísticos, mas ao turismo sexual também: “[...] expressam um vínculo entre a naturalização da racionalidade do mercado e a mercantilização não regulada de corpos e poderes humanos e naturais.” (CORONIL, 2005, p. 55).

Todo esse processo de transformações ocorridas na economia e na política cearense desde o final da década de 1980, foi consolidado ao longo da década seguinte, impulsionando alterações substanciais na paisagem urbana de Fortaleza. Além de novas avenidas e dos terminais integrados de ônibus implantados nas principais centralidades da cidade, vários equipamentos foram reformados, como a praça do Ferreira, o Mercado São Sebastião, a Ponte dos Ingleses. A praia de Iracema foi revigorada com políticas de reurbanização, e, para completar, foram construídos o Centro Cultural Dragão do Mar e o novo Mercado Central. Tais intervenções foram decisivas para fixar um cenário renovado da cidade, cada vez mais integrada às tendências contemporâneas. O conjunto de transformações teve forte apelo eleitoral para ampla parcela da população: “Ainda que as obras mais visíveis da prefeitura

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

e do governo estadual sejam localizadas em áreas afluentes, há evidências de que os pobres não rejeitam essas obras.” (GONDIM, 2007, p. 119). Assim, as elites locais saíram fortalecidas, pois os grandes projetos amparavam seu discurso modernizador e ofuscavam críticas ao adverso quadro social, marcado pelo aumento das taxas de violência, tráfico de drogas e prostituição infantil.

Em contraste com a expansão de edifícios residenciais nas zonas mais ricas, ocorreu um intenso processo de “favelização” da cidade de Fortaleza, com o número de ocupações irregulares aumentando consideravelmente. Em 1991, cerca de um quarto da população residia em 313 favelas. O serviço da rede coletora de esgotos atingindo uma parcela seleta da cidade. A taxa de desemprego, por sua vez, atingia 12,64% e o setor informal ocupava quase a metade da população economicamente ativa. O grande contingente de famílias pauperizadas habitando em moradias precárias refletia os baixos índices de desenvolvimento humano da capital. As desigualdades ficaram ainda mais nítidas em 1996, quando Fortaleza teve o pior índice de Gini dentre as regiões metropolitanas do Brasil (GONDIM, 2007).

Apesar da ampliação da atividade industrial no estado, ela não foi suficiente para reter a população no interior; e tampouco foi criado em Fortaleza um setor econômico com capacidade de absorver a massa populacional que fluía constantemente em direção à capital (SILVA, 2007). Cleide Bernal (2009) assinala a contradição existente entre as orientações políticas do governo do Ceará nos últimos anos: propunha a descentralização territorial das atividades industriais visando a permanência de mão de obra em diferentes regiões do estado; por outro lado, estabelecia uma intensa política de promoção do turismo na capital, estimulando maior adensamento populacional na cidade e no seu entorno, uma vez que para viabilizar a atividade turística foram concentrados muitos recursos nas obras de infraestrutura e nos novos equipamentos.

Vale destacar também a supremacia da capital aos outros municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) na distribuição populacional. Conforme o censo de 2010, 68% dos 3.615.767 habitantes da RMF moravam na capital. Além de Fortaleza, apenas cinco municípios (Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Euzébio e Aquiraz), dos dezenove que conformam a RMF, integram a principal mancha urbana existente (FREITAS, 2015). A partir da década de 1980, ocorre um “extravasamento” do polo de Fortaleza para municípios metropolitanos com a implantação de indústrias, construção de conjuntos habitacionais na periferia e, principalmente, com a expansão do turismo litorâneo (COSTA; AMORA, 2015).

Aníbal Quijano (2005) salienta que, no caso de países como Brasil, Colômbia e Venezuela, a sobreposição de uma ideologia de “democracia racial” dissimula a verdadeira dominação e discriminação colonial dos negros. A despeito dos conflitos raciais não ocorrerem tão explicitamente violentos como em outras realidades, a exemplo dos Estados Unidos e da África do Sul, historicamente é oferecida uma “subcidadania” à população afrodescendente nos países latino-americanos. Por fatores históricos, o Ceará, comparado com outras províncias do Nordeste, não empregou um número considerável de negros africanos como mão de obra escrava. Tornando menor a percepção de traços afrodescendentes na variação fenotípica da sua população, com maior ascendência de traços indígenas. Esse fator alimenta uma crença comum de que “no Ceará não há negros”, numa evidente associação racista de negritude com a escravidão (FUNES, 2007).

A maioria da população de Fortaleza se autodeclara de cor “parda” (57,85%), sendo a capital cearense o município da sua região metropolitana que mais concentra pessoas “brancas” (36,25%). Declaram-se de cor preta 4,41% da população; e apenas 1,47% como indígena. Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), as pessoas que se declaram de cor preta estão mais concentradas nas periferias dos municípios Euzébio,

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

Itaitinga, Maranguape, Pindoretama e Caucaia (IBGE, 2010). Existe também a presença de algumas tribos indígenas na RMF, como os Pitaquary, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, os Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz e os índios Tapebas, em Caucaia (PEREIRA; DANTAS, 2009; BOMTEMPO, 2015).

Vale destacar o recente ingresso de um contingente relativamente grande de pessoas negras oriundas de países africanos, principalmente da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Além de virem para trabalhar, sobretudo no setor de serviços, essas pessoas estão presentes em inúmeros cursos universitários, com destaque para a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) em 2011, no município de Redenção, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A missão institucional da Unilab é contribuir com a integração cultural, científica e educacional entre Brasil e demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (BOMTEMPO, 2015).

A cidade de Fortaleza possui atualmente uma população superior a 2,6 milhões de habitantes e está entre os dez municípios brasileiros com maior densidade demográfica, sendo a capital mais densa do país, com uma média equivalente a 7.786 hab./km² (IBGE, 2014). Sua região metropolitana, que atinge um contingente demográfico de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, é a quinta maior do país. E sua área de influência, que abrange regiões de estados vizinhos, consiste numa população superior a 20 milhões. No decênio de 2000 a 2010, Fortaleza teve um acréscimo populacional de 310.783 habitantes. Em maior escala, entre as décadas de 1950 e 2000, o crescimento demográfico da capital cearense foi na média de 58% por década (GONDIM, 2007; PEQUENO, 2015; BOMTEMPO, 2015). O aumento populacional, entretanto, não veio junto de ações públicas que dotassem a cidade com infraestrutura urbana

e serviços para acolher de modo satisfatório tamanha demanda, fazendo da capital cearense palco de muitos conflitos territoriais.

O quadro anteriormente apresentado demonstra que o processo de “metropolização” de Fortaleza foi acompanhado de intensa precarização das condições de moradia e de grandes debilidades no seu sistema urbano. Não obstante seu destaque entre as cidades brasileiras, a metrópole ainda não possui uma urbanização adequada para a maior parte de sua população. E esse cenário foi convenientemente utilizado pelo discurso oficial para legitimar a importância de se sediar um megaevento como a Copa do Mundo, uma vez que se receberia um legado de grandes obras urbanas, beneficiando toda a cidade. As expectativas quanto aos ganhos com o megaevento eram tão grandes a ponto de subestimarem os enormes custos financeiros e os impactos socioambientais que estariam por vir.

A Copa das obras

Com a escolha de Fortaleza para ser uma das sedes da Copa de 2014, foi formado um Grupo de Trabalho, composto por 70 técnicos dos governos estadual e municipal, com o objetivo de elaborar um plano de investimentos e ações. O grupo apresentou um pacote com 90 ações nas mais diversas áreas. A então prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT),¹² junto ao governador Cid Gomes (PSB), em evento realizado na Secretaria de Planejamento do Estado no dia 26 de junho de 2009,

¹² Vale o registro da mudança no comando político da prefeitura de Fortaleza durante a preparação da cidade para receber os jogos da Copa de 2014. A prefeita Luizianne Lins, do PT, que governara por duas gestões a administração municipal (2005-2012), não conseguiu eleger Elmano de Freitas, também do PT, como seu sucessor. Foi derrotado no segundo turno por Roberto Cláudio, eleito pelo PSB, posteriormente se filiando ao PROS e atualmente no PDT, do mesmo grupo do então governador Cid Gomes. Desse modo, selou-se um pleno alinhamento político das três esferas do Poder Executivo na fase final de preparação da cidade para a Copa de 2014.

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

divulgaram o “Projeto Copa” e a “Programação Sistêmica de Investimentos para Suporte à Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no Ambiente Metropolitano – Fortaleza e Entorno”. A previsão inicial dos gastos era da ordem de R\$ 9,4 bilhões.

Vale dizer que algumas intervenções não relacionadas às exigências da Fifa foram acrescentadas nessa programação, e visavam principalmente o fortalecimento das atividades turísticas na cidade e na faixa litorânea. O consórcio firmado entre gestores públicos e agentes da iniciativa privada não se limitava a direcionar a concepção das obras realmente necessárias ao evento, expandia também negócios particulares utilizando o “selo” da Copa do Mundo.

Em 13 de janeiro de 2010, foi assinada pelo então ministro dos esportes, Orlando Silva, pelo governador do Estado do Ceará e pela prefeita de Fortaleza, a Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo Fifa 2014, dando início às intervenções urbanísticas necessárias ao evento. Na Matriz de Responsabilidades foram definidas 10 obras para a capital cearense: reforma do estádio Castelão; ampliação do Aeroporto Pinto Martins; construção do terminal de passageiros do porto do Mucuripe; VLT Parangaba-Mucuripe; reforma do Eixo Via Expressa/Raul Barbosa; BRT da av. Dedé Brasil; BRT da av. Alberto Craveiro; BRT da av. Paulino Rocha; estação Metrofor Juscelino Kubitschek; estação Metrofor Padre Cícero. O custo total das obras foi estimado em R\$ 1,4 bilhões, e cerca de 77% do financiamento ficaram a cargo de recursos federais, o restante seria financiado por meio de recursos locais, divididos entre prefeitura e governo do estado (BRASIL, 2013). Destaca-se que aproximadamente 40% do total de investimentos em Fortaleza, R\$ 569,5 milhões, foram destinados a projetos de mobilidade urbana. (IACOVINI, 2015).

No Ceará, o BNDES assinou contrato de financiamento com o governo do estado no valor de R\$ 351,5 milhões, correspondente a 75% do total que

seria gasto na reforma do estádio Castelão (BNDES, 2010). O BNDES investiria também: R\$ 142.699,60 milhões na linha Sul do Metrofor; R\$ 276.034,39 milhões no terminal de múltiplo uso do porto do Pecém-Pier 3, onde estava prevista a construção de um *shopping* e de um hotel flutuante para turistas; R\$ 351.545,14 milhões na reforma do estádio Castelão; e R\$ 55.800,45 para a implantação de um Complexo Turístico em Aquiraz.¹³

A capital cearense passou a integrar o grupo de cidades mais contempladas pelo Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do governo federal. Os investimentos provinham de duas vias específicas: do eixo de obras Copa do Mundo de 2014, com recursos destinados à construção e/ou reforma de estádios, aeroportos, portos, terminais de passageiros, rede hoteleira e mobilidade urbana; e do eixo Cidade Melhor, onde figuravam obras de saneamento, pavimentação, prevenção de áreas de risco e mobilidade urbana.¹⁴ Conforme visto, intervenções referentes à mobilidade urbana eram beneficiadas pelos dois eixos do PAC 2. Dessa forma, com a finalidade de conectar o aeroporto, o estádio e a região hoteleira durante o evento, foi projetada a implantação de diferentes modais de transportes: o BRT (sigla inglesa para *Bus Rapid Transit*). Trata-se de uma faixa exclusiva de ônibus ao longo da Via Expressa; e o Veículo Leve sobre Trilhos Ramal Parangaba-Mucuripe.

¹³ De acordo com estudo elaborado por Magnólia Said (integrante da coordenação da Rede Brasil: Sobre Instituições Financeiras Multilaterais), publicado pelo Comitê Popular da Copa: “Copa do Mundo em Fortaleza – quem ganha com esse jogo?” (2011, p. 10)

¹⁴ Apenas nesse setor foram investidos entre 2011 e 2014, R\$ 4,21 bilhões na execução de projetos na capital cearense: BRTs: av. Alberto Craveiro; av. Paulino Rocha; av. Dedé Brasil; Eixo Via Expressa / Raul Barbosa. Corredor de Ônibus: Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – II (ação preparatória). Metrô de Fortaleza: estações Padre Cícero e Juscelino Kubitschek; linha Sul; linha Leste (ação preparatória); Trem Metropolitano de Fortaleza – linha Oeste – modernização do sistema de trens metropolitanos do trecho João Felipe a Caucaia (concluído). VLT: Ramal Parangaba-Mucuripe.

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

O fato de o maior volume dos recursos investidos em Fortaleza para a Copa do Mundo FIFA 2004 ter sido alocado em espaços de maior fluxo turístico e de áreas residenciais e comerciais mais valorizadas, está em consonância ao tipo de planejamento aplicado no Ceará atualmente, vinculado a princípios do “empreendedorismo urbano” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015). E os efeitos desse modelo não se restringiram apenas à capital, mas ao espaço litorâneo metropolitano, dado que os investimentos para a Copa em Fortaleza, mediante o PAC da Copa, representariam uma continuidade dos programas anteriores, pois, “[...] apresentam relação direta (Prodetur/NE I, II e Nacional) e indireta (PAC) com o planejamento do território em função da *turistificação*.” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 89, grifo nosso).

A partir das ações dos setores público e privado no Ceará, a recepção de jogos da Copa teve como principal objetivo fortalecer uma imagem positiva de Fortaleza, especialmente do seu litoral; as intervenções projetadas para a Copa não consolidavam, todavia, apenas a identidade litorânea de Fortaleza, mas ampliavam também a “vocaçãõ” da cidade para o chamado “turismo de negócios”, ao sediar feiras e eventos, inclusive internacionais, com forte destaque para a Sexta Cúpula dos Países Emergentes – BRICS 2014,¹⁵ realizada na capital cearense logo após a Copa. No “trade turístico” da capital, os eventos são considerados uma nova etapa. O megaevento esportivo serviu para amplificar essa nova tendência, para além do turismo de lazer na faixa litorânea. Os governos estadual e municipal lançaram amplas campanhas de *city-marketing* associado à Copa de 2014, afirmando Fortaleza como metrópole moderna, capaz de sediar eventos de repercussões internacionais (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015).

¹⁵ BRICS-Itamaraty, 2014.

O processo de transformação do estádio Plácido Aderaldo Castelo, antigo “Castelão”, em uma arena “padrão Fifa”, ilustra cabalmente o ideário empreendedor dos governos locais em ter a *marca* da cidade associada à eficiência. Ao longo da preparação para o evento, ostentava-se que apenas o Ceará estava respeitando os prazos estabelecidos pelo cronograma das obras. A arena Castelão foi reinaugurada em dezembro de 2012, bem antes do prazo previsto: “A antecipação da data de inauguração transformou-se num marco, à medida que se propagou – nacional e internacionalmente – que a arena da cidade de Fortaleza seria a primeira a ser concluída” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 97). Realmente, esse fator contribuiu bastante para a imagem da cidade, cujo maior desafio, na visão dos autores citados anteriormente, seria suplantando as principais cidades concorrentes no Nordeste, Salvador e Recife, na disputa por turistas e investimentos.

O antigo estádio se transformou numa arena “multiuso, moderna e autossustentável”, visando receber, além de jogos de futebol, outros grandes eventos, com destaque aos shows de astros internacionais, como Paul McCartney, Beyoncé e Elton John. Sua capacidade ampliou de 60.326 para 63.903 torcedores. Na arena existem restaurantes, *shoppings* e áreas *vips*. Ao lado da arena Castelão, foi construído o Centro de Formação Olímpica (CFO). Instalado numa área de 85.922,12m², o equipamento dispõe de um complexo esportivo de modalidades olímpicas e não olímpicas.

A realização de eventos internacionais rendeu destaque à capital cearense em 2012, obtendo a 5ª posição no ranking nacional, conforme dados da ICCA (International Congress & Convention Association) (BRASILTURIS, 2013; PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015). Em agosto daquele ano, o governo estadual inaugurou o Centro de Eventos do Ceará (CEC), o mais moderno da América Latina conforme a publicidade oficial. O CEC não estava na Matriz de Responsabilidades da Copa, e consistia num incremento que o governo estadual dera para

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

o almejado salto de Fortaleza no mercado de eventos. O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) produziu um relatório técnico apontando os impactos econômicos do empreendimento, levando em consideração shows, feiras, congressos, convenções, além dos gastos dos visitantes. De acordo com o relatório, o CEC representaria um incremento anual de 0,9% no PIB estadual, gerando cerca de 1,5 mil empregos (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015).

O Centro de Eventos, junto aos projetos da matriz de responsabilidade da Copa, e demais obras de mobilidade realizadas pelos governos estadual e municipal, consolidaram a “centralidade” do eixo sudeste ao longo da avenida Washington Soares, cuja extensão é a rodovia Sol Nascente (CE-010), que dá acesso às praias do litoral leste. As intervenções na região foram decisivas para atrair investimentos privados para o eixo de expansão ao sudeste de Fortaleza, como a construção do hotel Ibis e de novos *shoppings* e centros empresariais, alguns dispoendo de heliporto, além da ampliação do *shopping* Iguatemi; instalação da megaloja de departamentos Leroy Merlin e de inúmeras concessionárias de automóveis de luxo; e a construção de condomínios verticais multifamiliares (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015). Na realidade, um conjunto de empreendimentos públicos e privados tem permanentemente alterado a morfologia da região e gerado conflitos habitacionais e ambientais. Recentemente, foram construídos quatro túneis¹⁶ e um viaduto na altura da avenida Antônio Sales, que causou muitas manifestações contrárias devido os impactos na área de preservação do rio Cocó. Com o objetivo de impedir a derrubada de centenas de árvores para o prosseguimento das obras do viaduto, o movimento “Ocupe o Cocó” ficou acampado por 84 dias dentro do parque.

¹⁶ Túneis Deputado Edson Queiroz Filho, Pintor Antônio Bandeira, Sérgio Nogueira e Olga Barroso.

As obras viárias não contemplaram o transporte coletivo, fortalecendo o ideário do modelo rodoviarista e individual. Uma intervenção de destaque nesse sentido foi o alargamento da avenida Maestro Lisboa, cujo objetivo era facilitar a saída para as praias ao leste, com forte concentração de condomínios de luxo e casas de veraneio, e melhorar também o acesso ao Beach Park, megaequipamento de turismo e lazer famoso, localizado na praia do porto das Dunas, no município de Aquiraz, contando com *resort*, restaurantes e um gigantesco parque de piscinas e toboáguas. A avenida Maestro Lisboa faz também articulação com o 4º Anel Viário, ainda em construção (CEARÁ, 2016), que estabelecerá ligação entre o porto do Mucuripe e o porto do Pecém. Essas obras já estavam previstas independentemente da Copa Fifa 2014, mas foram executadas no mesmo período, em meio à euforia pela recepção de jogos em Fortaleza.

Outros exemplos de obras que não seriam para a Copa, mas acabaram sendo associadas ao pacote foram: a reforma do antigo Centro de Convenções do Ceará, a reforma urbanística da praia de Iracema, a Nova Beira-Mar, a requalificação da praia do Futuro e, com destaque, o Acquário Ceará (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015).

O Acquário Ceará, que não era uma “obra da Copa”, reitera-se, consiste num empreendimento do governo estadual sob responsabilidade da Secretaria de Turismo (Setur), e deverá ser o maior do tipo na América Latina, tendo como objetivo atrair 1,2 milhão de novos visitantes por ano ao Ceará, representando um incremento de 48% no atual fluxo de turistas. Conforme afirmou à imprensa o então titular da Secretaria de Turismo do Ceará, Bismarck Maia, no total, o projeto custaria US\$ 150 milhões, sendo que US\$ 105 milhões vieram de um empréstimo obtido do Export-Import Bank dos Estados Unidos. US\$ 45 milhões sairiam dos cofres do governo (ADERALDO, 2011).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

Com a previsão de uma área construída de 21.500 metros quadrados, o projeto do Acquário Ceará pretende instalar 38 tanques-recinto de exibição, com capacidade de 15 milhões de litros. Serão quatro pavimentos para áreas de lazer, com dois cinemas 4D, simuladores de submarino. Além disso, serão construídos túneis submersos para levarem os visitantes ao interior do tanque de animais marinhos. Em área anexa, está previsto também a construção da Praça das Águas, com instalação de um posto de informações turísticas, quiosques de alimentação, esculturas e uma fonte temática. O governo afirma que o novo equipamento renderá por ano R\$ 21,5 milhões e gerará 150 empregos diretos, 1.600 indiretos e 18 mil na cadeia produtiva do turismo.

O Acquário Ceará e a Praça das Águas estão sendo construídos num terreno antes pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), localizado na praia de Iracema, entre a Ponte dos Ingleses e a Ponte Metálica, onde ficava o primeiro porto da cidade. A região da instalação do empreendimento já é de forte visitação turística e vizinha ao Centro Cultural Dragão do Mar. A suntuosidade da obra, expressa nas maquetes virtuais produzidas pelo governo do estado, e os possíveis benefícios descritos não foram suficientes para convencer da necessidade do equipamento. Vários movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores acadêmicos e alguns parlamentares resistiram à proposta. Além dos moradores da favela Poço da Draga, uma área ocupada há décadas na região do antigo porto, na praia de Iracema, e localizada a metros do empreendimento.¹⁷

¹⁷ Embora o volume de gastos seja a principal crítica difundida, foram os impactos ao patrimônio histórico e ambiental que fizeram a obra ser embargada pela primeira vez em 26 de março de 2012, por recomendação do Ministério Público Federal e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que alegou ser necessário realizar um estudo arqueológico no local do empreendimento antes da construção. Contudo o embargo que suspendia as obras foi anulado pela Justiça no dia 15 de junho de 2012. Na decisão acatada pela juíza Débora Aguiar da Silva Santos, o governo do estado alegou que um estudo arqueológico é desnecessário, pois a área ocupada pelo Acquário é “insignificante”. As obras seguem paralisadas.

O EIA-RIMA do Acquário Ceará afirma que o projeto revigorará a praia de Iracema e o Centro da cidade, devolvendo espaços tradicionais à população da capital (ROMEIRO; FROTA, 2015). O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) elaborou um estudo sobre os impactos econômicos do projeto que assinalava o apelo turístico fortalecido pela edificação de três novos equipamentos, “vinculados de forma complementar”: o Acquario Ceará, o novo Centro de Eventos e o terminal de passageiros do Mucuripe. Esse incremento seria efetivado “[...] na medida em que adotarem estratégias de atuação integrada, se constituirão em novos eixos de atração turística na região metropolitana de Fortaleza.” (IPECE, 2012, p. 4 citado por ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 107).

O terminal marítimo de passageiros do porto do Mucuripe, citado anteriormente, é um empreendimento que visa responder à demanda de cruzeiros internacionais na capital do Ceará. Construído na chamada praia Mansa, numa extensão do terminal marítimo de cargas. A obra foi concluída em janeiro de 2015, mas o terminal foi utilizado ainda inacabado durante a Copa de 2014, onde milhares de torcedores ficaram hospedados em navios transatlânticos. No primeiro semestre de 2015, logo após sua efetiva conclusão, o terminal recebeu dois grandes eventos, a 9ª Feira Internacional de Energias Renováveis – *All About Energy 2015*; e a Dragão Fashion Brasil 2015. Tendo em vista a localização do equipamento, que contará com a liberação das áreas industriais¹⁸ do entorno para projetos de reurbanização e outros fins, e com a restauração do Farol Velho do Mucuripe pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), “[...] poderá promover a gentrificação dos bairros da área,

¹⁸ “As instalações do porto do Mucuripe estão numa área de 35.072m². No seu entorno, encontram-se: três moinhos de trigo – Moinho Dias Branco, Moinho Fortaleza e Moinho Cearense; nove distribuidoras de combustíveis; a refinaria Lubnor; o parque de triagem da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN; uma fábrica de margarina e gordura vegetal hidrogenada (BATISTA, 2005).” (BARBOSA, 2015, p. 241).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

propiciando a criação de uma nova centralidade ao longo da orla marítima, atraindo equipamentos turísticos e atividades correlatas.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA; 2015, p. 75). Na altura do terminal, está prevista também a instalação da última estação do VLT Parangaba-Mucuripe.

As únicas obras da matriz de responsabilidades da Copa de 2014 localizadas fora do eixo centro-sudeste de Fortaleza foram as duas estações do Metrofor da linha sul: Padre Cícero, no bairro Porangabussu; e Juscelino Kubitschek, no bairro Montese. As duas estações devem fazer integração com outros modais, ônibus e VLT. Freitas (2015) observa que, de fato, a maior parte dos investimentos e intervenções urbanas relacionadas à Copa 2014 em Fortaleza, estavam localizados em regiões que já possuíam significativa valorização imobiliária, áreas turísticas tradicionais da cidade e de forte verticalização residencial. Mas a autora ressalta que, além disso, a outra parte das obras estava situada em novas áreas de interesse do mercado imobiliário, como o entorno do aeroporto e do estádio castelão. Bairros agora “emergentes”, foram criados principalmente por ocupações irregulares e com condições precárias de esgoto e saneamento, além de consideráveis deficiências no acesso a outros serviços básicos, cenário que representaria um obstáculo para o processo de elitização da área pelo mercado imobiliário da cidade. Contudo a escolha da capital como subsede do megaevento trouxe um enorme volume de recursos para investimentos urbanos, “[...] que passam a ser direcionados para sanar as deficiências de infraestrutura da nova frente de atuação do mercado imobiliário formal” (FREITAS, 2015, p. 197).

O processo de urbanização na região onde foi construído o estádio Castelão iniciou-se entre as décadas de 1950 e 1980, e se tratava de uma área distante da mancha urbana da cidade. Permaneceram sem drenagem, pavimentação, calçamento, iluminação adequada até o início dos anos 2000. Alguns loteamentos antigos continuaram com baixo estado

de consolidação por várias décadas em razão de práticas especulativas com esses terrenos vazios. Desde o anúncio das obras do Castelão e do seu entorno, em 2010, o valor da terra sofreu um considerável aumento. O preço do metro quadrado no bairro Castelão era da ordem de 950 reais em 2005. Em 2014 esse valor chegara a 3600 reais. Os novos empreendimentos imobiliários que vêm surgindo na região, pequenos condomínios verticais e loteamentos fechados, destinam-se notoriamente a segmentos de faixa de renda superior àquela previamente existente (FREITAS, 2015).

Renato Pequeno (2015) observa que pela convergência entre as vias urbanas que foram reestruturadas, o bairro Castelão tende a adquirir uma posição de “centralidade” na configuração da capital cearense. Uma vez que a arena Castelão tem uso episódico, em dias de jogos ou outros eventos, o autor conclui que “[...] diante da presença de amplos terrenos e glebas vazias nos bairros adjacentes, denota-se muito mais a tendência de abertura de nova frente de expansão para o setor imobiliário.” (PEQUENO, 2015, p. 36). Costa, Accioly e Nogueira (2015) registram que a implantação do complexo esportivo e de entretenimento causou também forte impacto na valorização imobiliária de bairros relativamente próximos ao Castelão, como Messejana e Passaré. Há um forte crescimento na produção de imóveis destinados para segmentos de média renda, processo que poderá mudar o perfil socioeconômico dos moradores desses locais.

Destaca-se também o projeto Parque rio Cocó. Abrangendo os bairros Boa Vista, Barroso, Passaré e Dias Macedo, o programa pretende melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda de seis comunidades residentes às margens do rio Cocó,¹⁹ com a construção de moradias

¹⁹ As comunidades envolvidas no projeto são Boa Vista, São Sebastião, Gavião, Comunidade do Cal, João Paulo II e Jangurussu. “O projeto Parque rio Cocó prevê: sede administrativa;

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

e a instalação de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Porém boa parte dos moradores dessas áreas não será beneficiada com a construção do equipamento público, pois suas moradias estão sendo removidas. Cerca de 2.479 imóveis serão atingidos pelo projeto, e os locais em que serão reassentados são distantes (GÓIS, 2015).

Tal expansão do setor imobiliário teria se intensificado também nos bairros intermediários entre o Castelão e a Parangaba, esse último bairro sendo beneficiado por diferentes obras de mobilidade, pois além do metrô e do BRT, será instalada também a primeira estação do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe, obra de maior abrangência territorial. Pequeno (2015) destaca a construção recente de dois grandes *shopping centers* nas imediações da estação da Parangaba, articulada com o metrô e com o terminal de ônibus; além de outros centros comerciais e de serviços, e a progressiva verticalização residencial nos bairros vizinhos. Esse processo está enriquecendo grandes proprietários de imóveis naquelas regiões graças aos investimentos públicos. A ampliação da avenida Dr. Silas Munguba influenciou no aumento do valor de aluguéis nas proximidades, forçando muitas famílias de menor renda a se transferirem para outras localidades: “A ironia é que as melhorias urbanas, que, em tese, beneficiariam a população, acabam por excluir os mais necessitados das eventuais benesses das obras realizadas na cidade.” (GÓIS, 2015, p. 190).

O VLT corta a cidade no sentido sudoeste – nordeste, com duas estações na zona litorânea, estação Mucuripe e estação Iate, essa última na

anfiteatro; equipamento de ginástica; cafeteria; campos de futebol; *playgrounds*; pista de skate; pista de bicicross; praças de convivência; quadras de vôlei; quadras poliesportivas; quiosques de segurança; salas de eventos; unidade de comércio; ciclovia de 5,6km; estacionamento; passeio arborizado; creche; centro de convivência. O projeto atende os requisitos das zonas ZRU 2 e Zona de Ocupação Moderada 2 (ZOM 2) – espaços e de lazer e esporte –, entretanto a população humilde não será plenamente beneficiada por ele em virtude da remoção da localidade para a porção sudeste do Passaré, distante do novo equipamento urbano.” (GÓIS, 2015, p. 175).

altura do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP). As obras elevaram a demanda imobiliária nos bairros do Mucuripe, Vicente Pinzon e Cais do Porto: “[...] moradias de pescadores, trabalhadores do porto e de atividades industriais e de serviços, por pequenos restaurantes, bares, frigoríficos, fábricas de gelo, comércio [...] cederam lugar a condomínios verticais de luxo e hotéis.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 73).²⁰ Nessas áreas, os edifícios residenciais e hotéis de luxo convivem com favelas assentadas nas dunas, como o Castelo Encantado e o Morro do Teixeira, e na extensão leste da orla marítima, como Serviluz e praia do Futuro. Na região, habitam cerca de 42 mil famílias. A Secretaria de Turismo do município elaborou o projeto de reurbanização e moradia, o Projeto Aldeia do Mar, que prevê remoções para construção de novas vias. O projeto deve alterar o uso e ocupação do solo e mudar o perfil socioeconômico dos moradores dessas localidades (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015).

A concepção desses grandes projetos não foi devidamente debatida com as famílias afetadas com sua implantação, e tampouco contou com participação mais ampla da sociedade civil nas decisões. A avaliação dos impactos negativos advindos com as obras foi suplantada pelo eufórico discurso do legado da Copa. No geral, as principais deliberações ficaram centralizadas nas altas esferas do executivo, com presumível influência do capital imobiliário. Essa concentração de poder não está necessariamente relacionada às exigências da Fifa, é expediente comum nas cidades brasileiras há longo tempo. A Copa do Mundo expôs ainda mais a fragilidade

²⁰ “No Cais do Porto, onde se encontra o porto do Mucuripe e foi construído o TMP, estão situados três grandes moinhos de trigo (J. Macedo, Jereissati e Dias Branco), Fábrica de Asfalto Fortaleza (Asfor), Fábrica de Margarina e grandes depósitos de combustíveis com locais para recebimento, armazenamento e expedição de produtos inflamáveis, como Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gasolina, álcool e óleo. A transferência destes últimos estabelecimentos para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, prevista para dezembro de 2014, foi estabelecida no Decreto nº 31.034/2012.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 73-74).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

ou mesmo inexistência de mecanismos de controle e participação popular na gestão da cidade: “Fortaleza não dispõe de Conselho Municipal da Cidade (ConCidades), apesar de uma intensa pressão do fórum local de reforma urbana durante e um pouco após a longa revisão do Plano Diretor (2002-2009).” (PINHEIRO, 2015, p. 114). Embora estivesse instituído um Conselho Municipal de Habitação Popular (Comhap), esse espaço sequer debateu, e tampouco deliberou, sobre os casos de remoção que ocorreriam. Pinheiro (2015) assevera que o Comhap nunca tivera as obras de Copa entre suas pautas de discussão.

No início da gestão de Roberto Cláudio (PSB), foi criada uma Coordenadoria de Participação Popular (após a extinção do Orçamento Participativo, programa vinculado à gestão de Luizianne Lins), que chegou a convidar movimentos populares para reuniões e debater a criação do ConCidades. “Numa dessas reuniões, foi apresentado um levantamento dos conselhos existentes no município, de cujos dados destacava-se que 54% dos conselhos estavam inativos, e, dos ativos, 86% não tinham um plano de trabalho.” (PINHEIRO, 2015, p. 114). A Assembleia Legislativa impulsionou, em 2011, a criação do Comitê de Acompanhamento das Ações Relativas à Copa de 2014 (CapCopa) (TRIBUNA DO CEARÁ, 2011). Presidido pelo deputado Danniel Oliveira (PMDB), o CapCopa tinha como objetivo monitorar as ações relacionadas à preparação do evento, mobilizando entidades e movimentos da sociedade civil. Das 32 entidades integrantes, somente nove não eram do poder público, e dessas, quatro eram entidades empresariais: Associação Cearense de Imprensa (ACI), Centro de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Três entidades profissionais: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (Crea), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE). E dois

movimentos populares: Central Única das Favelas (Cufa) e Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) (PINHEIRO, 2015).

Vale comentar a cooperação da Cufa no diálogo com as famílias sobre a desapropriação dos seus imóveis. A partir das relatorias das reuniões do CapCopa, Pinheiro (2015) enfatiza o pedido do então titular da Secretaria Especial da Copa (Secopa) e da Secretaria de Grandes Eventos do Estado, Ferrúcio Feitosa, para que a Cufa realizasse uma “conversa harmônica” com as pessoas atingidas pelas intervenções: “[...] o trabalho da Cufa estava ocorrendo mais no sentido de convencer as pessoas a saírem de suas casas, dificultando o processo de resistência e melhoria das condições oferecidas.” (PINHEIRO, 2015, p. 120). Dessa forma, estavam reunidas uma série de condições favoráveis para a viabilização dos projetos, inclusive a “parceria” de algumas entidades populares.

Muitos movimentos sociais que antes exigiam inclusão social e o fim da marginalização política estavam, na opinião do sociólogo Rudá Ricci (2009), imersos em novas estruturas de gestão pública. Para esse autor, os movimentos, “[...] ao ingressarem no mundo e na lógica do Estado, poderiam construir uma nova institucionalidade pública. Porém, foram engolidos pela lógica da burocracia pública.” Além disso, indaga: “Os movimentos sociais brasileiros são representações ou parte integrante de anéis burocráticos de elaboração de políticas públicas?” (RICCI, 2009). Ricci responde que “[...] o ideário anti-institucionalista dos movimentos sociais brasileiros dos anos 80 converteu-se ao ideário do Estado que atacavam.”, e aponta algumas possíveis razões para esse processo. A primeira seria a inconsistência teórica e programática, visto que os movimentos sociais eram orientados pela mera negação ou por um difuso sentimento de injustiça. Outro motivo seria o excesso de “partidarização” dos movimentos sociais (RICCI, 2009).

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

De acordo com José Maurício Domingues (2009), a transição para a democracia na América Latina ofereceu uma oportunidade para a proliferação de expressivos movimentos sociais e para o surgimento massivo de organizações não governamentais, o chamado “terceiro setor”, trata-se de “[...] uma noção ainda mais frouxa e geralmente carregada ideologicamente que a de sociedade civil, ou estando claramente ligada a uma versão neoliberal e despolitizada (e anti-conflito) de tal conceito” (DOMINGUES, 2009, p. 59). O autor acrescenta que a proliferação de associações realmente representativas de demandas populares, que criavam uma camada minimamente institucionalizada localizada entre o estado e a sociedade geral fortalecia a cidadania. Não sendo isso tão claro em relação às ONGs, dada a variedade de entidades e temas cobertos, refletindo assim a confusão conceitual com a ideia de “sociedade civil”, além dos riscos que elas correm de gerar uma nova burocracia.

A inserção do projeto neoliberal nos países periféricos lançou mão de uma “ofensiva semântica” dos poderes dominantes sobre as disputas de sentido de termos como “cidadania”, “democracia” e “participação” (DAGNINO, 2004). As profundas consequências da implantação desse projeto sobre as sociedades latino-americanas são amplamente constatadas no que tange à reestruturação do Estado e da economia. O confronto que marcara profundamente a relação da sociedade civil e o Estado nas décadas anteriores cedeu lugar, nos anos 1990, a uma aposta na possibilidade de ação conjunta entre esses atores.

Seguindo a “despolitização da participação”, o conceito de sociedade civil passou a ser cada vez mais confundido com *mercado*. Daí, explica-se porque tratar questões tais como desigualdade social e pobreza através de soluções estritamente individualizadas, como a ênfase no trabalho voluntário mediante a denominada “participação solidária” e a “responsabilidade social” – tanto de indivíduos como de empresas. Ademais, uma ênfase

Um país emergente e a Fortaleza dos eventos

“gerencialista” transita da administração empresarial privada para a esfera estatal, com várias implicações *despolitizadoras* decorrentes. Em grande parcela dos espaços abertos à participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, ocorre, de fato, a substituição do Estado por esses segmentos na implementação de serviços – responsabilidades antes exclusivas ao Estado. O tal compartilhamento do poder de decisão na formulação dessas políticas públicas fica reservado ao “núcleo estratégico” dos governos (DAGNINO, 2004).

A condução dos processos de transformação urbana está cada vez mais caracterizada pela transferência de responsabilidades públicas à iniciativa privada. O gerenciamento empresarial das cidades, além de beneficiar os interesses do capital imobiliário – associado ao financeiro –, avança na apropriação de espaços públicos e na produção de uma nova “cidade de eventos”. O caso de Fortaleza está inserido na dinâmica das grandes cidades contemporâneas, subordinadas ao lucrativo negócio relacionado às mutações do espaço urbano. Novos discursos foram importados para se pensar a cidade, e esse “novo urbanismo” baseado em megaprojetos arquitetônicos, culturais, esportivos, intensificou a seletividade dos investimentos, redesenhando a urbe conforme a divisão das classes sociais que aspiram atrair (ou repelir) em áreas escolhidas.

DA BELLE ÉPOQUE À FORTALEZA BELA

O processo de urbanização no Brasil se dinamizou, com efeito, a partir da década de 1930, momento no qual a industrialização começou a tomar a dianteira na acumulação do capital, passando a constituir a principal atividade econômica na renda do país em meados da década de 1950, gerando novos grupos e classes sociais. Todavia a velocidade que denota a passagem de uma população predominantemente rural para uma população urbana no Brasil é distinta da sucedida em outras experiências de industrialização, como em países da Europa ou os EUA. Outra característica marcante do processo de urbanização brasileiro é o contingente de migrações internas, oriundas das zonas rurais, que formariam as grandes cidades. A geografia continental do território brasileiro somada a todo processo histórico que estabeleceu profundas desigualdades regionais gerou uma dinâmica de industrialização concentrada em poucas cidades, tais fatores “[...] levaram a um deslocamento de populações das áreas deprimidas para as áreas em crescimento, numa proporção superior à capacidade de gerar empregos no setor formal.” (NUNES; VELOSO, 2010, p. 12).

Paul Singer (1998), em seu livro *Economia Política da Urbanização*, publicado originalmente em 1973, utilizara Fortaleza como um exemplo de “cidade grande sem função industrial significativa”, caracterizada por uma baixa produção agrícola na sua circunvizinhança e com mercado

para produtos industriais quase inexistente. Dessa forma, a ausência de indústrias seria tanto causa como consequência do baixo nível de desenvolvimento econômico. Cumpre ressaltar, contudo, que diferentemente do Centro Sul do país, cuja intensa urbanização e proliferação de cidades é atribuída ao processo de industrialização, o Nordeste deve seu processo de organização do espaço e seu sistema de cidades à agricultura e à pecuária (SILVA, 2007). E o caráter tardio da industrialização de Fortaleza está também relacionado com o próprio aspecto mais tenro da cidade, visto que se tornara um centro urbano relevante apenas no século XIX, posteriormente a outras capitais nordestinas, sobretudo Salvador e Recife.

Dentre os processos que descrevem a trajetória da vida urbana brasileira, apresentam-se dinâmicas diversas de diferenciação socioespacial, tais como afastamento, segmentação, separação ou mesmo isolamento, sobretudo dos trabalhadores mais pobres. E a permanente reestruturação do espaço urbano vai sobrepondo camadas de concreto, porém “[...] a cidade do passado permanece e, sobre ela, as novas ações se estabelecem, como porque as novas ações se combinam com outras que reafirmam a estrutura espacial pretérita” (SPOSITO, 2013, p. 78).

O primeiro período determinante na formação do espaço da atual capital cearense foi marcado pela economia agroexportadora, baseada principalmente na criação de gado e no cultivo de algodão, fatores que tornaram Fortaleza, elevada à condição de cidade em 1826, um relevante centro comercial e coletor de produtos primários para exportação (COSTA; AMORA, 2015). “A cidade, por sua centralidade política e sua disposição junto ao litoral, tornou-se o centro de drenagem e escoamento da produção agrícola de maior valor na província. Tal situação repercutiu no arranjo territorial das vias e dos fluxos.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 82). Vale ressaltar que o movimento de ocupação do território cearense iniciou-se a partir do sertão, deixando de lado a faixa litorânea, isso sem

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

dispensar a matança e a evangelização das populações indígenas habitantes da região (PINHEIRO, 2007). O povoamento da capitania sucedeu entre os séculos XVII e XVIII com a expansão de fazendas de criação de gado que supriam parte das demandas da zona da mata, região produtora da cana-de-açúcar. O historiador Capistrano de Abreu denominou o sistema cultural forjado nessa época de “civilização do couro”.

Fortaleza, que se erguera inicialmente aos arredores do Forte Schoonenborch, construído em 1649 durante a ocupação holandesa, foi elevada à categoria de vila apenas em 1726,¹ mantendo-se como um núcleo urbano inexpressivo até o início do século XIX: “[...] em 1810 contava somente com 1200 habitantes e era constituída apenas de casas térreas e ruas sem pavimentação [...]” (GONDIM, 2007, p. 98). Além de fraca posição comercial, a falta de um produto de alto valor para exportação inibia a expansão das atividades portuárias, explicando o desenvolvimento franzino da região que se tornaria a capital da Capitania,² e, posteriormente, capital do estado do Ceará (DANTAS; SILVA, 2009).

A abertura dos portos às nações amigas, expedida pelo rei de Portugal D. João VI, gerou muita movimentação nas zonas portuárias. Em 1809, o primeiro barco de Fortaleza parte para Londres, levando mercadorias da região e, principalmente, algodão, produto que alavancaria a economia local e a posição de Fortaleza (BRÍGIDO, 1979; NEVES, 2007). A crescente demanda do mercado inglês fez o Ceará intensificar a produção para exportação, aquecendo sua economia e estimulando o povoamento do seu território. “Foi

¹ “As demais vilas criadas no Estado, posteriormente, ainda no século XVIII foram: Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796).” (SILVA, 2007, p. 226).

² Com a independência jurisdicional da Capitania do Ceará em relação a Pernambuco, declarada na Carta Régia de 17 de fevereiro de 1799, a vila de Fortaleza é oficialmente elevada à condição de capital da Capitania (Cf. Girão, 1954; Studart, 2001; Silva 2007; Jucá Neto, 2010). Tal fator permite que um novo regime de governo se instale e conduza a assimilação de um papel destacado da capital cearense perante as cidades interioranas e demais capitais da região.

como porto exportador de algodão e, posteriormente, de cera de carnaúba, que Fortaleza ganhou importância [...] e teve suas instalações portuárias construídas.” (ANDRADE, 1978 citado por SILVA, 2007, p. 225).

O fluxo de embarcações para a Inglaterra ganhou forte impulso com a crise internacional de abastecimento em razão da guerra civil norte-americana. A capital cearense se tornou a principal beneficiária dentre as regiões produtoras de algodão, com seu porto adquirindo enorme importância. Assim, Fortaleza, de uma cidade de baixa relevância local no século XVIII, “[...] torna-se, no século XIX, cidade de primeira ordem e situada em segundo lugar, após Sobral, principal cidade do Ceará, entre 1800-1850.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 8). Celeste Cordeiro (2007) assinala que, durante a seca de 1844, já era notável certa superioridade de Fortaleza, a julgar por ter sido escolhida como ponto de apoio para a calamidade. Além da importância do porto de exportação, a capital da província tornara-se um importante centro de decisões políticas, apesar do caráter ainda modesto da cidade:

Fortaleza, em meados dos oitocentos, possuía ruas largas e praças amplas, cercadas de prédios térreos feitos em geral de barrotes. Viam-se, também, “compridas filas de choças pardacentas, onde viviam humildes moradores mestiços”. [...] O centro urbano, que compreendia a cidade propriamente dita, situava-se entre o mar e as vizinhanças da atual avenida Duque de Caxias, entre a depressão do Pajeú e as proximidades da atual Praça José de Alencar. De acordo com correspondência do barão Homem de Melo a Paulino Nogueira, até 1865 não havia uma única rua ligando ao Centro o então bairro do Outeiro, hoje Aldeota, embora habitasse ali um bom número de pessoas; a ligação se fazia através de atalhos e veredas. (CORDEIRO, 2007, p. 137).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

A partir de 1860, impelidas pelas rendas advindas da exportação algodoeira, as elites locais iniciaram um processo de remodelação sócio urbana de Fortaleza, que perdurou até as primeiras décadas do século XX, tendo como parâmetro os padrões estéticos oriundos dos principais centros europeus. Essas reformas inseriram a cidade no contexto da *belle époque*,³ marcado por intensas transformações na vida social e econômica que alteraram consideravelmente o cotidiano e a subjetividade dos habitantes locais (PONTE, 2007). Desse modo, a acanhada cidade passa a receber entusiasticamente todas as inovações trazidas do Velho Mundo: “Prédios públicos, praças, *boulevards*, teatro, cafés e jardins são construídos segundo os ditames do ecletismo arquitetônico, em voga nas metrópoles europeias, sobretudo Paris, considerada a capital do século XIX, paradigma da civilização ocidental.” (ORIÁ, 2007, p. 243). O historiador Paulino Nogueira (1842-1908) assinalou numa crônica sobre Fortaleza, à época, que finalmente a “civilização” chegara à cidade, e lista algumas dessas inovações:

Passeio Público, praças arborizadas, templos majestosos, edifícios elegantes, tantas e tantas ruas alinhadas, calçamento, iluminação a gás, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, quiosques, clubes, prado, corrida de touros, a cavalo e à bicicleta, quermesses, bazar e demais novidades. (NOGUEIRA, [1899] citado por PONTE, 2007, p. 162).

No mesmo período, ocorrera a substituição da iluminação com azeite de peixe pela de gás carbono, transformando significativamente a sociabilidade noturna de Fortaleza. Em 1875, foi contratado pelo governo cearense o engenheiro arquiteto de Pernambuco, Adolfo Herbster, para

³ “[...] termo francês cunhado para traduzir a euforia europeia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante).” (PONTE, 2007, p. 162).

a elaboração da “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios”. Inspirado pelas reformas comandadas pelo barão de Haussmann em Paris nas décadas anteriores, o plano urbanístico de Herbster atualizava o traçado urbano esboçado em 1818, por Silva Paulet, estendendo os extensos alinhamentos de ruas, em formato xadrez, até os subúrbios. Para facilitar o tráfego no centro da cidade foram abertas três avenidas (Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel), remodelando vias e impondo um traçado retilíneo para melhorar o fluxo (PONTE, 2007). Além disso, “[a]o deixar a capital mais ‘aberta’ e ‘transparente’, o plano dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital.” (PONTE, 2007, p. 166).

Adolfo Herbster realizou outras obras públicas, com destaque para a construção, em 1871, do imponente prédio da Assembleia Provincial, de arquitetura em estilo neoclássico. Sob influência da *belle époque*, conciliou-se a construção de diferentes estilos arquitetônicos na urbe fortalezense, como o neoclássico, o *art nouveau* e a chamada arquitetura de ferro. Essas edificações materializavam a inserção da capital cearense na era do progresso, se igualando a outras capitais: “O ecletismo como estilo arquitetônico se fixava num desejo de conciliação de velhos estilos com inovações tecnológicas oriundas da Revolução Industrial, com a utilização do ferro, do aço e de estruturas pré-moldadas nas construções.” (ORIÁ, 2007, p. 243).

Esse conjunto de transformações na cidade estava disposto conforme a inserção do Brasil e do Ceará aos quadros do capitalismo global. Concepções e técnicas de intervenção urbanísticas de base higienista proliferaram no continente europeu durante o século XIX. Planos foram elaborados visando uma “cidade racional”, organizada e salubre. Na Inglaterra, foi publicada a primeira Lei Sanitária em 1848; na França em 1850, e na Itália em 1865. Na sequência, tais ideias chegaram às colônias e aos Impérios do Novo Mundo (ALVAREZ, 2013). As elites brasileiras não

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

tardaram em implementar projetos urbanos baseados essencialmente no melhoramento e embelezamento das cidades. As cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foram alvos de propostas de intervenção urbana, com base em princípios higienistas já no século XIX. Entre os propósitos, estava justamente a “limpeza” das cidades por meio de erradicação dos territórios que destoassem do modelo de cidade europeia, sobretudo aqueles habitados por pessoas negras, edificando assim um modelo urbanístico segregacionista e autoritário. O maior destaque vai para a remodelação urbana da então capital da República, ocorrida no início do século XX.

A reforma comandada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, sob aval do presidente Rodrigues Alves, teve inspiração marcadamente francesa. O ato inaugural dessa modernização da cidade foi a construção da avenida Central (atual Rio Branco), em 1904. Posteriormente, diversas cidades brasileiras inaugurariam suas avenidas centrais. Essa ânsia por mudanças estava relacionada também a disputas simbólicas com países vizinhos pela liderança do subcontinente: “O Rio precisava se modernizar. E fazê-lo o mais rápido possível. Afinal, sua grande rival, Buenos Aires, havia já inaugurado a avenida de Mayo.” (RISÉRIO, 2012, p. 196). De longe, a “era do bota-abaixo” – como popularmente ficou conhecida a reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro, foi a mais drástica e violenta do período. A região central da cidade era desordenada e repleta de cortiços, habitados geralmente por pessoas negras. As precárias condições sanitárias causavam surtos periódicos de doenças, situação que importunava as elites da época: “Nosso cartão-postal não podia ser uma cidade de ruas tortas, com febre amarela, pardieiros imundos e multidão de pretos e mulatos. Tinha de se europeizar. De se branquear.” (RISÉRIO, 2012, p. 201). À vista disso, foi realizada uma “regeneração” da cidade, imprimindo uma imagem de “bela, próspera e civilizada capital do país do futuro”. Nesse contexto, cerca de 1.681 habitações foram demolidas,

além de algumas edificações públicas, como o hospital da Ordem Terceira da Penitência. O saldo final foram 20 mil pessoas desabrigadas, cuja única solução oferecida pela prefeitura foi a construção de 120 casas. (ROCHA; CARVALHO, 1995, citado por RISÉRIO, 2012, p. 198).

Da expulsão das populações que residiam nos cortiços do centro, negros e mulatos em maioria, decorreu a ocupação dos morros e expansão dos subúrbios na direção das linhas de trem, redesenhando o território urbano e cultural da antiga capital.⁴ A disputa pela ocupação do espaço urbano teve como resultante a consolidação das favelas como territórios marcadamente negros: “[...] para ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e a República.” (ROLNIK, 1989).

Na década de 1920, foram iniciadas obras de saneamento e embelezamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, projetando ali um bairro “*garden city*”. Na mesma década, a prefeitura do Rio iniciou o arrasamento do Morro do Castelo para abrigar uma exposição sobre o centenário da independência do país: “[...] era o Rio destruindo o lugar mesmo do seu nascimento. Destruindo um espaço histórico para celebrar um evento histórico.” (RISÉRIO, 2012, p. 199). Todo esse ciclo de transformações foi decisivo para a morfologia socioterritorial da cidade do Rio de Janeiro:

⁴ “É nesse momento que o território negro carioca desloca-se do Campo de Santana para a zona imediatamente contígua, a Praça Onze. É aí, na casa de uma das tias afro-brasileiras (Tia Ciata), que nasceu a primeira escola de samba carioca. É para aí que afluíam os “arengueiros”, herdeiros dos capoeiras da virada do século. Eram os “perigosos” do Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo), um dos primeiros locais de samba de terreiro da cidade. Salgueiro, Andaraí, Tijuca e Serrinha são morros que começaram a ser ocupados de forma mais intensa naquele momento.” (ROLNIK, 1989).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

Da abertura da avenida Central às obras da Lagoa, a prefeitura concentrou suas ações estéticas e sanitárias no centro e na zona sul da cidade. A paisagem social, cultural e econômica do Rio se viu cada vez mais cindida em zona sul e zona norte. A segregação socioespacial se impôs com uma clareza solar. O segmento dos privilegiados deslizando pela zona sul. Os pobres expulsos do centro vivendo nos enclaves coloridos dos morros. (RISÉRIO, 2012, p. 200).

Em São Paulo, principal centro econômico do país desde meados do século XIX, fora concebido um preceito de segregação urbana assinalado por um outro gênero de “zoneamento social”: as famílias ricas despovoaram a vizinhança dos sobrados do centro da cidade para traçar seu próprio território, reservado e seletivo. Desta sorte, áreas de antigas chácaras começaram a abrigar suntuosos palacetes neoclássicos cercados por muros e jardins da ascendente burguesia paulista. O crescimento urbano de São Paulo se acelerou a partir de 1870, quando tinha apenas 24 mil habitantes. Com a chegada de grandes contingentes de trabalhadores imigrantes da Europa, sua população atingiu 240 mil pessoas em 1900. A cidade não oferecia condições suficientes de moradia, abastecimento de água, saneamento e transportes públicos. Proliferaram os cortiços, pensões e sobrados, muitos em situação de insalubridade. Florestan Fernandes comenta esse processo tendo como pano de fundo a dissolução do regime escravagista e o desenvolvimento de uma ordem social competitiva:

Como cidade em crescimento rápido, São Paulo exercia enorme atração sobre os grupos demográficos ou étnicos com tendências migrantes. Por isso, não é de estranhar-se que se convertesse em um dos centros urbanos que iriam polarizar

as variadas e desencontradas migrações internas das “massas negras”, que se distribuíram pelo país após o colapso final do regime escravo. (FERNANDES, 2008, p.78).

As elites locais preocupadas com a explosão populacional e os problemas dela decorrentes impuseram suas medidas para regulamentar a vida citadina. O Código de Posturas da cidade de São Paulo, de 1886, visava regulamentar desde atividades econômicas e relações trabalhistas, até abertura e calçamento de ruas; além de normas de higiene e salubridade, incluindo o veto à instalação de atividades fabris poluidoras na cidade e a presença de “vagabundos” e pedintes nas ruas e praças da cidade (ALVAREZ, 2015, p. 68). O Código proibia também práticas existentes nos territórios negros, como a das “quituteiras”, que segundo o código atrapalhariam o trânsito; ou dos mercados informais que “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; além do trabalho dos “pais de santo” (ROLNIK, 1989).

Em 1893, uma comissão de quatro médicos e um engenheiro foi designada pelo Setor de Saneamento do Estado para vistoriar as condições higiênicas das habitações operárias de Santa Ifigênia. A “Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia” apresentou um relatório que indicava a existência de 65 cortiços ao longo de 14 quadras. O relatório recomendava a demolição das habitações e a construção de vilas operárias, seguindo parâmetros urbanísticos estabelecidos, num raio de 10 e 15 quilômetros da cidade de São Paulo, acompanhada da implantação de ferrovias que interligassem à cidade. O relatório foi base para, em 1894, a promulgação do Código Sanitário do Estado (ALVAREZ, 2015). Todas essas medidas contribuíram para a efetivação dos anseios segregacionistas das elites paulistanas.

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

São Paulo se transformava, mas de modo desequilibrado, cada vez mais segregacionista, criando ou aprofundando contrastes. Os bairros industriais, populares, cresciam por sua conta e risco, escanteados ou ignorados pelo poder público, que direcionava políticas e ações urbanísticas para o centro da cidade e para as zonas residenciais ricas, os “jardins” da elite paulistana. A “cidade europeia”, com que esta elite sonhava, não comportava cortiços, nódoas de miséria, feiuras da pobreza. A Sé não poderia ser lugar para mendigos e bandidos. Nem para pouso e ponto de putas. Era preciso demolir os casebres, casinhas, cortiços. Limpar a Líbero Badaró. Varrer as vagabundas para longe da porta do Teatro Municipal. Estranha escolha: como casinhas, cortiços e centros de prostituição eram reais, melhor afastá-los de vista. Apagá-los do “triângulo histórico”, da paisagem central da cidade. E, feita a remoção, promovido o afastamento, fazer de conta que não existiam. (RISÉRIO, 2012, p. 204).

Assim, uma série de medidas foram lançadas em outras cidades brasileiras com o intuito de alinhá-las ao modelo europeu de reforma urbana. A implantação de equipamentos suntuosos não seria suficiente para a modernização das cidades, “[...] era necessário ‘civilizar’ e ‘domesticar’ a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador”⁵

⁵ “À Academia Francesa do Ceará, criada em 1872 por jovens intelectuais cearenses egressos da academia de Direito do Recife, coube o papel de promover o ideário cientificista e evolucionista entre grupos letrados fortalezenses. Noções como ‘progresso’, ‘evolução’ e ‘darwinismo social’ assimiladas do estudo das obras de Comte, Spencer, Darwin, e veiculadas pela intelectualidade brasileira da época, serviram de base de inspiração para os projetos de redefinição político-social do país, como, por exemplo, o abolicionismo e o republicanismo.” (PONTE, 2007, p. 165).

(PONTE, 2007, p. 163). Em Fortaleza, medidas de cunho “higienista” foram tomadas com o objetivo de zelar pela saúde pública, como a construção da Santa Casa de Misericórdia e do Lazareto da Lagoa Funda. Na década de 1870, foi construído um novo cemitério, o São João Batista, em local afastado do centro. Além disso, foram realizadas ações públicas com o objetivo de disciplinar indivíduos considerados nocivos ao progresso e à civilização: pobres, mendigos, loucos, vagabundos, prostitutas.⁶

O impulso modernizador do Ceará foi interrompido bruscamente pela avassaladora seca de 1877-1879, que abalou a economia ocasionando forte movimento migratório para a capital. Neves (2007) afirma que o ano de 1877 constitui um marco do problema da seca, deixando de ser considerado mera questão climática para ser compreendida como uma questão social, exigindo a atenção do Estado brasileiro: “De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão de obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...” (NEVES, 2007, p. 80). O autor ressalta que até metade do século XIX, “[...] a escassez de chuvas ainda não representava um problema para o Estado brasileiro que se tornou independente em 1822. Era um fator climático localizado, que não afetava sobremaneira as estruturas do poder e da economia.” (NEVES, 2007, p. 79). A questão da seca, desse modo, foi se intensificando conforme

⁶ “A edificação de um novo cemitério, o São João Batista (1872), em local mais afastado (Jacarecanga), inscreve-se como mais uma investida medicalizadora sobre a cidade. Sua construção justificou-se pela pressão médica de suprimir a necrópole anterior, o São Casimiro, que comprometia o estado sanitário urbano por achar-se muito próximo (atual Praça da Estação) do perímetro central da cidade, além de ter sepultado vítimas da epidemia de cólera, ocorrida entre 1862 e 1864. Pouco tempo depois chegaria a vez de idosos, loucos e meretrizes, acusados de potencialmente perigosos à saúde e à segurança pública, serem também confinados fora da região central. Tais medidas de controle, que se aguçaram dali em diante, demonstram que, à medida que avançava a civilização da cidade, crescia também o medo da doença, do contágio e da morte, bem como da pobreza.” (PONTE, 2007, p. 165).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

avançava a ocupação do território cearense, dado que o “fechamento” das terras desocupadas impedia o deslocamento dos moradores e do gado para regiões mais úmidas. Esse processo se acentuou primeiramente com “[...] a valorização das terras como bem econômico, provocada pela Lei de Terras de 1850, que, ao mesmo tempo, retirou das tribos indígenas remanescentes o controle de algumas áreas protegidas por aldeamentos” (NEVES, 2007, p. 79); e, em seguida, pelo súbito aumento da demanda por algodão, em razão da Guerra Civil nos EUA, conforme já mencionado, que provocara o avanço da cultura algodoeira no estado e consequentemente a ocupação de terras.

Além da seca, ao final da década de 1870, o ciclo econômico do algodão já estava em declínio, dado que o término da guerra civil estadunidense fez com que os algodoados do Sul daquele país retomassem a produção em bases bem mais modernas que a do Ceará, e logo recuperassem seu espaço no mercado internacional, deixando os fazendeiros cearenses bastante endividados. Assim, a única alternativa para milhares de moradores famintos e com a saúde debilitada foi partir em retirada do semiárido em direção à capital, em longos trajetos de caminhada: “[...] mais de 100 mil desses ‘invasores’ esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes.” (NEVES, 2007, p. 82). Para além do temor e preconceito gerado entre os moradores em razão dos acampamentos de miseráveis espalhados pela cidade, Fortaleza, de fato, não possuía a estrutura necessária para tamanho contingente. O caos se instaurara: “[...] notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinatos, antropofagia, mendicância...” (NEVES, 2007, p. 82).

Algumas iniciativas por parte das autoridades locais foram tomadas com o objetivo de reter o fluxo de retirantes para a capital, muitos foram

enviados para a colonização da Amazônia, enquanto outros foram alistados para empregos em obras públicas na periferia da cidade, a exemplo da Estrada de Ferro de Baturité. O trabalho era estafante submetendo inclusive mulheres e crianças a uma disciplina rigorosíssima, sob pena de serem excluídos da lista de recebimento de comida em caso de falta. Numa labuta contínua pela construção da ferrovia, os retirantes abriam picadas na mata, e “[...] caminhavam diariamente até a pedreira localizada no ‘Mocuripe’, distante cerca de uma légua do centro da cidade, e retornavam com uma pedra às costas.” (NEVES, 2007, p. 82).

As ações públicas e a caridade de particulares não estavam sendo capazes de conter a correnteza de miseráveis que inundava a cidade com os “abarracamentos”. O caos tomara conta da capital, que não contava com políticas de planejamento e serviços públicos à altura. As praças e ruas exalavam um ar fétido, espalhando doenças e causando mortes em larga escala: “[...] a longa estiagem possibilitou a propagação de uma fulminante epidemia de varíola, vitimando mais da metade dos 100 mil retirantes amontoados em abarracamentos providenciados pelo governo na periferia de Fortaleza.” (PONTE, 2007, p. 167).⁷ A varíola hemorrágica chegou a vitimar a primeira-dama da província, disseminando grande medo entre as elites residentes das áreas mais urbanizadas da capital. Por fim, coube aos próprios miseráveis o transporte dos cadáveres até o cemitério. “Afora a diária de mil réis e comida, os voluntários exigiram também o fornecimento de aguardente para poderem encarar semelhante serviço” (PONTE, 2007, p. 167). O famoso farmacêutico e romancista, Rodolfo Teófilo, descreve a atividade desses carregadores:

⁷ “A varíola hemorrágica provoca uma grande mortalidade entre os retirantes e habitantes da cidade. O farmacêutico Rodolfo Teófilo calculou que, em dezembro de 1878, estavam acometidos pela doença cerca de 80.000 pessoas; o dia 10 desse mês ficou conhecido como o ‘dia dos mil mortos’, pois 1.004 cadáveres foram encaminhados para o cemitério, sendo que 230 ficaram insepultos devido à sobrecarga de trabalho para os cozeiros.” (NEVES, 2007, p. 83).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

Ordinariamente meio embriagados..., excitados pelo álcool, eles descansavam das cargas falando sem descanso, deixando à vista dos que chegavam às janelas a visão dos esquiifes estendidos na calçada. Este espetáculo tristíssimo ainda se tolerava quando a decência eram suficientes para lhes cobrir a nudez, para lhes velar as partes que o pudor manda esconder. (TEÓFILO, 1997 [1904] citado por PONTE, 2007, p. 168).

Após o avassalador período da seca e da epidemia de varíola, Fortaleza retoma sua marcha à modernização, são inaugurados bondes puxados a burro, um meio de transporte coletivo que respondia à exigência dos patrões que residiam na capital pela pontualidade de seus empregados, além de influenciar na valorização imobiliária das áreas por onde circulavam os veículos (PONTE, 2007). Em 1880, foi inaugurada a estação Ferroviária João Felipe e, em 1897, o Mercado de Ferro, inspirado nas estruturas metálicas em moda na Europa (GONDIM, 2007).

No período é edificado também o Passeio Público, uma área reservada exclusivamente ao lazer dos habitantes da capital. Construído sobre o antigo Campo do Paiol, depois rebatizado como Praça dos Mártires por ter sido o local da execução dos cearenses que lutaram na Confederação do Equador, o Passeio seguia o exemplo de outras cidades brasileiras e correspondia ao afã das remodelações urbanas ao estilo parisiense. “Sobranceiro ao mar e bem arborizado, o logradouro foi murado e decorado com estátuas representando divindades mitológicas gregas, além de canteiros, coreto, café, passarelas pavimentadas e longos bancos.” (PONTE, 2007, p. 170). Logo o Passeio Público tornar-se-ia um ponto obrigatório para a sociedade local: “Atração imperdível às quintas e domingos, o Passeio lotava-se de gente elegante para mostrar as últimas modas chegadas no *dernier bateau* (último navio) vindo da Europa.” (PONTE, 2007, p. 170).

Além do espaço de lazer, o Passeio Público consistia numa arena de diferenciações sociais. O equipamento foi projetado em três planos, no primeiro deles, que costumava ser ocupado pelas elites locais, se concentrava a maioria dos atrativos descritos anteriormente. O segundo e o terceiro plano não eram tão elegantes quanto o primeiro, e eram frequentados pelas camadas médias e pelos mais pobres, nessa devida ordem. Ponte (2007) assinala que não existia nenhuma determinação oficial que delimitasse socialmente o ingresso às diferentes áreas. Teria sido algo que ocorrera “naturalmente”, conforme diziam os cronistas do período. Sebastião Rogério Ponte (2007), considera plausível que “[...] essa separação se deu por força do *segregacionismo social* já existente, mas então reforçado pela modernização em curso que conferia às elites a primazia dos espaços públicos ora embelezados.” (PONTE, 2007, p. 171, grifo nosso).

Reforçando a europeização dos costumes locais, foram inaugurados na mesma época quatro elegantes cafés ao estilo parisiense: Java, Elegante, Iracema e do Comércio. (PONTE, 2007). Tal processo de “aformoseamento” de Fortaleza ficou ainda mais intenso com o advento da República, “[...] sobretudo na gestão do intendente municipal coronel Guilherme Rocha (1892-1912), apelidado pela oposição local de ‘nosso Haussmann’, pela sua compulsão modernizadora de querer transformar Fortaleza numa Paris.” (ORÍ, 2007, p. 243-4).

As políticas de cunho higienista ganharam ainda mais força após a seca e a varíola, se materializando na racionalização e controle do espaço sobre os segmentos considerados perigosos à ordem pública. Os loucos pobres que vagavam pela capital foram recolhidos e confinados no Asilo dos Alienados São Vicente de Paulo, construído em 1886, no Arronches, atual bairro da Parangaba. No mesmo ano, fora construído também o Asilo da Mendicidade, destinados aos idosos pobres e mendigos. Visando atender aos retirantes que vagavam famintos pela capital, e se instalavam

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

de maneira improvisada em praças e ruas, sem quaisquer condições sanitárias, foi construída a Hospedaria Geral de Emigrantes em 1889. A chegada dos retirantes deixara a cidade com a atmosfera fétida de um campo de refugiados, agredindo a nova sensibilidade europeizada da burguesia local, assim, “[...] um pensamento segregacionista, aos poucos, começa a se desenvolver entre as elites locais. Era preciso proteger a cidade das ‘invasões’ periódicas dos refugiados da seca.” (NEVES, 2007, p. 86). Dessa forma, foi delimitado um “zoneamento moral” da cidade de Fortaleza:

[...] tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e aformoseada de Fortaleza, foram sendo estrategicamente confinados em locais afastados: os mortos, para o novo cemitério; os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda; os couros, peles e carnes, para cortumes e matadouro distantes; os loucos, para o Asilo da Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo da Mendicidade; os “vadios” (desempregados), para a cadeia; os retirantes, para os abarracamentos na periferia (até antes da seca de 1915, quando então surgiram os campos de concentração, cercados à guisa de “currais”, em subúrbios distantes); os pobres, para o Dispensário dos Pobres (1885); os menores pobres para o Patrocínio de Menores Pobres (1903) e Dispensário Infantil (1908); as órfãs e desvalidas, para o Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres (1922) e Asilo Bom Pastor (1928); as meretrizes para o Arraial Moura Brasil (anos 20 em diante). (PONTE, 2007, p. 179).

A prioridade dada ao embelezamento da capital deixou de lado a construção de uma infraestrutura urbana mais adequada a problemas específicos.

Apenas em 1909 foi criado um órgão federal para tratar o problema das secas, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que atuou na construção sistemas de barragens, açudes e poços no semiárido (NEVES, 2007).

Em 1912, ocorre uma rebelião que derruba Nogueira Accioly, presidente do Estado desde 1892, abalando o sistema oligárquico e coronelístico do Ceará. Os revoltosos atacaram muitos daqueles ícones erguidos para o embelezamento de Fortaleza, pois representavam a ordem política vigente: “As massas urbanas, revoltadas, dirigem sua ira contra todos os símbolos do poder despótico do oligarca [...] bondes, postes de iluminação, calçamento das ruas, relógios públicos e até mesmo fábricas e lojas.” (NEVES, 2007, p. 86). O rastro de destruição causada pela rebelião ultrapassara as expectativas, e, de certa forma, amedrontou os próprios líderes liberais de oposição: “[...] temem que as massas, uma vez colocadas em movimento pela revolta, pudessem destruir a própria civilização.” (NEVES, 2007, p. 86).

Em 1915, o então presidente do estado, Benjamim Barroso, visando proteger a capital da “invasão” dos retirantes, tendo em vista que se aproximava mais um período de escassez de chuvas, criou o Campo de Concentração do Alagadiço, situado num terreno próximo à estação de trem do Otávio Bonfim. “Os retirantes – que, nesta seca, já sabiam o melhor momento para abandonar o sertão e conseguir uma passagem – eram conduzidos, assim que chegavam, diretamente para o ‘curral’ de arame farpado de onde não poderiam mais sair.” (NEVES, 2007, p. 87). Esse foi o modo encontrado pelo governo para racionalizar a distribuição de alimentação e de serviços médicos, buscando evitar o aumento descontrolado da criminalidade e da prostituição na cidade. Entretanto as condições pouco higiênicas do ambiente destinado a concentrar tantas pessoas já debilitadas ajudou a proliferar doenças, desencadeando inúmeras mortes entre os retirantes. “Os cadáveres, empilhados ao lado

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

do cercado à espera da turma de carregadores que iria jogá-los em valas comuns”, descreve Neves (2007, p. 88), “[...] conferiam ao Campo um ar soturno e macabro, que afugentava até mesmo as almas mais caridosas que iam distribuir alimentos ou consolar os doentes”.⁸

Partindo da controversa experiência de 1915, num outro período de secas, em 1932, decidiu-se por construir não apenas um, mas sete campos de concentração distribuídos pelo território cearense, Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu e Senador Pompeu, e mais dois em Fortaleza. Em janeiro de 1933, os campos já concentravam aproximadamente 90 mil habitantes, apenas o campo de concentração do Crato chegara a ter aproximadamente 60 mil habitantes, atraindo trabalhadores de todo o sul do Ceará e de estados vizinhos. A população instalada nos Campos teve a força de trabalho empregada nas grandes obras públicas realizadas no período, a exemplo do açude do Patu, cuja construção contou com a mão de obra dos retirantes do campo de Senador Pompeu. Na década de 1940, um novo campo de retirantes foi instalado em Fortaleza para selecionar e encaminhar os mais capacitados para o trabalho nos seringais amazônicos. Tratava-se da formação do chamado “Exército da Borracha”, coordenado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), “Tudo sob a supervisão geral do escritório central a Divisão de Migração, resultado de um acordo entre o Brasil e os EUA, dirigido pelo Dr. Charles Wagley, sociólogo da Universidade de Colúmbia.” (NEVES, 2007, p. 93-4).

Linda Gondim (2007, p. 103) assinala que “[é] provável que o confinamento espacial, espontâneo ou forçado, esteja associado à formação das primeiras favelas de Fortaleza, no início da década de 1930: Pirambu,

⁸ “O cheiro de sujeira e morte assustava até mesmo o experimentado farmacêutico Rodolfo Teófilo, que instalou na porta do Campo, embaixo de um cajueiro, o seu posto de vacinação contra a varíola.” (NEVES, 2007, p. 88).

Cercado do Zé Padre, Mucuripe e Lagamar”. Dessa forma, em meio a tantos percalços, Fortaleza seguiu sua marcha de modernização urbana ao longo do século XX, e aumentando cada vez mais sua força no estado e em áreas vizinhas. Na mesma década, em 1933, Nestor Figueiredo elaborou um novo plano urbano para a cidade, apresentando uma primeira proposta de zoneamento funcional para a capital. Em 1948, outro planejamento foi apresentado por Saboya Ribeiro, pioneiro em propor uma hierarquia viária, com sistemas de transportes, avenidas e espaços livres. Mesmo se tratando de peças de alta qualidade técnica e com inovações, tais planos nunca saíram do papel (IACOVINI, 2015).

Clélia Lustosa Costa e Zenilde Amora (2015) destacam os fatores que concorreram para a dinamização da economia do Ceará e que resultaram no fortalecimento da posição de Fortaleza: a implantação de vias férreas e a construção do porto Mucuripe, reunindo assim melhores condições para o escoamento das mercadorias produzidas na região. “Com a construção da ferrovia, iniciada no final do século XIX, atingindo o sul do Ceará, em 1925 (Missão Velha) e em 1926 (Juazeiro do Norte e Crato), amplia-se a força polarizadora de Fortaleza” (COSTA; AMORA, 2015, p. 38), visto que tal ramal capturara a região do Cariri, cujas relações econômicas até aquele momento eram estabelecidas prioritariamente com Recife. As autoras sublinham também certa autonomia em relação à Fortaleza por parte da Zona Norte do estado, comandada por Sobral, “[...] pois contava com uma ferrovia ligando o Ceará ao sul do Piauí, cuja produção era exportada pelo porto de Camocim.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 38). Contudo esse processo começa a ser revertido a partir da construção, em 1950, do ramal Norte da estrada de ferro, ligando Fortaleza a Sobral.

As obras de construção do porto do Mucuripe haviam começado em 1939. Em 1953, o primeiro navio de grande porte atraca no novo porto de Fortaleza, daí em diante, todas as exportações passariam pela capital. O porto

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

de Mucuripe substituiu o antigo porto das Dragas, situado na praia Formosa (atual praia de Iracema), abandonando toda estrutura instalada para o fluxo de cargas, como Armazéns e o Prédio da Alfândega de Fortaleza. Na região permaneceram famílias ocupando terrenos no entorno do antigo porto, formando a comunidade do Poço da Draga (GONDIM, 2007; 2013).

A localização do novo porto era na enseada do Mucuripe, uma porção da cidade praticamente desabitada na época. Farias (2015) assinala que a demanda por trabalhadores braçais nas atividades portuárias, fez com que grande população favelada se instalasse nas áreas próximas ao porto do Mucuripe, assim como a zona de meretrício, que migrara do entorno do porto das Dragas e do Arraial Moura Brasil. O poder público não tomou medidas que ordenassem a ocupação do entorno do porto do Mucuripe. “Ao seu redor, instalaram-se indústrias, populações que serviam de mão de obra para o porto, ou que dependiam da pesca e da prostituição para sobreviver.” (BARBOSA, 2015, p. 241). Por se tratar de uma área próxima ao setor hoteleiro e turístico da capital, acabou atraindo também camadas de maior renda, e acomodando significativas desigualdades sociais nessa porção da cidade.

Urbanização da pobreza

Desde a segunda metade do século XX, todos os países da América Latina registraram um acelerado crescimento da população urbana e do número de cidades. Em meio século, praticamente duplicou o número de pessoas que moravam em áreas urbanas. Entre 1920 e 1980, Lima, Cidade do México e Bogotá multiplicaram suas populações em vinte vezes. Em 1950, 41% da população da região vivia em cidades; em 2000, essa estimativa era de 77%. O subcontinente latino-americano adentrou o século XXI com uma população já marcadamente “urbanizada”,

tendo no seu território 65 áreas metropolitanas; duas megalópoles com mais de 15 milhões de habitantes; 28 cidades habitadas por mais de um milhão pessoas; e outras 35 cujas populações ultrapassavam os 600 mil (AZEVEDO, 2005; CARRIÓN; HANLEY, 2005).

Na verdade, ocorrera uma “urbanização da pobreza”, dado que ao final dos anos 1990, 61,7% dos pobres viviam em áreas urbanas, quando esse número, era de 36,9% em 1970. Segundo dados da Cepal (2001), cerca de 37% dos habitantes urbanos da América Latina eram de pobres e 12% de “indigentes” no início do século XXI, significando que mais de 130 milhões de pessoas sobreviviam precariamente nas cidades latino-americanas.⁹ A má distribuição de renda cresceu no mesmo passo da concentração de riquezas na região, e a pobreza e a indigência seguiram aumentando. Entre os anos 2001 e 2002, a percentagem de pessoas com rendimentos abaixo da linha da pobreza aumentou de 43,2% para 44,0%; a indigência aumentou de 18,5% para 19,4% (MURILLO, 2005). A pobreza se converteu numa problemática tipicamente urbana, e entre outros impactos, deu-se a redução do mercado interno e a depredação do patrimônio histórico e urbano em geral. Além do que, “[...] as cidades de pobres tornam pobres as cidades. Em outras palavras, a concentração da pobreza urbana é uma fonte de instabilidade política e econômica”¹⁰ (CARRIÓN; HANLEY, 2005, p. 19, tradução nossa). Marco Córdova Montúfar (2008), ressalta

⁹ No Equador, por exemplo, o número de cidades com mais de 30 mil habitantes quintuplicou desde a década de 1960. Em 1950, mais de 70% da população equatoriana vivia na área rural. Em 2001, esse número correspondia a 39%, todavia, o crescimento urbano não necessariamente seguiu os planos e as regulações técnicas estabelecidas pelo país, ficou mais à mercê de loteadores e ocupações clandestinas (VALENCIA, 2009). Em Guayaquil, 56% das moradias são irregulares; na capital, Quito, esse número chega a 53%. Na cidade de Esmeraldas, 70% dos prédios não possuem título de propriedade. [“Esse crescimento informal compõe e resulta em exclusão social e naturalização da segregação socioespacial.”] (LORENZO, 2009, p. 141, tradução nossa).

¹⁰ “[...] *las ciudades de pobres hacen pobres a las ciudades. En otras palabras, la concentración de la pobreza urbana es una fuente de inestabilidad política y económica.*” (CARRIÓN; HANLEY, 2005, p. 19).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

que a heterogeneidade dos países da América Latina é contrastada com uma relativa homogeneidade estrutural da região, caracterizada, em linhas gerais, “[...] por processos políticos instáveis, baixo desempenho econômico, desigualdade social, aumento da violência urbana, entre outros; e, por outro lado, a dialética global-local dos processos de globalização”.¹¹ (MONTÚFAR, 2008, p. 13, tradução nossa).

No caso brasileiro, Francisco de Oliveira (2003), assinala que o incremento da urbanização no país “obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total”, mas apesar da Revolução de 1930 ter representado o fim hegemonia do setor agrário-exportador e a ascensão da burguesia urbana, a participação do setor industrial na renda interna do país superou o da agricultura apenas em 1956. Desse modo, o aumento da demanda industrial não deu conta da crescente expansão urbana verificada no período, correspondendo assim a uma “urbanização sem industrialização” ou “urbanização com marginalização”. Mas o aparente caos que marcara o processo de crescimento das cidades brasileiras, cujas periferias compostas por habitações construídas em grande parte pelos próprios posseiros em “mutirão” de vizinhos, consistiria em um aspecto *funcional* às necessidades da acumulação capitalista, sobretudo pelo rebaixamento do custo da força de trabalho urbana:

Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com caos; o “anárquico” do crescimento urbano não é “caótico” em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que

¹¹ “[...] por procesos políticos inestables, bajo rendimiento económico, desigualdad social, incremento de la violencia urbana, entre otros; y por otro lado, la dialéctica global-local propia de los procesos de la globalización [...]” (MONTÚFAR, 2008, p. 13).

se poderia chamar, audazmente, de “acumulação primitiva”. Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Nesse sentido, a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se insere nesse quadro de transformações decisivas para a acumulação capitalista no Brasil, dado que os trabalhadores rurais não foram inseridos na CLT, mantendo praticamente intactas as formas de exploração de trabalho exercidas pelos proprietários rurais, caracterizando assim formas de “acumulação primitiva” no campo. Contudo tal conceito de Marx referente ao processo de “expropriação” do campesinato como premissa da acumulação capitalista, pondera Chico de Oliveira (2003), necessitaria ser redefinido na análise da situação brasileira:

[...] em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* – isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação – mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. Assim, tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas”, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. (OLIVEIRA, 2003, p. 43, grifo do autor).

Além dos trabalhadores rurais, grandes parcelas de trabalhadores ocupados no setor terciário urbano não foram contempladas na nova legislação trabalhista. Desse modo, a CLT “igualava reduzindo” o preço da força de trabalho, reconvertendo até trabalhadores especializados à condição de não qualificados, resultando na precoce formação de um “mercado dual de força de trabalho”, pois: “[...] a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’” (OLIVEIRA, 2003, p. 38). Consequentemente,

a manutenção de formas “arcaicas” no mundo rural, além de manter os lucros dos grandes proprietários, empurrava um imenso contingente de mão de obra excedente para os grandes centros urbanos, exercendo forte pressão para manter os padrões salariais reduzidos. Ademais, “[...] fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinou esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta.” (OLIVEIRA, 2003, p. 46, grifo do autor). Além do custo da alimentação, o preço da força de trabalho nas cidades era composto também pelo custo de bens e serviços, sendo que nesse último, explica o autor, prevalecia uma estranha forma de “economia de subsistência urbana”. Dessa forma, o alicerce fundante da expansão capitalista no país seria a “acumulação primitiva” no campo articulada ao rebaixamento sistemático do valor da força de trabalho nas cidades. A conjugação desses fatores, somados à expansão da infraestrutura urbana e das empresas estatais, e ao fortalecimento do capital privado nacional articulado com a entrada de capitais estrangeiros no país, explicariam o crescimento da produtividade industrial alinhado à concentração da renda na economia brasileira.

As migrações internas, a partir de década de 1940, trouxeram para os centros mais ricos do país uma leva gigantesca de pessoas em busca de trabalho, principalmente nordestinos. Essa massa humana, composta em sua maioria por pessoas não brancas, contribuiu para reverter as políticas de embranquecimento nas principais cidades sudestinas. Além da explosão demográfica e aumento da demanda por moradia, esse processo denota outra importante disparidade do país, a regional: “Dada a diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza [...] o simples traslado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero.”

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

(RIBEIRO, 1995, p. 215). Não à toa, a discriminação e estigmatização das populações nordestinas acompanha a intensidade da urbanização no país.

A partir da década de 1950, na esteira do Estado de bem-estar social e do keynesianismo do pós-guerra, os países centrais realizaram uma produção homogênea de infraestrutura em praticamente todos os centros urbanos, equipando as cidades com todos os instrumentos minimamente necessários para seu funcionamento, e distribuídos para todas as parcelas populacionais independentemente da renda. A atuação do Estado em melhorar as instalações e o fluxo urbano, beneficiava a economia local. Assim, os impostos sobre as empresas reaviam parte dos recursos públicos empregados, visto o incremento nos lucros obtidos estava relacionado com as obras em infraestrutura (FERREIRA, 2010).

No Brasil, em contraste, foi estabelecido uma espécie de “*laissez-faire* social”, de modo a não encarecer os custos da força de trabalho seguindo os interesses da *livre*-iniciativa empresarial. Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorrera uma acelerada “industrialização com baixos salários”, gerando significativo crescimento econômico assentado na manutenção da pobreza, desembocando numa urbanização desigual e com padrões segregacionistas. A política habitacional do Estado era, com efeito, a “não política”, deixando à própria sorte populações que migravam para os centros industriais, submetidas aos loteadores clandestinos ou ocupando informalmente áreas negligenciadas. E a maior porção de recursos públicos empregados em infraestrutura foram destinados às zonas marcadamente ocupadas por famílias de alta renda.

Pela lógica peculiar do subdesenvolvimento, o Estado – se entendido no sentido *público* importado da realidade das democracias desenvolvidas – é um “não Estado”. Ele não planeja ações para a superação do atraso, mas confunde; não

organiza, mas desestrutura; não facilita, mas embaralha e burocratiza os procedimentos administrativos. Não porque seja incompetente, como às vezes se propaga, mas por que é muito eficaz na produção da segregação socioespacial, que emperra o desenvolvimento independente, redistributivo e incluyente e poderia contrariar o equilíbrio de forças políticas, o poder das elites internas e os interesses externos que historicamente se alimentam desse atraso. (FERREIRA, 2010, p. 194).

As políticas de planejamento e regulação urbanística no Brasil, no geral, não tinham comprometimento com a realidade concreta, dado que se aplicavam apenas a uma parte da cidade, ocupada por restrita parcela da sociedade. A ocupação ilegal de imensa porção do solo urbano representava uma “exclusão urbanística” daqueles habitantes ignorados pela “cidade oficial”. A ocupação desordenada gerou graves problemas ambientais e baixa qualidade de vida urbana para as maiorias sociais, além de processos de segregação territorial e suas decorrências: falta de saneamento básico, riscos de enchentes e desmoronamentos, violência e criminalidade. Maricato (2009) destaca quão conveniente seria a existência dessa “cidade ilegal”, tanto para um mercado imobiliário e especulativo, quanto para a manutenção do poder político de alguns grupos, visto que “[...] os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando a regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista.” (MARICATO, 2009, p. 123).

Entre as décadas de 1940 e 1950, Fortaleza apresentou o maior crescimento populacional entre as capitais nordestinas, superando meio milhão de habitantes em 1960 (GONDIM, 2007). Nesse período, a economia do Ceará atravessava uma grave crise econômica em razão dos efeitos das secas de 1952 e 1958, que atingira drasticamente a agricultura

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

da região. Por conseguinte, o comércio estava estagnado, e a pequena atividade industrial sucumbia devido à carência de energia elétrica, não permitindo a concorrência com os produtos do centro-sul. Tal situação foi agravada pela contínua migração de famílias que abandonavam a zona rural. A proliferação de favelas amplificou as já precárias condições habitacionais da capital cearense.

As famílias mais pobres ocupavam principalmente as áreas não urbanizadas. Nesses locais, os terrenos eram adquiridos por valores irrisórios ou simplesmente ocupados clandestinamente. A urbanização espontânea e irregular multiplicou favelas e becos, carentes de água, saneamento e coleta de lixo. Os montes de lixo acumulados em terrenos baldios disseminavam doenças nessas áreas. “Convém lembrar que os anos 50 foram uma época de sucessivas migrações do campo para a cidade, o que acarretou a ocupação mais intensa de favelas como Pirambu, Lagamar e Verdes Mares” (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991, p. 60), locais de grandes conflitos entre moradores e poder público devido a posse irregular da terra. Farias (2015) enumera as principais favelas existentes no período:

Além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, situado entre o açude João Lopes e o atual Monte Castelo, além da Varjota, Papoquinho e da estrada de Ferro. Também era ocupado pela população carente o Morro do Moinho, entre a estação ferroviária e o cemitério São João Batista, afora o bairro São João do Tauape, que se estendia à área mais baixa do Lagamar. À margem da BR-116 ficava o Alto da Balança e, antes de Messejana, havia a localidade denominada Cajazeiras. (FARIAS, 2015, p. 467).

Naquele momento, somente 12% dos prédios da cidade estavam servidos da rede de abastecimento de água. O “inchamento” da cidade impôs às autoridades a necessidade de organizar a expansão urbana, por isso, em 1963, o urbanista Hélio Modesto apresentou um Plano Diretor que dedicava um item ao problema das favelas (GONDIM, 2007). A proposta apresentada por Hélio Modesto e sua equipe foi pioneira em empregar dados censitários, características socioeconômicas e uma perspectiva regional. Além disso, o texto trazia também elementos referentes à mobilidade urbana, com ideias que foram implementadas anos depois: “[...] foi incluída uma proposta de classificação viária – vias de penetração, ligação, locais e anéis de circulação. Dentre as vias propostas, estavam a futura av. Beira-Mar e uma avenida paralela ao Ramal Ferroviário do Mucuripe, a atual Via Expressa.” (IACOVINI, 2015, p. 257). Porém essa proposta de Plano Diretor não foi aprovada pela Câmara Municipal.

A partir dos anos 1960, Fortaleza passa a concentrar funções das mais diversificadas visando atender sua ampla área de influência regional e suas articulações com outros centros urbanos do país, quadro que é aprofundado na década seguinte, quando são instituídas as primeiras regiões metropolitanas do Brasil. A maior integração nacional e a internacionalização da economia brasileira concorreram para ampliar e modificar as relações exercidas por Fortaleza na sua rede urbana (COSTA; AMORA, 2015). Com a política de industrialização promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Nordeste adentrou em uma nova fase de industrialização, ancorada em incentivos fiscais e financeiros e com estratégias centralizadas de planejamento regional. No caso do Ceará, dinamizou-se consideravelmente o quadro econômico do estado, estabelecendo relações com outras regiões do país; a indústria se aperfeiçoou e passou a produzir e contratar mais, aumentando e dinamizando a circulação de riquezas no estado (PEREIRA JÚNIOR, 2015). Dessa forma, a indústria

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

passou de atividade residual para o papel de disciplinadora dos ritmos da economia do estado; e Fortaleza, que concentrava a maior parte do espaço industrial, foi a mais impactada com as transformações econômicas que redefiniram a fisionomia da cidade, tornando-se um polo de influência aos municípios do entorno (AMORA, 1999; PEREIRA JÚNIOR, 2015).

A atuação da Sudene em Fortaleza visou inicialmente o fortalecimento da Zona Industrial da Francisco Sá, que estava integrada ao Porto do Mucuripe. Na década de 1980, nos marcos característicos do planejamento territorial e econômico do período militar, foi instalado o Distrito Industrial de Fortaleza numa área de Maracanaú, distrito de Maranguape na época. Vários hectares foram selecionados para a implantação de um parque fabril, mediante incentivos federais. Para lá se deslocou o antigo setor industrial da Francisco Sá, deixando a zona oeste da capital esvaziada e empobrecida (SILVA, 2005; PEREIRA JÚNIOR, 2015). Para Eustógio Dantas e Borzacchiello Silva (2009), a concentração prioritária das estratégias de industrialização da Sudene nos maiores núcleos urbanos da região – Salvador, Recife e Fortaleza – foi ineficaz para resolver os desequilíbrios regionais predominantes em escala nacional.

A Sudene estava inserida no conjunto de instituições vinculadas ao ciclo “nacional-desenvolvimentista” das políticas públicas no país. Na América Latina, a Cepal¹² cumprira um importante papel como centro difusor de políticas e técnicas de planejamento. No caso brasileiro, com

¹² A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. De início, a Cepal e seus pesquisadores tinham a preocupação de compreender o atraso da América Latina perante os centros desenvolvidos com vistas a sua superação, dentro de um modelo de centro-periferia. Combatia um dos pilares da Teoria Econômica Clássica, a lei das vantagens comparativas, tal postulado defendia que, caso os países não desenvolvidos ou atrasados se especializassem em produtos primários, enquanto os países avançados, por sua vez, em produtos industrializados, os atrasados poderiam obter vantagens dentro das relações comerciais, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade dos países avançados.

a destacada atuação de Celso Furtado na Sudene, técnicas de planejamento visando o desenvolvimento do Nordeste foram aplicadas durante os governos de Juscelino, Jânio e Jango. Mas foi durante os governos militares – com outra orientação política, vale frisar – o período de maior desenvolvimento de planejamentos urbanos no país. Com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) vinculada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), estabelecido em 1973, durante o governo do general Ernesto Geisel. No mesmo ano, com a Lei Complementar Federal nº 14, foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas do país: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Em 1º de julho de 1974, mediante a Lei Complementar Federal nº 20, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Grande Rio (MARICATO, 2009).

No bojo do PNDU, foram criados a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios (Sarem), que controlava o Fundo de Participação dos Municípios; e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), que controlava o Fundo de Financiamento ao Planejamento. Na sequência, foi criada a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU), cujo objetivo era incorporar ao sistema de planejamento urbano municipal as regiões metropolitanas recém instituídas. A CNPU controlava também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) e o Fundo Nacional de Transporte Urbano (FNTU), esse último posteriormente confiado à Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) (MARICATO, 2009).

O Brasil tinha um sistema de diretrizes de planejamento que vigoraram até os anos 1980 [...]. Uma quantidade inédita de Planos Diretores foi elaborada no período. Escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Álibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

para o “caos urbano” e o “crescimento descontrolado”. Essas ideias dissimulavam os conflitos e os reais motores desse “caos”. A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não foi ouvida e, frequentemente, nem mesmo os técnicos municipais. (MARICATO, 2009, p. 139).

Não obstante a quantidade de planos urbanos elaborados, bem como o desenvolvimento de uma produção acadêmica local acerca da temática, o crescimento das cidades brasileiras durante esse período foi marcadamente desordenado, conformando imensas periferias compostas por moradias irregulares e com precário acesso aos serviços. Ermínia Marcitato (2009) afirma que grande parte do crescimento urbano no país “[...] se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga [...] outra, de moradores de favelas, em seu interior” (MARICATO, 2009, p. 140). Essas porções urbanas convenientemente esquecidas pelo poder público são classificadas pela autora como “*não cidades*”.

Acompanhando a dinâmica nacional, foi elaborado em 1972 o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, (Plandirf), um “plano tecnocrata”, elaborado de forma vertical, sem diálogo com a sociedade, nem mesmo com os servidores técnicos do município, característica comum dos planejamentos realizados durante o regime militar. O Plandirf foi o primeiro plano a considerar a escala metropolitana dos problemas de Fortaleza, propondo zoneamento urbano funcional, sistema viário hierarquizado e a implantação de corredores de atividades. O plano dava excessiva ênfase ao desenvolvimento viário e que agregou propostas para o futuro Sistema de Transporte de Massa (STM). Alguns aspectos do plano consistiriam numa inversão na ordem de produção da cidade,

pois primeiro induzia à ocupação e ao adensamento do território, e só posteriormente se preocupava em equipar com a infraestrutura urbana (CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015). Na sequência, foi instituído o Plano Diretor Físico de Fortaleza 1975/79,¹³ esse Plano induziu a verticalização residencial e a concentração de Polos de Adensamento, que seriam interligados por intermédio de um futuro sistema de largos corredores de transporte (MUNIZ, 2006; CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015).

Para responder à acelerada urbanização do país, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) em agosto de 1964, pouco após a instauração do governo militar. A política habitacional introduzida pelo regime era executada a partir do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), vinculado ao BNH; e estruturado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SPBE). Em âmbito local, a política era tocada por construtoras e/ou cooperativas, as Cohabs, que recebiam o financiamento e os subsídios para executar a construção das habitações (SANFELICI, 2015).

O FGTS, criado em 1966, foi uma “compensação” dada pelos militares após extinguirem a obrigatoriedade das empresas privadas de conceder “estabilidade funcional” aos empregados que cumprissem dez anos de trabalho na mesma instituição, o que garantia aos trabalhadores uma justa indenização caso fossem demitidos. Desse modo, o FGTS passou a cumprir tal papel, com os próprios trabalhadores depositando mensalmente nesse fundo, que fica sob responsabilidade do governo, para casos em que sejam demitidos em condições específicas, ou para outros fins, como a moradia (RIBEIRO, 2007).

A produção imobiliária estimulada pelo BNH era conduzida por uma concepção segregacionista e autoritária, pois enquanto servia às classes médias mais abastadas com financiamentos de imóveis bem localizados, as

¹³ Lei nº 4.486, de 1975, e Lei nº 5.122-A, de 1979. (IACOVINI, 2015).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

camadas mais baixas eram alocadas em conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades, gerando grandes “cidades-dormitório”. A política da casa própria firmada pelo regime autoritário servia também como instrumento de combate político e ideológico contra as ideias comunistas e progressistas no país, tendo em vista a polarização então vigente no período de “guerra fria”. A primeira presidenta do BNH, Sandra Cavalcanti, chegou a proferir que a casa própria faria de um simples trabalhador um conservador, defensor do direito à propriedade (BONDUKI, 2009).

Entre 1964 e 1986, o BNH financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, sendo que 2,4 milhões destinadas para o setor popular com recursos do FGTS. O SFH investiu também no Plano Nacional de Saneamento (Planasa), ação pública determinante para o Brasil chegar ao século XXI com mais de 90% da população urbana abastecida de rede de água e esgotos. A intervenção do Estado com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) possibilitou o surgimento de “focos de concentração demográfica.” (SILVA, 1992). No caso de Fortaleza, a extinção de algumas favelas, seguida da construção de conjuntos habitacionais na periferia da cidade – conjunto Prefeito José Walter, conjunto Ceará, conjunto Jereissati, conjunto Marechal Rondon e outros – contribuiu decisivamente para o processo de metropolização de Fortaleza, ao passo que reforçou também a segregação socioespacial. Além disso, o crescimento dos municípios de Caucaia e Maracanaú favoreceu esse processo. No caso de Maracanaú, a implantação do distrito industrial não explicava totalmente o crescimento populacional, visto que as indústrias instaladas não absorviam tamanha mão de obra. A expansão do município se devia mais à função de “cidade-dormitório” para a população de baixa renda que trabalha na capital (GONDIM, 2007).

Desde a década de 1960, grande parte do comércio e dos serviços da região central de Fortaleza foi progressivamente transferida para o bairro

Aldeota. E a abertura da avenida Beira-Mar, em 1964, consolidou aquela faixa litorânea como principal centro de lazer da cidade (GONDIM, 2007). O caso da Aldeota ilustra a dinâmica de “ex-periferias urbanas enobrecidas”, com um intenso processo de valorização fundiária sucedida no bairro a partir da migração de grande parte das elites locais para a nova área residencial. Esse movimento foi bastante comum na orla de cidades litorâneas brasileiras, tais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, quando modificações na legislação urbanística das cidades faziam com que algumas áreas de antigas periferias urbanas adquirissem valorização fundiária, tornando-se assim “bairros de *status*”. (CORRÊA, 1999).

Na sequência, entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreria uma acentuada valorização imobiliária na região sudeste da cidade, fomentada pela expansão “[...] de equipamentos públicos e privados na área, como um centro de convenções, a imprensa oficial, uma grande escola, uma universidade privada e o *shopping center* Iguatemi” (GONDIM, 2007, p. 111). A relação estreita entre órgãos estatais e grupos empresariais do ramo imobiliário conduziu o processo de expansão e modernização urbana de Fortaleza, tanto em alterações no zoneamento da cidade, como no financiamento de obras públicas em determinadas áreas, em benefício de investimentos privados (BARREIRA, 1992). Com as mudanças na legislação urbanística,¹⁴ alterou-se a renda fundiária urbana, valorizando-se determinadas áreas e dando início a um processo de verticalização baseado na construção de hotéis e prédios de luxo nos bairros localizados a leste e sudeste da cidade (GONDIM, 2007). Tais reordenamentos foram consolidados na década de 1990, quando Fortaleza já contava com uma população de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes.

¹⁴ “A partir da aprovação da Lei nº 5122-A, em 1979, e de suas complementações, bairros situados a leste e a sudeste (Aldeota, Meireles, Varjota, Papicu e parte do Cocó) transformaram-se nos mais valorizados de Fortaleza, em decorrência de sua inclusão em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3), nas quais foi permitida a edificação de até 12 pavimentos (Costa, 1988: 101-4)”. (citado por GONDIM, 2007, p. 111).

Remoções habitacionais e novos movimentos

O crescimento desordenado de Fortaleza trouxe consigo muitos conflitos, fazendo emergir alguns movimentos populares que expressavam diferentes faces das mudanças sucedidas nessa metrópole nordestina, e materializavam as transformações necessárias na esfera política, dada a visibilidade da moradia e da pobreza urbana como questões sociais. Esses movimentos conformavam uma “categoria símbolo do fenômeno das diferenciações sociais”, possuindo curta temporalidade – pois seguiam uma “lógica descontínua” –, e se referindo às demandas mais urgentes, tais como moradia, saneamento básico, transportes públicos, cestas básicas (BARREIRA, 1992). Desse modo, a maioria dessas mobilizações populares tinha um caráter local e episódico, e com objetivos bastante específicos.

O caso do Pirambu é um dos mais emblemáticos. Situado na orla oeste de Fortaleza, consiste numa das primeiras favelas da cidade, sendo também uma das pioneiras a sofrer ameaças de remoção. Os moradores, sob a liderança do padre Hélio Campos, mobilizaram-se pela desapropriação e urbanização da área e chegaram a organizar uma passeata reunindo cerca de 20 mil pessoas, partindo da favela até o centro da cidade no primeiro dia de janeiro de 1962, num episódio que ficou conhecido como “a marcha do Pirambu”. A organização dos moradores conseguiu, a partir de decreto do Ministério da Viação, em 25 de maio daquele ano, a desapropriação de duas glebas de terra na área para fins de interesse social. (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991).

Na região que compreende o conjunto de favelas do Pirambu, ao longo da avenida Francisco Sá, fora implantado o primeiro polo industrial do estado. No contexto de industrialização que o Ceará vivenciou a partir da década de 1960, a burguesia local buscou adquirir a maioria dos terrenos disponíveis naquela área a baixos preços, além de explorar

a farta mão de obra disponível: “As indústrias instaladas, por sua vez, atraíam mais pessoas humildes em busca de trabalho, as quais, em virtude dos baixos salários, desemprego e dificuldades de obter casa própria ou arcar com aluguel, deslocavam-se para favelas.” (FARIAS, 2015, p. 467).

Desde a década de 1930, sob direção da ascendente burguesia urbana, conceitos de eficiência, técnica e ciência começam a ocupar o lugar de visões baseadas no “embelezamento” das cidades brasileiras (VILLAÇA, 1999). Desse modo, a existência de favelas nas proximidades de áreas valorizadas da cidade fez com que periodicamente o poder público organizasse programas de remoções habitacionais. No Rio de Janeiro, foi criada uma “Comissão para Erradicação de Favelas” durante a década de 1940, todavia essas intervenções só foram executadas com maior vigor apenas no regime autoritário pós-1964.

Estratégias de “limpeza urbana”, com efeito, foram levadas a cabo pelas ditaduras militares nos países da América do Sul, desembocando em verdadeiras guerras internas no combate violento às favelas e aos “*campamentos*” (acampamentos). Essas aglomerações precárias, além de figurarem como potenciais territórios de resistência, atrapalhavam os projetos de aburguesamento urbano conduzidos pelas cúpulas dos quartéis. Na Argentina, durante o governo da Junta Militar (1967 a 1970), foi elaborado o *Plan de Erradicación de Villas de Emergencia*, que só pôde ser efetivamente executado com o retorno dos militares, em 1976, quando foram eliminados 94% dos assentamentos “ilegais” na Grande Buenos Aires, resultando em 270 mil pobres sem teto.

O Chile, em vários aspectos, é o exemplo mais dramático desse giro autoritário na região. A ditadura do general Augusto Pinochet teve consequências arrasadoras quanto aos conflitos urbanos. Com a derrubada e assassinato do presidente do país, Salvador Allende, seguida da prisão e desaparecimento de milhares de pessoas, o centro da capital Santiago

foi “devolvido” às classes médias e ricas, logo após o despejo forçado de 35 mil famílias “invasoras” das *poblaciones* e *callampas*,¹⁵ habitações populares toleradas durante o governo da Unidade Popular (DAVIS, 2006). Na esteira das erradicações de *campamentos* no centro, foram também criadas grandes áreas “receptoras de pobres” na periferia da grande Santiago, pois além de afastá-los das regiões mais ricas, tornava-se mais fácil as políticas de controle social e territorial sobre essas populações.

Além das remoções, o direito à moradia durante o governo ditatorial chileno foi convertido em “[...] um bem que deve ser adquirido com poupança e esforço e, eventualmente, com o apoio do Estado”¹⁶ (OBJETIVO NACIONAL, 1973 citado por BRAVO, 2009, p. 184, tradução nossa). Na década de 1980, foi estabelecido um programa de subsídios individuais para a habitação. De fato, o programa conseguiu reduzir o déficit habitacional acumulado, construindo residências num ritmo semelhante à reconstrução da Europa no pós-segunda guerra. Essa política perdurou mesmo após a dissolução do regime autoritário, construindo, até 2005, mais de meio milhão de “*viviendas sociales*” (moradias sociais) no país (RODRÍGUEZ; SUGRANYES, 2005). “Esta é a democracia como um modo de vida, sob o *telhado protetor* de um governo autoritário”.¹⁷ (PINOCHET, 1981 citado por BRAVO, 2009, p. 184, grifo nosso, tradução nossa). Nesse processo, foram conformadas comunidades absolutamente isoladas, sem oferta de infraestruturas e serviços. O deslocamento representou uma perda de dignidade por parte dos moradores, assimilando uma “cidadania de segunda classe” para essas pessoas.

¹⁵ Assentamentos urbanos com semelhanças às favelas e comunidades pobres brasileiras.

¹⁶ “[...] un bien que debe adquirirse con ahorro y esfuerzo y, eventualmente, con el apoyo del Estado” (Objetivo Nacional, 1973 citado por BRAVO, 2009, p. 184).

¹⁷ “Esto es democracia como forma de vida, bajo el **alero protector** de un gobierno autoritario.” (PINOCHET, 1981 citado por BRAVO, 2009, p. 184, grifo nosso).

Em meio a profunda crise econômica dos anos 1980, antevendo a distribuição de créditos habitacionais, muitos empresários compraram grandes glebas na então periferia de Santiago, logo agregada à cidade consolidada com os investimentos estatais. Em suma, a posse do solo deu às empresas construtoras o poder de definir a localização tanto dos seus investimentos quanto das *viviendas sociales* (RODRÍGUEZ; SUGRANYES, 2005). Registrou-se também a edificação de uma “periferia exclusiva” na grande Santiago, bairros privados e fechados para as camadas mais ricas, um isolamento voluntário e seletivo, sinônimo de êxito e *status* social. Alguns desses bairros privados são contíguos a áreas mais pobres, gerando uma série de conflitos, como a construção de um muro em La Granja, a pedido dos moradores de um condomínio de luxo que queriam “proteção” diante dos habitantes das *viviendas sociales* na comuna vizinha, Santo Tomás. O muro, construído no limite entre os bairros, aumentou a sensação de precariedade dos moradores da área mais pobre, com a elevação de casos de violência, inclusive estupro, em razão da falta de iluminação nos arredores do paredão erguido (BRAVO, 2009, p. 191).

Para combater uma suposta ameaça de “foco urbano de guerrilheiros marxistas”, o governo militar brasileiro efetivou a remoção compulsória de quase 140 mil pobres de 80 favelas e morros no Rio de Janeiro. “Com o apoio financeiro da United States Agency for International Development (Usaid),¹⁸ outras favelas foram demolidas mais tarde para abrir espaço à expansão industrial ou para ‘embelezar’ as fronteiras das áreas de renda mais alta”. (DAVIS, 2006, p. 114-5). Na realidade, a política de remoções no Rio de Janeiro já vinha sendo conduzida desde 1962 pelo governador Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara. Essa política foi posteriormente federalizada pelo governo militar. O objetivo era valorizar ainda mais o metro

¹⁸ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).

quadrado da zona sul carioca, sobretudo nos bairros Leblon e Lagoa, em detrimento de um largo contingente populacional que ficara sem acesso a diversos serviços e postos de trabalho (GONÇALVES; AMOROSO, 2014).

Na década de 1970, os movimentos populares do meio urbano começaram a apresentar novas características, com as mobilizações deixando de ser tão localizadas e não se restringindo à resolução de problemas imediatos, pois passaram a vir acompanhadas de novas concepções e discursos acerca de direitos e cidadania. Ademais, o vínculo com instituições como a igreja e os partidos políticos passou a ocorrer de forma mais aberta e organizada (BARREIRA, 1992). Em Fortaleza, essa nova configuração dos movimentos sociais urbanos teve seu marco em 1978, quando a remoção da favela José Bastos para a abertura de uma nova avenida, de mesmo nome, criou muita comoção social, ainda que dividindo opiniões. O movimento ganhou espaço nos meios de comunicação locais e adquiriu o apoio de entidades da sociedade civil, tais como as seções cearenses do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-CE) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), a Associação dos Sociólogos, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE UFC), a Arquidiocese, além de políticos da oposição. “O movimento da José Bastos aconteceu no instante em que a sociedade civil iniciava os passos como a ‘oportunidade’ em que as várias forças sociais podiam aparecer no cenário político” (BARREIRA, 1992, p. 83). As demandas populares em geral, e, sobretudo, a questão da moradia, passaram a ter uma considerável visibilidade e maior atenção do poder público.

Não obstante a repercussão causada pela resistência dos moradores da favela José Bastos, o governo estadual foi inflexível e sequer negociou com o movimento, reprimiu-o com truculência, com a polícia empregando armas de fogo, bombas de gás lacrimogênio e cães para expulsar os moradores. De acordo com o relato de um dos moradores envolvidos

no conflito: “[...] houve morador que ficou parálítico... pegaram as coisas do pessoal e quebraram tudo, passaram trator nas casas, jogavam bombas de gás dentro das casas e quando as pessoas saíam agarravam e jogavam dentro do caminhão” (citado por BARREIRA, 1991, p. 89). Por fim, após a favela ter sido removida, os moradores foram reassentados numa área limítrofe ao município de Caucaia, com precárias condições de infraestrutura, além de distante dos locais de trabalho. Apesar do desenlace do conflito ter sido desfavorável aos moradores da favela José Bastos, a visibilidade pública e a articulação de entidades e moradores de outros bairros e favelas, resultara numa rede permanente de comunicação entre estes atores. Ainda em 1978, foi criada a União das Comunidades, com a participação de representantes de Jardim Nova Esperança, Cajueiro Torto, Bela Vista, conjunto Palmeiras, São Cura D’Ars e da Comissão de Moradores da Favela José Bastos (BOLETIM da União das Comunidades, 1978 citado por BARREIRA, 1992).

Posteriormente, outros bairros e favelas ameaçadas de remoção se juntaram à União das Comunidades, dado que nesse período era uma estratégia de Estado erradicar as ocupações e favelas das regiões centrais e assentar seus moradores em conjuntos habitacionais nas periferias. O Programa de Remoção de Favelas, vinculado à Fundação do Serviço Social de Fortaleza, já havia construído, ao longo da década de 1970, os conjuntos: Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras, em regiões a 12, 14 e 18 quilômetros de distância, respectivamente, do centro de Fortaleza. Outras ações governamentais buscaram soluções para a questão urbana. Durante o segundo mandato do coronel do exército Virgílio Távora no governo do Ceará (1979-1984), foi criado o Programa de Assistência às Áreas Faveladas da Região Metropolitana de Fortaleza (Proafa), pertinente à questão habitacional. No período, oito conjuntos habitacionais foram construídos por intermédio desse programa: São Miguel, São

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

Francisco, João Paulo II, Santa Terezinha, Jangurussu, Tancredo Neves, São Vicente de Paula, Goiabeiras. (BARREIRA, 1991).

Ressalta-se a apropriação do termo “comunidade” pelos programas oficiais, em âmbito nacional, desde essa época. Esta operação está inserida numa estratégia para identificar tais programas com o simbolismo conferido ao termo entre as classes populares, significando uma forma de solidariedade agregadora de interesses comuns, conforme comenta Maria da Glória Gohn (1991). Os movimentos articulados pela própria sociedade civil utilizavam o termo comunidade para imprimir sentido a uma nova cultura política, fundamentada em um novo tipo de cidadania, centrada na conquista de direitos. Apesar das diferenças entre essas entidades “comunitárias” e os movimentos populares críticos, alguns daqueles programas vieram a gerar mobilizações populares, a depender da área em que se inseriam e do grau de politização de lideranças e entidades presentes na sua dinâmica (GOHN, 1991).

Entre as prioridades do Plano de Metas do governo de Távora estava a edificação do terceiro polo industrial do estado, que visava dinamizar a economia cearense. No entendimento dos planejadores governamentais, os problemas sociais eram consequência de um acelerado processo de urbanização sem que a oferta de emprego estivesse em níveis compatíveis. Para as camadas mais baixas da população, cuja mão de obra não seria absorvida pelos novos postos de trabalho, a política de assistência e promoção social era a alternativa para possibilitar o acesso aos bens gerados pelo crescimento econômico. Nesse sentido, foi criada a Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (Funesce). Presidida pela primeira-dama do estado, a Funesce tinha a incumbência de melhorar as condições de vida dos estratos de mais baixa renda a partir de cursos de artesanato e outras atividades complementares. Essas instituições não conseguiram atingir seus objetivos, as carências básicas não foram sanadas

e tampouco o acesso às benesses do crescimento econômico foi ampliado. Socorro Barreira (1991) assinala, entretanto, que elas cumpriram um papel decisivo no processo de “normatização dos conflitos” existentes. Tais programas atenderam também outros tipos de demandas, pois a divisão administrativa dos programas nacionais e locais refletia a repartição de poder entre os interesses econômicos e políticos.

Outro grande conflito territorial foi deflagrado em fevereiro de 1983, ganhando forte repercussão. Moradores do Lagamar “invadiram” casas desocupadas no recém-construído conjunto Habitacional Tancredo Neves, sendo igualmente reprimidos por significativo aparato policial. Porém ao contrário do que ocorrera na favela da José Bastos, foi aberto um processo de negociação e os ocupantes conseguiram o direito a posse do imóvel, alguns no próprio Tancredo Neves e outros num terreno na própria região (BARREIRA, 1991). Nesse momento, já estava mais avançado o nível de articulação entre os movimentos populares, bem como as divisões e disputas políticas entre as organizações no interior desses movimentos. Em 1981, foi realizado o 1º Congresso de Entidades de Bairros e favelas, contando com 29 associações presentes. Já no ano seguinte, e contando com a participação de 52 entidades, o II Congresso, delibera pela fundação da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991).¹⁹

Outras entidades destacaram-se no movimento popular da cidade, como a Jornada de Luta Contra a Fome, posteriormente União das Comunidades da Grande Fortaleza, ligada a setores do Partido dos Trabalhadores (PT); e as entidades vinculadas à igreja, a exemplo das CEBs urbanas, da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e do Movimento de Defesa dos Favelados (FERNANDES; BARREIRA, 1991). Em 1986, numa eleição

¹⁹ A primeira diretoria eleita da FBFF foi constituída, em sua maioria, por membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991, p. 66).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

surpreendente, Maria Luíza Fontenele assumiu a prefeitura de Fortaleza, sendo a primeira capital do país a ser governada pelo PT. A “administração popular” trouxe algumas inovações, como o estímulo à organização das camadas populares e sua participação direta nos programas sociais, além do respaldo às pressões desses segmentos, e o apoio às ocupações de vazios urbanos de áreas destinadas a vias e praças (FERNANDES, 1991).

A Jornada de Lutas Contra a Fome constituiu-se, dentre as organizações populares existentes, como base de sustentação social da Administração Popular. A Jornada realizou seu 1º Congresso em 1987 e, como já mencionado, passou a denominar-se União das Comunidades da Grande Fortaleza. O seu plano de lutas estava conjugado com as diretrizes políticas da administração municipal. Já a Federação de Bairros e Favelas, vinculada ao PCdoB, estava na oposição à gestão de Maria Luíza Fontenele.

No plano nacional, o processo de reabertura democrática no Brasil seguiu com o avanço de forças políticas comprometidas com a transformação do Estado e da sociedade. Tais articulações coletivas que vinham desde o enfrentamento ao regime autoritário obtiveram uma série de conquistas no processo de nova constituinte, findado em 1988. Emendas populares²⁰ registraram na Carta Magna do país mudanças significativas na cultura política nacional, como a existência de mecanismos de participação da sociedade na gestão e no controle do poder público. Maricato (2009) destaca o papel do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), articulação criada por setores progressistas da igreja católica, lideranças de movimentos populares, técnicos e assessores de entidades não governamentais na defesa de uma agenda de reforma urbana,²¹

²⁰ Projetos legislativos elaborados diretamente por setores da sociedade civil por intermédio de associações civis e subscritas por, no mínimo, 30 mil assinaturas que atestassem o apoio popular à proposta.

²¹ Na verdade, a proposta de “Reforma Urbana” fora lançada no país primeiramente pelo Congresso do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), realizado em Petrópolis, em 1963. (MARICATO, 2009, p. 144).

com destaque para a figura jurídica do “solo criado”, proposta que tinha como objetivo captar os recursos da valorização imobiliária resultante de atividades especulativas para que o poder público democratizasse a urbanização para toda a população das cidades. Algumas propostas do FNRU referentes ao direito à cidade foram inseridas na Constituição de 1988, instrumentos que dotavam o poder público de maior capacidade de enfrentamento dos desequilíbrios urbanos existentes as cidades brasileiras (MARICATO, 2009, p. 143). Contudo somente treze anos após a promulgação da Constituição Cidadã, em 2001, é que tais instrumentos foram devidamente regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

De fato, esse grande ciclo democratizante inscreveu mudanças profundas na formação social brasileira, entretanto a emergência de demandas populares estava relacionada a profunda crise econômico-social. A década de 1980 registrou enorme queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, justamente com a extinção ou esvaziamento de políticas sociais, como a de habitação. A crise do petróleo na década anterior, e a crise da dívida reforçaram a posição periférica dos países da América Latina na economia internacional. E a perda de impulso do modelo brasileiro de crescimento concentrador e voltado ao mercado externo – que norteou as políticas do período anterior – traduziu-se em recessão econômica, desemprego, inflação e sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa.

No aspecto político, esse período significou grandes avanços, como a dissolução de alguns mitos que sustentavam o modelo vigente, a exemplo da ideia do “progresso num país de potencialidades ilimitadas”, a debilitação do nacionalismo ufanista que baseava a ideologia de segurança nacional e a descrença na “conciliação” como fórmula ideal de se fazer política (GOHN, 1991). Ficava cada vez mais evidente a ineficácia da estratégia de modernização autoritária para reduzir as desigualdades sociais promovendo o desenvolvimento social conjugado com a integração das classes

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

populares. Vale salientar que as elites eram incapazes de reordenar o cenário nacional e não saíram ilesas do processo de transição conservadora.²² A queda do consumo industrial somada à inflação crescente, desembocando numa alteração significativa nos padrões de investimento, acarretou um maior conflito de interesses entre setores internacionais, aqueles ligados ao capitalismo dito nacional e às empresas estatais (MACHADO, 1995).

Em contraste com a crise de alternativas na área econômica, os anos 1980 significaram a generalização da política para toda a sociedade. Das eleições diretas para governador em 1982, às eleições presidenciais de 1989 – passando pela campanha por eleições diretas para presidente em 1984 e pela Constituinte de 1988 – o Brasil registrou intensas mobilizações. Para Domingues (2009, p. 36), tal processo resultaria de “giros modernizadores”, que desde a década de 1980 atravessaram o mundo, com destaque para a América Latina, com uma “onda democratizadora” que não deixou nenhum país do subcontinente intocado. Para o autor,

É importante sublinhar que a transição e consolidação dos regimes democráticos, desembocando no estabelecimento de direitos políticos completos, e inclusive de novas Constituições, baseou-se em uma combinação de fatores: a exaustão dos modelos econômicos (já na década de 1970 ou mais tardiamente [...]), um novo entendimento das principais coletividades políticas de que um novo acordo era necessário (mesmo no caso dos militares, que foram derrotados em todo o subcontinente e expulsos do poder de uma maneira ou de

²² A transição concretizou-se pela eleição indireta por meio de um colégio eleitoral, de Tancredo Neves para presidir o primeiro governo civil pós-1964. Com o falecimento de Tancredo antes de assumir o cargo, coube a José Sarney, indicado a vice na chapa vitoriosa, liderar o governo da denominada “Nova República”.

outra), a introdução de novas instituições e uma mudança da chamada “cultura política”. (DOMINGUES, 2009, p. 36).

O caráter *instituinte* da cidadania relacionado aos giros modernizadores produzira “subjetividades coletivas” que concorriam para engendrar um impacto democratizador. Além disso, “[...] o aspecto *instituinte* da cidadania foi especialmente interessante nesse período de renovação democrática”, afirma o autor, que complementa: “[...] o sistema democrático de direitos, o aspecto *instituído* da cidadania [...], não obstante suas limitações, estabeleceu-se em fins do século XX.” (DOMINGUES, 2009, p. 34).

Uma das resultantes do processo é que grupos dominantes passaram a conviver com movimentos sociais e sujeitos mais livres, o que demandou adaptações aos tempos de mudança, como o desenvolvimento de uma concepção liberal democrática da política e na criação de algumas novas instituições. No âmbito das cidades, iniciativas pioneiras no sentido de democratizar o controle urbano já haviam ocorrido em alguns municípios antes mesmo da Constituinte, como os Planos de Regularização das Zeis (Prezeis) em Recife (PE), e as Áreas de Especial Interesse Social em Santo André (SP), experiências que criaram legislações urbanísticas específicas para assentamentos precários, dotando-os com programas de urbanização e regularização fundiária de favelas.

Tempos de “mudanças”

A partir do final da década de 1980, toma início um novo período de consolidação de Fortaleza como polo metropolitano, caracterizado pelo ingresso de novas indústrias no estado do Ceará e pelo forte desenvolvimento da atividade turística no litoral, apresentando altas taxas de crescimento, com destaque para o comércio e os serviços. Cumpre ressaltar

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

a participação do Estado neste impulso econômico, que levou a cabo um projeto de mudança da imagem do Ceará: “Substituiu-se, então, a imagem negativa do clima semiárido, como sinônimo de fome, seca, miséria e emigração, por uma positiva, onde o sol é vendido como atrativo turístico e também ideal para a produção de frutas tropicais.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 48). Esse processo significou uma redefinição do espaço metropolitano de Fortaleza, com maior intensidade dos fluxos cotidianos. Vale destacar também a construção do Açude Castanhão e do Eixão das Águas, obras que viabilizaram a modernização da agricultura irrigada e outras atividades econômicas, além do suprimento de água na metrópole. (COSTA; AMORA, 2015).

O ciclo aberto pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fez a Região Metropolitana de Fortaleza experimentar um vigoroso processo de industrialização tardia, com crescimento de ramos diversificados no setor de serviços, conferindo à capital cearense um dinamismo econômico que a colocara como destacada “metrópole periférica”, concorrendo para isso sua localização privilegiada diante dos fluxos comerciais e turísticos advindos dos Estados Unidos e da Europa, que operam como resultantes de uma estratégia de atração de capitais promovida pelo Estado (BERNAL, 2004). Tais transformações estão diretamente relacionadas à ascensão de um grupo de jovens empresários industriais,²³ no final da década de 1970, ao comando do Centro Industrial do Ceará (CIC). Os jovens empresários lideraram um processo de maior envolvimento dos industriais do Ceará com as questões políticas locais e nacionais (LEMENHE, 1995).

²³ Entre essas novas lideranças estavam Tasso Jereissati, Beni Veras, Sérgio Machado, Assis Machado, Byron Queiroz, Amarílio Macedo e Edson Queiroz Filho, dentre outros jovens empresários que ganharam grande visibilidade na vida pública cearense. Assim, “Sob o comando dos novos líderes, o CIC transformou-se em importante fórum de debates, e nele foi gestada a candidatura de um jovem empresário ao governo do Ceará”. (GONDIM, 2007, p. 414).

A postura dos novos dirigentes do CIC vinha na esteira do clima político do período, de intensas mobilizações pela redemocratização do país. Além disso, a defesa de um “choque de gestão” na administração pública e do combate à má utilização dos recursos públicos, ao clientelismo e ao fisiologismo, fazia o grupo seguir num caminho distinto à estrutura política local e nacional. Desde a década anterior, havia no Ceará um pacto entre lideranças políticas conhecido como o “acordo dos coronéis” devido a rotatividade de poder entre Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, todos coronéis do exército (PARENTE, 2007). O apoio do CIC à eleição de Gonzaga Mota, economista do Banco do Nordeste e secretário de planejamento de Virgílio Távora, ao governo do estado do Ceará em 1982, assinalou um enfraquecimento dos “coronéis” e o princípio de um movimento de transformações políticas e econômicas no estado. O CIC se transformara num importante fórum de debates que, na eleição estadual seguinte, em 1986, impulsiona a candidatura do jovem empresário Tasso Jereissati ao governo do Ceará, pelo PMDB.²⁴ De posse do executivo estadual, Tasso passou a executar um programa de saneamento da máquina pública, contenção de despesas, diminuição drástica na folha de pagamento e contenção dos salários dos servidores públicos. Além disso, ocorreu uma intensa “terceirização” no serviço público cearense (BERNAL, 2004; GONDIM, 2007).

Vale lembrar que nas eleições municipais anteriores (1985) ocorrera a surpreendente vitória de Maria Luíza Fontenele (PT) para o cargo de prefeita, primeira mulher a governar Fortaleza. A petista derrotou

²⁴ Eleito governador em 1986 pelo PMDB, Tasso Jereissati migra para o PSDB em 1989. Tasso ajudou a eleger Ciro Ferreira Gomes prefeito de Fortaleza nas eleições municipais seguintes (1988). Ciro viria a ser seu sucessor no governo estadual nas eleições de 1990. Tasso volta ao governo do Ceará em 1994 e se reelege em 1998. Nas eleições de 2002, elege seu sucessor, Lúcio Alcântara, também do PSDB, e se elege senador da república. Em 2010 foi derrotado na tentativa de reeleição ao Senado, mas volta ser eleito para a casa nas eleições de 2014.

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

políticos tradicionais, como Paes de Andrade (PMDB), numa notória expressão de descontentamento com a estrutura política então vigente. Josênio Parente (2007) comenta que o cenário estabelecido durante o governo de Gonzaga Mota era propício à ascensão de novos atores na política local: “A eleição de Maria Luíza Fontenele para prefeitura de Fortaleza, em 1985, era mais um dado que indicava o vazio de poder deixado pela fragilização dos ‘coronéis’ advinda da democratização.” (PARENTE, 2007, p. 408). As vitórias de Gonzaga Mota, em 1982, e de Maria Luíza, em 1985, completavam o quadro de transformações significativas na política no Estado. No caso da prefeita, sua gestão alterou consideravelmente a relação entre os movimentos sociais e o poder público, apresentando uma proposta mais radical de soberania popular. Porém teve de enfrentar grandes problemas administrativos em razão da ausência de recursos, pois a oposição aos governos federal e estadual, num período de extrema dependência orçamentária dos municípios, desestabilizava a primeira gestão petista numa capital. Isso sem falar na crise política, decorrente da falta de apoio na Câmara e da divisão das esquerdas, inclusive do próprio PT (PARENTE, 2007; COSTA JUNIOR, 2010).

A principal entidade do movimento popular de Fortaleza na época, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), sob a hegemonia do PCdoB, já havia estabelecido apoio político ao ex-governador Gonzaga Mota (PMDB), justificado pelo rompimento de Mota com os “coronéis”, além de seu apoio ao movimento pelas eleições diretas para a presidência de República e posterior adesão à candidatura de Tancredo Neves nas eleições indiretas. (FERNANDES; BARREIRA, 1991). A aliança gerou benefícios para a Federação e para sua base social: “Nesse contexto, a Proafa²⁵ substitui a estratégia de remoção de favelas pela experiência de reurbanização

²⁵ Programa de Assistência às Áreas Faveladas da Região Metropolitana de Fortaleza.

passando a reconhecer a Federação de Bairros e Favelas e as Associações de Moradores como interlocutores”. (BARREIRA, 1991, p. 93). O vínculo da FBFF com o governo estadual teve continuidade durante parte do governo de Tasso. O PCdoB e a FBFF apoiaram o sucessor de Gonzaga Mota, aliança que durou até as eleições municipais de 1988, quando a sigla comunista optou pela candidatura de Edson Silva, do PDT, para a prefeitura de Fortaleza, enquanto o governo estadual escolheu Ciro Gomes, do PMDB.²⁶

Com o comando político do estado do Ceará nas mãos dos empresários locais, foi realizado um programa desenvolvimentista de caráter conservador, mediante o financiamento público para atração de investimentos externos, além de ajustes profundos nas contas estaduais. O modelo industrial foi planejado em sintonia com o setor privado de fora do Ceará. Dessa forma, “[...] o Ceará criou políticas de atração indiscriminada de investimentos, oferecendo benefícios fiscais e garantias de lucratividade para qualquer capital interessado em atender as exigências da nova competitividade internacional.” (PEREIRA JUNIOR, 2015, p. 86). Vale ressaltar que do ponto de vista econômico, o Ceará e o restante do Nordeste atravessavam um momento de profunda adversidade, pois o Estado brasileiro, que intervinha na região desde a década de 1950, apostando na modernização e redução das desigualdades por meio da industrialização, retrocedeu sua ação devido à crise fiscal da década de 1980, diminuindo notavelmente os subsídios e estímulos fiscais para a

²⁶ O principal motivo do rompimento da Federação [FBFF] com o governo Tasso, entretanto, foi o não atendimento de várias reivindicações e a interferência direta que o governo exerceu nos bairros por meio da cooptação e do aliciamento de militantes, prática levada a cabo mediante a criação do programa “agentes da mudança”. (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991; LEMENHE, 1995). Idealizado e executado pela Secretaria de Governo, aquele programa selecionou pessoas com militância em movimentos populares, treinou-as e remunerou-as para desempenharem um canal de ligação entre a comunidade e os órgãos oficiais. Como consequência disso, “[...] ocorre um certo refluxo nos movimentos de bairros e uma certa perda de legitimidade e hegemonia da Federação de Bairros e Favelas” (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991, p. 68).

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

região. Além disso, a agenda de ajustes econômicos liberalizantes, que solapariam o caráter planejador da ação do Estado, começava a se consolidar globalmente. Nesse contexto, a chamada “guerra fiscal”²⁷ emerge como um instrumento fundamental da política econômica dos entes da Federação, que passam a disputar entre si capitais privados incessantemente.

Diante da inexistência das políticas compensatórias para o Nordeste, o governo do Ceará entrou de forma agressiva na guerra fiscal visando a atração de capitais privados (BERNAL, 2004). Com o intuito de interiorizar o setor industrial, foi oferecida uma série de incentivos, tais como financiamento de terrenos, obras de infraestrutura, isenção de 50% a 100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dependendo da localização dos projetos. Além de vasta mão de obra barata disponível para a instalação das indústrias, em grande parte oriundas de antigas áreas industriais do Sul e Sudeste que definham no forte processo de desindustrialização que marcou o período. O processo de fragmentação metropolitana, vinculado à descentralização da indústria para cidades menores, buscava o afastamento da agitação sindical, a diminuição dos custos de produção e, evidentemente, uma maior lucratividade (SILVA, 2007). A política de descentralização industrial representava um redimensionamento da lógica da intervenção da Sudene na região, além de assinalar a incorporação de uma “racionalidade da economia globalizada”. O novo impulso industrializante, embora descentralizado, destacava a integração com a metrópole através do seu sistema de rodovias (BR-116, BR-222, CE 040 e CE 060). (DANTAS; SILVA, 2009). Tal processo de industrialização tardia foi reforçado com a construção do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, inaugurado em 2002.

²⁷ “Guerra fiscal” é a denominação da disputa entre estados e municípios, mediante incentivos como a isenção de impostos e de infraestrutura, com o objetivo de atrair empresas e capitais para seus territórios.

Projetado no estilo *offshore*, o Complexo do Pecém é integrado pelo porto e por indústrias de base, e foi concebido para suprir limitações do porto do Mucuripe. (BARBOSA, 2015)

O Ceará sofreu inflexões com as mudanças na conjuntura política nacional, e a ascensão de Lula à presidência da república teve enorme peso no desenho do poder local.²⁸ Em 2004, contrariando a direção do seu partido, Luizianne Lins (PT) se candidata à prefeitura e derrota Moroni Torgan (PFL) no segundo turno, tornando-se a segunda mulher a governar Fortaleza, e por dois mandatos (2005-2012).

A administração de Luizianne Lins promoveu muitas políticas direcionadas aos mais pobres, com muitas obras realizadas na periferia da cidade: os CUCAs (Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte),²⁹ o Hospital da Mulher, bem como a melhoria em postos de saúde e escolas. Sua gestão colocou também em funcionamento coordenadorias congregando diferentes temas e segmentos, direcionando políticas específicas a diferentes setores: direitos humanos, juventude, mulheres, diversidade sexual, igualdade racial, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes. No governo petista foram também construídos novos conjuntos habitacionais, sendo alguns demandados em assembleias do Orçamento Participativo (OP), como o conjunto Maria Tomásia. Porém os conjuntos continuaram a ser planejados seguindo as mesmas concepções segregacionistas que nortearam governos anteriores,

²⁸ As esquerdas já haviam chegado ao segundo turno do pleito de Fortaleza em 2000, com Inácio Arruda (PCdoB) sendo derrotado pela então prefeito, Juraci Magalhães (PMDB). Em 2002, no pleito estadual, José Airton (PT), impulsionado pela “onda Lula”, foi ao segundo turno e foi derrotado por pequena diferença de votos para o candidato do governo, Lúcio Alcântara (PSDB).

²⁹ O Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte (Cuca) constitui uma política de juventude por meio de espaços de integração e formação para jovens de 15 a 29 anos construídos em cada Regional da cidade de Fortaleza. O primeiro a ser inaugurado foi o Cuca Che Guevara, localizado na Barra do Ceará. Os demais são na SER II – Praia do Futuro; SER III – Pici; SER IV – Serrinha; SER V – Vila Manoel Sátiro; SER VI – Jangurussu.

transferindo populações pobres para áreas limítrofes da cidade e com péssimas condições de infraestrutura urbana. Além disso, o governo da petista conduziu alguns processos de remoção de moradias, a exemplo das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, que foram reassentadas no conjunto Maria Tomásia. A remoção dessas moradias contou com a ação combinada de agentes da prefeitura e de lideranças comunitárias locais, alinhadas ao governo. Agiam no sentido de convencer as famílias sobre supostos benefícios da transferência para outra região. Apesar dessa estratégia ter garantido certa tranquilidade na saída dos moradores, não foi dispensada a presença massiva da Guarda Municipal e da PM nos locais de remoção, alguns armados e sem identificação nas fardas (COSTA JUNIOR, 2010; DIAS, 2013).

O governo da petista sofreu fortes críticas de movimentos populares e ambientalistas por conta da concessão de licenças ambientais em benefício de interesses da indústria imobiliária. No geral, a relação do governo petista com os movimentos sociais foi ambígua, gravitando entre alianças e conflitos.³⁰ Nas eleições para o governo do Ceará de 2016, a prefeita apoia Cid Gomes (PSB), que ganha em primeiro turno.

O governo de Luizianne Lins promoveu uma agenda de participação popular que englobou diferentes instâncias do processo orçamentário (Plano Plurianual Participativo-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias Participativa-LDO, Orçamento Participativo-OP), tornando parte da política do município permeável aos interesses populares e permitindo

³⁰ Os movimentos mais presentes na agenda de políticas urbanas, sobretudo moradia, são: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento Luta nos Bairros (MLB), Movimento dos Conselhos Populares (MCP). Com destaque para o último, pois foi organizado por militantes ligados ao PT durante a campanha eleitoral que elegeu Luizianne Lins para seu primeiro mandato na prefeitura, em 2004. Mas em razão de conflitos ao longo do primeiro governo, o MCP rompeu com a gestão da petista. (COSTA JUNIOR, 2010). Posteriormente, parte dos militantes do MCP saíram do movimento e fundaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Ceará.

que pessoas de baixa renda pudessem dispor de instrumentos para a elaboração de políticas públicas. (COSTA JUNIOR, 2010). O Orçamento Participativo de Fortaleza chegou a ser premiado pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP)³¹ na primeira edição do prêmio “Boa Prática em Participação Cidadã”, no qual concorreram 39 experiências internacionais de gestão democrática (2006). No decorrer da gestão, todavia, verificou-se uma baixíssima frequência da população nesses espaços, mesmo no principal deles, o Orçamento Participativo (OP). Além da participação aquém do que se esperava, o valor destinado anualmente para atender as demandas do programa não foi executado em sua totalidade ao longo da gestão petista (COSTA JUNIOR, 2010).

Ao longo da década de 2000, Fortaleza e a maioria das cidades brasileiras passaram por processos de planejamento urbano com vistas à inclusão de princípios e instrumentos presentes no Estatuto da Cidade. A maior virtude dessa Lei Federal seria o de tornar explícitas as condições desiguais da produção das cidades contemporâneas, realçando os conflitos existentes, os agentes envolvidos e seus interesses (PEQUENO, 2015).

A dinâmica da revisão do Plano Diretor de Fortaleza opôs dois campos antagônicos: de um lado, os agentes do mercado imobiliário e da construção civil – juntos a representantes de órgãos governamentais; e do outro os representantes dos movimentos populares, de entidades, de ONGs, de grupos acadêmicos (PEQUENO, 2015). O Plano que vigorava em Fortaleza, o PDDU, datava de 1992. Por lei, deveria ter sido revisado em 2002. Somente em 2004, todavia, o então prefeito Juraci Magalhães (PMDB) enviou para a Câmara de Vereadores um projeto de lei para revisão do Plano Diretor. O projeto foi retirado de discussão devido à

³¹ O OIDP é uma articulação de entidades, organizações e centros de investigação, baseada na troca e aplicação de experiências sobre democracia participativa, planificação, gestão urbana e políticas locais de desenvolvimento sustentável e coesão social nas cidades do planeta.

forte pressão de movimentos sociais e outros setores da sociedade civil, que moveram uma Ação Civil Pública questionando a legitimidade de uma proposta elaborada sem a participação popular.

Em 2005, foi instituído um “núcleo gestor” pela recém-empossada prefeita, o núcleo era uma espécie de conselho composto por representantes do governo e da sociedade civil com a responsabilidade de organizar o processo. Esse consistiu em 14 audiências territoriais, sete audiências temáticas na Câmara Municipal e mais de 40 capacitações técnicas, finalizando com a realização do Congresso do Plano Diretor, realizado em janeiro de 2007 com a participação de 534 delegados (FORTALEZA, 2007).

O empresariado da construção civil ficou contrariado desde a composição do núcleo gestor, que assumira uma feição tripartite (prefeitura, empresas e movimentos populares). A metodologia do Congresso do Plano Diretor e o texto aprovado ao final, desagradaram também os representantes de empreiteiras e incorporadoras do setor imobiliário. Já para o chamado “campo popular” – delegados do Congresso ligados a movimentos sociais e entidades –, uma vitória importantíssima havia sido conquistada: no projeto estava prevista a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), o que poderia fomentar na prática políticas de habitação e regularização fundiária de áreas como o Pirambu, cuja população habita um terreno de orla pertencente à União. Nesse caso e em outros semelhantes, o PDPFor tornaria possível a titularidade das casas. Foram determinados três tipos de Zeis: favelas, conjuntos habitacionais precários e vazios urbanos. No texto aprovado estavam também demarcados os locais onde as Zeis seriam implantadas, proposta que contou com a oposição do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon), dado os interesses imobiliários nas áreas em questão.

Não obstante a existência de outros pontos de discórdia, a aprovação das Zeis foi a principal batalha entre campo popular e indústria imobiliária.

Após longo processo de embates, com o empresariado exigindo mudanças significativas no projeto, e os movimentos resistindo para que o texto aprovado pelos delegados não fosse adulterado, o projeto de lei foi finalmente enviado pela prefeita para a Câmara. Isso em 12 de março de 2008, pouco mais de um ano após a realização do Congresso. Ainda foi necessária forte mobilização dos movimentos populares para que os vereadores aprovassem sem modificações o texto do novo Plano Diretor de Fortaleza.

Cerca de 400 pessoas ocuparam ontem o pátio da Câmara para reivindicar a votação imediata do Plano Diretor, assim como a manutenção, no texto original, dos artigos que preveem a criação das Zonas Especiais de Interesse Social. As faixas de pano fixadas nas grades da Câmara Municipal explicavam o motivo da ocupação realizada ontem no pátio em frente ao plenário. “Vereadores (as): o povo está de olho! Cumpram os seus compromissos com a cidade”; “Quem é contra a Zeis é contra a moradia digna”. [...] Outra reivindicação das cerca de 400 pessoas presentes é a aprovação do conjunto de normas e diretrizes até dezembro deste ano. (CORIOLANO, Jornal O POVO, 24/10/2008).

Além de manifestações, foram realizadas audiências públicas para que o novo Plano Diretor de Fortaleza fosse votado pelos vereadores. O projeto foi aprovado em primeira discussão em 18 de dezembro de 2008, e no dia 23 do mesmo mês aprovado em redação final. O Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) foi lançado no dia 13 de março de 2009, no entanto, movimentos sociais que participaram da elaboração da lei não participaram da solenidade ocorrida no gabinete da prefeita. Eles acusaram adulterações no texto que havia sido debatido

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

com os vereadores antes da aprovação. As principais mudanças no texto foram nas regras para a criação de Zeis nas proximidades da praia de Iracema e da praia do Futuro, no prazo mínimo para a transformação de uma comunidade em Zeis e na exclusão da região do Lagamar das áreas que se transformariam em Zeis.

Após um mês de polêmicas e sem ninguém assumir a autoria das adulterações, no dia 14 de abril de 2009, o então presidente da Câmara, Salmito Filho (PT), recebeu do gabinete da prefeita a lei complementar que corrigia os citados pontos do novo Plano Diretor de Fortaleza. (COSTA JUNIOR, 2010). Em entrevista à imprensa, o secretário de planejamento de Fortaleza na época, Meneleu Neto, afirmou que o Plano Diretor representava alterações importantes do ponto de vista ambiental e urbanístico para a capital, pois estava compatível com o processo de expansão urbana e com a sustentabilidade ambiental, na perspectiva de gerar justiça social na cidade. “[...] A criação das Zeis garante a inclusão social e combate a segregação socioespacial, uma característica forte de Fortaleza” (VASCONCELOS, 2009). A então presidente da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor),³² Olinda Marques, assinalava que o novo Plano Diretor contribuiria para acabar com grande parte das áreas de risco da cidade, pois definia áreas de regularização fundiária, permitindo melhorias habitacionais e a urbanização de locais já ocupados; nas áreas de preservação ambiental, as famílias seriam incluídas em programas habitacionais e os espaços degradados seriam recuperados. Já o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE), Roberto Sérgio Ferreira, por sua vez admitiu que, “dentro das possibilidades”, o setor privado ficou satisfeito. “Sabemos

³² Órgão responsável pelas políticas de habitação do município de Fortaleza.

que o plano tem falhas, mas foi o melhor possível. Esperamos que as leis subsequentes façam a correção dessas falhas” (VASCONCELOS, 2009).

Renato Pequeno (2015) ressalta que ao longo da história de políticas de planejamento da cidade, foi a primeira vez que determinadas questões foram debatidas, como a crescente ilegalidade fundiária e a concentração de investimentos em bairros já bem providos de infraestrutura em detrimento de outras áreas mais precárias. Por outro lado, o processo de revisão do Plano Diretor deixou escancarada “a competição desleal em torno de disputas territoriais” (PEQUENO, 2015, p. 29), resultando num Plano Diretor ambivalente, no qual interesses do movimento popular foram parcialmente atendidos, ao mesmo tempo que o zoneamento urbano aprovado beneficiou amplamente o mercado imobiliário em expansão.

Vale enfatizar, contudo, que todo processo de mobilização em torno do novo Plano Diretor fortaleceu novas dinâmicas do movimento social urbano de Fortaleza, escrevendo uma página importante na memória das lutas sociais da cidade (COSTA JUNIOR, 2010). No período dos governos de Luizianne, movimentos de ocupação de terrenos para moradia popular eclodiram em diferentes áreas da cidade, como a “Ocupação Che Guevara”, iniciada em 2004 num terreno à margem da rodovia BR-116. Em 2005, centenas de moradores ocuparam um terreno no Morro da Vitória, localizado no bairro Vicente Pinzón, zona leste de Fortaleza. Os ocupantes sofreram com a violência de homens armados que efetuaram disparos, atingindo algumas pessoas. Um pescador, que participava da ocupação, não resistiu e faleceu no local. Segundo relatos, os homens armados pertenciam à empresa Ceará Segurança, que negou sua participação no episódio.³³ A Justiça ordenou o despejo da ocupação, o que, de acordo com a nota do movimento, foi executado por mais de 900 policiais. Em 2007, no bairro

³³ Jornal *O Povo*, 28/06/2005.

Da *belle époque* à Fortaleza Bela

do Caça e Pesca, ocorreu outra ocupação, denominada “Beira Rio”, com o apoio do Movimento dos Conselhos Populares (MCP).

No dia 03 de julho de 2009, cerca de 75 famílias ocuparam um terreno baldio na praia do Futuro, pertencente à família Otoch e abandonado há mais de vinte cinco anos. Grande parte das famílias que ocupavam o terreno havia participado da ocupação no Morro da Vitória, de onde foram despejadas. De acordo com uma nota divulgada pela ocupação “Raízes da Praia”, o espaço não estava cumprindo sua função social, visto que ninguém exercia posse sobre ele. A nota afirmava também que os programas habitacionais, no geral, doavam recursos para as construtoras construírem conjuntos habitacionais de péssima qualidade em áreas de baixo valor. O texto prossegue fazendo uma dura crítica ao programa “Minha casa, minha vida”, lançado pelo Governo Lula, que, de acordo com o documento, não diferia dos programas dos governos anteriores, pois:

[...] ilude o povo ao insinuar que as pessoas realizarão seu sonho, enquanto na verdade menos de 15.000 (se a meta for cumprida) das mais de 150.000 famílias fortalezenses que compõem o triste déficit habitacional serão beneficiadas. Por isso, entendemos que para conquistar nossa terra e construir nossas casas não adianta esperar pelo governo, devemos partir para luta (“Nota da Ocupação Raízes da Praia”, julho de 2009. Panfleto impresso).

Os moradores pediam solidariedade para que o episódio ocorrido na ocupação do morro da Vitória não se repetisse: “Largamos o aluguel, saímos da casa dos nossos parentes, abandonamos as áreas de risco, e agora somos a comunidade ‘Raízes da Praia’. Contamos com apoio da sociedade fortalezense para que nosso sonho não vire tragédia”. Por fim, a nota assinala a disposição dos ocupantes em garantir seu direito à

moradia: “Estamos organizados e prontos para o que der e vier.” (“Nota da Ocupação Raízes da Praia”, julho de 2009, panfleto impresso).

Meses depois, em abril de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o apoio do MCP, realizou a ocupação de um terreno no bairro Prefeito José Walter, na periferia da capital. Cerca de quinhentas famílias foram cadastradas na ocupação “Comuna da Terra 17 de abril”. O movimento permaneceu em negociação com os governos municipal e estadual que propuseram a retirada das famílias do terreno, pertencente a um comerciante da região, e o reassentamento destas em outro local. Os ocupantes rejeitaram a proposta e lá permaneceram até o poder público viabilizar moradias adequadas, que ocorreu em 2012, com a construção do conjunto residencial Cidade Jardim, em área próxima ao terreno ocupado. Tal conjunto tem relevância pois configura uma nova zona de expansão imobiliária, além de constituir a área destinada a boa parte dos “removidos” pelas obras recentes.

NOS TRILHOS DA RESISTÊNCIA

A utilização do ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe para transporte de passageiros já figurava em planos de mobilidade urbana da cidade de Fortaleza desde a década de 1990. A prefeitura da capital tentara junto à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) a implantação de um sistema de ônibus adaptados sobre os trilhos (CEARÁ, 2013). A ideia não teria ido adiante em razão da inviabilidade operacional e do conflito de competências entre os órgãos responsáveis. Contudo a privatização da RFFSA e a estadualização da CBTU, somado à crescente demanda por mobilidade, permitiria ao governo do estado viabilizar a implantação de um sistema de transporte sobre trilhos, de média capacidade, no antigo ramal de carga existente entre Parangaba e Mucuripe (IACOVINI, 2014). Em 2003, a empresa EPTISA foi contratada para realizar os estudos para a implantação de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). “A solução proposta foi a mais adequada a ser implantada nesse ramal, pela possibilidade de migrar, no futuro, para um sistema de alta capacidade, ou seja, um equipamento metroviário.” (CARTILHA, 2013, p. 10).¹

¹ “Na França, até o ano de 2010, dezenove cidades possuíam pelo menos uma linha de VLT ou de metrô, destacando-se Paris, Lille, Lyon, Marseille, Toulouse, Strasburgo, Bordeaux, Nantes, Montpellier, Grenoble, Saint-Etienne, Valenciennes, Rouen, Orléans, Le Mans, Clermont-Ferrand, Mulhouse e Nice. No Brasil, esse tipo de transporte é uma realidade em algumas cidades. Em Santos, São Paulo, as obras do VLT que ligará Santos a São Vicente ainda estão em andamento, em razão da mudança no traçado do projeto; houve paralisação de um trecho da obra, o que atrasou ainda mais o seu término. Já em Cuiabá, o VLT é uma obra que seria legado da Copa do Mundo 2014, no entanto, conforme os meios de comunicação, a obra se encontra parada desde 2014 em razão do atraso no repasse de verbas por parte do governo do estado. Em João Pessoa,

Em 13 de janeiro de 2010, foi dado início às obras referentes à recepção de jogos da Copa do Mundo Fifa 2014, entre as intervenções urbanísticas, o Veículo Leve sobre Trilhos Ramal Parangaba-Mucuripe. O Estado do Ceará² solicitou a concessão de licença prévia para as obras do VLT junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) que deu seguimento à produção do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA)³ da obra. A versão inicial do EIA-RIMA, que ficou sob a responsabilidade da empresa Geoplan Projetos e Construções Ltda, foi concluída e entregue à Semace em maio de 2011. Diferentes órgãos como o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado, solicitaram o documento, mas não obtiveram acesso de imediato. O documento de mais de seiscentas páginas de informações técnicas foi enviado à DPU com apenas uma semana de antecedência da realização da audiência pública, ocorrida em 20 de julho de 2011, para a apresentação do projeto às comunidades.⁴ (SOUZA, L., 2013).

o sistema de VLT já funciona e liga as cidades de Santa Rita a Cabedelo, passando por Bayeux e João Pessoa. No Ceará, já existe um VLT na região do Cariri que liga as cidades de Crato a Juazeiro.” (BARBOSA, 2015, p. 245).

² Na matriz de responsabilidades da Copa de 2014 ficou determinado que ao governo federal caberia custear e executar as intervenções nos aeroportos, incluindo terminais de passageiros, pista, pátios; e nos portos, construindo terminais para turistas. Ao estado do Ceará e ao município de Fortaleza caberiam o custeio e a execução das intervenções urbanas referentes a mobilidade urbana, estádios e ao entorno de aeroportos e portos.

³ O EIA/RIMA é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, ele consiste num estudo que analisa os impactos socioambientais de intervenções em diferentes extensões territoriais. O EIA/RIMA foi instituído pela Resolução nº 001/86, de 23/01/1986, Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). No caso do VLT de Fortaleza, a Semace expediu o termo de referência nº 681/2010, em 02 de agosto de 2010, para a produção do EIA-RIMA.

⁴ De acordo com o art. 2º, §1º, da Resolução nº 009/87, do Conama, o prazo considerado razoável para que o estudo esteja acessível, e que a sociedade possa participar efetivamente, é no mínimo 45 dias.

Nos trilhos da resistência

Conforme o relatório apresentado, a implantação do VLT no ramal Parangaba-Mucuripe beneficiaria a todos, sobretudo à camada mais carente da população, pois asseguraria ao usuário de transporte público o acesso a serviços básicos, tais como educação, lazer, saúde e emprego, com uma tarifa de baixo custo, garantindo a mobilidade urbana. Porém o empreendimento teria “efeitos adversos” sobre aproximadamente 3.500 famílias, cujas casas seriam desapropriadas. O documento ressalta que tal estimativa foi realizada antes da conclusão do “cadastramento socioeconômico”. No estudo foram cadastrados moradores de apenas 11 bairros atingidos pelo VLT: Aldeota, Aeroporto, Dionísio Torres, Montese, Mucuripe, Papicu, Parangaba, São João do Tauape, Varjota, Vicente Pinzón, Vila União. Deixando de fora os bairros Itaoca, Cocó, Parque Parreão, Aerolândia, Fátima e Alto da Balança. De acordo com os dados levantados pelo relatório:

[...] destaca-se como se mostra a relação desses moradores com o local e com o seu imóvel. Sobressai-se as pessoas que residem no bairro há mais de trinta anos que representou índice de 32,92%. Dentre o principal motivo para residirem nesse local foi o de ficar mais próximo a seus familiares (27,18%) e em seguida relatou-se que esse lugar está próximo de tudo (20,95%). Essas foram as duas principais respostas, como também obtiveram os maiores índices e pode-se destacar ainda que 89,03% responderam que gostam do local, enquanto 10,97% responderam não gostar da moradia nesse lugar [...].

Quanto a infraestrutura, 89,89% dispõem de energia elétrica fornecida pela COELCE e 9,88% têm energia retirada por gambiarras da mesma rede. Quanto ao abastecimento de

água, 87,79% dos domicílios dispõem de água fornecida pela concessionária, sendo o percentual de ligações clandestinas de 8,43%. A maioria dos imóveis têm ligação de esgotos com a rede pública (64,83%), mas 26,45% ainda eliminam dejetos através do sistema de fossa.

Os resíduos sólidos são eliminados através do carro de coleta, 62,75%, enquanto 30,06% é jogado no colete [...].

Cerca de 71,6% da população entrevistada relatou que as pessoas da comunidade se conhecem e convivem bem umas com as outras [...].

No tocante ao tratamento de saúde disponibilizado nesses bairros verificou-se [...] que o atendimento prioritário é na rede pública (78,8%), vindo logo em seguida o atendimento pela rede particular (10,2%), e em terceiro lugar o atendimento pela agente de saúde com uma visita quinzenal (8,0%) [...].

Esses atendimentos acontecem regularmente segundo os moradores na própria comunidade/bairro, sendo esta a resposta que atingiu o maior índice que foi de 66,3%, as outras duas são as seguintes: em bairro próximo (20,2%) e em bairro distante (13,5%). (GEOPLAN PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, 2011b citado por SOUZA, L., 2013, p. 69).

Na Audiência Pública marcada para apresentação e discussão do EIA/RIMA, realizada no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 20 de julho de 2011, moradores de diversas comunidades atingidas pelo

Nos trilhos da resistência

VLT estiveram presentes, além de membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, e representantes da Secretaria de Infraestrutura do Estado, do Metrô de Fortaleza (Metrofor), da Secretaria Especial da Copa e da Procuradoria-Geral do Estado. As principais críticas e questionamentos se concentraram nas desapropriações e nos valores atribuídos aos imóveis, além da desinformação e ausência de diálogo prévio por parte do governo. Os moradores, por meio de abaixo-assinado, solicitaram a realização de uma nova audiência (ROMEIRO; FROTA, 2015).

No mesmo dia da audiência, o Ministério Público Federal do Ceará ajuizou Ação Civil Pública requisitando do governo do estado a suspensão imediata das desapropriações e todos os procedimentos relacionados, como avaliação de imóveis e levantamento de valores de indenizações, até a conclusão do licenciamento ambiental, visto que consiste num procedimento administrativo complexo, que comporta a realização de estudos de impacto ambiental, estudos de alternativas e avaliação de impactos. No texto, o MPF/CE apontou irregularidades na oferta de indenizações irrisórias.⁵ Além disso, notificou a Semace para que ela exigisse do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), a complementação do EIA/RIMA em seis itens. Em síntese: 1) alternativas locais para o traçado dos trilhos e para as estações; 2) alternativas tecnológicas ao VLT; 3) complementação do cadastro socioeconômico; 4) medidas amenizadoras dos impactos sociais; 5) apresentação de projeto habitacional às famílias impactadas; 6) apresentação da Análise de Orientação Prévia (AOP), emitida pelo município de Fortaleza (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011)

A Semace requisitou os estudos complementares à Seinfra, contudo o órgão para assuntos do meio ambiente negou o pedido de realização de nova audiência pública antes da concessão da Licença Prévia, e se

⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. “Ação aponta irregularidades na execução da obra do VLT para a Copa do Mundo 2014”. 2011.

recusou a divulgar a nova versão do estudo. Desse modo, sem que as comunidades e as autoridades competentes conhecessem sua última versão, o EIA/RIMA do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe seguiu para o Conselho Estadual do Meio Ambiente – Coema (SOUZA, L., 2013).

O Comitê Popular da Copa de Fortaleza elaborou um parecer técnico sobre o projeto do VLT destinado aos conselheiros do Coema, no documento foram apontadas irregularidades muito semelhantes às indicadas na ação movida pelo MPF/CE: desrespeito com as normas de proteção ao direito à moradia; ausência de alternativas locais para a linha férrea e estações; ausência de alternativas tecnológicas; abusos contra moradores no processo de cadastramento socioeconômico; baixos valores das indenizações; ausência de participação da população atingida; ausência de alternativa para reassentamento da população. O parecer do Comitê Popular indicava também a deficiência de informações relevantes acerca do perfil das famílias atingidas, dificultando uma averiguação mais precisa dos impactos da obra, e destacava que os critérios utilizados na definição do traçado e da localização das estações eram discriminatórios e excludentes, pois visavam principalmente o menor custo com as indenizações. O Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da UFC (Najuc) lançou nota apontando do mesmo modo tais irregularidades no conteúdo do EIA/RIMA do VLT.⁶

⁶ “Ausência de estudos de alternativas de traçado da obra; Ausência de análise comparativa entre alternativas técnicas e locais; Mudança do trajeto no entorno do Aeroporto Pinto Martins, atingindo famílias que não seriam impactadas pela obra no traçado original (o EIA/RIMA não apresenta justificativa para a escolha de mudança de traçado); Localização da estação do Mucuripe e da estação Rodoviária Borges de Melo em áreas atualmente ocupadas por moradias populares: essas localizações, porém, não são confrontadas com as alternativas de construir as estações sobre terrenos vazios próximos; Ausência do estudo de alternativas tecnológicas, como o VLT elétrico com faixa parcialmente exclusiva; o BRT (*Bus Rapid Transit* – Corredor de linha exclusiva rápida para Ônibus) e o VLP (Veículo Leve sobre Pneus); Ausência de legislação sobre moradia, bem sobre o qual recai o maior impacto da obra; Ausência de informações como: quantidade de pessoas que atualmente trabalham na área de intervenção do projeto, quantidade de crianças que estudam em escolas localizadas na área de intervenção do projeto, despesa familiar mensal com

Nos trilhos da resistência

Vale ressaltar o relatório de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) apontando vários problemas no projeto:

- Falta de Alternativas Locacionais e Tecnológicas para o Projeto;
- Indefinição do número de linhas de ônibus a serem desativadas na fase de operação do VLT, acarretando em impossibilidade de determinação dos Impactos Ambientais;
- Falta de elementos comprobatórios da Redução de Ruídos no Ambiente após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Diminuição do Tempo de Viagem após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Redução da Emissão de Gases após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Diminuição do Número de Passageiros de Ônibus após o início da operação do VLT;
- Erro na definição dos limites de Faixa Marginal em Área de Preservação Permanente-APP's;

transporte; Ausência de projeto habitacional para as famílias que podem ser removidas” (NAJUC, 2011 citado por JUSTA, 2012).

- Falta de análise dos impactos ambientais em Macrozonas de Proteção Ambiental;
- Falta de análise dos impactos ambientais em Macrozonas de Ocupação Urbana;
- Falta de análise dos impactos ambientais em Zonas Especiais;
- Ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;
- Ausência de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil –PGRCC;
- Erro na Avaliação de Riscos e no enquadramento na Tabela de Frequência de Risco;
- Erro no enquadramento da Tabela de Severidade do Risco [...] (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011).

Na mesma semana em que rejeitaram a ação do MPF, foi anunciada a reunião do Coema que teria como pauta o licenciamento ambiental do VLT. Muitos moradores das comunidades atingidas tentaram denunciar as irregularidades do projeto e evitar a votação da licença prévia. Todavia poucos conseguiram entrar no local da reunião do Coema, restando protestar ao lado de fora. Defensores Públicos da União e do Estado do Ceará e alguns moradores solicitaram que a votação da licença prévia do VLT fosse retirada da pauta, sem sucesso (SOUZA, L., 2013).

O EIA/RIMA foi apreciado pelo Coema sem adequada avaliação e aperfeiçoamento advindos do debate público. Embora as objeções levantadas

Nos trilhos da resistência

por entidades e autoridades públicas, o Coema aprovou, no dia 01 de setembro de 2011, os estudos sobre os impactos da implantação do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe, conforme registrado em matéria do site oficial da Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Fortaleza (SEMACE, 2011):

Com 17 votos favoráveis e seis abstenções o Conselho Estadual do Meio Ambiente – Coema – aprovou, nesta manhã, em concorrida sessão que deu voz à comunidade presente, no auditório da Procuradoria-Geral do Estado, o parecer técnico da Semace referente ao projeto Veículo Leve sobre Trilhos – VLT trecho de Parangaba ao Mucuripe.

O presidente do Conpam [Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente], Paulo Henrique Lustosa, que presidiu a sessão, explicou que com esse resultado, a Semace concede a Licença Prévia para o empreendimento. Ou seja, agora, é que vai começar a etapa de avaliação das condicionantes para a implantação do projeto. “Dará início a fase do detalhamento. A comunidade deve ser buscada para definir a questão da nova localização, o valor da indenização entre outras questões que serão tratadas com transparência”, assegura o presidente do Conpam. Foi inclusive criada uma comissão técnica para acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Remoção, auxiliando tanto o empreendedor quanto à comunidade.

Ao ser questionado sobre a legalidade jurídica da Semace, pelo defensor público da União, Dinarte da Páscoa, ao conceder licença numa obra que é em Fortaleza e que deveria

ser atribuição do município, Paulo Henrique Lustosa justificou que foi firmado um termo de cooperação técnica entre o governo do estado e a prefeitura municipal, no qual existe a definição dessa competência, sendo portanto, legal. (CEARÁ, 2011).

A Licença Prévia para a obra foi emitida em 13 de setembro de 2011. A licitação⁷ da obra do VLT foi concluída e o Consórcio CPE-VLT Fortaleza⁸ assinou o contrato em 24 de fevereiro de 2012. Romeiro e Frota (2015) assinalam que tanto o edital da licitação como a minuta do contrato traziam apenas uma cláusula genérica que obrigava o consórcio a tomar “precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros”, sem nenhuma diretriz específica ao tratamento dos moradores das áreas impactadas. Os autores afirmam que “[...] as licitações e contratações públicas são encaradas como meras etapas formais para viabilizar a terceirização dos serviços, desprezando a possibilidade de estabelecer obrigações quanto aos direitos da população afetada pela obra” (ROMEIRO; FROTA, 2015, p.84). A empresa Mosaico ficou responsável pelo cadastro das famílias; e a Construções e Consultoria Moreira Lima Ltda. (Comol) pela avaliação dos imóveis. Os contratos estabelecidos pelo governo do estado com as duas empresas não foram divulgados.

Violência terceirizada

Com a licença ambiental de instalação concedida, as ações para acelerar as obras foram intensificadas. A Assembleia Legislativa do Ceará

⁷ Edital de Concorrência Pública nº 20110009 (CEARÁ, 2011).

⁸ Composto pelas empresas Consbem Construções e Comércio Ltda, Construtora Passarelli Ltda e Engexata Engenharia Ltda.

Nos trilhos da resistência

aprovou uma lei⁹ de iniciativa do Poder Executivo e aprovada em regime de urgência, autorizando a Secretaria da Infraestrutura a realizar o trabalho de desapropriação, indenização e remoção das famílias afetadas pelo projeto do VLT Parangaba-Mucuripe. De acordo com essa lei, apenas os proprietários regularizados, detentores do título de propriedade devidamente registrado, receberiam a indenização correspondente ao terreno e às benfeitorias no imóvel (estrutura física da habitação: paredes, telhado, piso). Já os ocupantes que não possuísem o título de propriedade, o cálculo da indenização consideraria apenas as benfeitorias. O valor das indenizações devendo ser determinado pela avaliação do imóvel elaborada por equipe técnica contratada junto à Secretaria de Infraestrutura do Estado.

A primeira fase do processo de desapropriação foi o cadastro social das famílias afetadas, visando a produção de um diagnóstico social do impacto da obra. Conforme mencionado, tal cadastro ficou sob a incumbência da empresa Mosaico, que coletou dados nos domicílios indicados para a desapropriação. Posteriormente, sob encargo de outra empresa terceirizada: Construções e Consultoria Moreira Lima Ltda. (Comol), foram realizados medições e laudos que estipularam a área atingida e o valor da indenização.

Na sequência, a equipe do Metrofor conferiu os laudos e cadastros produzidos pelas empresas, e determinou especificamente cada situação para ações de desapropriação do VLT ramal Parangaba-Mucuripe. Daí, visitas domiciliares foram realizadas entregando a convocação para cada família ir negociar a desapropriação do seu imóvel na sede da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra). Na ocasião, os moradores obtiveram acesso aos laudos e aos valores estipulados. Na negociação, estava colocado que os moradores deveriam deixar os imóveis em até 15 dias após o depósito do valor da indenização. Os moradores

⁹ Lei nº 15.056/2011, alterada pela Lei nº 15.194/2012.

reclamavam das poucas informações fornecidas sobre o projeto e, principalmente, dos baixos valores de indenizações, dado que os primeiros “posseiros” que aceitaram o acordo receberam valores entre quatro e dezesseis mil reais. Paulo Romeiro e Henrique Frota (2015) comentam que as propostas de indenização ignoravam a localização das habitações em regiões valorizadas da cidade, e que jamais era considerado o fato de muitas famílias residirem há mais de cinco décadas em seus imóveis e possuírem direito à usucapião ou à concessão de uso especial para fins de moradia. Para Alex Oliveira (2014), considerar somente as benfeitorias das habitações para estipular o valor das indenizações: “[...] é ir de encontro à concretização do direito à moradia. É ainda mais: retira-se um direito que estava, de certa forma, efetivado para aquelas pessoas, ainda que de forma precária” (OLIVEIRA, 2014, p. 114).

Em todas as comunidades atingidas pelo VLT foram registradas reclamações acerca do tratamento dispensado pelas equipes de agentes terceirizados responsáveis pelas medições e avaliações dos imóveis, com muitos depoimentos acusando os funcionários dessas empresas de cometerem abusos e ações intimidatórias contra os moradores, como ameaças de demolição sumária da casa, sem direito a indenização caso recusassem negociar: *“é o terror, né? Porque eles chegam e: ‘olha, ou você sai ou a gente vai chamar a polícia, ou você sai agora ou a gente vai botar todas as suas coisas pra fora’*” (Moradora A., comunidade do Lagamar); há relatos sobre idosos e crianças terem sido ludibriadas por agentes a fornecer informações ou documentos de familiares (SOUZA, L., 2013). Os depoimentos a seguir descrevem o procedimento comum das empresas no contato com os moradores:

Moradora C., comunidade Trilha do Senhor:

Mosaico e a Comol são duas terceirizadas contratadas pelo governo do estado, um pessoal ‘totalmente despreparado’.

Aí o pessoal ficava cismado, não abria as portas. E chegou de surpresa, sem aviso nenhum. Aí a pessoa dizia: “Ah, não vai abrir a porta não? Então quando o trator vier pra passar por cima...”. Muita gente relatou isso, né? Aí chegaram na nossa porta e marcaram, e nem avisaram nada. Marcaram e nem pediram licença. Aí, perguntamos o que era, e: “Ah, porque vai ter um projeto por causa da Copa, vai ter esse VLT, e vai ser no lugar da casa de vocês, e vocês tem que se conformar e sair...” Aí eu sei que a gente começou a se juntar e se organizar. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Moradora L., comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII:

Eles já chegaram aqui medindo, a empresa Comol entrando e medindo [...] a gente já foi atropelada primeiro pela empresa terceirizada. Não avisou nada, dizendo que tinha que sair, que ia ter melhoria, né, dizendo que aqui era área de risco, só que aqui não é área de risco. É agora, antes não era. E que a gente tinha que sair pra poder dar vaga ao VLT, né? [...] eles não chegaram prometendo nada, já chegaram foi logo atropelando, dizendo que a pessoa tinha que sair pra dar direito ao VLT [...] porque ia ter a Copa, né, a gente sem saber muito, sem saber de informação nenhuma. [...] Ele [governo/autoridades] mesmo chegar aqui e perguntar ‘olha vai acontecer isso, vocês estão sabendo? Querem sair? Eles não chegaram! Já chegaram atropelando, já entrando nas casas das pessoas sem nem pedir licença direito. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Moradora G., do bairro Mucuripe:

Nós não ‘tava’ sabendo de nada... [...] Nós só vimos o pessoal entrando nas nossas casas, sem ver o quê que era, e eles vinham, perguntando e perguntando, aí... vieram aqui, mediram todas as casas. Aí, depois que nós fomos saber pra quê que era. [...] Ele começou a falar que era uma obra pra Copa e não sei o quê... tá aí a obra! (Moradora G., do bairro Mucuripe).

Os relatos evidenciam um padrão de violência exercida contra os moradores atingidos pelas obras, que se demonstrara também nas outras cidades-sede dos jogos da Copa, em nome de “interesses públicos”, agentes terceirizados atuando com desprezo e intimidação perante famílias desesperadas. Além disso, os procedimentos dispensados para o cadastro e desapropriações eram distintos de acordo com a localização do imóvel ou a posição social dos proprietários atingidos, em outras palavras, quanto mais pobre, menor o respeito aos seus direitos. A autora indiana Gayatri Spivak (2010 [1985]), em sua obra “Pode o subalterno falar?”, aponta o termo “subalterno” não apenas como uma ideia clássica para designar o oprimido, mas como forma de “representação” aos que não conseguem ser acolhidos no cenário excludente do capitalismo global, onde o “subalterno” seria aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já deixaria de sê-lo. A condição de silêncio é ponto chave para a ideia de subalternidade, com o subalterno necessitando constantemente de um “porta-voz” em razão de sua inerente condição de silenciado (SPIVAK, 2010).

Entre os moradores atingidos pelas obras, grande parte é composta por idosos e de baixa escolaridade, situação vulnerável aos diversos estratégias lançados pelos agentes “público-privados” em busca dos dados para a

Nos trilhos da resistência

desapropriação dos imóveis. A moradora P., do bairro Pio XII, conta que enquanto alguns moradores estavam lutando para não serem retirados do bairro, um funcionário da prefeitura de Fortaleza que residia no local atuava informalmente no sentido de convencer os moradores a negociarem suas casas:

No início, chamaram os moradores e estava em negociação [...] Lá tem um povo que é envolvido com prefeitura, que trabalha e tudo... que "tava" levando os moradores. Enquanto nós "tava" aqui em reunião, e tudo, pra melhorar, pra pedir as coisas pros moradores; "tava" esse pessoal lá, que eu não quero nem citar o nome pra não me complicar depois, "tava" levando os moradores, incentivando os moradores a negociar. E os moradores estavam indo! Em época de eleição também, né? Pegava um bocado e levava. Junto com essa "equipezinha" da Mosaico. (Moradora P., do bairro Pio XII).

A prática de cooptação é um elemento presente quase que permanentemente dentro dos movimentos sociais urbanos, dada a própria relação de demanda e negociação constante com agentes do Estado, o que torna essa dinâmica mais suscetível. Vale a menção às “políticas participativas” empreendidas pelo primeiro governo liderado por Tasso Jereissati no Ceará (1987-1990), com a prática dos “agentes da mudança”, militantes que atuavam em associações de moradores e mobilizações de bairros, treinados e remunerados para auxiliarem o governo na obtenção de “consenso” naqueles espaços, em prol do governo, evidentemente (FERNANDES; DIÓGENES; LIMA, 1991; LEMENHE, 1995). Já em governos recentes, sobretudo os petistas, provavelmente essa interlocução ocorresse com mais fluidez do que em governos anteriores, pois o PT e seus partidos aliados no campo de esquerda geralmente compunham da mesma “matéria-prima” dos

militantes dos movimentos populares. Isso não quer dizer que os governos petistas não possuíssem similarmente seus “assessores militantes”, num estilo tão tradicional quanto o relatado anteriormente.

Diante da necessidade de obter maiores informações e pensar alguma forma de resistir às remoções, os moradores começaram a realizar reuniões nas comunidades. De acordo com o morador entrevistado da comunidade Lauro Vieira Chaves, somente no momento que revelaram o valor das indenizações, durante a reunião convocada para a sede da Cagece, foi quando as pessoas deram conta da gravidade do que estava acontecendo. Ele relata que muitos se desesperaram ao confirmar a remoção de sua residência e, sobretudo, pelos baixíssimos valores oferecidos:

Na Cagece foi que deram o valor, que já fizeram os cálculos tudinho de quanto ia valer minha casa, a casa de casa pessoa. “Sua casa vale hoje dezesseis mil reais...”, mas como a gente não tem a posse da terra, não tem o documento do chão, então era descontado um valor x do chão e você ia receber outro valor, então no caso o meu, que era dezesseis mil reais, se eu aceitasse naquele momento, ia descontar sete mil e alguma coisa do chão, da terra. E aí eu só ia receber oito mil e novecentos. E aonde a gente ia morar com oito mil e novecentos? Então foi a partir daí, imediatamente depois que a gente saiu da sala, lá... que aí eu fui conversar com as pessoas que ainda ia entrar, *porque até lá só entrava de uma e uma pessoa, e eles não diziam o que era, né?!* Então na hora que as pessoas vinham saindo da sala, tinha alguns senhores, umas senhoras de idade que já vinham chorando, né? Sabendo que sua casa ia ser retirada e que valor era muito abaixo do que valia. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves, grifo nosso).

Nos trilhos da resistência

Conforme citado, o atendimento era realizado separadamente por cada família, um tipo de procedimento que se repetiu no decorrer do processo, inclusive em outras etapas, como na negociação final, verificando assim uma estratégia divisionista, gerando desconfiança entre os moradores, com muitos deles não querendo revelar aos demais o valor estipulado para seus imóveis.

No mesmo dia em que foram informados que seus imóveis seriam removidos devido às obras do VLT, e que ainda por cima receberiam um valor de indenização tão baixo que não daria para garantir a compra de moradia adequada nas proximidades, os moradores articularam uma reunião na própria comunidade para pensar a resistência:

Nesse momento que eu entrei e vi meu valor, foi que eu espalhei pra todo mundo na antessala lá, na espera, que o que tava acontecendo era uma remoção, e que a gente não foi comunicado dessa remoção. Que a gente não foi chamado pra nenhuma audiência pública pra discutir essa remoção. E que ninguém ia aceitar não porque o valor era muito pequeno e que a gente tinha que se mobilizar, porque a gente tinha que resistir pra poder não sair, porque senão a gente ia ficar sem nada. Sem casa, sem dinheiro, sem nada! [...] E na mesma noite, do dia 16, quando terminou a reunião lá, as últimas pessoas que entraram, e todo mundo que tava entrando depois que a gente conversou, já não tava mais aceitando mais de jeito nenhum, porque viu que o que a gente tava falando era verdade e o que ia acontecer com eles era o que a gente tava falando também, era verdadeiro. E aí, quando 4h30 pra 5h da tarde, que entrou a última pessoa, lá do lado de fora mesmo a gente se reuniu, e imediatamente

nós ‘liguemos’ pra uma [igreja] Assembleia de Deus de dentro da comunidade, que lá tem toda a estrutura de ar condicionado, de banco, de microfone, de toda estrutura. Aí, a gente conversou com o pastor e falou a ele que também a mãe dele era uma das que iam ser atingida, que a casa dele é ‘de frente’ à igreja. Aí conversou com ele pra liberar a igreja pra fazer uma reunião. E aí a gente foi, todo mundo compareceu, a reunião encheu mesmo, do lado de dentro da igreja como do lado de fora. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves, grifo nosso).

Na reunião citada, todos os presentes concordaram em se unir e resistir às remoções, e isto começaria com a recusa coletiva em fornecer dados pessoais para o cadastro social. Foi escolhida uma comissão de nove moradores, que, entre outras tarefas, ficou responsável por uma espécie de “patrulha comunitária”, vigiando a presença de pessoas do governo ou das empresas terceirizadas. Os membros da comissão ficavam se alternando em pontos distintos da comunidade, numa vigilância quase permanente.

Então a gente combinou o seguinte: que ninguém mais, a partir daquele momento, ninguém do governo, de pesquisa, de nada, entrava na comunidade sem autorização. *Aí, foi quando a gente sentiu que o povo tava mesmo aguerrido pra se unir e ir pra luta.* Então era assim, a gente ficava fiscalizando direto. Quando vinha alguém, de fazer uma pesquisa dentro da comunidade, que chegava numa ponta pra fazer uma pesquisa, o pessoal já ligava pra gente daqui que já ligava pra outro canto. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Nos trilhos da resistência

Esse movimento foi se repetindo na maioria das comunidades ameaçadas de remoção. Conforme iam ocorrendo as visitas dos agentes, mais moradores eram colocados em movimento. “Eles [agentes terceirizados] começaram simultaneamente, no mês que eles vieram pra cá, foram também pra outras comunidades [...]. Aí, quando eles começaram o processo aqui, automaticamente começaram em todas as comunidades” (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor). A pressão para os moradores abrirem as portas era grande, segundo relatos, e os agentes utilizavam todo tipo de pressão psicológica para persuadi-los: “só que aqui ninguém aceitou [receber os agentes terceirizados], como na Oscar [Romero], no Pio XII, ninguém aceitou”. No Lagamar, a resistência da comunidade foi muito grande já no início do processo, os moradores estavam previamente organizados devido a luta para a efetivação da comunidade como Zeis na revisão do Plano Diretor. Uma moradora relata que, por vezes, foi necessária a presença policial para permitir a ação das empresas terceirizadas: “as famílias resistiam muito, de ter polícia na casa pra assistente social conseguir entrar pra fazer cadastro, quando eles conseguiam entrar, né?” (Moradora A., comunidade do Lagamar).

No entanto na comunidade localizada no bairro Parangaba, os agentes rapidamente obtiveram sucesso na avaliação e desapropriação dos imóveis, com indenizações de valores extremamente baixos: “pensavam que não seria tão prejudicial né? Eles abriram as portas, vamos dizer assim, inocentemente, né? Aí lá eles começaram o processo, aí foi que assustou mesmo, quando apresentaram os valores. Tinha casa avaliada em 7 mil reais...” (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves). Essa celeridade assustou consideravelmente os moradores das demais comunidades.

Em cartilha explicativa lançada em parceria estabelecida entre a Secretaria da Infraestrutura, o Metrofor e a Procuradoria-Geral do Estado (CEARÁ, 2013), foram apresentadas informações sobre o projeto de

implantação do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe e orientações acerca do processo de desapropriação resultante da obra. O texto ressalta que “o conteúdo dá transparência ao ato”, além de explicar por que a desapropriação e remoção de imóveis são procedimentos necessários para viabilizar o “interesse público”:

Considera, ainda, que a desapropriação, não consiste apenas na remoção de famílias. É um processo longo, composto por etapas que envolvem aspectos jurídicos, administrativos e sociais. Mostra que existe todo um planejamento da equipe do Governo, indo da escolha do imóvel novo à manutenção dos laços de vizinhança para minimizar seu efeito nas famílias atingidas. (CEARÁ, 2013, p. 5).

Entretanto o tal “planejamento da equipe do Governo” mencionado na cartilha ia de encontro com o que diziam os moradores ameaçados de remoção. De acordo com os relatos, justamente os agentes que se apresentavam como “assistentes sociais”, eram os que tinham posturas mais rudes com os moradores, lançando mão de ameaças e ultimatos para intimidá-los: “Muita truculência, assim... a Mosaico... tem assistente social, mas a gente chama de assistente empresarial, porque elas iam pra lá pra dizer que as famílias tinha que sair! [...] E pra arrumar uma casa em cinco dias pra alugar... foi tudo muito horrível.” (Moradora A., comunidade do Lagamar). Além disso, a informalidade com que tratavam a desapropriação dos imóveis evidenciava o descaso com a condição social daquelas famílias.

Era um pedaço de papel, num caderno, chegava e dava o valor, “olha, o seu valor é esse aqui”. A pessoa achava pouco e [os funcionários da empresa terceirizada] diziam assim:

Nos trilhos da resistência

“o que o governo ofereceu é isso aí, o governo vai precisar do local”, e a pessoa dizia, “não, mas eu não vou querer não porque isso não dá pra mim comprar nada”. Aí diziam assim, “bom, eu vou levar de volta, mas se você não assinar, você vai pra justiça, ou o trator vem e derruba sua casa, e você vai terminar perdendo”. Quer dizer, desse jeito aí, isso é informação que um assistente social dá pra uma pessoa, desse jeito? (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A truculência por parte dos funcionários das empresas terceirizadas no trato com os moradores revelava não somente certa indiferença com as histórias de vida daquelas famílias, mas um desprezo característico dos setores dominantes com os socialmente inferiores. Uma das entrevistadas que teve sua casa removida na comunidade Trilha do Senhor, relata uma reunião convocada a partir da pressão dos moradores para tratar das desapropriações: “eles só queriam indenizar pela construção, pelas benfeitorias. A gente não tinha direito nem a terreno nem a nada” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor). A reunião contou com a presença de representantes das equipes terceirizadas, do governo estadual, e das comunidades ameaçadas pelo VLT. A moradora assinala que o episódio foi importante sobretudo pelo contato estabelecido entre os moradores das distintas localidades atingidas, o que permitiu uma articulação posterior.

Eu lembro que a gente provocou uma primeira reunião, porque a gente ficou cheio de interrogações. Aí a gente convocou aquela reunião pra eles explicarem, foi lá no CEU,¹⁰

¹⁰ Sigla de “Condomínio Espiritual Uirapuru”, trata-se de um equipamento para reuniões, conferências e retiros, vinculado à organização religiosa filantrópica, localizado na avenida Alberto Craveiro, no bairro Castelão.

na Alberto Craveiro. Aí, na ocasião tinha essas duas equipes terceirizadas [Mosaico e Comol], o pessoal da Seinfra, Secretaria das Cidades. Aí começaram a se explicar. Aí a gente viu que tinham outras comunidades, nessa época né? Porque aqui a gente só se organizava com a [comunidade] Oscar Romero, com a [comunidade] São Vicente de Paula, que é lá perto da [avenida] Antônio Salles. Aqui a [comunidade da] Trilha. Aí a gente conheceu o pessoal da [comunidade] Jangadeiros, o pessoal do Pio XII, do Lagamar, João XXIII, a Aldaci Barbosa, a Lauro Vieira Chaves. Que estavam na mesma situação, e a gente acabou se conhecendo lá. E foi, de certa forma, foi bom pra gente se informar e se fortalecer. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Na mesma reunião, os representantes das empresas e do governo apresentaram uma maquete virtual do projeto do VLT: “a coisa mais linda do mundo”, afirmou em tom irônico a moradora entrevistada em relação às fantasiosas imagens apresentadas. No entanto quando os moradores indagaram acerca da situação das suas moradias, as respostas estavam bem distantes daquele ilusório cenário projetado pelos técnicos:

Aí, no final, a gente perguntou pelo projeto habitacional, e eles simplesmente disseram que não, que no momento não tinha nada pra apresentar pra gente, não tinha nada. E o que eles tinha pra dizer era que “o projeto do VLT ia acontecer, e a gente tinha que se conformar”. Isso a gente ouviu de uma assistente social lá, uma pessoa que veio justamente pra dizer isso. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Nos trilhos da resistência

A partir daí, as comunidades passaram a manter comunicação e a procurar instituições públicas e entidades não governamentais para que pudessem obter o auxílio necessário. Órgãos de defesa como a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual foram acionados para ter acesso aos documentos relacionados às obras do VLT e à situação das comunidades, visando assim garantir os direitos dos moradores envolvidos (OLIVEIRA, 2014).

Nesse período, já estava se reunindo o Comitê Popular da Copa, articulação nacional de entidades e movimentos sociais, e o primeiro comitê local foi fundado justamente em Fortaleza. No primeiro momento, o Comitê funcionava como uma espécie de observatório dos projetos e ações relacionadas com a Copa, contribuindo consideravelmente na elucidação de questões jurídicas e urbanísticas (e políticas) para o conjunto dos moradores, bem como na aproximação com outros setores da sociedade civil solidários à causa dos moradores ameaçados. A Advogada P., integrante do Comitê Popular, descreve o desenrolar dos movimentos de resistência, bem como o perfil das pessoas que tomavam a frente das articulações. As mobilizações não ocorreram de forma linear e nem contou com uma participação contínua e unificada dos segmentos atingidos, até porque essa dinâmica estava submetida ao cronograma das obras, que priorizou áreas em períodos distintos.

A obra chega de diferentes formas, por exemplo, lá nessa parte da Via Expressa foi marcando “x”, aí... lá na Parangaba já chegou assim quase tava meio que quase consumado porque já tinha um monte de remoção... Lá na Lauro Vieira foi quando eles receberam o valor da indenização, das avaliações, não foi nem com “x”, ou seja, aconteceu um monte de coisa, avaliaram, entraram nas casas, coisas que

em outras comunidades deu muito conflito... aí, aconteceu que quando recebeu a tabela com o valor das indenizações é que foi o boom. Na Vila União, que quase ninguém lembra, também, teve muita remoção. Mas lá eles não conseguiram se organizar a tempo, foi muito rápido. Já saíram dizendo valor, ameaçando [...] (Advogada P.).

Não obstante as semelhanças no perfil socioeconômico dos moradores atingidos e nos procedimentos de cadastramento e avaliação dos imóveis por parte dos agentes terceirizados, as comunidades reagiram às ameaças de remoção de diferentes formas. A presença de organizações, principalmente religiosas, entre os moradores, e a memória de outros conflitos e resistências dava o tom de cada localidade. A advogada destaca também que muitas pessoas nunca haviam tido experiências com mobilização política e movimentos sociais.

As coisas nas comunidades foram acontecendo em tempos diferentes, então as comunidades foram se agregando de diferentes formas [...]. Na Trilha, na Oscar Romero, na São Vicente, que tudo é ali no trilho, na Via Expressa, elas tinham uma história de organização já bem antiga, né, o povo mais ligado à igreja, o pessoal da São Vicente, ligado não só à igreja, mas à CUFA e tal. Aí, depois ali no Mucuripe. Mas no Mucuripe a ter também uma atuação do MCP [Movimento dos Conselhos Populares], mas de outro núcleo do MCP, o pessoal da praia, né? Tinha uma parceria, tinha uma atuação bem legal lá. A Lauro Vieira já era outra história, que é no Montese, né, que foram os moradores mesmo de lá que assumiram realmente a liderança, assim,

Nos trilhos da resistência

já a vinculação, assim... as lideranças principais, e acho que despontaram. [...]. Enfim, é diferente da Trilha, que já tinha todas as pessoas que eram dali que eram das pastorais, das CEB's, e meio que tinha uma história de organização de comunidade. Lá [na Lauro Vieira Chaves] eu não sei... tinha pessoas que tinha algum tipo de organização, mas não necessariamente assim... nessa linha histórica de organização de bairro, política e tal. Na Parangaba, [...] tinha as lideranças que já eram mais atuantes, e muitas que surgiram no processo, né? [...] (Advogada P.).

Assim, conforme as ações dos governos e das empresas terceirizadas se expandiam, mais conflitos iam surgindo, ampliando as pessoas atingidas pelas obras da Copa, sobretudo a do VLT. Esse grupo de pessoas paulatinamente começou a se aproximar de outros movimentos sociais e ativistas, e as reuniões passaram a servir de espaço de socialização de informações e apoio jurídico, além de proporcionar momentos de formação política. Uma das moradoras entrevistadas relata o início das articulações, destacando a forte presença do “pessoal da universidade”:

Aí a gente começou a se reunir. A primeira assembleia foi aqui, na Capela [da comunidade Trilha do Senhor]. A gente convocou todas as comunidades que tavam lá, a gente combinou e marcou aqui. Foi muita gente. Aí a gente começou a pensar junto. Aí, começou a aparecer os apoiadores, porque até então a gente não entendia o que era EIA-RIMA, o que era Direito à Cidade. A gente sabia que a gente não queria sair da nossa casa, né? [...] Aí, eu lembro que o pessoal da Universidade também apoiou. Eu sei que muita gente de

fora que veio apoiar, fortaleceu bastante, né? Universidade, Comitê Popular da Copa, ORL, as assessorias jurídicas, que é o Najuc, Saju... pessoal da arquitetura, LEHAB. Era muita gente, Pessoal que até hoje ainda dão muita força. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Dessa forma, os moradores passaram a ter uma dinâmica de reuniões periódicas e de manifestações, com ocupação de avenidas e órgãos públicos exigindo seus direitos. “A gente reuniu com os outros movimentos [...] e aí que a gente foi atrás dos nossos direitos, aí fomos ter mais informações, fomos à luta, fizemos atos e mais atos” (Moradora L., comunidade Pau Pelado). Ainda assim o governo permanecia inflexível com as desapropriações e com os valores destinados às indenizações.

Fomos falar com o governo, que chegou lá e fomos recebidos lá com aquela recepção bonita, né? [riso irônico] Com os policiais armados... E conseguimos entrar uma equipe de cinco [pessoas], e o governo... a gestão passada que era o Cid Gomes, simplesmente disse que não era para a Copa, ele tava aproveitando a Copa pra poder jogar esse projeto, e que a gente tinha que sair [...] Não prometiam nada, era só indenização da benfeitoria, terra ninguém tinha direito *porque eles chamavam a gente aqui de invasores*, e não ia ter direito à terra... (Moradora I., comunidade Pau Pelado).

A resistência ao cadastro social foi somada às mobilizações de rua, possibilitando maior visibilidade aos impactos da implantação do VLT. Contudo uma moradora ressalta que o clima de euforia referente à recepção dos jogos da Copa 2014 na cidade, colocava-os numa posição muito

Nos trilhos da resistência

ruim, pois eram acusados de serem responsáveis pelos atrasos no andamento do projeto. Desse modo, o governo se aproveitava do “consenso” em torno da Copa para constranger os moradores que resistiam a sair.

Eu lembro que a gente começou a ir pra rua, começou ir pra mídia. E eles [governo estadual] começaram a botar na mídia que a gente tava atrapalhando o progresso, o desenvolvimento da cidade. Aí, o pessoal escutava e pensava: “porque que esse povo não deixa?”. Aí, a gente começou a desconstruir isso aí, porque eles tavam botando a população contra [os moradores], que *a gente tava atrapalhando o desenvolvimento, né?* Que o VLT seria uma maravilha, que ia desafogar o trânsito, que isso, que aquilo. Aí, a gente começou mostrar que não era isso, a todo espaço que convidavam a gente, a gente ia. A gente ia pra roda de conversa, a gente ia pra seminário, a gente provocou uma... aí começou Audiência Pública, tanto na Assembleia como na Câmara. Em todos os espaços que a gente pudesse estar, a gente tava, pra gente poder dar visibilidade da verdade, porque o que tanto o poder público e a mídia mostrava era outra coisa, não era a realidade do que a gente tava sofrendo. E com o passar do tempo, o governo começou a mudar, porque assim, a gente foi batendo de frente. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Vale lembrar do episódio quando o então governador do Ceará, Cid Gomes, realizou uma visita fora de agenda, na noite de 02 de agosto de 2011, a uma das comunidades que seria parcialmente removida para dar lugar ao VLT, a Aldaci Barbosa. O fato causou surpresa, a julgar pelo horário escolhido para a “visita”, depois das 21h. Acompanhado por

assessores, o governador buscava convencer as famílias sobre o projeto do VLT e sobre as desapropriações. Porém foi repreendido por um grupo de moradores que protestaram contra a remoção de suas casas, o governador reagiu em tom intimidador ao responder os manifestantes, afirmando que as obras ocorreriam de qualquer modo, e que ele estava na verdade sendo benevolente ao se dispor em negociar as desapropriações: “isso aí, se eu quisesse, se eu fosse um cara escroto, que eu não sou, eu mandava desapropriar na Justiça, não pagava um tostão e tirava as pessoas daqui!”.¹¹

O fato ocorrido foi filmado por moradores e repercutiu amplamente na imprensa local. De acordo com relatos dos moradores visitados, foi ofertada a possibilidade de entrega de parte da casa em troca de indenização, ou o deslocamento para um conjunto habitacional a ser construído no bairro Prefeito José Walter,¹² na periferia da cidade. A ação foi considerada pela Procuradora da República, Nilce Cunha, uma “atitude infeliz”, que causou “constrangimento absurdo” às pessoas humildes.¹³

As articulações entre os moradores das diferentes comunidades propiciaram maior solidez à resistência, além disso, a presença de apoiadores da universidade, de entidades não governamentais e de ativistas em geral, permitiu conhecer detalhadamente o projeto, e assim propor alternativas que diminuíssem o impacto das obras.

A gente começou a ver as questões, como é que a gente ia preparar um projeto alternativo, já que eles não apresentavam, aí o pessoal começava a pensar como é que seria. E a gente ia estudando e tudo, aí levava pra outra comunidade.

¹¹ REDE ANOTE. “Veículo pesado para as comunidades dos trilhos”. Youtube. Publicado em 28/11/2013.

¹² BRUNO, Elias. G1 CE. Fortaleza, 03/08/2011

¹³ DINIZ, Késya. “Procuradora da República: Visita de Cid Gomes à comunidade foi ‘constrangimento absurdo’”. DIÁRIO DO NORDESTE, 2011.

Nos trilhos da resistência

Tudo que era pensado aqui a gente ia levando pra outras comunidades, aquele trabalho de formiguinha. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

A luta dos moradores contra as condições impostas pelo governo estadual para a desapropriação e remoção de suas casas estava surtindo efeito: “até pro governo depois vir entrar na comunidade teve que ter várias audiências públicas [...] tanto na Assembleia como na Câmara dos Vereadores” (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves). Vale enfatizar a importância dos núcleos de advogados populares, que atuaram de forma obstinada no sentido de acionar as instituições que pudessem assegurar os direitos das famílias ameaçadas pelas remoções: “Teve audiência lá com a Defensoria, que aí o núcleo de moradia da Defensoria Pública se uniu à gente. O Ministério Público se uniu à luta. Daí, a gente ganhou mais força com isso, né?!” (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves). A repercussão foi amplificada por meio das mobilizações de rua, das ações da Defensoria Pública, além do apelo midiático provocado devido ao conflito ser relacionado a uma obra da Copa 2014. Pressionado, o governo do Ceará foi obrigado a rever a política de indenizar os moradores que não possuíam o título de propriedade do terreno apenas com o valor correspondente às benfeitorias no imóvel, bem como oferecer alternativas habitacionais para as famílias afetadas.

Eu sei que o governo foi obrigado a criar esse projeto habitacional, que aí é que teve a história dos 40 mil, que aí que eles construíram esses apartamentos na Cidade Jardim, que aí a gente passou a ter direito ao valor do terreno, apesar que muitos não chegou nem a um terço do real valor. O valor do metro quadrado aqui na Aldeota é altíssimo, aí botaram um valor lá embaixo, né? (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Nessa citação, a moradora faz menção à Lei Estadual nº 15.056, de 06 de dezembro de 2011, que regulamentou as ações de desapropriação do VLT ramal Parangaba-Mucuripe. De acordo com essa lei, os moradores que tivessem os imóveis avaliados em até quarenta mil reais, receberiam a indenização e uma unidade residencial do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), da Caixa Econômica Federal, ou de outro programa de financiamento. Os que possuíssem imóveis avaliados num valor superior a quarenta mil reais, receberiam também a indenização correspondente e uma unidade habitacional, mas ficavam responsáveis pela inteira quitação da unidade residencial.

Aqueles que optassem por não receber a unidade residencial, receberiam, além do valor da indenização do imóvel, o “auxílio social” de seis mil reais. Caso o detentor do título de propriedade não morasse no imóvel, receberia somente a indenização correspondente a avaliação do terreno e das benfeitorias no imóvel. Da mesma forma seria com os imóveis de uso comercial, com a indenização baseada no valor da terra e das benfeitorias. Os moradores que fossem enquadrados como locatários ou ocupantes que residissem há pelo menos doze meses contínuos, anteriores à publicação da Lei, no imóvel ou em local considerado “parte autônoma” do imóvel, receberiam do Governo Estadual, em caráter exclusivo, uma unidade residencial do PMCMV ou de outra linha de financiamento, em local definido pela Secretaria de Infraestrutura. O pagamento das prestações da unidade residencial competiria ao locatário ou ocupante beneficiário.

A proposta apresentada pelo governo do Ceará para o reassentamento das famílias foi a construção, por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida, do conjunto habitacional residencial Cidade Jardim,¹⁴ no

¹⁴ De acordo com o governo do estado, haverá um total de 5.536 moradias, com 42 salões de festas, 125 pérgulas em madeira, quatro campos de futebol *society*, um campo de futebol oficial, 13 quadras poliesportivas, três pistas de *skate*, 115 *playgrounds*, 1.851 vagas para carros e 1.106

Nos trilhos da resistência

bairro Prefeito José Walter, localizado aproximadamente entre 10km e 20km de distância dos locais em processo de desapropriação. O então governador Cid Gomes já havia anunciado informalmente a proposta do Cidade Jardim, durante sua “visita não oficial” à comunidade Aldaci Barbosa, comentada anteriormente.

No decorrer da preparação para a Copa de 2014, moradores de comunidades atingidas pelo VLT e por outras obras para o evento passaram a estabelecer contato. No dia 11 de fevereiro de 2012, foi realizado o “Encontro contra as Remoções”, organizado pelo Comitê Popular da Copa com o objetivo de debater estratégias de ação para resistir às remoções resultantes de obras em Fortaleza para a Copa do Mundo 2014. Compareceram ao encontro cerca de 80 pessoas, entre ativistas, pesquisadores e moradores atingidos pelas obras. No geral, muitas queixas apresentadas em relação à proposta de moradias a serem construídas numa área no bairro José Walter. “Querem colocar as comunidades em um local muito distante de onde as famílias já criaram vínculos sociais e culturais, assim desrespeitando a Lei Orgânica do Município de Fortaleza”. (SOARES, 2012). Um dos moradores presentes reclamou que em muitos trechos do projeto não haveria a necessidade de remoções, e que estava notório o objetivo: expulsar as comunidades pobres de áreas valorizadas. E, principalmente, porque boa parte das famílias não detém a posse regularizada do imóvel: “Eles dizem que pessoas que moram no mesmo lugar há mais de 60 anos são invasores. Eu moro na casa do meu pai, onde ele criou a mim e meus quatro irmãos, *não sou invasor*”.¹⁵

para motos e previsão de instalação de três creches e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) (CARTILHA, 2013, p. 31).

¹⁵ SOARES, Nicolau. “Encontro organiza luta contra remoções da Copa 2014 em Fortaleza”. REDE BRASIL ATUAL, 8/02/2012.

Figura 1: Cartaz do “Encontro contra as remoções”



Fonte: acervo do autor.

JARDIM SEM CIDADE

O Programa Minha Casa Minha Vida, política habitacional mais importante dos últimos anos, abriu novas possibilidades de negócios lucrativos ao setor imobiliário e financeiro, dada a intensa valorização fundiária nas periferias, seguida da expansão da base social de consumo. Diante do contexto de grave crise econômica global, o Estado brasileiro por meio desse programa capitalizou a pobreza como um “novo negócio”, colocando em marcha um intenso processo de “metropolização-periferização” do espaço urbano.¹ Em 10 de dezembro de 2012, em evento que contou com a presença do então ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, entre outras autoridades, foi assinada a ordem de serviço para o início das obras de construção do residencial Cidade Jardim, conjunto habitacional vinculado ao PMCMV. Com a conclusão estimada para 2015, o Cidade Jardim seria “o maior conjunto habitacional do Nordeste”, conforme frisava a publicidade oficial. Seriam construídas 5.536 unidades, beneficiando cerca de 24 mil pessoas.

Localizado na avenida Perimetral, o conjunto, cuja unidade residencial consistia num apartamento com dois quartos, sala e cozinha, numa área total de 43,29m², não atenderia somente a população atingida pelo VLT, famílias beneficiadas pelos programas habitacionais do governo do Ceará e centenas de famílias advindas de outras remoções na cidade estariam também na fila. Nesse último caso, principalmente a “Comuna 17 de abril”, ocupação vizinha ao terreno em que foi construído o Cidade Jardim e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹ O PMCMV foi debatido em linhas gerais no 2º capítulo, conferir: Carlos, Volochko e Alvarez (2015); Maricato (2014); Rizek, Amore e Camargo (2015).

Durante a solenidade de assinatura para início das obras, o então governador Cid Gomes enfatizou o acontecimento daquela data: “[...] hoje é um dia que vai ficar na história, as pessoas que estão aqui conquistam hoje um direito sagrado, que é morar com sua família em um ambiente estruturado e com condições de melhorar a vida de seus filhos” (CEARÁ, 2012). Camilo Santana, secretário das Cidades naquele período, destacou que o projeto do conjunto habitacional Cidade Jardim foi concebido a partir o conceito de “bairro planejado”, permitindo acessibilidade para pessoas com deficiência, além de previstas 2,5 mil vagas para carros e motos e o pleno atendimento pelos serviços de transporte público: “Com toda a estrutura, com a urbanização de duas lagoas que estão localizadas nesse espaço. Nós do Governo queremos garantir moradia digna e de qualidade para os cearenses”, salientou o secretário. O ministro das Cidades Aguinaldo Ribeiro ressaltou a “habitabilidade” do conjunto:

Temos com o governo do estado uma parceria muito extensa em diversas áreas. Mais do que construindo casas, hoje estamos apoiando, dando dignidade as pessoas, cuidando de vidas, reestruturando e regenerando famílias. Essa é a maior importância do Minha Casa Minha Vida. E aqui em Fortaleza vamos entregar uma obra que é maior que muitas cidades. É um condomínio que tem asfalto, ruas, creches. Não estamos pegando famílias e colocando em locais longe, mas em um local com habitabilidade. (CEARÁ, 2012).

Na ocasião, o governo do Ceará se comprometeu em atender a região em diversos setores como saúde, educação e segurança; e anunciou a construção de uma Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, uma Escola Estadual de Ensino Médio e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

24 horas. Presente também ao evento, o então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e prefeito eleito de Fortaleza, Roberto Cláudio, ressaltou a melhoria nas condições de moradia, saúde, educação e lazer para as pessoas beneficiadas com a construção do conjunto, e elogiou a “[...] demonstração do compromisso e sensibilidade com a nossa gente” por parte do governador, pois, “[...] junto com a presidente Dilma Rousseff, Cid Gomes vai dar oportunidade para mais de 24 mil pessoas.” (CEARÁ, 2012). O deputado federal José Guimarães (PT-CE) salientou que aquele momento tinha que ser comemorado, pois “[...] o governador Cid Gomes entrega a obra mais importante da história de Fortaleza, porque demonstra um cuidado com as pessoas. Elas estão hoje realizando o sonho da casa própria e com qualidade de vida” (CEARÁ, 2012).

Representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) estavam também presentes. Conforme mencionado, famílias ligadas ao movimento ocupavam um terreno vizinho, a “Comuna 17 de abril”; e seriam as primeiras contempladas no recebimento das unidades residenciais no Cidade Jardim. O dirigente estadual do movimento, Toninho, agradeceu a iniciativa do governador: “Quando decidimos acampar aqui, decidimos que esse era o local da nossa moradia. O dia hoje é de agradecimento, é o momento de um sonho. O sonho que era da nossa casa e que agora começa a se realizar” (CEARÁ, 2012).

As famílias atingidas pelas obras do VLT seriam contempladas na segunda etapa da construção do conjunto. Por fim seriam beneficiadas as famílias cadastradas em programas habitacionais do Estado. Havia, contudo, uma inadequação entre o cronograma das obras do VLT e a construção do conjunto habitacional. A entrega do Cidade Jardim estava prevista para 2015. Porém os moradores das comunidades do trilho deveriam desocupar suas casas até junho de 2013 (ROMEIRO; FROTA, 2015). Para reparar o hiato entre a desapropriação do imóvel e a entrega

da nova unidade residencial, a Lei Estadual nº 15.056/2011 determinou a concessão de um aluguel social no valor de quatrocentos reais como alternativa, mas apenas às famílias que recebessem indenizações pelos imóveis num valor inferior à quarenta mil reais.

Muitos moradores rejeitaram a mudança para o conjunto habitacional em razão da enorme distância e da carência de infraestrutura no local: escolas, creches, postos de saúde, farmácias, bancos. A maioria dos moradores trabalhava no bairro onde moravam ou nas proximidades, e os estudantes estavam matriculados em escolas da região. O reassentamento dessa população no bairro José Walter significaria um considerável tempo diário destinado aos deslocamentos. Conforme ressaltam alguns depoimentos, como o da moradora C., da comunidade Trilha do Senhor, na Aldeota:

A Cidade Jardim foi uma coisa que eles queria impor, ninguém optou por lá. Na verdade é... eles fizeram, e foi uma coisa que o pessoal bateu muito de frente. A gente não queria. Quem fosse mudar pra lá, não queria ir pra uma distância tão grande, por que ia mudar muita coisa, né? Pra sair daqui... o pessoal fez a pesquisa, e são quase 18km de distância daqui pro José Walter. E aqui o pessoal ainda tem os empregos, tem as escolas. Enfim, era muita coisa... o impacto já ia ser grande, ser forçado a sair, e quanto mais ir pra um lugar bem longe! (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

E o da moradora A., do Lagamar:

Eles iam nos levar pro José Walter, pro Cidade Jardim. Era o único lugar que eles tinham como destino pra reassentamento das famílias. E no Lagamar são muitas famílias que

vão sair, né? Porque vai cortar o Lagamar inteiro, de uma banda à outra, começando ali na Cidade de Deus, até o Pio XII, até quando começa já uma outra comunidade, então é um rastro enorme, e todas essas famílias, que trabalham, a maioria, ou no bairro ou na Aldeota, ou ali nos bairros vizinhos [...] que é tudo muito próximo, aí vão ter que sair pro José Walter, perder todos os seus vínculos. No Lagamar, por ser uma comunidade muito antiga, né, todo mundo mora perto dos seus pais, de seus familiares, seus vizinhos são seus vizinhos há anos, foram os vizinhos dos pais, e agora já são da nova geração, então todo mundo é ali pertinho. (Moradora A., comunidade Lagamar).

De acordo com o texto da cartilha oficial, a Cidade Jardim teria disponíveis escolas e creches nas proximidades. “Num raio de dois quilômetros você encontra seis escolas estaduais e 19 escolas municipais, além de creches conveniadas.” (CEARÁ, 2013, p. 31). Entretanto a realocação dos moradores das comunidades do trilho representaria, conforme afirma Lia Souza (2013), o aumento de demanda para um local, bairro José Walter, de infraestrutura precária e inadequada oferta de serviços públicos essenciais. A autora assinala que o percentual de domicílios atendidos por rede de esgoto é de 0 a 20%, e a ligação de esgotos dos domicílios do bairro com a rede pública é na média de 64,83%. Além disso, enquanto nos 11 bairros cadastrados existem 57 unidades educacionais, no bairro Prefeito José Walter são apenas 12.

Clarissa Freitas (2015) ressalta que o deslocamento dessas famílias contraria o interesse público, pois impõe aos cofres do Estado elevado custo para equipar uma nova área com rede serviços básicos e condições de mobilidade, e isso visando atender uma população que já possuía acesso a

tais serviços. Além do que, “[...] os recursos disponíveis pelos programas habitacionais destinados a reduzir o déficit habitacional deixam de ser utilizados para essa finalidade e passam a atender a um déficit induzido pelas intervenções urbanas”. (FREITAS, 2015, p. 201).

O governo passou a adotar alguns procedimentos no sentido de convencer os moradores a aceitarem residir no novo local, como visitas guiadas ao conjunto para conhecerem os apartamentos, ainda assim muitos resistiam à proposta:

O governo mandou dois ônibus pra cá pra comunidade pra levar os morador “tudim” pra lá pro “Zé Walter”, pra mostrar os apartamentos lá, como era. Aí muita gente foi e viu os apartamentos, e achou bonito. Porque realmente os apartamento é bonito, mas só que pra gente não era interessante porque é a 14km de distância, [...] o Cidade Jardim, lá no Zé Walter, lá no outro lado, a 14km de distância. Aí não era interesse da gente, das comunidades, porque queria ficar próximo por causa dos laços de família. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Outra moradora reclamou dessa postura do governo de utilizar o embelezamento do projeto habitacional como ferramenta de convencimento das pessoas, ela indaga por que não foi feito esse investimento em melhorias nas comunidades já existentes:

“Ah, porque é pobre, porque tem as casas feias...”, queriam mostrar coisa bonita... porque que ele [governo estadual] não veio, não ajeitou as casas dos pobres? Disse “não, vamos fazer um reassentamento, vamos derrubar e fazer de novo”. Não!

Jardim sem cidade

O negócio deles é só enganar, enganar! Quer jogar lá no fim do mundo, uma casa sem ser uma moradia adequada, só porque a casa é bonitinha. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A própria concepção do conjunto, dividido em blocos de apartamentos, gerava reclamações entre os moradores, pois contribuiria com a desagregação dos antigos laços de vizinhança: “na sua comunidade você tem todas as pessoas que você conhece, os vínculos familiares, essas coisas ‘tudim’. Você vai lá pra um lugar desse onde todo mundo vai ficar espalhado, um vai ficar aqui, outro acolá” (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves). Outro elemento que causava insatisfação era o fato de ter que trocar uma casa por um apartamento. Conforme o projeto do Cidade Jardim, cada apartamento teria uma área de 43,29m², com dois quartos, sala e cozinha. Os blocos possuindo três pavimentos e distribuídos numa área de mais de 245 mil m² (CEARÁ, 2013, p. 31). Na opinião de uma moradora, o padrão impresso nos conjuntos habitacionais construídos pelo programa federal é muito insuficiente: “um poleiro de pombo’ esse Minha Casa, Minha Vida. Eu não concordo com a maneira que eles estão fazendo o Minha Casa, Minha Vida, que é aquele prédio de quatro andares pra juntar um bocado de comunidades, favelas...” (Moradora L., comunidade Pau Pelado). Entre os problemas estava a impossibilidade de ampliação do imóvel, visto que é prática comum, conforme o aumento da família, a verticalização dos imóveis com a construção de novos compartimentos no piso superior, o popular “puxadinho”. “Nossas casas não são tão grande, mas também não são tão pequena. Mas também tem coabitação. Tem casa que você pode aumentar, pra cima, ou de lado, ou pra trás...” (Moradora L.). A moradora salienta o desdém das “assistentes sociais” contratadas pela empresa Mosaico em relação às reclamações:

Quando a gente reclamava que o apartamento era pequeno, e era distante, elas [“assistentes sociais”] diziam assim: “Qual a metragem da sua casa?”, entendeu? “Como é que é sua casa lá? Sua casa é velhinha, paredes rachadas, paredes caindo devido ao trem cargueiro, né?” Aí elas jogavam logo na cara do povo isso, que aqui era moradia de risco e lá era apartamento bonitinho, todo na cerâmica, todo bem feitinho, mas assim, uma caixa de fósforo. (Moradora L.).

Os relatos ressaltam as pressões do governo perante a vulnerabilidade de muitas famílias, o que acabava por fazê-las aceitar a negociação de suas casas. Muitos moradores eram persuadidos pela perspectiva de ter a posse de um apartamento, não obstante a localização, ou de receber o montante da indenização, ainda que nos baixos valores estabelecidos. A negociação de forma “individual” com cada imóvel atuava no sentido de dividir as comunidades.

Nunca viram muito dinheiro, e diziam 40 mil, parecia ser uma coisa grande, né? [...] Muita gente vulnerável eles gostam de pegar... é bem vulnerável mesmo, pobrezinho que não entende muita coisa, aí ele [morador] diz assim, “ah, eu vou receber meu apartamento, é tão lindo!”, mas coitado, mal sabe depois que tiver lá, como é que vai ser. Como é que vai ser pra ir trabalhar longe, porque perto não tem. Como é que vai ser pra levar um filho pro médico, porque o posto de lá é o posto do Zé Walter. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Jardim sem cidade

O fato do conjunto habitacional ser destinado ao alojamento de famílias oriundas de diferentes localidades incomodava bastante os moradores, visto que a perspectiva de proximidade com pessoas advindas de comunidades estigmatizadas pela criminalidade assustava: “*vai vir gente de todo tipo e de toda qualidade*”, relata o morador I., da comunidade Lauro Vieira Chaves. A moradora do Mucuripe se diz temerosa com a probabilidade de conflitos em razão da concentração de tantas comunidades no mesmo conjunto habitacional. Na visão dela, tais conflitos podem ser intensificados devido à ausência de serviços públicos.

Eles [governo do estado] estão pegando e jogando o povo de várias comunidades, muitas comunidades. Quer dizer, que várias comunidades juntas, me diz o que é que vai acontecer? Na realidade estão jogando o povo pra lá, por quê? Porque o pessoal não tem muito entendimento e tá aceitando ir, e não é só do VLT não, tem outras comunidades que não tem nada a ver com o VLT, certo! Mas lá não tem os aparelhos públicos, não tem escola, não tem posto policial, sabe! Não tem nada! Sabe, não tem nada! Pegou o povo e jogou lá, ao deus-dará, não sei quando eles vão fazer esses equipamentos... não sei! (Moradora G., comunidade do Mucuripe).

O aspecto ressaltado anteriormente está diretamente relacionado com uma das maiores inquietações dos moradores que resistiam à mudança para o residencial Cidade Jardim: violência e criminalidade. Praticamente todos os entrevistados frisaram essa questão de algum modo: “eu sei que tem cidadão, mas também tem muito vagabundo, tem traficante... já pensou tudo junto num lugar só, como é que vai ser?! Vai virar uma verdadeira guerra!” (Moradora L., comunidade Pau Pelado). A mesma

moradora afirma que ouviu muitas queixas de antigos vizinhos sobre a nova moradia: “Tem gente lá da Cidade Jardim já reclamando que tem o tráfico comandando lá [...]”. Algo similar ao que foi relatado em outras comunidades, com muitas menções a moradores arrependidos por terem aceitado o apartamento no conjunto:

O Cidade Jardim não é um lugar bom de ser morar, hoje a gente, nas reuniões que a gente participa, tem muito depoimento de moradores que estão lá que são doído pra vim “s’embora”, porque o risco de criminalidade lá ‘tá’ muito grande. De droga, de tráfico, de tudo. Porque como vem gente de tudo quanto é canto, porque lá é pra todos os removidos de toda cidade de Fortaleza. Onde tiver remoção é jogado pra lá. Então, tem pessoa lá que como não pode vender o apartamento, quem recebeu – porque tem aquele negócio da Caixa Econômica que se fica com 10 anos –, então, tem gente lá que tá trocando o apartamento, vendendo sem botar placa nem nada, fazendo de boca em boca. Porque que não aguenta mais morar lá. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

O sociólogo francês Loïc Wacquant (2005) comenta que designações *estigmatizantes* operam com eficácia na produção de um “exílio socioespacial” para os grupos subalternos, isolados como “párias urbanos” em áreas que despertam pouca (e negativa) atenção da mídia e dos dirigentes do Estado, localidades onde os problemas sociais se juntam e se corrompem. Esses lugares geralmente são lembrados pelos noticiários policiais em casos de violência: “[...] ‘regiões problema’, ‘áreas proibidas’, circuito ‘selvagem’ da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e

temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.” (WACQUANT, 2005, p. 7). Norbert Elias (2000) afirma que a estigmatização social imposta pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso, busca atingir a autoimagem deste último e desse modo enfraquecê-lo.

Ocorreu, com efeito, um acréscimo considerável dos números da violência em todo o país na última década, principalmente nos meios urbanos, e o Ceará teve destaque nesse crescimento. O estado registrou, em 2013, uma média de 8,5 homicídios por dia. Já em 2014, foram contabilizados 3.118 homicídios, sendo que 92,88% dos casos – 2.896 em números absolutos – ocorreram na Região Metropolitana de Fortaleza. Apenas na capital foram 2.089 vítimas letais em 2014, representando 77% de todo o estado naquele ano (CEPEVI, 2014 citado por FREITAS; COSTA, 2015, p. 333).

Geralmente, as cidades de intensa atividade turística, tão exaltadas pelo *mainstream* urbanístico, intensificam uma certa “narcoeconomia”. O mercado das drogas criminalizadas constitui uma das faces ilegais da economia contemporânea, pois está associado às dinâmicas de mundialização, financeirização e territorialização capitalistas (BARBOSA, 2015). Do mesmo modo que a renda e os equipamentos urbanos são desigualmente distribuídos na cidade, “[...] os homicídios também não incidem homogeneamente sobre todas as áreas da cidade. Os homicídios atingem majoritariamente os bairros com população exposta a maior vulnerabilidade social”. (FREITAS; COSTA, 2015, p. 334). Os autores citados listam alguns dados da “geografia da violência” de acordo com o número de assassinatos por bairro de Fortaleza apenas no ano de 2013:

[...] a maioria dos casos de homicídios na capital se concentrou nos bairros de Bom Jardim (104), Jangurussu (68), Barra do Ceará (66), Messejana (60), Vicente Pinzón (55), Prefeito

José Walter (52) e Mondubim (49). Números bem inferiores foram encontrados nas áreas de ponderação (APs) com melhores indicadores sociais como Aldeota (10), Meireles (5) e Fátima (8). Já os bairros detentores dos menores números de homicídios foram Cocó (1), Parque Manibura (1) Dendê (2) e Salinas (1). (FREITAS; COSTA, 2015, p. 334-335).

A violência policial merece destaque, principalmente nos bairros citados. Entre os dias 11 e 12 de novembro de 2015, num intervalo de aproximadamente seis horas, onze pessoas foram assassinadas por homens encapuzados nos bairros Messejana, Curió, São Miguel e Lagoa Redonda. Todas do sexo masculino com idades entre 16 e 41 anos. Sete eram adolescentes, sendo que entre os adultos, dois tinham apenas 18 e 19 anos. Outras sete pessoas ficaram feridas por tiros. O episódio, que ficou conhecido como a “chacina da grande Messejana”, foi o maior com essas características registrado no Ceará. As investigações apontaram um grupo de policiais militares como responsável pela matança, a maioria dos agentes estava de folga.² Os crimes seriam uma retaliação à morte de um PM no dia anterior, nas imediações da chacina. Os criminosos se distribuíram em sete veículos e assassinaram pessoas simplesmente por estarem naquele momento nas vias públicas e nas calçadas. “Algumas vítimas se ajoelham para não morrer, mas ainda assim não foram poupadas”, declarou à imprensa o procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Rios.³

Costa e Amora (2015) ressaltam que o processo de integração metropolitano de Fortaleza ocorre de forma “fragmentária” em razão das

² Em agosto de 2016, 44 agentes foram indiciados e presos. Os policiais condenados receberam a solidária visita do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), que demonstrou sua indignação com a situação dos agentes, “presos por trabalhar” (JORNAL EXTRA, 22/09/2016).

³ G1/CE, 01/09/2016.

Jardim sem cidade

desigualdades sociais. A capital cearense é marcada pela concentração de riqueza, uma das maiores do país: “Nela, habitam cinco bilionários e vários milionários, sendo sede de poderosos grupos econômicos de importância nacional.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 71). Todavia a maior parte da população padece em empregos informais e em habitações precárias, com carência de serviços e de infraestrutura, e submetidas à “economia do medo” em razão da violência.

A moradora J., que optou pelo apartamento no Cidade Jardim, disse que estranhou a mudança de início, pois estava acostumada com sua antiga moradia. Mas no geral, gostava bastante de morar no conjunto, sobretudo por ser proprietária do imóvel: “Lá [no Cidade Jardim] é uma maravilha! Só de não pagar aluguel..., mas eu vou ser sincera, eu gostava daqui, mas lá é melhor [...] Lá tem UPA perto, lá atende superbem! Tem escola...”. (Moradora J., comunidade Pau Pelado/Cidade Jardim). Sua opinião positiva ao conjunto destoa consideravelmente de outros moradores ouvidos. Sem entrar em maiores detalhes, disse que não se sentia insegura em morar lá: “até agora eu não vi [violência]”. A moradora L., que decidiu resistir à transferência para o Cidade Jardim, enfatiza que o conjunto no bairro José Walter seria vantajoso apenas aos mais jovens, sem tantos vínculos e com maior disposição: “pra ela [moradora J.] é bom, como eu lhe disse são um casal novo, não tem filho, estão começando a vida agora. Pra ela é bom, trabalha, não passa muito tempo em casa [...] não sente o impacto” (Moradora L.).

Na sequência da conversa, outro morador (T.) intervém:

Deixa eu lhe falar uma coisa, antes dela [moradora J.] se mudar pra esse canto aí [Cidade Jardim], uma amiga minha ganhou um [apartamento]..., ela foi sorteada, porque tanto ganha como é sorteado pela Caixa. Eu fui botar

ar-condicionado lá, ela disse que no dia chegou lá e roubaram as luzinhas [lâmpadas] ‘tudim’ da escada. No outro dia que ela foi lá pra entrar no apartamento já não tinha mais nada, levaram tudo. (Morador T., comunidade Pau Pelado).

Daí a moradora J. interrompe bruscamente a fala do morador T. com uma informação contraditória ao seu depoimento inicial sobre a violência no Cidade Jardim: “os bancos já ‘tão’ tudo quebrados... [...] já ‘tão’ roubando tudo lá, disseram que quebram as grades, roubam botijão...” (moradora J., comunidade Pau Pelado/Cidade Jardim).

Figura 2: Conjunto Cidade Jardim



Fonte: acervo do autor (foto tirada em janeiro de 2016).

Figura 3: Conjunto Cidade Jardim (2)



Fonte: acervo do autor (foto tirada em janeiro de 2016).

Figura 4: Conjunto Cidade Jardim (3)



Fonte: acervo do autor (foto tirada em janeiro de 2016).

Vale ressaltar que estava previsto no projeto do Cidade Jardim um “Trabalho Técnico Social – TTS”, a ser executado pela Secretaria das Cidades com os seguintes objetivos: 1. Garantir condições para o exercício da participação comunitária; 2. Promover atividades para a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias para que se expressem e se desenvolvam por meio de um conjunto de intervenções sociais; 3. Valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; 4. Fortalecer os vínculos familiares/comunitários; 5. Viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local; 6. Promover a gestão participativa, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento (CEARÁ, 2013). O “Trabalho Técnico Social” consistia numa das principais respostas dos agentes diretamente envolvidos no processo do VLT para as questões levantadas sobre o Cidade Jardim:

No começo, no dia que eu fui olhar o apartamento modelo, a Assistente Social, a Ana Cristina, quando a gente reclamou sobre isso [sobre a ausência de serviços públicos, sobretudo segurança, no Cidade Jardim], ela disse: “não Dona L., vai ter... vai ter assistente social, vai ter esse trabalho do assistente social pra poder ajudar aí na convivência do povo, né? Pra falar sobre o lixo, de como é a água...” (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Uma das entrevistadas, ameaçada de remoção na comunidade Lagamar, trabalhou numa pesquisa realizada pelo LEHAB⁴ no residencial Cidade Jardim, e expôs suas impressões gerais a partir da sua experiência

⁴ Laboratório de Estudos da Habitação, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará.

durante a pesquisa. Ela destacou as deficiências desse Trabalho Técnico Social, sobretudo no condomínio seis, onde foram acomodadas muitas famílias advindas das remoções do VLT, com dois blocos destinados aos ex-moradores da comunidade Lagamar, cerca de quinze famílias. A moradora comenta que reconheceu nesses dois blocos o “barulho do Lagamar”, pois é comum a vizinhança da sua comunidade passar o dia ouvindo rádio no mais alto volume. Ela descreve alguns dos problemas encontrados especificamente naquele condomínio:

Eles não passaram por nenhum trabalho social, lá [no Cidade Jardim]. Não houve. O trabalho social foi negado no Cidade Jardim, então é briga de vizinho... Tinham pressa pra eles se mudarem logo pro Cidade Jardim, e os apartamentos todos do conjunto seis são sem acabamento, com problemas de rachadura, sem as janelas de vidro, foi o que a gente encontrou só no condomínio seis a gente andou por todos os condomínios fazendo aplicação de questionário, e só no 6 que a gente encontrou esse problema. No seis também é o único que não tem as áreas de lazer que tem nos outros. Nos outros tem pista de skate, tem parquinho, tem salão de festas, né? [...] No seis não tem nada! Só tem o estacionamento em frente aos apartamentos e nada mais. Então, eles foram excluídos da sua comunidade, e foram excluídos de novo quando chegaram no Cidade Jardim. E quando você vai nos condomínios um, dois, três e quatro, onde tem gente de outras demandas, né, eles sempre dizem que o problema da violência começou quando o pessoal do condomínio seis chegou [...] *então foi uma nova segregação que eles ganharam quando foram pra lá, né?* (Moradora A., comunidade Lagamar).

Muitas famílias permaneciam insatisfeitas com todo o processo, tanto pelos valores baixíssimos das indenizações, quanto pela oferta de moradia num local tão distante, apesar da existência de imóveis vazios no próprio bairro ou na região. Além disso, o aluguel social oferecido não era suficiente para custear uma moradia digna nas redondezas. Nesse ínterim, moradores das comunidades Trilha do Senhor, Dom Oscar Romero e São Vicente de Paula resolveram criar um movimento próprio, o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), e se organizarem em separado ao Comitê Popular da Copa. Eles conseguiram atrair outras comunidades para o movimento a partir de visitas aos moradores explicando o que estava ocorrendo. A moradora destaca também a participação de pesquisadores, estudantes na articulação:

Eu lembro que a gente viu que só tratando de comunidade em comunidade, a gente não seria tão forte, aí a gente pensou se a gente se tornasse um movimento, se fortaleceria mais, né? Teria mais autonomia. Aí, a gente se tornou um movimento, aí escolhemos e ficou o MLDM, escolhido também em assembleia. Eu lembro que eram nove comunidades envolvidas na época. Depois veio o pessoal da Parangaba, que também veio participar com a gente [...]. Aí, que a gente ia de comunidade em comunidade que fazia as reuniões, e o projeto do governo era explicado por nós. O governo nunca veio explicar pras comunidades o que ia acontecer. Então a gente pegou através dos meninos que pesquisavam, né? E traziam pra gente, e às vezes passava o dia todinho estudando aquele projeto, para poder nas assembleias, nas comunidades, poder explicar pro povo o quê que ia acontecer. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

O MLDM, no dia 27 de fevereiro de 2012, lançou um documento público, “Carta aberta à sociedade cearense, ao governador do Estado do Ceará, Cid Gomes e à presidenta do Brasil, Dilma Roussef em ocasião da assinatura da ordem de serviço do VLT, obra de remoção de nosso povo trabalhador”, em que denunciava as violações ocorridas para a realização daquela obra de mobilidade urbana:

É com profundo e revoltante pesar que nós, moradores das Comunidades dos Trilhos, organizadas no Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), lançamos esta nota pública ao conhecimento da ampla sociedade brasileira e cearense que acompanha solidariamente nossos anos de luta para a permanência de nossas famílias, avós, netos, pais e filhos em nosso lugar de moradia. Hoje, dia 27 de fevereiro de 2012, manifestamos o nosso pleno e total desacordo com o ato da presidenta Dilma Roussef no que se refere à assinatura da ordem de serviço para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), metrô de superfície que será construído ao longo de 12,7km dentro Fortaleza, passando por 22 bairros e dezenas de comunidades em Fortaleza-CE, atingindo quatro mil de nossas famílias. Durante estes longos dois anos de pressão por parte do governo, sofremos com a ação de várias empresas terceirizadas que, a serviço do Estado, percorreram as comunidades para realizar cadastros, marcar e medir nossas casas. Para tanto, fizeram uso constante dos mais inescrupulosos recursos: moradores, incluindo idosos, foram ameaçados e intimidados; inúmeras casas foram marcadas sem o conhecimento e consentimento dos moradores; nossos domicílios e nossa intimidade foram violados;

documentos foram recolhidos sem explicação. Desde que Fortaleza fora escolhida como sede da Copa do Mundo de 2014 nossa vida mudou. [...]. Desta maneira, mantivemos por dois anos exigências claras direcionadas ao poder público e estamos plenamente convictos de que ele as tinha sobre seu o conhecimento: exigimos que o VLT fosse construído em outro lugar, valorando alternativas ou passando pelas próprias avenidas; exigimos que o governo parasse as marcações, os cadastros, as avaliações das nossas casas e a pressão psicológica que fez com que nossos parentes adoescessem e alguns deles, inclusive, falecessem; exigimos que se reconhecesse o direito de podermos autodeterminar o nosso local de moradia e permanecermos no local de sempre, pois é aqui que construímos nossas vidas, nossos empregos, nossas escolas e criamos nossos filhos e filhas. (MLDM, 2012 citado por ARAÚJO, 2013, p. 98).

A Defensoria Pública do Estado do Ceará obteve medida liminar, em 25 de janeiro de 2012, proibindo a remoção de moradores antes de ter garantido o pagamento de aluguel social, além da indenização ou recebimento da nova unidade residencial. No dia 13 de julho de 2012, na Procuradoria da República no Ceará, o Ministério Público Federal fez uma reunião com representantes do Governo do Estado do Ceará, da Transnordestina, do Metrô de Fortaleza (Metrofor) e de dez comunidades atingidas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilho (VLT). A procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues, e o procurador, Alessandro Sales, mediarão a reunião e solicitaram informações e esclarecimentos. Eles demandaram ao representante do governo cearense um projeto definitivo das instalações do VLT, com as mudanças que já haviam sido

anunciadas anteriormente. “É preciso dimensionar as famílias que serão impactadas com o projeto. Enquanto não existir o projeto definitivo, não é possível pensar nas medidas para mitigar os impactos”. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012).

O representante do governo do Ceará apresentou o projeto e o andamento das obras, e defendeu a política adotada pela gestão estadual para a desocupação das áreas afetadas. Os valores de indenização seriam condizentes aos imóveis desapropriados, e, além de que, as famílias que habitavam irregularmente em terrenos públicos estavam recebendo por algo que não lhes pertencia. Lembrou também da opção pela unidade residencial do Programa Minha Casa Minha Vida.

A determinação da Lei Orgânica do Município de Fortaleza acerca da desapropriação de imóveis e reassentamento das famílias atingidas não estava sendo respeitada, conforme lembraram os moradores presentes na reunião, que reafirmaram o desejo de permanecer residindo nos mesmos locais, pois além de morarem há muitos anos nas margens do trilho, com vínculos estabelecidos, a proximidade dos postos de trabalho e dos serviços públicos teria um peso considerável. Em resumo, o deslocamento para regiões distantes acarretaria enorme prejuízo para essas pessoas.

No geral, o andamento das obras do VLT e de outras intervenções relacionadas ao megaevento estava bastante lento. No 4º Balanço de Ações para a Copa, relatório apresentado em dezembro de 2012, o Estado do Ceará declarou que 1.970 famílias já estavam cadastradas e 1.340 já possuíam os Laudos de Avaliação. No entanto um total de 2.185 imóveis, apenas 19 desses estavam efetivamente desapropriados. A resistência de muitos moradores em fornecer os dados para o cadastro social, bem como na segunda fase do processo de desapropriação, com a recusa à visita dos técnicos nas suas casas para a avaliação do imóvel, atrasou consideravelmente o cronograma das obras.

A pressão dos moradores e de movimentos sociais da cidade conseguiu alterar partes do traçado original, diminuindo a quantidade de pessoas que seriam removidas para a implantação do VLT em praticamente um terço, de 3 mil previstas inicialmente, caiu para 2.185, de acordo com dados da Seinfra.⁵ No caso da comunidade Aldaci Barbosa, os trilhos que atravessavam a comunidade foram deslocados mais a leste e a estação Rodoviária foi realocada, diminuindo o número de imóveis a serem removidos, de 250 para 50 (CEARÁ, 2012 citado por IACOVINI, 2014, p. 282). No Mucuripe, onde havia previsão de remoção de famílias numa faixa de 14 a 20 metros a partir da linha do trem, foi reduzida para 7 metros devido à resistência dos moradores.

Outro caso que vale ser destacado é o da comunidade Lauro Vieira Chaves, que conseguiu a mudança do plano original do traçado do VLT, que atravessaria as residências dessa comunidade, mas foi remanejado para uma área vizinha, pertencente ao Aeroporto. A previsão inicial era de 203 casas para remoção, dessas, 66 foram retiradas, sendo que 13 famílias fizeram acordo para permanecer numa área próxima. O morador I., um dos que fecharam acordo, descreve sucintamente o processo:

Foi uma conquista muito grande pra gente. E ainda mais porque a gente ainda conseguiu mudar o traçado do trilho. Porque até lá ia ser tirado todo mundo [...]. Aí na resistência a gente conseguiu mudar o traçado, fazer com que o governo debatesse o projeto de novo. Tirar o projeto de cima das casa e botar pra trás. E no lugar de 203 casas, só saíram 66. Dessas 66, 13 tinham área remanescente e 'tão' recebendo agora. [...] Já foi pago já, valores variados, dependendo das casas, casas melhores, casas piores. Teve casa no valor de 12,

⁵ RIBEIRO, Germano. DIÁRIO DO NORDESTE, 1 fev. 2014.

14, 16 mil reais, que era casa pequena, lá na ponta, que era só quartinho. Como chegou nessa casa aqui [apontando para escombros], pode ver que ela é toda na cerâmica, toda no azulejo e tudo. Aí, essa casa aqui foi avaliada na época em 68 mil. E teve casa lá na frente, que era casa boa, com piscina, era duplex e tudo, era 80, 85 mil reais. Teve casa de 105 mil. Então, assim, as pessoas acharam bom, porque tinha casa que o cara achava que ia receber 40 mil, 50 mil na casa, a casa dele valeu 80 mil, então ficou muito fácil pra ele. Então a gente conseguiu aqui que pagasse o chão, pagasse a casa, a edificação. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Para Alex Oliveira (2014), se o poder público tivesse estabelecido o diálogo com as comunidades desde o início, os impactos das obras poderiam ter sido minimizados, garantindo talvez maior legitimidade e adesão ao projeto. Romero e Frota (2015) recordam que uma das principais diretrizes da política urbana consiste na gestão democrática com participação popular “[...] na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (art. 2º, II, Lei nº 10.257/2001 citado por ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 96). No entanto os autores assinalam que a atuação dos agentes públicos envolvidos com a implantação do VLT revelava “[...] uma postura baseada em tecnocracia o que acaba se refletindo em práticas autoritárias e negligentes quanto aos direitos da população impactada” (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 96). E que as alterações no projeto ocorreram mais em função da própria articulação dos moradores – que impôs ao governo estadual as necessárias mudanças –, do que uma abertura da gestão à participação popular. Até mesmo o acesso às informações sobre o projeto, na internet ou nas sedes dos órgãos envolvidos, não era adequado. No 5º Balanço

de Ações para a Copa (1º ciclo), apresentado em setembro de 2013, 988 laudos de desapropriação, sendo que 482 já estavam executados.

No dia 4 de setembro de 2013, o Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) ajuizou uma Ação Civil Pública contra a União, o estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal (agente financiador das obras do VLT). Na ação, foi requisitada a suspensão imediata dos efeitos do contrato firmado entre tais entes, interrompendo os repasses de recursos federais para implantação do VLT, e paralisando os procedimentos de desapropriação, remoção e reassentamento das famílias atingidas pelas obras. A ação do MPF solicitava que a Caixa Econômica Federal solicitasse do estado do Ceará, no prazo de 90 dias, um “Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias” referente à obra, produzido com a participação das comunidades atingidas, aprovado pela Caixa e apreciado pela Justiça Federal. A ação civil, fundamentada no Estatuto das Cidades, demandava que o Plano deveria apresentar estudos que contivessem:

- uma síntese do projeto de intervenção, com a especificação de sua área de abrangência, demonstrando corresponder a melhor proposta para minimizar os impactos decorrentes de remoções involuntárias;
- cadastro censitário e diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas;
- quantificação e caracterização dos imóveis que serão atingidos;
- mapeamento dos riscos e impactos negativos decorrentes da intervenção. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

Jardim sem cidade

De acordo com a ação do MPF/CE, a proposta para reassentamento apresentada até o momento pelo estado do Ceará violaria o direito à moradia adequada, visto que não considerava a possibilidade de reassentamento nas proximidades dos locais afetados pelas obras, e sequer avaliava os imóveis vazios apontados pelas comunidades, desrespeitando o Estatuto das Cidades, que recomenda o reassentamento no mesmo bairro habitado pelas famílias atingidas ou em bairros vizinhos. Em vista disso, a ação pedia também que a Caixa exigisse do governo cearense a elaboração de um estudo no prazo de 90 dias, comprovando a impossibilidade de reassentamento das famílias atingidas pelo VLT na mesma região onde já residiam.

Por fim, a ação da MPF/CE pedia que a União, representada pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo (Gecopa), vinculado ao Ministério dos Esportes, analisasse num prazo de 60 dias os documentos técnicos elaborados pelo Ministério das Cidades e pelo próprio MPF acerca do estágio no qual se encontravam as obras, e que se pronunciasse acerca da permanência ou não do VLT Parangaba-Mucuripe dentro da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014.

Após intenso processo de articulação e mobilização dos moradores das comunidades afetadas, bem como a manifestação de entidades e movimentos, em 23 de setembro de 2013 o Governo do Estado do Ceará publicou o Decreto nº 31.285, determinando três imóveis localizados nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape de utilidade pública para fins de construção de unidades habitacionais às famílias afetadas pelo VLT. Novamente a ação junto a instituições da Justiça permitiu uma importante vitória ao conjunto de famílias resistente à remoção de seus imóveis.

Teve três audiências na 9ª vara cívica, com a Dr^a Joriza. Foi nessas três reuniões que tivemos com ela que a gente conseguiu terreno próximo, porque até lá não tinha proposta

de terreno. Era só sair da casa mesmo e ir “s’embora”. E a gente sempre falou que precisava ser obedecida a Lei Orgânica do Município, que tinha que ser realocado próximo, essas coisas. [...] A juíza pediu pra gente fazer um levantamento dentro da comunidade onde tinha um terreno próximo que podia ser realocado as pessoas. A gente fez esse trabalho todinho que era pra ser um trabalho do governo e quem fez foi a gente. [...] A medição das casas foi a gente que fez, pra saber quais iam ter que sair ou não, e nas audiências a gente ia mostrando pro governo que era ‘assim, assim...’ (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Isto significou uma grande conquista para os moradores, pois asseguraria o reassentamento em terrenos próximos às suas antigas moradias, e, sobretudo, porque a própria ação organizada das comunidades atingidas foi capaz de demonstrar as alternativas habitacionais que garantissem tanto o andamento da obra como o direito dos moradores; “[...] fizeram na Cidade Jardim porque ‘não tinha terreno próximo, então tinha que ser lá’. Aí o pessoal fez a pesquisa e tinha mais de 200 terrenos aqui no entorno, né? Eu sei que depois de muita luta a gente conseguiu”. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor). O morador I. ainda aguarda receber sua unidade habitacional a ser construída no terreno do bairro Vila União. Ele comenta as conquistas diante do cenário inicial encontrado pelas famílias ameaçadas de remoção:

Desde julho de 2010, a gente vem nessa luta, nessa pelega já são 5 anos já. A gente vê que custou muita coisa essa luta, porque até lá, todo mundo ia sair sem direito a nada. Sem apartamento, sem unidade habitacional, era só pegar o dinheiro e

Jardim sem cidade

ir morar em outro canto, se virasse. E na resistência, a gente conseguiu que o governo pagasse a indenização acima do valor [anunciado inicialmente], que pagasse o chão. [...] Hoje o terreno já foi negociado, o governo já comprou por 482 mil reais. O terreno é 3.323 metros², onde vão ser construídos 5 blocos com 16 apartamentos. Que vai dar 80 unidades. (Morador I., Lauro Vieira Chaves).

O morador ressalta também a luta por aumento no valor do aluguel social para as famílias que aguardam a entrega da nova unidade residencial. Eles rejeitaram a proposta inicial do governo estadual de 200 reais mensais. O valor acabou ficando em 400 reais, ainda muito baixo.

O recuo do governo nos termos para desapropriação dos imóveis das comunidades do trilho não necessariamente alterou os procedimentos dos agentes terceirizados, que continuavam pressionando os moradores a negociarem suas casas. Além do que, o prazo de entrega da obra estava expirando. Diante disso, o Governo do Estado do Ceará moveu uma ação cautelar⁶ ordenando os moradores das comunidades Trilha do Senhor e São Vicente de Paula, focos de maior resistência naquele momento, a liberar o acesso dos agentes públicos aos imóveis considerados de utilidade pública. A decisão amedrontou até os moradores mais resistentes: “Até antes de chegar [a ação cautelar], ninguém tinha deixado entrar aqui. Aí quando o pessoal receberam isso aí, viram, aí: ‘não gente, agora a gente vai ter que abrir a porta’” (Moradora E., comunidade São Vicente de Paula). A medida cautelar foi decisiva para acelerar as obras.

⁶ Julgada procedente em 28 de outubro de 2013 pela juíza da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza.

Aí eles fizeram uma medida cautelar, na qual dizia que se o morador não abrisse as portas poderia responder um processo, e ser preso e tudo. Eles chegaram aqui com uma equipe com mais de 30 pessoas. Eu acho que chegaram aqui principalmente, mas chegaram em outras comunidades também. Aí eles vieram aqui com uma pilha de cópias dessa medida cautelar, aí foi de porta em porta avisando. Ainda vieram com reforço policial. Mas aí a pessoa se sentiu coagido, né? Uma pressão psicológica terrível. E muita gente abriu as portas e acabou cedendo. Porque até então ninguém tava [cedendo]. A gente vivia mudando de estratégia pra não deixar medir e nem deixar começar esse processo. Porque o processo era medir e começar pegar os dados dos moradores, pra começar o início do processo de desapropriação, que aí a gente veio enrolando de todo jeito. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

A ação cautelar foi mais um duro golpe na resistência dos moradores das comunidades do Trilho. O processo de desapropriação avançou consideravelmente. “se não fosse essa liminar [ação cautelar] ter chegado aqui, eu acho que os moradores ainda tavam tudinho aqui. Porque eles se amedrontaram, ficaram com medo!” (Moradora E., comunidade São Vicente de Paula). E as desapropriações atingiram, com efeito, justamente as principais lideranças do MLDM, causando um revés significativo na dinâmica do movimento. Uma das moradoras fez um desabafo emocionado sobre o forçoso distanciamento do movimento devido à remoção de sua casa:

Eu vou falar do meu sentimento, porque fomos as únicas removidas,⁷ até agora, né? E a gente tá na luta desde o começo, e quem tá aqui sabe o quanto a gente lutou pra não sair daqui, como a gente lutou! Aí, assim, quando a gente foi obrigada a sair daqui, foi como a gente tivesse sofrendo um luto, e foi uma sensação de fracasso mesmo, quando eu falo... eu até me emociono... porque não foi fácil [choro]..., não foi fácil mesmo. Aí automaticamente, assim... emocionalmente a gente teve que se afastar, né? Quando a gente sai de um "canto" pra outro, é... por vontade própria, ainda tem aquele sentimento, né? Ainda tem aquele negócio, assim, da saudade. Ainda mais você ser obrigado a sair do local que você viveu a vida toda [...] E, assim, como a gente tava muito à frente, a tristeza bateu muito na gente, e emocionalmente, assim, abalou o movimento realmente. Abalou o movimento porque a gente lutou tanto, batalhou tanto, foi pra tanto 'canto', tantos espaços, e acabou tendo que sair! Foi realmente uma sensação de fracasso. Foi realmente como a gente tivesse vivendo uma tragédia, um luto mesmo. A gente foi arrancado de um grupo, e a gente não queria. E que pra mim foi realmente muito tempo pra gente retomar. Eu me afastei de muitas coisas, eu nem queria aparecer aqui, porque realmente... não era legal! Emocionalmente, eu não tinha como tá nos espaços [...] (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

O caso dessa moradora ilustra determinadas singularidades não previstas pelo *modus operandi* adotado pelos agentes nas desapropriações.

⁷ As únicas pessoas "removidas" presentes na reunião em que foi coletado o depoimento.

Ela e sua família moravam na parte superior de um sobrado, imóvel comprado há mais de duas décadas de outra familiar, sua sogra: “a gente comprou com a mãe dele [do marido], né? E aí, ela ficou com a parte de baixo, e a gente com a parte de cima, aí foi meio a meio. Então, por direito, a gente tinha direito a metade do valor do terreno, né?” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor). Contudo pelo entendimento do governo estadual, apenas uma família teria direito à indenização do imóvel, e, nesse caso, seria a família que habitasse no térreo do imóvel, que estava na propriedade do cunhado da moradora entrevistada: “ele [cunhado] nem morava mais aí [na comunidade], ele alugava a casa. Ele não queria, então ele pegou e foi e vendeu a casa. Ele foi na Procuradoria, na PGE, né, oferecer a casa dele. Aí vendeu, negociou a parte dele.” (Moradora C.).

A moradora e sua família ficaram atordoados, além de terem de sair da sua casa, estavam sob o risco de não receberem absolutamente nada de quantia indenizatória: “a gente acabou tendo que... além de bater de frente com o governo, a gente ainda tinha essa luta particular”. (Moradora C.). Eles procuraram a Procuradoria-Geral do Estado, que garantiu o desmembramento do processo de desapropriação do imóvel em três partes: para as duas residências, no térreo e no piso superior; e outra específica para o terreno, resguardando os direitos da família da entrevistada. Apesar da conquista, ela não esconde a frustração pela mudança: “Nesse processo foi tudo, né, documentado, que a gente ia receber a metade o valor. Mas a gente só fez isso, né, porque não tinha como... Ele [o cunhado] já tinha negociado [...]. Enfim... porque senão a gente ainda tava aqui”. Ela e sua família ainda tentaram comprar algum imóvel nas proximidades com o dinheiro da indenização, mas os altos valores dos imóveis eram incompatíveis com a quantia recebida: “A gente tentou morar aqui por perto, mas aí não deu.” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Jardim sem cidade

Sem muitas alternativas, foram morar no bairro Passaré, a mais de 10km de distância da antiga residência.

Corrêa (2013) distingue os processos de segregação *imposta* e segregação *induzida*. No primeiro caso, determinados grupos sociais não possuem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação; enquanto na segregação induzida esses grupos ainda tenham possibilidades de escolhas, porém com as restrições do valor da terra e dos imóveis. O autor ressalta que as fronteiras entre as duas formas de segregação são bastante fluidas, com ambas se confundindo muitas vezes.

A Advogada P. comenta que justamente nas comunidades mais atingidas pela ação cautelar mencionada anteriormente eram onde estavam as figuras mais ativas ao longo do processo de resistência, com destaque para a comunidade Trilha do Senhor. Foram responsáveis por grande parte das mobilizações e, por conseguinte, das conquistas obtidas, contudo ficaram sem usufruí-las: “foi a [comunidade] que adotou postura mais ‘rígida’, vamos dizer assim, em relação com o governo, de não aceitar proposta e tal. E acabou que foi a que mais sofreu impactos maiores.” E continua:

Praticamente todas comunidades tiveram vitórias. Ou de reduzir o impacto, ou de conseguir indenização mais justa... várias coisas assim. E lá na Trilha [do Senhor], [...] ao que parece, foi o mais devastador mesmo, não teve avanço. Engraçado, eles conseguiram... eles foram muito na luta, e conseguiram avanços muito coletivos. Teve a Lei, que foi publicada aqui na Assembleia, que garantiu um “regramento”, assim, que ia ter o Programa Minha Casa, Minha Vida, ou um valor do aluguel social, tipo assim, mesmo ainda sendo insuficiente, mas avançou, foi uma Lei que meio que regulamentou como ia ser, né? E depois a Lei melhorou,

aumentou o valor do aluguel social e tal... muito se deveu, assim, ao pessoal da Trilha, daquela região dos trilhos, né? Eles foram muito protagonistas, assim, na luta, contra as remoções da Copa, do VLT. Mas no final das contas, as conquistas pra eles não chegaram da forma que chegou ‘pros’ outros. (Advogada P.).

A advogada avaliava também que a intensidade dos impactos nessas comunidades estava relacionada à sua localização no meio da Aldeota, próximas a grandes corredores de ônibus e muito “visíveis” aos olhos da vizinhança de renda bem mais elevada: “as outras comunidades, assim, são mais ‘internas’... eles não estão ‘estragando’ nenhuma paisagem, vamos dizer assim.” (Advogada P.).

Muitas famílias optaram por esperar a unidade residencial a ser construída nos terrenos que o governo estadual havia desapropriado, nas proximidades das áreas atingidas pelo VLT: “hoje eu tô morando com aluguel social, recebo 400 [reais] de aluguel social todo mês, e tô esperando pela unidade habitacional que quando sair eu vou morar sem pagar nada.” (Morador I., Lauro Vieira Chaves). Mas a demora no pagamento dos valores das indenizações gerou ainda mais prejuízos às famílias que aceitaram negociar suas casas, pois impedia a aquisição de nova residência: “o pessoal tinha casa que dava pra comprar com aquele dinheiro, quando eles foram receber o dinheiro já não dava mais [...] porque o dinheiro não deu pra comprar, e gastou... E dinheiro na mão de pobre não segura...” (Moradora L., comunidade Pau Pelado). Um caso frequentemente relatado pelos moradores foi o de um idoso, na Trilha do Senhor, que resistiu durante muito tempo. Sua casa era num terreno de esquina com um dos principais corredores da cidade, a avenida Padre Antônio Tomás. No caso, o imóvel não estava dentro das desapropriações relativas ao VLT, mas da construção

Jardim sem cidade

de um viaduto, que estava também no pacote de obras de mobilidade urbana para a Copa, mas sob competência da prefeitura de Fortaleza. De acordo com os moradores, as condições estabelecidas pela administração municipal nos processos de remoção eram tão drásticas quanto as do governo estadual. Foi necessário, além de muita resistência, o acionamento da Defensoria Pública para garantir valores mais justos de indenização.

A casa dele ia ser retirada por causa do viaduto, e, no começo, se o governo paga mal, a prefeitura paga pior ainda, aí ofereceram pra casa dele, um terreno num total que era quase 200 metros de área total, e estavam oferecendo só 48 mil reais. E a gente conseguiu com a Defensora que reavaliassem [...] eu sei que foi avaliado em quase 400 mil reais a casa [...] e eu sei que depois de muita luta conseguiu ser indenizado em 300...339 [mil reais]. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Porém os problemas desse morador não haviam terminado, pois logo após fechar acordo com um valor mais condizente às condições do imóvel, a prefeitura exigiu a desocupação imediata sem ter disponibilizado qualquer parcela referente à indenização.

Aí chegou o tempo que a prefeitura tava querendo o local pra querer fazer [a obra], enfim... E ele resistiu, resistiu, aí veio o tempo que... veio o trator e passou por cima. Veio Batalhão de Choque, veio Polícia Militar, e eles não se preocuparam, eles queriam o local, então eles não se preocuparam em colocar ele num local, porque até então não tinha recebido o valor ainda [...] porque ele, no papel, tava que ele recebeu os 338 mil, mas não foi depositado nada. Foi

depositado em juízo. [...] [o morador] não tinha recebido o dinheiro, não tinha onde morar e a casa foi derrubada. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Muitos vizinhos tentaram, sem sucesso, impedir a ação de despejo: “eu recebi ordem de prisão lá dentro [da casa do vizinho despejado], fui empurrada, arrastada lá de dentro!” (Moradora E., comunidade Trilha do Senhor). Uma das moradoras mais idosas da comunidade foi também agredida pela polícia durante a ação de despejo, ela afirma que aquele episódio serviu para alertar outros moradores sobre a gravidade do que vinha acontecendo: “e quantas vezes eu ouvi aqui as pessoas dizerem: ‘não! Não faz isso não. Isso não existe mais... polícia na porta...’ Eu fui empurrada!” (Moradora M., comunidade Trilha do Senhor). A violência policial durante as remoções ou atos de rua é uma constante entre os relatos, a moradora da comunidade do Lagamar conta que, a despeito de sua condição de gestante, foi arrastada por um policial durante uma manifestação: “a gente foi fazer um movimento [...] pelas Zeis. E o policial, mesmo eu grávida, ele me agrediu, me arregaçou pro meio da pista, tá entendendo?! Então, é um governo totalmente desumano”. A moradora L., após participar de manifestações pacíficas e ser duramente reprimida, não importando sua idade (55 anos) e suas condições, passou a compreender a radicalidade presente em algumas manifestações públicas:

É por isso que quando aparece fazendo quebradeira, muita gente julga, eu já não julgo porque eu conheço e eu digo, isso aí é a linguagem que eles entendem, a linguagem que eles entendem é essa, eles só recebem a gente quando a gente chega lá fazendo quebradeira, aí dizem: “ah, mas estão infringindo a Lei, o poder público e não sei o que mais...”,

mas a linguagem que eles entendem é essa, é a forma como recebem a gente. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Os moradores queixam-se também da oferta de indenização aos proprietários que alugam os imóveis irregulares, pois estimula nas comunidades a prática de dupla indenização, com a expulsão dos antigos inquilinos e sua substituição por pessoas de confiança do proprietário. Na comunidade do Pau Pelado, no bairro João XXIII, o avanço das desapropriações se deve muito ao fato de boa parte das famílias morarem de aluguel. Não raro, com apenas um proprietário detendo dezenas de casas na comunidade. Foi relatado o caso de uma costureira que morava numa casa na comunidade Trilha do Senhor, de propriedade da família que a empregava. De acordo com o depoimento, a costureira durante anos teve descontado diretamente do seu salário uma quantia mensal, que no seu entendimento seriam prestações para a quitação da posse da casa. Justamente no período que iniciaram as desapropriações para as obras da Copa, ela foi demitida e despejada:

Ela tava há dezesseis anos [morando na casa], e ela pensava que ia ser dela. Mas aí, quando ela deixou de ser costureira exclusiva da família, eles quiseram despejar ela. “Aí, mas senhora, eu não tava pagando a casa?” Aí ela [patroa] disse: “não, aqui era só um aluguel”. Aí ela foi despejada de lá. Aí, o dono da casa era o Bancesa.⁸ Aí ela pegou, foi despejada, deram só um mês pra ela sair. Aí ela saiu... Por isso ela foi morar na [Cidade] 2000, de casa alugada. A casa era do Banco, mas alugava para as pessoas. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

⁸ O Bancesa foi um banco fundado por Manoel Machado de Araújo, na cidade de Sobral (CE) com o nome de Banco de Sobral S/A, posteriormente mudou para Banco do Ceará S.A. – BANCESA e por fim para Banco Comercial Bancesa S/A. Sofreu intervenção do Banco Central do Brasil em fevereiro de 1995, e sua falência foi decretada em 2004.

Em razão desse imóvel ser de propriedade de pessoas que detinham alguma influência no cenário econômico e político local, o tratamento da desapropriação foi diferenciado em vários aspectos, sobretudo no valor indenizatório, superior à de outros imóveis em melhores condições. Os relatos mencionam que isso era muito comum: “dependendo do morador, do dono, assim... o tratamento é diferente” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Na comunidade do Mucuripe, o tratamento diferenciado era percebido em relação a um edifício luxuoso, que ocupa um raio semelhante ao da comunidade nas margens do trilho. O traçado naquela área foi cuidadosamente pensado para não atingir a área residencial de famílias mais ricas, em contraste ao descaso com as habitações de baixa renda: “eles têm coragem de dizer que nós estamos em área da RFFSA... da Transnordestina, mas o prédio não tá. Se o prédio tá na mesma coisa da gente [distância do trilho], tá entendendo? [tom irônico]” (Moradora G., comunidade do Mucuripe).

Figura 5: Edifícios vizinhos à comunidade do Mucuripe



Fonte: acervo do autor.

Conforme descrito, a ausência de diálogo por parte do governo do estado e da prefeitura desde o anúncio das obras do Veículo Leve sobre Trilhos e demais intervenções, trouxe temor e insegurança aos moradores das comunidades à margem do trilho. Para além dos aspectos materiais apresentados, como os baixos valores das indenizações e do aluguel social, e a controversa alternativa de moradia no conjunto Cidade Jardim, a perspectiva de sair de sua casa e, conseqüentemente, romper vínculos afetivos fincados há décadas, causaram impactos psicológicos na população afetada pela obra, conforme assinalam autores acerca do tema⁹ e relatos de moradores: “muita gente, idosos, que já tinha sua raiz aqui, que já tinha muito tempo, foi ficando com depressão, foi adoecendo, outros faleceram, tudo por conta dessa pressão toda” (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Um estudo sociológico elaborado pela Defensoria Pública da União (DPU) salienta também esse aspecto, “[...] dada a grande incerteza sobre o destino de habitação, desenvolveram ou tiveram piora em quadros de hipertensão, doenças cardíacas e depressão; isto quando não foram idosos que vieram a óbito”. (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 citado por OLIVEIRA, 2014, p. 118). Os idosos são geralmente os que mais padecem com a possível retirada das casas. Conforme depoimento de uma moradora residente há 65 anos de uma das comunidades do trilho, citado no mesmo relatório, casos de depressão viraram frequentes na vizinhança. Ela demonstra indignação por desconsiderarem as condições das pessoas mais velhas ao longo do processo de remoções:

[...] nossas leis não nos respeita. Porque nós, cidadão brasileiro, de terceira idade, não temos lei. Qual a lei que nos ampara?
Da Padre Antonio Tomás à Antonio Sales os moradores

⁹ Conferir: Souza, L. (2013), Oliveira (2014), Romero e Frota (2015).

todos são terceira idade. Os que moram perto é filho, é neto. E pra onde a sociedade quer nos jogar? Por causa disso tem deixado muita gente depressiva. Eu não tinha problema de pressão alta, hoje eu tomo três medicamentos controlados. Meu marido da mesma forma. Quer dizer que tá nos deixando assim... que país é esse, meu Deus, que não olha pelo idoso? (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 citado por OLIVEIRA, 2014, p. 118).

Entre os dias 1 e 3 de maio de 2014, alguns moradores atingidos pelas obras do VLT participaram do “Encontro dos Atingidos – quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos”, organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) e realizado em Belo Horizonte (MG). No evento estiveram presentes cerca de 400 representantes de comunidades atingidas pelas obras da Copa, trabalhadores da construção civil, ambulantes, moradores de rua.¹⁰ Foram compartilhados muitos depoimentos acerca do que vinha acontecendo nas 12 capitais sedes da Copa. Além das remoções habitacionais e outras violações de direitos cometidas na preparação do evento, foi tratada também a questão dos gastos públicos exorbitantes e o possível comprometimento da execução de políticas públicas dado o endividamento causado pelo megaevento esportivo. Ao final, o Encontro convocou para o dia 15 de maio daquele ano, o Dia Internacional de Luta contra a Copa.

¹⁰ MARTINS, Helena. AGÊNCIA BRASIL, 01/05/2014.

Vidas sob entulhos

O poder público adotou diversas medidas em benefício dos setores privados envolvidos com a organização da Copa do Mundo de 2014: volumosos recursos investidos; isenção de impostos e taxas de juros reduzidas nos financiamentos; transferência de patrimônio imobiliário e operações urbanas consorciadas, remoção de comunidades pobres de áreas de interesse. Não obstante todas essas condições reunidas, nem tudo saiu conforme o planejado, e grande parte das obras não ficaram prontas a tempo ou sequer foram iniciadas. No caso do VLT Parangaba-Mucuripe, a meta de tê-lo em operação durante a Copa ficava cada vez mais distante com a proximidade do início do evento, cuja abertura estava marcada para 12 de junho de 2014.¹¹ Em fevereiro daquele ano, somente 47% das obras estavam concluídas e apenas 40% das desapropriações previstas haviam sido feitas. Dessa forma, faltando quatro meses para o início dos jogos, o governo do Ceará precisava finalizar a desapropriação de mais de 1.200 imóveis. Ainda assim, a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra) garantia que o VLT seria entregue no prazo firmado. O coordenador de obras da Seinfra, André Pierre, afirmou à imprensa que o restante das desapropriações não geraria impasse, pois muitas negociações já estariam em andamento.¹² Mas após ter sido notificado pela Secretaria de Infraestrutura que a obra não estaria pronta até o início

¹¹ A cerimônia de abertura ocorreu na arena Corinthians, em São Paulo, duas horas antes da partida inicial entre Brasil e Croácia. O primeiro jogo em Fortaleza, na arena Castelão, entre Uruguai e Costa Rica, ocorreu no dia 14 de junho.

¹² Naquele momento, o quadro geral de remoções de cada trecho do percurso do VLT era o seguinte: da Parangaba até a av. Senador Carlos Jereissati: 175 imóveis; da av. Senador Carlos Jereissati até a av. Borges de Melo: 455 imóveis; da avenida Borges de Melo até a av. Antônio Sales: 450 imóveis; da av. Antônio Sales até a av. Santos Dumont: 300 imóveis; da av. Santos Dumont até a av. Abolição: 450 imóveis; remoção para possibilitar o acesso aos imóveis remanescentes: 150 imóveis (RIBEIRO, Germano. DIÁRIO DO NORDESTE, 1 fev. 2014).

dos jogos, o governo do Ceará, em decisão publicada em 27 de maio de 2014, rescindiu o contrato com o consórcio responsável pela execução da obra, CPE-VLT Fortaleza. No momento da rescisão do contrato, há poucos dias do prazo de entrega acordado, apenas 51% das obras haviam sido feitas. O então governador Cid Gomes acusou o “despreparo” das empresas integrantes do consórcio: as construtoras Consbem, Passareli e Engexata, como o principal motivo pela suspensão do contrato.¹³

A paralisação das obras não necessariamente significou alento às comunidades atingidas, pois além de ter deixado um cenário de destruição e abandono ao longo dos trilhos, o fato de não consistir mais num equipamento para ser utilizado durante a Copa 2014 alterou substancialmente os termos em que vinham se estabelecendo as negociações para a desapropriação dos imóveis.

No começo, o metro quadrado... o valor era baixíssimo, mas eles pagavam, né? Eles pagaram numa faixa, dependendo da casa, eles pagaram numa de 700, 750 [reais]. Varia de casa para casa, de situação pra situação. E agora, acho que nem isso, não chega nem isso. [...] Lá na minha comunidade, eles estão pagando só a estrutura mesmo, e pronto. Porque se estão pagando metro quadrado, não chega a 200, 250, se chegar a 300 [reais], chega é muito! Então, eles não estão pagando o terreno. (Moradora P., Pio XII).

E mesmo em alguns casos que a negociação já estava finalizada, havia alteração nos valores quando depositavam o dinheiro: “teve gente que negociou há mais de dois anos, e chegou lá tinha era reduzido o valor”.

¹³ “OBRAS do VLT serão completamente retomadas ainda este mês, diz Seinfra”. O Povo Online. 2 mar. 2016.

(moradora C., Trilha do Senhor). Uma estratégia largamente utilizada era isolar os moradores durante a negociação, provocando certa atmosfera intimidadora no momento de finalizar os contratos de desapropriação e indenização: “é aquela mesma história, aquele tratamento... é... chama na salinha, é individual... E dependendo do perfil da pessoa eles tem um tratamento”. (moradora C., Trilha do Senhor). A moradora E., também da comunidade Trilha do Senhor, acompanhou um casal de idosos, ambos analfabetos, durante a negociação do imóvel deles numa reunião ocorrida na Procuradoria-Geral do Estado. Ela acusa um comportamento abusivo por parte dos agentes públicos diante da vulnerabilidade do casal, tentando induzi-los a aceitar um valor menor de indenização:

Quando ela [a moradora idosa] chegou... fez a negociação, ela não assinou. Aí ficou em um valor, que era até 78 mil. Quando nós chegamos lá, tava 72 mil. Aí ela... ainda mais um casal, que nenhum dos dois sabia ler, aí puxaram eles dois, aí eu ia entrar com ele, aí ela [agente pública] disse: “não, é só o casal. Você é da família?”, aí eu digo: “não, a gente tá acompanhando eles”. Aí ela disse: “não, vai entrar o casal”, aí entrou os dois. Aí passou muito tempo! Muito tempo! E eles nada, e a outra lá já tinha feito duas negociações e o casal lá dentro. Aí eu bati na porta e ela: “o que era?”, eu digo: “não, eu vou entrar, eu vou ficar com eles, porque nem ele sabe ler, e nem ela sabe”. Aí ela [agente pública] disse: “não, dona ‘E.’, não se preocupe não, porque eu vou ler aqui o processo pra ela, e ela vai só assinar”. Aí eu digo: “não, ela não vai assinar! Ela não vai assinar porque a filha dela não tá aqui. E nós chegamos aqui e ela me disse que era 78, e aqui tá 72. Aí ela [agente pública] disse: ‘não, mas não se

preocupe não!”. Aí pegou a papelada toda e levou lá noutra sala, aí quando veio: “não, tá aqui. Ela agora vai assinar porque a gente fechou em 80”, aí eu digo: “olha, ela não vai assinar, porque a filha dela não tá aqui, ela vai vir aqui com ele, com o casal, aí você vê aí”. Aí pronto, a gente saiu, mas ela [agente pública] queria porque queria que ela assinasse”. (Moradora E., comunidade Trilha do Senhor).

A moradora J. C., da comunidade Pau Pelado, idosa e portadora de uma deficiência na visão, relata seu temor com o processo de remoções. Ela conta que por conta de sua idade, condições de saúde, e ainda morar sozinha, necessita constantemente recorrer a ajuda dos vizinhos. Um dos seus maiores temores era ser enganada pelos agentes que negociavam a desapropriação dos imóveis naquela área.

Olha, essa casa aqui é minha, né? Eu tô com medo que quando for... de repente me tirem daqui. E do jeito que eu sou, "abestadinha", a pessoa faz de mim tudo que... fale... eu já caio na onda deles. Eu vou pra onde? Lá pro lado da ponte? Porque eu não quero vender minha casa por pouco dinheiro, e eles não querem me dar o dinheiro que eu pedir, né? E tem que ter uma pessoa ali do meu lado pra me dar aquela força, porque eu sozinha eu não resolvo não. Aí eles fazem de mim o que eles querem, levem a casa assim, oh! Porque antigamente eu podia, eu tinha força, de falar de resolver qualquer problema meu, mas hoje eu não tenho mais aquela força, aquele jeito, hoje eu não tenho mais. [...] aí eu não quero, mas tô com medo, não vou mentir, tô com medo que me tirem daqui. Aí eu vou dizer como os

outros, eles têm força e tem dinheiro pra resolverem, já eu não tenho, não tenho nada disso, nem aposentada eu sou. E foram eles mesmo que tiraram. Os anos ‘tudim’ que eu trabalhei e paguei, eles não me deram nada. (Moradora J.C., comunidade Pau Pelado).

Os moradores denunciaram também que a empresa responsável pelos laudos e avaliações estava utilizando medições realizadas antes da aprovação do EIA-RIMA, que haviam sido anuladas pela justiça, e dessa forma estavam impondo às famílias valores menores de indenizações. Uma moradora do bairro Pio XII relatou mais detalhadamente esse fato e outras artimanhas utilizadas para se aproveitarem da desinformação dos moradores, tanto na negociação do valor das casas como na tentativa de convencimento da proposta do conjunto Cidade Jardim. Ela denuncia também que funcionários terceirizados e outros agentes públicos intimidavam moradores a assinarem imediatamente os documentos.

A primeira vez que o Cid Gomes entrou nas casas daqui pra medir, com aquele negócio, e bater foto, tudo malfeito! Pois eu tenho certeza absoluta de que os valores de agora, que os moradores estão vindo me dizer, é com essa medição que estão chamando os moradores lá e negociando as suas casas. Essa medição não tá valendo! [...] Enquanto isso, a Comol continua chamando o morador lá, com aquela medição. E os moradores, tudinho, foram. Menos eu. Eu e mais três famílias [...]. Todos já foram chamados, e nessa condição aí, os valores baixíssimos. Não tem comparação com os valores há dois anos atrás. Eu não tenho certeza porque eles não botam no papel o valor do metro quadrado do São João do Tauape.

[...] Eu acho que é incorreto isso, que eles tem que colocar no papel o valor do metro quadrado, o valor total da casa, de parede, de terreno, tudo muito bem explicadinho. Que é pro morador, quando chegar e ler, e entender! E isso, quando eles chegam lá dentro, eles não estão entendendo nada. Com mais a pressão que eles botam em cima, pro morador assinar logo na primeira vez, e pressiona mesmo. Aí fica se sentindo humilhado [os moradores], uma formiguinha em cima de um elefante. De uns gigantes, porque é assim. Enquanto isso, na reunião, desmentem a gente, diz que: “não! Nada disso acontece lá. Porque lá deixa os moradores ‘super’ à vontade. Os moradores é que pedem pra ir pra Cidade Jardim, ou pra algum ‘canto’ que queira morar” [...]. Aí, a gente fica como? Nós que estamos na frente, fica como? (Moradora P., Pio XII).

Um procedimento corriqueiro entre agentes públicos e terceirizados era o de criar contradições e conflitos entre moradores. No caso do tratamento individualizado, acabava por semear desconfianças entre as famílias. Uma das moradoras comentou que muitos dos que negociavam suas casas, costumavam não falar do valor da indenização, talvez com receio de despertar interesse entre os vizinhos – algo contestado pela própria moradora citada, pois tal informação seria extremamente relevante para o restante das famílias terem como referências no momento de realizar sua negociação. Ela lamenta essa situação: “e o que o governo quer, é o que tá acontecendo. A gente no começo se unia, muitas comunidades. Aí eles [o governo] fazem com que o pessoal entre em atrito, em conflito um com outro... da própria comunidade.” [Moradora M., Trilha do Senhor].

A poluição era outra consequência das obras do VLT que afetava bastante os residentes próximos aos locais atingidos, sobretudo a poeira

Jardim sem cidade

lançada pelo maquinário. A moradora L. destaca a atitude negligente das empresas responsáveis pela obra, que tratavam com desdém quem reclamasse dos impactos na vizinhança.

A empresa que vem... que tá fazendo a obra, não tem respeito pelo morador, quando vem trabalhar... quando é em área nobre, que tem lojas... quando eles vão trabalhar lá tem um "carrinho pipa" que é pra molhar e não deixar subir a poeira. E aqui, que é área bem humilde, o trator tava aí trabalhando e as pessoas, coitadas, e fica tão vulnerável, com medo de falar, e se fala eles não fazem nada, e fica aí engolindo poeira, adoecendo [...] (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Outra moradora queixa-se também do ruído, que incomodava mesmo quando não estava em horário de serviço: “de noite, nós não estamos dormindo, com aquelas placas caindo, fazendo a maior zoada! O vento jogando... você não dorme!” (Moradora M., Trilha do Senhor). Além da sujeira e do barulho, muitas casas que não estavam marcadas para serem removidas ficaram comprometidas por causa da demolição de casas vizinhas ou pela própria ação dos tratores na via pública. No Lagamar, a moradora A. ressalta que “muitas casas ficaram com a estrutura abalada”, colocando os moradores sob risco, “e até agora a gente recorre ao governo pra... pagar a reforma dessas casas, porque eles [moradores] não tem culpa de nada, né?”. A paralisação das obras acabou por protelar a resolução desse problema, tornando arriscadas as condições de habitação de famílias que a princípio não seriam afetadas com os impactos do VLT. “E o governo tá até agora de braços atados, é tipo, a casa vai já cair, e eles vão ter que gastar um valor muito alto em indenização pra família, e não resolvem o problema, né?” (Moradora A., Lagamar). A moradora M., uma das mais idosas da

comunidade Trilha da Senhor e uma das mais resistentes à remoção, teve boa parte de sua casa comprometida. A elevação do nível do solo da avenida consequentemente rebaixou o chão da casa dessa moradora. Entre outros problemas, isso aumentou o perigo de invasão ao imóvel, pois o telhado ficara muito mais acessível ao nível da rua:

[...] Se um bandido chegar, ele tira o telhado da minha casa todinho com a mão, porque ficou baixo, ficou enterrada. [...] Eu estou sendo prejudicada. [...] Meus filhos chegam, toda hora ligam: “mãe! O que a senhora tá fazendo aí? Vamos embora alugar uma casa!” Tô vendo a hora meu filho... um dia desses o médico patrão dele, veio trazê-lo e disse: “Você tá deixando seus pais aqui? Um casal de velhos, desses! Se um carro entrar aqui esse pessoal não escapa!” Isso eu ouço diariamente. [...] (Moradora M., comunidade Trilha do Senhor).

Além disso, um desvio na pista fez com que os veículos passassem muito próximos à parede da sala, visto que a calçada praticamente deixou de existir. Ela conta que diariamente os funcionários da obra indagam: “a casa da senhora ainda permanece aqui?”, pois o risco de colisão passou a ser elevado:

[...] você não fica mais na sala. Passa o dia com a porta fechada. Eu tinha uma venda de banana, passo praticamente fechado. Eu não deixo meu filho nem ninguém ficar lá. Eu vejo a hora dos carros entrar em casa. Porque se um ônibus daquele... essa semana não faltou nada pra uma carreta levar a casa da dona Zefinha [vizinha]. (Moradora M., comunidade Trilha do Senhor).

Jardim sem cidade

A moradora L., que recebe aluguel social enquanto aguarda receber a nova unidade residencial, a ser construída, acrescenta que outros danos materiais causados pelos impactos das obras, como as rachaduras nas paredes e no telhado de sua antiga moradia, causaram também prejuízos ao seu trabalho de costureira:

Eu sou costureira, eu tô sem renda por causa da obra. A obra inutilizou... a casa já não tem estrutura, já é antiga, aí começou a rachar as paredes com o trator. Eu reclamo pro André Pierre [funcionário Seinfra] e ele diz assim, “mas não já passava o trem?”, sim, mas não é... o trem passava assim, uma vez no dia, uma vez de madrugada, não é como ele tá trabalhando aí que é o trator direto, a casa tremia que você tinha que vir pra fora. Aí tem casas rachadas, e com aquela poeira, a minha máquina, que é industrial, entrou poeira. E na primeira chuvahada entrou água, porque essas casas, você vê [aponta para o telhado], qualquer coisinha as telhas afastam. Aí entrou água... aí eu fiquei sem renda! Eu tô sem trabalho por conta da obra, minhas máquinas, são três máquinas, tem uma que tem que trocar o óleo, porque molhou e talvez tenha até que trocar algumas peças, então, estão todas as 3 paradas. O conserto de uma é no mínimo trezentos [reais], pra trocar o móvel, tudo... é 500 reais, eu não tenho condição... (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Entre os danos causados pelas obras está a desativação de alguns projetos sociais e a extinção de áreas de esporte e lazer. “A creche, que foi ‘plantada’ pelos próprios moradores, com ajuda da pastoral da igreja. A gente tinha... tinha, porque agora não tem mais, tá fechado, a casa da pastoral,

que a gente fazia reunião [...]” (Moradora L., Pau Pelado). No Lagamar, o cercamento ao longo dos trilhos gerou incômodos aos moradores da região, pois muitos trechos que serviam de passagem para localidades vizinhas foram fechados, significando longos desvios para áreas que antes eram de fácil circulação. “Com essa cerca sem acesso pro Tauape, a gente ia perder acesso à escola, acesso a posto de saúde, acesso à creche, tudo é no Tauape [...] a gente ia ficar ilhado, sem nenhum acesso a nada, né?”, ressalta a moradora A. Por causa da pressão dos moradores, foram inseridas duas passagens de nível para acesso dos pedestres ao bairro São João do Tauape: “não é suficiente pra uma comunidade de 14 mil habitantes, mas é o que a gente conseguiu até agora”. Ela revela temor com possíveis acidentes quando o VLT estiver em operação: “a gente não duvida que os moradores abram aquelas cercas pra passar e isso cause morte, isso cause acidentes”; e culpabiliza o governo tanto pelos problemas gerados quanto pela desinformação: “o estado, ele não tem nenhum trabalho de sensibilização, ou de conscientização do povo pra se adequar ao VLT, né?” (Moradora A.).

Figura 6: Comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII



Fonte: acervo do autor.

Jardim sem cidade

Com a paralisação das obras, muitas casas demolidas ficaram abandonadas com entulhos e lixo, proliferando ratos e escorpiões e deixando os moradores da vizinhança mais suscetíveis à contração de doenças. “Tá horrível! A maioria da comunidade aqui teve dengue, é... essa [gripe] ‘chicungunha’, por conta da ‘lixarada’. O pessoal aqui tá vivendo no meio do lixo. Aqui é rato, é escorpião, é barata” (Moradora E., Trilha do Senhor). De acordo com os relatos, alguns desses locais passaram também a ser pontos de uso e de tráfico de drogas.

Na Trilha do Senhor [...] que é uma das comunidades mais sofrida, o que tá acontecendo lá, é que tem mais é idosos, é os que estão mais sofrendo... com a sujeira, é rato, é porque é assim, aqui é uma casinha, mora um velhinho, aí duas, três casas derrubaram mas ficou o entulho, porque eles não foram limpar. Aí é rato. Sem falar que ainda tem os “flanelinhas” que vão usar droga, essas coisas assim. Aí, quer dizer, vivem no perigo agora! (Moradora L., Pau Pelado).

Situação semelhante ocorre na comunidade do Lagamar, onde a moradora descreve que dois trechos enormes já haviam sido derrubados: “faziam [as demolições] na boca da noite, né? Tinha resolvido o papel da família, eles [funcionários da obra] chegavam à noite derrubavam a casa e no outro dia a gente passava e não tinha mais casa, tava tudo derrubado.” E além dos problemas já descritos, como entulho e lixo acumulado, surtos de doenças, tráfico de drogas nas áreas demolidas, as obras deixaram também parte da comunidade sem acesso à água e saneamento durante meses; e, no mesmo período, ocorreu uma forte incidência de recém-nascidos com microcefalia na comunidade:

E acumulou muito lixo, porque eles derrubavam a casa e deixavam o entulho lá. Eles não vinham pra limpar o terreno. Isso ficou... se arrastou por dois anos, com entulho – e no Lagamar a gente não é bem assistido pela coleta do lixo, não é que nem nos bairros grandes daqui, que o caminhão passa de dois em dois dias. Lá, tem alguns containers distribuídos, mas tipo, você tem que andar meio quilômetro pra achar um container. [...] Então a pessoa tem do lado da casa uma “rampa” de entulho. O que foi que as pessoas acharam mais fácil? Jogar o lixo lá no entulho, né? Então, todo esse entulho, virou assim, várias... se criou várias rampas de lixo em todo trecho ali do trilho porque as pessoas não tem onde jogar o seu lixo, e eles não vem recolher o lixo, vem assim, uma vez em 20 dias, ou uma vez no mês todo, depois que já um montante de lixo. O trem, quando vai passar – pra tu ter noção –, tem que parar, uma pessoa do trem desce pra tirar o lixo com a pá pra [o trem] poder passar. [...] Uma marginalidade que aumentou nessas regiões, porque eles derrubam a casa, eles tiram a luz daquele trecho, tiram água, tiram saneamento [...] São buracos enormes, cheios de água, e com muito foco de dengue, a gente tem casos de crianças que nasceram no Lagamar, nasceram com microcefalia, e a gente não tem outra culpa, a não ser essa, os grandes focos que eles deixaram na comunidade, e não adianta a gente, enquanto morador, ir aterrando, porque são tantos e tão grandes, que água empossam lá. Famílias que ficaram três, quatro meses sem água, porque eles vieram e tiraram os canos, e as famílias que não iam sair ficaram sem a água porque tiraram o cano da Cagece da frente, né? Então a gente só conseguiu resolver esse problema da falta de água pra alguns

moradores quando a gente fez uma denúncia pra Defensoria pública e o Defensor foi lá. Com dois dias, a Cagece apareceu lá botando cano em tudo, por conta da denúncia, né? Então eles “super” negligenciaram as comunidades, e o Lagamar foi só mais uma comunidade aí com grande perda de direitos. (Moradora A., comunidade do Lagamar).

A entrevistada completa comparando a situação aterradora da sua comunidade com a de um cenário de guerra: “você passar e ver uma comunidade que era tão ‘massa’, que tá igual à ‘Faixa de Gaza’. As casas todas destruídas, parece que uma bomba caiu e... tá tudo destruído. Entulho e lixo por onde você passa”. A moradora recorda que só ocorreu alguma limpeza nos entulhos após reportagens denunciarem as condições vividas pelos moradores, e que tal situação perdura mesmo com mudanças no governo. “Então tá um descaso mesmo, tanto do governo passado, como desse, agora, né? Que se diz de esquerda, mas que não melhorou em nada. Nada andou.” (Moradora A., comunidade do Lagamar). Tal situação de abandono tem feito muitas famílias optarem por negociar suas casas.

Hoje, depois de tantos anos, e de tanto sofrimento na beira do trilho, essa questão da falta de saneamento, das doenças, do lixo, da dificuldade de vida. As pessoas tinham uma qualidade de vida, e hoje não tem mais por causa da obra lá, inacabada. Você passar três anos de frente pra um entulho, sua casa pra cair, né? [...] O povo hoje tá nisso, tá doido pra sair, porque não aguenta mais viver nessa dificuldade. É muito ruim! Você anda ali no trecho do trilho e se sente mal, e é porque você tá só passando, imagina ali quem tá morando, né? [Moradora A., comunidade do Lagamar).

A moradora G., do Mucuripe, sugere que as condições insalubres a que foram submetidas centenas de famílias atingidas pelas obras do VLT não eram aleatórias ou meramente resultantes da paralisação dos trabalhos, mas que funcionavam como poderoso mecanismo de pressão sobre os moradores, de modo que a situação praticamente insuportável de suas moradias fazia com que consentissem o mais rapidamente com os termos injustos das negociações:

Eles acharam que parando a obra não deveria continuar com as indenizações, nisso, as comunidades já estavam toda no meio dos entulhos. [...] Ele [governo] botou as comunidades no entulho, pra comunidade... [negociar as casas] você sabe, né? Entulho gera lixo, e aí vem doenças, como a gente está vendo agora... doenças! E essa zika [vírus], essa dengue, “chicungunha”, né?! Então isso, a gente entende, que é uma forma de pressão deles, de fazer que a comunidade realmente faça o acordo. Porque, se... todas as casas não tivesse sido demolidas, estava difícil pra eles. Mas foi um aqui cedendo, outro lá cedendo. Pagando por um metro quadrado que não faz jus, porque eles estão trabalhando em áreas nobres. Uma área nobre é 10 mil [reais] o metro quadrado, aqui, à beira-mar, é 10 mil. Pra cá, digamos, seja uns 5 [mil reais]. (Moradora G., comunidade do Mucuripe).

A moradora G. expõe que, dessa forma, mais e mais famílias estavam sendo induzidas a fazer a negociação, e que a pressão dos agentes terceirizados foi retomada após a paralisação das obras: “Eles ficam perturbando a cabeça das pessoas dizendo que vai pra justiça, sabe”.

Figura 7: Entulhos na comunidade do Mucuripe



Fonte: acervo do autor

Figura 8: Entulhos na comunidade do Mucuripe



Fonte: acervo do autor

Em agosto de 2014, o governo do Ceará abriu nova licitação para a conclusão das obras do VLT. Na ocasião, o único proponente foi o consórcio VLT-Fortaleza, composto pelas empresas de engenharia Marquise e Engesol. Contudo, a proposta¹⁴ não foi aceita após análise feita por técnicos da Secretaria Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra). Em dezembro do mesmo ano, nova tentativa de licitação foi realizada, sem sucesso. Apenas uma empresa apresentou proposta, a Sultepa Construções e Comércio Limitada. Apesar de aprovada, a empresa desistiu do projeto alegando falta de condições financeiras.¹⁵ As obras permaneceriam paralisadas por mais alguns meses.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, no dia 1º de abril de 2015, foram debatidos os impactos das obras do VLT e a situação dos moradores das comunidades atingidas. Durante a audiência, a defasagem dos valores das indenizações e do aluguel social foi a principal questão levantada pelos moradores, que compareceram em número considerável, sendo necessária a abertura de outro auditório para acomodar aqueles que não conseguiram lugar pudessem assistir ao debate por meio de um telão. “Que hoje não seja fruto de um 1º de abril”,¹⁶ observou um morador da comunidade Caminho das Flores, localizada no bairro Parangaba, em alusão à data da audiência ser coincidentemente no “dia da mentira”, e no sentido de assegurar que as reivindicações feitas naquele plenário fossem realmente atendidas. Os moradores presentes também exigiram o

¹⁴ A proposta do consórcio VLT-Fortaleza encaminhada à Comissão Central de Concorrências da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, sob o Regime Diferenciado de Contratação (Lei nº 12.462), foi no valor de R\$ 162.009.997,19 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014).

¹⁵ A proposta foi no valor de R\$ 145.249.800,70. Ver: APÓS licitação, empresa desiste de obras do VLT – Cidade – Diário do Nordeste. 4 jan. 2015.

¹⁶ VEÍCULO Leve sobre Trilhos: defasagem nos valores de indenizações por desapropriações e aluguel social. MANDATO É TEMPO DE RESISTÊNCIA – DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO. 02/04/15.

cumprimento do decreto¹⁷ que desapropriava terrenos nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape para reassentamento das famílias atingidas pelas remoções do VLT.

O Governo do Estado do Ceará esteve representado pelo coordenador de Transporte e Obra da Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), André Pierre, que se comprometeu na audiência e tomar providências em relação à atualização dos valores.¹⁸ O representante da Seinfra assegurou também a construção de 96 unidades habitacionais na Vila União para os moradores que tiveram os imóveis removidos na região, 96 unidades na comunidade Aldaci Barbosa, 448 na comunidade Alto da Paz e 1.360 na Cidade 2000. Além da defasagem dos valores, outro fato muito reclamado foi a demora no pagamento das indenizações. Embora o acordo de desapropriação assinado com o governo do estado firmasse um prazo de 40 dias para o pagamento, alguns casos demoravam mais de um ano.

Na audiência, foi debatida também a paralisação das obras desde junho de 2014, quando o Governo do Estado do Ceará interrompeu o contrato com o consórcio por causa do descumprimento dos prazos. Naquela data, quase um ano após a realização da Copa 2014, apenas 51% do projeto estava concluído. Das dez estações previstas, somente uma estava finalizada.¹⁹ Poucos dias após a audiência, o secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará, André Facó, reuniu a imprensa para

¹⁷ Decreto nº 31.285, de 23 de setembro de 2013.

¹⁸ O deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE) apresentou como contributo das discussões realizadas na audiência pública, um projeto que atualizaria os valores das indenizações: “A proposta prevê obrigação do Estado de atualizar os valores das indenizações oferecidas de acordo com o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), o principal indicador de custo da construção civil no Brasil, e pagamento de juros compensatórios em 12% para casos de perda provisória da posse. O projeto de indicação também atualiza o valor do auxílio social e o valor-base para concessão de unidade habitacional de acordo também com o INCC, que vai de R\$ 40.000,00 para 50.000,00, o que ficaria coerente com a proposta de atualização do valor de indenização.”

¹⁹ Estação Rodoviária, próxima ao Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé, na comunidade Aldaci Barbosa, no bairro de Fátima.

expor o novo plano de ações para conclusão das obras do VLT Parangaba-Mucuripe. Na reunião foi detalhado o panorama das obras e lançadas novas licitações para sua conclusão. A operação foi dividida em três trechos: da passagem inferior da avenida Borges de Melo, no bairro Vila União; da estação Borges de Melo à estação Parangaba e o Centro de manutenção; e da estação Iate à estação Borges de Melo.²⁰ Segundo o secretário de Infraestrutura, “[...] tivemos uma preocupação em fazer este novo processo licitatório, pensando na ampliação de competitividade das empresas, além de suas capacidades em executar as obras com celeridade e total plenitude” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016).

Por fim, o consórcio VLT-Fortaleza, formado pelas empresas AZVI do Brasil e Construtora e Incorporadora Squadro, assumiu o encargo dos três trechos das obras. O secretário fez questão de salientar os benefícios da implantação do projeto para os moradores, que teriam mais mobilidade e melhoria nos serviços públicos básicos: “[...] esta obra vai propiciar com que essas famílias possam, além de se movimentarem melhor e mais rápido, ter vias de serviços que possam melhorar suas condições de vida e moradia.” (CEARÁ, 09/04/2015).

A projeção era que até dezembro de 2016, o VLT já estivesse operando em caráter experimental. E que no segundo semestre de 2017 já estivesse operando em modo comercial, cobrando tarifas dos passageiros.²¹

²⁰ “O primeiro edital terá as propostas de preços entregues no dia 22 de abril [de 2015], em reunião na Comissão Central de Licitações, da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Os serviços estão orçados em R\$ 26.822.675,34 milhões. O segundo trecho será licitado no dia 23 de abril [de 2015], estando orçado em R\$ 48.392.895,00 milhões. Já a terceira licitação recebe as propostas no dia 24 de abril [de 2015] com o orçamento total de R\$ 100.212.176,44 milhões.” (CEARÁ, 2015).

²¹ Até a conclusão desse trabalho, o VLT ainda não estava com suas atividades em pleno funcionamento.

Jardim sem cidade

A estimativa é que o tempo de viagem entre a estação Parangaba e a estação Iate, pontos extremos do percurso, dure entre 25 a 30 minutos.

As estimativas de remoções foram reduzindo ao longo do processo de negociação entre poder público e comunidades atingidas. Os números levantados pela Defensoria Pública do Estado do Ceará e pelo Comitê Popular da Copa estimavam de 15 a 20 mil pessoas atingidas pelas remoções relacionadas às obras da Copa em Fortaleza. Os números oficiais apontaram 2.786 imóveis desapropriados (habitacionais e comerciais). No caso específico do VLT Parangaba-Mucuripe, a estimativa oficial de remoções era de 3 mil imóveis, na sequência foi reduzida para 2.185 imóveis.

A Advogada P. concorda que houve uma diminuição considerável nas remoções previstas, tanto pela resistência dos moradores, quanto pela própria inoperância do Estado, que desistiu de algumas intervenções:

Essa previsão [do número de atingidos pelas remoções] realmente se confirmou no sentido de muitas pessoas ficarem ameaçadas, mas as remoções, mesmo, foram bem menos do que se previa, né?! Mas se previa remover milhares e milhares de pessoas. Então, não é que foram poucas remoções, mas é que era muito maior o estrago do que se pensava [...] (Advogada P.).

Outra questão que fazia com que os números divulgados pelo governo federal não correspondessem ao real impacto do megaevento foi o fato de determinadas obras simplesmente terem sido desassociadas da Copa de 2014, reduzindo o cálculo oficial de remoções relacionadas ao evento. Ela explica que em certo momento era muito vantajoso vincular os mais diferentes projetos à Copa, visto que validava a iniciativa e atraía investimentos:

Várias coisas apareceram como obra da Copa, sendo que depois o próprio Estado foi tirando, assim, essa “etiqueta”, né, das coisas. Porque teve aquele primeiro momento em que: “nossa, a Copa é fantástica, momento de oportunidades, tal...”. Então, tudo que ganhasse etiqueta de “obra da Copa” tinha legitimidade! Social, política, econômica, não importava os gastos e tudo mais. Sendo que, aos poucos, esse próprio discurso foi se deteriorando, assim, né? Porque impossível dar conta da quantidade de coisas que eles tinham previsto. Impossível, assim, de tempo, de dinheiro, de um monte de coisas. E eles foram focando nas obras que eram mesmo estratégicas. (Advogada P.).

Ao longo das articulações do Comitê Popular da Copa, outras comunidades afetadas por projetos urbanos não relacionados ao megaevento passaram a entrar em contato com o comitê em busca de ajuda na resistência às remoções. Algumas dessas intervenções foram suspensas ou proteladas:

Muitas comunidades apareceram, entendeu, nesse processo [...] muitas apareceram e... foram embora, porque muitas tiveram ameaça inicial que não se concretizou. Então, eu lembro de um pessoal da Boa Vista, que é ali, também perto do Castelão [...], tinha duas obras lá. Tinha a do rio Cocó, que também foi colocada em algum momento como obra da Copa, a do Cocó e do Maranguapinho. E assim, remoção, né? Aquelas remoções que têm que ser pro dia, é sempre assim o discurso: “temos que fazer essa obra!”. Pra comunidade eles não diziam que era obra da Copa, mas que tinha que ser até 2014. Pra sociedade era obra da Copa, pra ganhar o selo de legitimidade. E sempre era esse discurso: “tem que ser! É pra

ontem! Pra ontem! Pra ontem!”, e nesse “pra ontem”, tem comunidade, por exemplo, a comunidade Waldemar Alcântara, que ali no Rio Cocó, até hoje não saiu. E pessoas que estão em área de risco, que querem sair e não saíram. Então assim, nesse vai e vem de comunidades, né, teve muitas, assim, o Poço da Draga... teve várias que tiveram juntas no comitê, entendeu? Mas que acabou se dissipando. Porque... ou porque não aconteceu a remoção, ou ficou muito frágil... e aí, no final das contas, quem ficou mais foi o povo do VLT. (Advogada P.).

No dia 5 de julho de 2016, ocorreu uma reunião na capela da comunidade Trilha do Senhor. Das 16 pessoas presentes,²² oito, em razão das alterações no traçado do projeto, tiveram seus imóveis excluídos da lista de desapropriações. Cinco já haviam finalizado a negociação de seus imóveis, dentre essas, uma necessitou desapropriar apenas uma parte do seu imóvel e pretendia usar a indenização para reconstruir a casa no terreno remanescente; duas optaram pela indenização e já estavam morando em outros bairros; e outras duas pessoas optaram por esperar a unidade residencial a ser construída nos terrenos desapropriados pelo governo. Apenas uma pessoa presente na reunião ainda resistia à remoção de sua casa, na comunidade Trilha do Senhor (Moradora M.). Algo que, de acordo com os relatos, deveria ocorrer em pouco tempo.

²² Também estavam presentes dois pesquisadores, incluso o autor dessa obra. Excetuando os dois pesquisadores e um morador (S., da comunidade Trilha do senhor), a reunião era composta por mulheres. Aliás, cumpre o registro que a maioria das pessoas entrevistadas na pesquisa foram mulheres, fato resultante do próprio protagonismo feminino no conjunto dos movimentos populares.

Figura 9: Reunião na capela da comunidade Trilha do Senhor

Fonte: acervo do autor

A reunião, convocada pelas moradoras C., da Trilha do Senhor, e L., do Pau Pelado (bairro João XXIII), teve como objetivo retomar as articulações entre as comunidades do trilho, visto que ainda havia muitos conflitos e questões pendentes relativas às desapropriações. “a maioria já resolveu suas coisas, mas ainda tem muito o que resolver, muita gente ainda no sofrimento, não só aqui e nem na minha comunidade, mas digo da Parangaba ao Mucuripe”, ressaltou a moradora L. Entre os 14 moradores participantes da reunião que foram diretamente atingidos ou ameaçados de remoção, oito eram da própria comunidade Trilha do Senhor, contando com a moradora que necessitou se mudar para o bairro Passaré, pois seu imóvel havia sido desapropriado e removido. Ela fez questão de frisar que ainda pertencia àquela comunidade: “fui moradora aqui por 42 anos, fez dois anos que a gente mudou daqui. Não sou moradora, mas me sinto pertencente à comunidade ainda...” (moradora C.). Outras três pessoas eram da comunidade

Jardim sem cidade

vizinha, Dom Oscar Romero. As demais presentes eram do Mucuripe, do Pio XII e da comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII.

A moradora C. destacou o retrocesso nos métodos de desapropriação desde o fim da Copa 2014:

Tem muita gente na situação difícil, né? Porque a gente viu que o governo, depois que passou a Copa, depois que eles retomaram, agora eles estão querendo... como se eles quisessem fazer tudo do começo, né, fazer um retrocesso, né? Diminui o valor da indenização, coagir, enfim. Tudo do começo, tá acontecendo de novo. (Moradora C.).

Embora a reunião não fosse do MLDM, que se desorganizara durante o período de paralisação das obras, a maioria das pessoas presentes participaram da organização do movimento. Desse modo, muitas falas se centraram em discorrer sobre sua situação: “o MLDM foi um movimento bastante forte, foi quem reuniu muitas comunidades e foi uma luta... com esse movimento junto com os outros, a gente teve muitas conquistas. Que foi a diminuição do impacto, né?”, relata a moradora L. (comunidade Pau Pelado). Ela diz que ter dificuldades nas reuniões de negociação, pois poucas pessoas do movimento costumam estar presentes, fazendo com que acabe se articulando com a Frente de Luta por Moradia.²³ A moradora cobrou uma postura mais comprometida dos presentes e disse ser necessário trazer de volta os que se afastaram:

²³ A Frente de Luta por Moradia era uma articulação surgida após a Copa de 2014, reunida em torno de pautas habitacionais, sendo composta por movimentos, entidades, ativistas, e agregando um conjunto de pessoas de toda a cidade, para além dos atingidos pelas obras do megaevento.

Se não for à luta, se não for atrás das pessoas que estão no esquecimento, fazer uma visita, chamar essas pessoas pra vir à luta. Porque se não procurar ir atrás desse pessoal, pra poder somar com a gente, o “dragão” tá engolindo cada vez mais, cada vez que eles vêm nas comunidades é pra engolir, do jeito que tá acontecendo. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A moradora L. completa dizendo que as remoções ocorridas na Trilha do Senhor foram a principal causa do movimento, dado que era justamente naquela comunidade que estava o polo mais importante de resistência às remoções. “Nós, do MLDM, se afastamos, uns dos outros. E foi por aqui, pela Trilha. Porque a partir do momento que vocês se deslocaram daqui, o movimento MLDM perdeu a graça, perdeu a força...”, desabafa. A moradora P., da comunidade Pio XII, diz também que está frustrada com o MLDM, pois o movimento, a despeito das conquistas, não havia conseguido impedir as remoções. Ela se queixa também da indiferença de grande parte dos moradores atingidos, ausentes nos principais momentos de enfrentamento:

Alguns apoiavam, apoiavam..., mas na hora da reunião, a gente olhava pro lado, tinha dois, três moradores da comunidade na reunião. A gente ficava até... meio ‘assim’... porque o morador se prontificava, e na hora não tinha compromisso, não tinha compromisso com a gente! [...]. É por essas coisas que o movimento se esfriou, porque o movimento cansou de falar todo tempo da luta. Lutando, dando a cara a tapa. E o morador lá na sua casa, de bracinho cruzado, esperando que a gente desse a cara a tapa, né, apanhasse do governo, fizesse isso ou aquilo, por ele [o “morador”] sentadinho lá. Então...

eu acho que na maioria das comunidades continua acontecendo isso, né? De as pessoas ficar em casa e não ir atrás de ir defender a sua moradia. Então, eu me afastei muito por causa disso [...]. E a gente tava cansada, tem hora que cansa. Você tá lutando por aquelas pessoas, e a pessoa em casa, achando que o movimento tava atrapalhando. (Moradora P., Pio XII).

A moradora M., a única entre os presentes que ainda resistia à remoção de sua casa, afirmou que mesmo que não estivesse ameaçada, “também estaria na luta pelos meus amigos, né, pelos meus... pelas pessoas que ainda restam aqui na comunidade...”. Ela lamentou o desinteresse da maioria dos vizinhos: “seria bom se essa igreja estivesse cheia de moradores, né? [...] Porque hoje, uma moradia é sagrada, e muita gente não valoriza, né? Eu estou aqui porque valorizo a minha casa e a da minha filha, porque daqui eu não saio, né?” (Moradora M., Trilha do Senhor).

A moradora D., da Dom Oscar Romero, informou que a maioria das casas localizadas na Via Expressa, estavam uma “tristeza” devido aos entulhos das demolições, e ressaltou que a maioria dos moradores de lá são idosos. Ela disse que ficou muito feliz com a convocação daquela reunião: “é importante essa roda de conversa, a gente retomar esse movimento, né? Porque aqui a gente coloca, a gente escuta, colhe informações, trabalha junto. [...] o que a gente puder fazer por essas pessoas que estão aqui...”. Nesse momento, a moradora D. é interrompida pelo morador S., da Trilha do Senhor, único homem entre as moradoras na reunião,²⁴ “– Pelas pessoas que querem lutar, né, ‘D.?!’”. Ele cria certo embaraço aos presentes ao fazer duras críticas aos vizinhos que se opunham à resistência às remoções, e mencionou casos, como de um vizinho que rasgava todas as convocatórias ou informativos

²⁴ Estavam também presentes na reunião dois pesquisadores, incluindo o autor desta obra.

distribuídos pelo movimento, pois queria negociar sua casa: “e muitos desses que foram lá negociar a casa, hoje em dia tá arrependido”. O morador S. reitera que só aceita continuar o movimento para beneficiar os que realmente estão interessados. Ele repete o que muitos moradores relataram, grande parte dos beneficiados pelas conquistas foram pessoas que não se esforçaram em resistir, gerando uma sensação de injustiça, porque muitos dos que lideraram o movimento sofreram os piores impactos das obras.

Porque tem gente que tá com braços cruzados, lá. E falando mal da gente. Como na última reunião do MLDM aqui. O seu sobrinho lá [da moradora D.], “meteu o pau” na gente aqui. E que tá se beneficiando, ganhou apartamento, tá com o “aluguel socialzinho” dele lá, tá entendendo? Então é lutar pelas pessoas que estão aqui... (Morador S., comunidade Trilha do Senhor).

A moradora D. concorda em parte com o comentário do morador S.: “são essas pessoas que quebram a força. Por conta dessas pessoas que a gente deixa de ajudar a outras pessoas que precisa realmente.” (Moradora D.). Mas pondera que o movimento não deve se pautar por esse tipo de comportamento, pois, “se a gente for olhar por esse lado aí, a gente realmente se chateia, a gente fica angustiada mesmo”. Não obstante o contentamento pelo reencontro após longo período de desmobilização, o clima geral da reunião era de insatisfação com os rumos das obras do VLT e com a baixa adesão do restante dos moradores atingidos, tema que ocupou grande parte das falas.

Eu sou a favor que a gente continue na luta. Continue lutando, mas que o morador, que vem procurar a gente, que esteja ali, lado a lado conosco. Não adianta nós se reunir, debater sobre

os problemas da comunidade, dos moradores, dos acontecimentos. [...] A gente tá cansada, e a gente não tá tendo força. Os moradores têm que tá ali, lado a lado com a gente ali, pra gente batalhar e lutar com ele. Se não, eu não saio da minha casa. E saio pra mim lutar pelo que é dos meus filhos e que é o meu. É por isso que eu continuo indo às reuniões, onde tem, onde dá pra eu ir, eu tô indo. [...] Eu, sozinha, como nós aqui, nós está na frente, dando a cara a tapa, se arriscando e tudo pelos moradores, e os moradores assistindo televisão. Recebe sua indenização, compra sua casinha, passa pela gente e finge que nem conhece. (Moradora P., bairro Pio XII).

Ao passo que o processo de implantação do VLT avançava, alternavam-se momentos de intensa mobilização dos moradores atingidos, com momentos de dispersão. Conforme se desenrolavam as desapropriações e as obras, muitas pessoas deixavam de comparecer às reuniões e atos. No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, segundo o morador I., é uma comunidade serve de referência para as outras: “porque a gente conseguiu resistir, conseguiu mudar o traçado do trilho, e ainda conseguimos um bocado de benfeitorias”. No entanto as próprias vitórias fizeram com que a maior parte dos moradores que estavam resistindo se afastassem das movimentações, pois a situação particular desses já estaria resolvida:

Enfraqueceu um pouco a luta porque muita gente que foi na reunião com o governo, quando o governo chegou aqui, que disse que a comunidade toda não vai precisar ser retirada, só uma parte. Então, aquela parte que não vai ser mais retirada, o pessoal comemorou bastante... e também se afastaram da luta, e abandonou a luta. Então, pronto, agora ficou só, tipo

assim, hoje quem tá lutando, brigando mais aqui mesmo são as 13 pessoas pelo seu dinheiro, pela sua sobra de terreno. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

É importante salientar que o poder público não assegurou oficialmente o cumprimento do acordo. Além do mais, estava previsto o alargamento de uma avenida na região para a implantação de um BRT, podendo conter mais uma ameaça aos moradores da Lauro Vieira Chaves. “E onde seria esse BRT? Em cima da comunidade, tá entendendo?!” , assinala o morador I. Porém a experiência com a resistência ao VLT forçou os moradores a conhecerem mais os seus direitos e, conseqüentemente, ficarem atentos às possíveis violações cometidas pelo poder público ou pelas empresas.

E a gente se mobilizou de novo, e a prefeitura veio aqui, fazer levantamento com a comunidade, conversar com as pessoas, pra entrar, pra fazer a visita. A gente barrou logo a prefeitura, fizemos uma reunião na igreja, chamamos o pessoal da prefeitura, o técnico lá, veio pra reunião. Aí a gente falou "tudim", e nós mostramos porque que eles não podiam entrar na comunidade, que a gente não ia abrir a porta pra eles entrarem até ter um projeto. Nós exigimos que a prefeitura só entra na comunidade se fizer o que o VLT fez, mas com melhoria. Qual é a melhoria? Primeiro, pra poder entrar pra dizer que vai tirar a comunidade, ela já tem que ter um terreno já pronto, com os apartamentos já pros "removidos". Pra não acontecer o que tá acontecendo com o VLT, porque a gente tá até hoje esperando pelos apartamentos. [...] Então tá desse jeito, com a luta do VLT a gente aprendeu muita coisa, então hoje a gente tá escaldado com

esse negócio do VLT, então a gente exigiu com a prefeitura e qualquer outro que venha pra cá que tem que ser desse jeito, porque a gente não pode cometer o mesmo erro que cometeu no VLT. "Conquistemo", mas dentro das conquistas houve algumas falhas, alguns erros. E aí hoje, com essa do BRT que é com a prefeitura, a gente não tá cometendo mais o mesmo erro, a gente já tá exigindo primeiro o que não foi feito aqui. (Morador I.).

Na comunidade do Mucuripe, o processo de avaliação e desapropriação avançou também, sendo que em grande parte da comunidade ocorrera remoção parcial dos imóveis, o que gerou uma mudança morfológica nas habitações devido a diminuição do terreno.

Algumas pessoas já receberam as indenizações, eu também fiz [o acordo], né? Porque eu queria que a gente... construísse logo, né? Como tem agora já vários "prediozinhos" [construção de andar superior sobre o que sobrou do imóvel] já construídos, que muita gente pegou e já construiu logo, mas ele custou a pagar. Como eu te falei, quando parou a obra, que já tinha feito o acordo, ele nem se interessou de pagar, sabe! Aí eu fiz o acordo em 2013... não, em 2014. Recebi agora em 2016, em janeiro. Então nós estamos na luta pela construção dos conjuntos habitacionais, o aumento do aluguel social [...] e também a correção monetária... sobre os valores acordados, que não foram pagos, só depois mas com muito atraso. (Moradora G.).

No entanto após tudo negociado e com muitos moradores já tendo reconstruído suas casas, os engenheiros refizeram os cálculos das medições e exigiram mais alguns metros dos imóveis, o que gerou indignação:

É isso que o governo faz, não estão nem aí pras comunidades, tá entendendo? Só querem fazer aquilo que eles querem. Eles fizeram um acordo, eles não obedecem um acordo. Um prediozinho já construído, com a própria indenização, eles vão derrubar de novo, porque querem mais um metro. Que história é essa?! [...] Isso não é lógico, o pessoal já fizeram os apartamentos aqui, os duplex, como é que vai derrubar de novo? Pra pagar R\$850 o metro quadrado, de novo? [...] Quer dizer que ele vai derrubar também a casa daquele pessoal que já fizeram tudinho de novo? Tá vendo como ele trata as pessoa? As comunidades, os seres humanos que estão nessas comunidades, os nativos que moram nas comunidades... (Moradora G., comunidade Mucuripe).

Figura 10: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe



Fonte: acervo do autor

Figura 11: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe (2)



Fonte: acervo do autor

Embora tenham ocorrido algumas mudanças que diminuiriam os impactos da obra na comunidade do Mucuripe, a moradora G. acredita que o projeto do VLT tem entre seus objetivos a retirada completa das comunidades do trilho. Ela aponta a estação Mucuripe, projetada sobre parte da comunidade, como uma obra totalmente dispensável, uma vez que a estação Iate, ponto final do VLT, ficará localizada numa curta distância.

Nós não queremos essa estação aqui atrás [...], nós queríamos que eles recuassem um pouco mais, porque tem uma estação bem ali, em frente ao Iate [clube], e ele quer fazer outra aqui, bem pertinho! Olha a diferença [de distância] pro Iate! Quem descer ali, tá aqui dentro! A gente acha que essa estação aí não tem validade nenhuma. Ele pode até

fazer, mas não aqui atrás das nossas casas. Então [...] desde o começo nós achamos que é o quê? As construtoras pressionando porque elas querem as áreas nobres, não querem os pobres perto, né? Uma “higienização social”, tá entendendo? Tirar esse povo do trilho. (Moradora G.).

A demora na construção das unidades residenciais nos terrenos desapropriados em áreas vizinhas às comunidades do trilho tem incentivado famílias a aceitarem a proposta do conjunto Cidade Jardim. Na visão dos moradores, isso consiste em mais uma estratégia para deslocarem as famílias para o bairro Prefeito José Walter: “eles fazem isso é ‘pras’ pessoas... pra ficar mais fácil se sentir pressionada e não precisar eles chamarem, a pessoa já vai lá e diz assim: ‘não, eu tô cansada. Então eu quero ir mesmo pro Cidade Jardim’” (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

O morador I. comenta no mesmo sentido: “o governo fica querendo empurrar as comunidades pra lá como se lá só fosse essa opção. Aí fica castigando a gente, castigando, castigando, e as pessoas ir desistindo pra gente poder ir pro Zé Walter”. Ele critica a demora na construção dos apartamentos, mas assegura que as pessoas de sua comunidade não aceitarão a alternativa do conjunto Cidade Jardim: “hoje nós batemos no pé que a gente não vai, como foi aprovado pela juíza os terrenos, os terrenos tão sendo conquistado. Então a gente vai esperar pelo terreno e não vai pro Zé Walter nunca.” (Morador I.). A situação deixou muitos moradores frustrados, pois justamente a desapropriação dos terrenos nos bairros próximos havia sido a principal vitória da luta contra as remoções.

E teve terreno, por exemplo o da Aldaci Barbosa, eles disseram: “não, não vai ter trabalho porque é terreno da prefeitura, vai ser mais fácil...” Tá lá abandonado! Abandonado!

Jardim sem cidade

Tem local que o mato tá altíssimo assim [gesticula o tamanho da vegetação]. É porque realmente eles não tem intenção de entregar nesses locais que foram prometidos, né? Que a gente achou que tinha sido uma conquista pra gente... (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Outra moradora, da comunidade Dom Oscar Romero, afirma não acreditar que a promessa das unidades residenciais nos terrenos desapropriados será executada. Ela relata casos de vizinhos que já desistiram de esperar e aceitaram o apartamento no conjunto Cidade Jardim, mesmo a contragosto.

Então essas pessoas que optam pelo apartamento, acabam indo pra Cidade Jardim, porque é uma espera tão grande, né? E eu acho que o intuito deles é esse. [...] Eles vão enrolar o povo, até conseguir colocar tudinho lá [no Cidade Jardim]. Porque esse era o projeto do governo desde o início, colocar todo mundo lá! [...] Tanto é que na hora de você negociar eles perguntam: “E aí, você vai querer o apartamento? Se você quiser logo o seu apartamento já tem pronto, lá na Cidade Jardim”. É a opção que eles dão. Por isso que eu não acredito nesses apartamentos. (Moradora N., comunidade Dom Oscar Romero).

Uma moradora que aguarda a unidade em terreno próximo, admite que se não houver saída num prazo curto, provavelmente aceitará o apartamento do Cidade Jardim. A situação é bastante delicada, pois sua casa, que é alugada, ficou profundamente abalada pelos impactos das obras, com risco de desabamento, conforme já descrito anteriormente. Mas ela não pestaneja em dizer que, não obstante a proibição, poderá vender a nova unidade residencial caso não se adapte.

Eles dizem: “o único lugar que a gente tem a lhe oferecer é no Cidade Jardim”, aí eu falei pra eles: eu não quero, mas se tô numa enchente e o único galho que eu tenho pra me salvar é esse, é o jeito eu aceitar, porque a casa tá pra cair por cima de mim. [...] Isso tá com dois anos que esse processo tá lá e nada, a última vez que eu fui atrás, disseram: “você tá no modulo 4, ainda não chamada porque a obra tá parada, porque tem um bocado de apartamento lá ainda pra terminar.” [...] Eu não tô querendo aceitar, mas se sair agora, eu vou! Mas eu digo uma coisa, eu sei que não pode vender, mas se eu compro lá e acho ruim eu vendo é mesmo, porque assim, por isso que eu não julgo, porque muita gente não se adapta lá e vende! Aí diz assim: “ah, é culpa da pessoa, porque não agradece...” Não senhora, não é um favor não, você tá indo pra lá do jeito que ele quiser? Não! Se eu tô comprando, então é direito meu exigir aonde eu quero morar. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A moradora argumenta também que o valor do aluguel social destinado pelo governo não é compatível com o valor real, e que a diferença entre os valores tem que ser paga pelos próprios moradores, tornando em alguns casos a permanência na própria comunidade inviável.

A gente já tá tirando do próprio bolso, né? [...] a gente já tá terminando o ano e já vão dobrar de novo, e a gente tá atrás, na luta, pra ver se eles aumentam esse aluguel social, que eles choram: “não, por causa da crise...”, e ninguém tem culpa dessa crise deles [...] por causa da crise não tem dinheiro, se não tem dinheiro não quer aumentar o aluguel social,

pois construam os apartamentos e passe logo pro povo, né? [...] pessoas que moram de aluguel, que o aluguel cada vez mais tá em cima, o aluguel dentro da favela tá custando 600 reais o quitinete. Aí a pessoa se sujeita a ir morar no fim do mundo porque não pode pagar esse aluguel, e nisso eles aproveitam. (Moradora L.).

No Lagamar, a situação se repete, com risco de moradores serem despejados pelos proprietários dos imóveis por não conseguirem arcar com o pagamento do aluguel, que vêm aumentando desde que foi sancionado a disponibilização do aluguel social às famílias atingidas pelas obras da Copa 2014. Ademais, com o crescimento do desemprego, tal “benefício” acabou se tornando a única fonte de renda de muitas famílias.

A pessoa tá pra ser despejada porque não tem mais de onde tirar, né? Nessa grande falta de emprego, também. O pessoal tá sem emprego, dependendo só desse aluguel social pra comer e pra pagar a casa, e depois que o aluguel social foi pra R\$400, todo mundo no Lagamar subiu seu aluguel pra R\$400, e aí já passaram-se três anos de reajuste [...] eles estão pagando os 400 desde o primeiro ano. (Moradora A., Lagamar).

O morador R., da comunidade Pau Pelado, fez comentários semelhantes aos expostos anteriormente, e realçou também que os valores dos aluguéis continuavam subindo, a despeito da estagnação do valor do aluguel social, em apenas R\$400. E em relação aos apartamentos prometidos nas imediações da comunidade, embora o prazo de entrega tivesse expirado há meses, sequer começaram as obras de construção dos blocos residenciais.

Tô recebendo aluguel social [...] o aluguel tá de 400, mas você sabe que todo ano sobe, né?! E quando não tem? Lasca com a gente se esse dinheiro [referente ao valor do aluguel do imóvel] dobrar, do jeito que tá essa crise que tá aí agora... [...]. Eu mesmo já cheguei a falar... a gente não tá aguentando, o aluguel vai subir, e aí? [...] E como a gente optou pela Cidade 2000 e disseram que ia ficar em 2015 [prazo de entrega dos apartamentos], e até agora como a gente te falou no início, não saiu nada, não aconteceu nada. E pelo menos aqui na Horta, estando aqui, é mais próximo da gente, né? É mais próximo. Agora querer tacar a gente pra Cidade Jardim, tem uns que já fizeram foi trocar. (Morador R., comunidade do Pau Pelado).

Os moradores, organizados em torno da Frente de Luta por Moradia, se mobilizaram para pedir o aumento do aluguel social, “a gente foi na Assembleia, entramos de sala em sala, conversando com os deputados, com o relator, da relatoria lá... pra ver se eles votam a favor da gente.”, relata a moradora L. Os moradores pediram que o valor do benefício subisse de R\$400 para R\$800. “Mas o governo já sinalizou que esses oitocentos reais não será possível, e o mínimo que era seiscentos [reais] ele também disse que não há a possibilidade de ter esse aumento”, observa o morador I., da Lauro Vieira Chaves. Em reunião na Procuradoria-Geral do Estado, o governo apresentou a proposta de aumento no valor do aluguel social para R\$520. Os moradores, reticentes, acabaram aceitando o valor, mas exigiram que houvesse um aumento anual de forma regular.²⁵

²⁵ Até a conclusão desta tese, a proposta de aumento do aluguel social ainda estava em trâmite.

A gente ficou assim, meio em dúvida, mas aí a juíza lá disse pra que a gente aceitasse, porque como já é o governo que tá se prontificando a dar esse aumento de R\$120, então a gente aceitasse antes que ele desista. Então a gente aceita que aluguel social passe pra R\$520, mas com um dispositivo dentro da lei que vai aumentar, pra ter reajuste todo ano, reajuste anual sem a gente precisar tá mais brigando, tá entendendo?! Porque senão o ano que vem, quando tiver aumento de aluguel de novo, a gente vai ter que brigar novamente, passar por tudo que a gente tá passando pra poder ir atrás de aumento. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

O bloco final das entrevistas realizadas para este trabalho ocorreu entre junho e julho de 2016, período em que a conjuntura política brasileira se encontrava em ebulição. Havia pouco tempo que a presidenta Dilma Rousseff (PT) sofrera *impeachment* no Congresso Nacional e o país era governado interinamente pelo então vice-presidente da república Michel Temer (PMDB), que se efetivaria no cargo pouco tempo depois. Vale dizer que o avanço de um certo conservadorismo ocorreu não somente no meio institucional, mas em várias esferas sociais, tanto nas camadas médias como nas mais pauperizadas – conforme ressaltaram alguns entrevistados. A narrativa midiática acerca da corrupção na Petrobrás e em outras empresas públicas convenceu amplos setores da sociedade a extravasar uma indignação seletiva, direcionando a revolta especificamente contra a presidenta Dilma e o seu partido, abrindo caminho para a quebra de acordos que alicerçavam a chamada Nova República. O “antipetismo” cimentou um bloco liderado pela direita para atacar não apenas o PT, mas o conjunto de direitos sociais. Assim, o ciclo de “consenso nacional” liderado por Lula, aparentemente chegara ao seu término.

Foi indagado aos moradores entrevistados o que pensavam sobre tudo isso, principalmente aos possíveis impactos sobre as comunidades. No geral, havia certo entendimento por parte dos entrevistados de que os fatos da conjuntura nacional seriam negativos para os mais pobres, principalmente aqueles que, como eles, dependiam de serviços públicos básicos e de outros benefícios. Porém as falas sugeriam certa indiferença às questões políticas por parte dos moradores. Para o morador I., essa apatia estava associada à desinformação e se refletia na pouca participação ou mesmo ausência de muitas pessoas da comunidade nas atividades locais, mesmo aquelas diretamente associadas aos seus interesses, como no caso da luta contra as remoções:

Por incrível que pareça, ainda existe muito analfabeto político, muito, né? E aqui as pessoas não ligam muito pra isso, o que as pessoas fazem e falam aí é que a mulher [Dilma Rousseff] tem que sair, e o homem [Michel Temer] tá aí esculhambou tudo e tem que sair também, e que aumentou as ‘coisa tudim’ [os preços], e que não tem dinheiro, só sabe reclamar disso, mas não vão atrás de saber das coisas direito, assim, do processo ‘tudim’, não participa. Às vezes, a gente tentou fazer algum debate dentro da comunidade pra discutir esse tipo de política, o que tá se passando, né? Como a gente tem que fazer pra ensinar o povo que tem que lutar, essas coisas ‘tudim’, mas o povo não comparece, só quer saber de beber cachaça e assistir novela. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

A moradora A. relatou que no Lagamar não seria muito diferente, pouco interesse por política e forte absorção de um senso comum

dominante: “pro povo, é aquilo, eles assistem muito a TV. Aí na TV o que é que eles veem? Que a Dilma é bandida, que o Lula é bandido, né?! É o que eles reproduzem!”; porém, a moradora enfatizava que ao mesmo tempo que assimilavam o discurso dos principais grupos de comunicação do país – a chamada “opinião pública”, como sublinhou Bourdieu (2012) –, muitos moradores estariam muito preocupados com a continuidade de algumas políticas sociais associadas aos governos petistas, pois dependiam delas: “rezando a Deus pra não perder o bolsa-família, rezando a Deus pra que o CRAS²⁶ não feche, rezando a Deus pra que essas políticas que hoje eles [moradores] tem, que antes não tinha, que são muito novas pra eles, pra que não se perca, né?” (Moradora A.). A moradora L. avaliava que a própria resistência ao VLT deveu-se muito ao fato de que muitas pessoas das comunidades atingidas tiveram maior acesso à educação nos últimos anos, “muita gente tá acordando, depois que veio o SISU, que foi muito benefício pra nós... eu não sei... foi benefício pelo PT, pelo Lula, eu não sei... mas muita coisa boa aconteceu.” (Moradora L., Pau Pelado). E o que estava ocorrendo no país politicamente ameaçava esse direito conquistado: “Esse negócio pra pessoa fazer faculdade, né, dos ricos, é... as pessoas estão tendo mais informações, no meu ver. Então isso estão querendo tirar”. Por fim, afirmou de forma taxativa o significado daquela mudança de governo: “Estão tirando o nosso direito de ser cidadão! O país tá entregue na mão da vagabundagem, dos bandidos”. (Moradora L., Pau Pelado).

A moradora do Lagamar remete à política local para tentar explicar o porquê da maioria das pessoas nas comunidades não compreenderem e nem se interessarem pelos acontecimentos políticos, além de não enxergarem grandes diferenças entre os partidos e as figuras da política: “os governos aqui, pra quem é pobre, a luta continua sempre a mesma, na

²⁶ Centro de Referência de Assistência Social.

esquerda ou na direita”, pois, completa a moradora: “eu não sei quando foi que a gente lutou mais, se era na época da Luizianne, do PT, que era prefeita, ou se é agora que é o Roberto Cláudio [PDT], que recebe a gente com a mesma polícia, com a mesma força armada”. Do mesmo modo ocorrendo com o governo estadual: “antes era o Cid [Gomes, ex-governador – PDT], que não era de esquerda, e agora é o Camilo [Santana, atual governador – PT] que a gente não vê diferença nenhuma” (moradora A.).

Conforme visto, alguns trechos das obras viárias para a Copa de 2014 colocaram em xeque a efetividade Plano Diretor de Fortaleza (PDPFOR-2009), pois ocorreram dentro de Zeis. E o caso mais emblemático é o da própria comunidade do Lagamar, instituída como Zeis de favela desde 2010. A implantação de um complexo de viadutos na Via Expressa demandaria a remoção de aproximadamente 600 imóveis, sem contar com as remoções do VLT. Após muita resistência dos moradores, foi apresentada nova proposta pela prefeitura em que reduzia para 198 o número de imóveis a serem removidos. A redução do impacto da obra da Via Expressa ocorreu devido à elaboração de um projeto alternativo que incluía uma rotatória²⁷ e um viaduto. Na opinião de Renato Pequeno (2015), tal desenlace significou “[...] um exemplo positivo de resistência comunitária diante das imposições de projetos de engenharia urbana feitos em gabinete, os quais desconsideram aspectos sociais em seu desenho [...]”. (PEQUENO, 2015, p. 45). Contudo o autor não deixa de atentar que ainda é um desafio a integração dessas áreas no processo de regularização fundiária e urbanística.

Para a moradora A., não existem muitos benefícios para sua comunidade com o VLT, “acho que tá só fortalecendo mais a nossa segregação,

²⁷ Também conhecida em diferentes regiões do país como “balão”, “giradouro”, “rótula”. Trata-se de uma praça ou largo, em formato circular, onde se entrecruzam diferentes vias implicando num movimento giratório dos automóveis.

Jardim sem cidade

assim, da cidade, dos nossos acessos que sempre foram garantidos”. Além do que, completa a moradora: “o transporte do VLT também não nos beneficia em nada, porque o nosso trabalho não está nem na Parangaba e não está nem no Mucuripe, né?” (Moradora A.). Ela comenta que a maioria das pessoas têm suas obrigações diárias, como trabalho e estudos, pelas redondezas do Lagamar. E ainda ressalta que, embora já habitassem em condições precárias, as intervenções urbanas realizadas na região para a Copa 2014 trouxeram uma piora significativa na qualidade da moradia:

A gente sempre morou numa favela, mas a gente nunca teve esses problemas. A gente ganhou problemas, e não pediu nenhum deles, a gente não pediu VLT, não foi nem consultado pra saber qual era nossa opinião. Então veio de cima pra baixo, e a gente teve que receber. E junto com ele veio essa catástrofe, a gente costuma dizer que o legado da Copa foi o legado da destruição das comunidades, porque destruiu tudo. (Moradora A.).

Diante de tantos transtornos causados pela implantação do VLT, a moradora admite ser infrutífero ainda resistir contra sua construção, dado o avanço das obras, ademais, ressalta: “e o nosso desejo é que a obra continue mesmo, já que tá consolidada. E que resolva esses novos problemas que foram criados, porque ninguém tinha isso” (moradora A.). Mesmo que sem muitas expectativas, a moradora A espera que ao término das obras, e principalmente pelo fato de o Lagamar ser uma Zeis, alguma infraestrutura urbana e outros benefícios sejam instalados na região, historicamente esquecida pelo poder público.

De bom, o VLT não trouxe até agora nada! Pode ser que a gente consiga visualizar um novo modelo de Lagamar depois desse processo de primeira "urbanizaçãozinha" na área do trilho, quando eles forem colocar uma ruazinha e uma calçada em frente as casas, porque por ser Zeis, a gente tem essa garantia de urbanizar toda a área, garantir a regularização fundiária e urbanística, e pode ser que... [...] daqui a dois anos [2018], que é o prazo que eles nos deram mais recentemente pra concluir, né, esse trecho do Lagamar e concluir toda a obra [...] a gente consiga ter outra qualidade de vida no trilho, que sempre foi precário, que sempre foi uma região abandonada por conta do trilho, né? (Moradora A.).

A pressão dos moradores conseguiu também que um terreno dentro do próprio Lagamar fosse desapropriado para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras. Porém a construção das unidades residenciais ainda não foi iniciada: “Com essa crise [...] teve dinheiro pra comprar, mas não teve pra construir, daí não adianta de nada, né?”, destaca a moradora. A Advogada P., integrante do Comitê Popular da Copa, comenta de forma breve o desenrolar dessas negociações, bem como as limitações jurídicas das conquistas dos moradores:

O estado finalmente indicou... e aceitou, na verdade, terrenos alternativos que as comunidades tinham desde o começo indicado, para serem terrenos para desapropriação e reassentamento. Porque a proposta inicial era só Cidade Jardim. E nesse processo das audiências o Estado finalmente concordou com os terrenos indicados. [...] Sendo que não saiu nenhum documento, uma ata, vamos dizer

Jardim sem cidade

assim, um termo de acordo dizendo... porque as audiências foram ficando cada vez mais tensas, assim, e no final, nem conseguia negociar com a comunidade, fazer um diálogo [...] (Advogada P.).

Os terrenos alternativos mencionados pela entrevistada, correspondem aos três imóveis localizados nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape, determinados pelo Governo do Estado do Ceará²⁸ como de utilidade pública para fins de construção de unidades habitacionais, especificamente às famílias afetadas pelo VLT Ramal Parangaba-Mucuripe. Posteriormente, outro terreno no Lagamar foi desapropriado para o mesmo fim, conforme mencionou a moradora A.; e o terreno da Cidade 2000 foi suspenso por estar inserido na Área de Preservação Ambiental do Cocó.

Até a conclusão desta obra, entretanto, nenhuma unidade habitacional havia sido construída nesses terrenos, prolongando a angústia e a espera dos moradores que aguardam a entrega de suas casas.

Segregações contemporâneas

Todo esse processo de violações de direitos humanos e de desrespeito às normas urbanísticas, ocorreu sob o comando do Estado. Não foram apenas os grandes eventos esportivos sediados recentemente no Brasil que trouxeram enormes impactos socioambientais a diferentes territórios, espoliando milhares de pessoas, mas um conjunto de megaprojetos associados às políticas de desenvolvimento realizadas nos últimos anos. Esse processo

²⁸ Por meio do Decreto nº 31.285, de 23 de setembro de 2013.

não é exclusividade do país, trata-se de um movimento global cujos efeitos são bem mais dramáticos em sociedades periféricas ou semiperiféricas.

Para Virginia Fontes (2010, p. 60), as expropriações de bens coletivos em período recente, “[...] ocorreram como violência e como *extinção de direitos*, até então consolidados através de privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte, etc.”. A autora sugere uma assimilação histórica entre as expropriações contemporâneas e o processo de “extinção de direitos comunais e consuetudinários” ocorrido entre os séculos XVI e XVII na Inglaterra, que aboliu as terras comuns, primeiramente através da violenta expulsão das populações camponesas, e, depois, mediante decretos parlamentares que impuseram os “cercamentos” (*enclosure*) de campos, fenômeno que redefiniu a noção de propriedade privada e resultou na consolidação do modo capitalista de produção e de acumulação. As expropriações contemporâneas, embora apresentem aspectos originais, guardam uma “[...] forte homologia com a permanência e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, violenta e/ou por via parlamentar” (FONTES, 2010, p. 58).

Para estabelecer tal paralelo, a historiadora brasileira emprega, entre outras referências, as reflexões de outra historiadora marxista, a estadunidense Ellen Meiksins Wood (2001), cuja teoria aponta uma origem agrária (e inglesa) do capitalismo, alicerçada nos processos de “melhoramento” (*improvement*) de terras, baseados exatamente nos cercamentos de campos. Dessa forma, o trabalho excedente desses camponeses era, conforme a acepção de Marx, através de meios “extraeconômicos”, em outras palavras, coerção direta dos grandes proprietários ou do Estado: “Essa é, portanto, a diferença básica entre todas as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo. Ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou

rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores [...]” (WOOD, 2001, p. 77-78).

Wood (2001, p. 26) afirma que a expansão capitalista por toda extensão do globo produz os mesmos efeitos ocorridos no seu país de origem, a Inglaterra: “[...] desapropriação, extinção de direitos consuetudinários de propriedade, imposição de imperativos de mercado e destruição ambiental.”; e, ademais, “[à] medida que o capitalismo se espalha por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-las.” (WOOD, 2001, p. 129). Em vista disso, vale salientar a ofensiva do capital sobre as mais variadas dimensões, a exemplo da crescente mercantilização de bens naturais por meio do mercado de patentes, até mesmo a própria vida humana virou um grande negócio, erigindo assim um “biocapitalismo” (LANDER, 2006; GARCIA, 2006; FONTES, 2010). Dessa forma, “[a]s expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana.” (FONTES, 2010, p. 61).

A desigualdade alcançou níveis jamais vistos e a pobreza atinge inclusive economias avançadas, a exemplo de países da Europa, atados em um círculo vicioso de quebras bancárias e déficit fiscal. No restante do globo, as convulsões sucedem de modo “desigual e combinado”. Na África, está em curso um processo de “acumulação primitiva” devido às alterações de códigos de mineração e petróleo em alguns países, enriquecendo burguesias locais e empresas estrangeiras ao passo que depreda territórios e comunidades. O sul da Ásia concentra 51% da população mundial afetada pela miséria extrema, enquanto 15% dessa massa global de sobran-tes encontra-se no leste daquele continente, de acordo com o PNUD.

Não à toa, muitas transnacionais estão cada vez mais atraídas pelas novas fontes de mão de obra barata nessa região (KATZ, 2016).

O economista argentino Cláudio Katz (2016) realça o dramático agravamento da fome no planeta, cerca de 1,2 bilhão de pessoas passam fome e 2,5 bilhões subsistem em condições de pobreza. Registra-se um ciclo ascendente, desde 2003, nos preços dos alimentos, e o índice de preços da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) ultrapassou seu máximo histórico em dezembro de 2010, com destaque à influência da carestia alimentar nas sublevações árabes, “uma intifada do pão”. No Oriente Médio, registra-se um recorde de desemprego, e a redução de gastos sociais e de subsídios aos alimentos geram explosões de revoltas. Em todas as partes do mundo, vale ressaltar, encontra-se uma imensa juventude trabalhadora desempregada ou em condições precárias de subemprego. Em suma, o sistema opera com um grau de instabilidade muito superior ao passado, e “o neoliberalismo desgastou os diques que atenuavam os desequilíbrios do capitalismo” (KATZ, 2016, p. 456).

Um termo que se tornou corrente no debate contemporâneo para designar modalidades diversas de vulnerabilidade é a ideia de “exclusão”, comumente utilizada para definir situações de superexploração, formas genéricas de degradação das condições de vida, situações de inutilidade social. Robert Castel (2013) aponta as “armadilhas” colocadas no uso desse termo: “Na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um desfilhado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis ou instáveis.” (CASTEL, 2013, p. 34). Por exemplo, exclusão pode ser considerada “[...] a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário ou que ocupa uma moradia de onde pode ser expulso se não cumprir com seus compromissos.” (CASTEL, 2013, p. 33). Para o autor, o termo desemboca numa visão que enxerga equivocadamente situações “fora do social”. Esse tipo de visão justifica, na

prática, ações públicas focalizadas, caracterizando determinadas “populações-alvo” e um cálculo do *déficit* social para uma intervenção especializada. “Se nada de mais profundo for feito, a ‘luta contra a exclusão’ corre o risco de se reduzir a um pronto-socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social.” (CASTEL, 2013, p. 38).

Os movimentos sociais detêm um caráter cíclico, relacionando suas características ao contexto sociopolítico em sua totalidade (FRANK; FUENTES, 1989). Em vista disso, as lutas e mobilizações populares contemporâneas refletem diretamente as contradições das novas instituições do capitalismo globalizado. Dessa forma, o sujeito social se amplia, estendendo-se ao “conjunto dos grupos sociais submetidos”. Nesse contexto, a classe operária, segundo François Houtart (2006), continuará tendo um papel importante, mas compartilhado com outros atores, incluindo aí antigos e “novos” movimentos: “O novo sujeito histórico deve ser capaz de atuar sobre a realidade que por sua vez é múltipla e global, com o sentido de emergência exigido pelo genocídio e pelo ecocídio contemporâneos” (HOUTART, 2006, p. 424). Tal multiplicidade de atores, todavia, não é associada pelo autor à ideia de “multidão”, postulada por Negri e Hardt (2001), pois seria um conceito “[...] tão vago como perigoso por suas consequências desmobilizadoras” (HOUTART, 2006, p. 424).

As intervenções para a Copa de 2014 revelaram “novas velhas dinâmicas socioespaciais”, como fragilidade dos instrumentos de planejamento, parceiras de agentes públicos com o setor imobiliário, pressões sobre grupos socialmente vulneráveis, e “[...] a eclosão de reações e práticas de resistência promovendo alterações nos movimentos sociais urbanos.” (SANTOS JUNIOR; GAFFNEY, 2015, p. 12). A comunhão de interesses entre Estado e corporações privadas é avassaladora diante de grupos sociais vulneráveis, cujas alternativas consistem em ceder ou resistir como “movimentos *de urgência*” (BOITO, 2006).

Em síntese, o grupo de pessoas atingidas pelas remoções habitacionais estão inseridas nesse contexto de expropriações contemporâneas, e expressam características genéricas que justificam o emprego da ideia de “grupos subalternos”, formulação de Antonio Gramsci (2001),²⁹ consistindo no agrupamento das *massas dominadas*, sem necessariamente possuir uma unificação enquanto “classe social”, dado que necessitariam formar instrumentos próprios de intervenção política conjunta, numa correlação de forças sociais específica. A história dos “grupos subalternos” seria episódica e *desagregada*, e apenas uma inabalável vitória política dessas classes poderia alterar tal tendência (GALASTRI, 2014). O conceito de grupos subalternos provavelmente tenha adquirido na realidade social de hoje, pertinência e validade bem maiores do que quando o filósofo italiano o formulara, conforme comenta Isabel Monal (2003, p. 194): “Gramsci conservou a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas tentou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos, que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais”.

Vale enfatizar que no âmbito do marxismo crítico, “[...] não há uma concepção sociológica classificatória de classe. Há, sim, uma concepção estratégica de classe realizada a partir da sua luta” (BENSAÏD, 2010, p. 147). O filósofo francês Daniel Bensaïd (1999), numa abordagem semelhante à de Edward P. Thompson (1997), assinala que a noção de

²⁹ Após as derrotas na Itália e na Alemanha na década de 1920, conclusão dramática do ciclo revolucionário europeu que culminou com a ascensão e hegemonia do nazifascismo em amplos setores das massas trabalhadoras, Gramsci apontou a insuficiência de determinadas categorias teóricas, tais como “proletariado” e “campepinato”, para compreender a natureza e as particularidades das lutas de classes nos diferentes contextos nacionais. No caso da Itália, os diferentes níveis culturais entre o Norte e o Sul do país, e as oposições entre os próprios trabalhadores de regiões distintas, demandavam uma análise rigorosa. A fragmentação das classes subalternas, compreendida por Gramsci como uma característica desses agrupamentos, submetidos à exploração e opressão, deveria ser superada historicamente, fazendo que essas classes adquirissem organicidade e perspectiva da totalidade, passando assim a disputar a hegemonia na sociedade.

classe em Marx não se resumiria a certo atributo em que os indivíduos que a constituem seriam proprietários, tampouco à soma desses indivíduos. A classe consistiria, numa totalidade relacional, na relação conflituosa com outras classes. Desse modo, a classe não configura um elemento estrutural fixo, inerte. O *conflito* é constitutivo de sua determinação.

Pensadores dos estudos subalternos, como os indianos Ranajit Guha e Gayatri Spivak, empregam o conceito de “subalterno” ao assinalar grupos de *status* social marginalizado, subordinados no interior da sociedade, seja em termos de classe, casta, gênero, idade, trabalho. Em termos políticos, o que define a identidade do subalterno é a *negação*, a “antítese necessária” de um sujeito dominante. A esses grupos é vedado ou restrito o poder de emitirem a própria voz (SPIVAK, 2010; FIGUEIREDO, 2010). Contudo assinala-se aqui um breve reparo a ideia de que os subalternos são substancialmente aqueles que não têm direito à “voz”. Observando que os *sujeitos* estudados neste livro confrontam tal assertiva, expressando a disposição em superar tal condição de subalternidade, resistindo pelos seus direitos à moradia e à cidade.

A cidade, conforme afirmara Henri Lefebvre (2008 [1968]), seria uma “obra”, característica contrastante com a irreversível orientação ao dinheiro, ao comércio, às trocas, aos “produtos”. Constituindo tanto um valor de uso como um valor de troca, a cidade expressa em sua estrutura as dinâmicas sociais, econômicas e políticas: “A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e propriedade.” (LEFEBVRE, 2008, p. 59, grifo do autor). O autor d’*O Direito à Cidade* apontara o urbanismo, enquanto ciência e técnica do espaço, consistindo em “ilusão” e “ideologia”, tendo em vista que a representação da cidade feita pelos urbanistas desconsidera certas práticas urbanas, negando-as enquanto produto da totalidade social, disseminando assim a *ilusão* de que técnica pode controlar a urbe, sobretudo o que for

considerado degradante em seu interior. Nesse cenário, a atribuição elementar do espaço urbano seria a possibilidade de reunir todos “objetos” e “sujeitos”. Para Lefebvre (2008, p. 32), excluir da cidade grupos, classes ou indivíduos, implicaria retirá-los da sociedade: “O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora”. Diante disso, se faz necessária a resistência dos ameaçados de expulsão da cidade.

Sucedida após à grave crise econômica e política que rondou a Europa em 1848, a reforma urbana de Paris foi o marco para a modernização das cidades mundo afora, tendo na figura do barão de Haussmann sua personificação, que inaugurou um novo estilo de estruturação da urbe. Ruas estreitas, edificações precárias e encortçadas foram destruídas para dar lugar às largas avenidas e a grandes e luxuosos edifícios no meio de antigos bairros operários. Contrastando com a *belle Paris*, Friedrich Engels, em *A questão da habitação* (1988 [1872]), denunciava que “[...] os focos de epidemias, as mais infames cavernas e buracos em que o modo de produção capitalista encerra noite após noite os nossos operários não são eliminados mas apenas... mudados de lugar!” (ENGELS 1988 [1872]).³⁰ Tais transformações ambicionavam não somente dificultar a luta nas barricadas, tão presente nos movimentos de trabalhadores da capital francesa do século XIX, “[...] mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo.” (ENGELS, 1988 [1872]).

A segregação socioespacial é inerente à constituição do espaço urbano orientado pela apropriação privada da terra como condição e meio de sua própria realização enquanto “capital”, fazendo com que o valor de uso da “cidade-mercadoria” esteja subordinado ao seu valor de troca. De acordo

³⁰ Extraído de edição *on-line*, sem paginação.

com David Harvey (2011, p. 137), “[...] a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital.”, visto que parcela significativa da força de trabalho global é empregada na construção e manutenção do “ambiente edificado”, e a cidade como *obra* ou *mercadoria* está fixada como parte do processo geral de valorização do capital e da universalização da forma mercadoria.

Em suma, a segregação residencial é resultado de uma política de classe, pois é engendrada por aqueles que detêm poder e controlam diferentes meios de produção, incluindo a propriedade da terra urbana, determinando a diferenciação social na produção do espaço da cidade. Entre as estratégias segregacionistas adotadas, a mais conhecida é a expulsão à força de habitantes indesejados, bastante comum nas políticas de erradicação de favelas e habitações irregulares. Outro expediente se dá por meio da legislação urbanística e da tributação diferenciada no espaço urbano, bem como a distribuição desigual de equipamentos e serviços públicos para diferentes áreas e classes sociais (CORRÊA, 2013).

Pedro de Almeida Vasconcelos (2004; 2013) assinala que alguns conceitos e noções deveriam ficar circunscritos a contextos locais e históricos específicos. A inexactidão do uso de certas noções, tais como “segregação” ou “gueto”, na realidade das cidades brasileiras, seria comparável ao emprego da noção de “periferização” para compreender as cidades estadunidenses. O espaço urbano refletiria as desigualdades sociais existentes em cada formação específica, as estruturas espaciais das cidades estadunidenses, por exemplo, diferem consideravelmente das cidades europeias, e estas diferem das cidades latino-americanas. Lançar-se, portanto, a transferir conceitos a realidades notoriamente destoantes sujeitar-se-ia ao risco de dissipar sua precisão analítica. Desse modo, os

conceitos acabariam se tornando polissêmicos, atravancando a leitura e a análise dos fenômenos sociais.

Uma população ou uma área só poderiam ser consideradas segregadas, conforme Vasconcelos (2013), quando os moradores, por meio de coações externas, fossem forçados a residir num território delimitado. Além dos emblemáticos guetos judeus presentes nas cidades medievais e renascentistas, a exemplo das chamadas “judiarias” em cidades portuguesas, outros casos relevantes de segregação foram os guetos fixados em algumas cidades europeias ao longo da ocupação nazista, com destaque para Varsóvia, e a restrição à população negra norte-americana de residir somente em bairros autorizados, prática de segregação legal que perdurou até a promulgação do *Civil Rights Act* de 1964. Entre outras ideias que seriam do mesmo modo empregadas equivocadamente, está a de *apartheid*, específica à realidade da África do Sul, e não cabendo em absoluto sua aplicação em circunstâncias distintas; e a noção de *gentrificação* – um “barbarismo que não tem sentido nas línguas latinas” (VASCONCELOS, 2013, p. 29). Termo originário do Reino Unido, *gentrificação* (do inglês *gentry*: baixa nobreza), descreve o processo em que as classes médias passam a habitar massivamente antigos bairros operários londrinos, na década de 1960, desdobrando numa intensa valorização dos imóveis e na gradativa retirada dos antigos habitantes. O grande marco para essa política foi nos EUA, com o programa *urban renewal* (renovação urbana) implantado após a Segunda Guerra Mundial (SOUZA, 2013).

Vasconcelos (2013) reitera que processos ocorridos no Brasil não configurariam “segregação”, dado que “são o resultado da ação da população desfavorecida”, não necessariamente coagida a residir naquela região. Tanto é, que, usualmente, essas habitações estão localizadas em periferias longínquas ou em áreas de risco, como morros, regiões de declive ou inundáveis; ou em terrenos vizinhos às ferrovias, tal como no caso tratado

nesta obra, sobre as comunidades do trilho, em Fortaleza. O autor ressalta que tais fenômenos possuem notável complexidade e exigem elaborações correspondentes a cada contexto, revelando, em geral, as “lutas pela vida e pelo espaço nas cidades” (VASCONCELOS, 2013, p. 33). Porém a insistência na noção de segregação para a compreender esses processos transpareceria uma espécie de denúncia das desigualdades sociais, mais uma “palavra de ordem” do que um esforço em examinar minuciosamente o fenômeno, incorrendo na “[...] perda do rigor e da precisão necessária para ser um instrumental analítico que ajude no avanço do conhecimento da realidade urbana” (VASCONCELOS, 2013, p. 33).

Há muita divergência, no entanto, quanto a objeção ao uso do conceito de segregação com vistas à compreensão da realidade urbana brasileira, que, sim, é marcada por dinâmicas de separação e afastamento espacial, ou seja, de segregação. Marcelo Lopes de Souza (2013) afirma, com efeito, que tal relutância de alguns autores ao uso da categoria não se explica meramente por questões linguísticas, mas por um entendimento de que a realidade brasileira é menos “dura”, e mais “plástica”, do que contextos como os EUA ou a África do Sul, por exemplo. Seriam situações de “desassistência”, “abandono”, ou, numa típica interpretação liberal, efeitos de fracassos individuais. O pretenso caráter “democrático” de áreas de convivência entre ricos e pobres, a exemplo das praias, ou a suposta “ação” voluntária de camadas mais pobres quando decidem ocupar terrenos ou prédios abandonados, conforme apontado por outros autores, como Vasconcelos (2013), por exemplo, são duramente questionadas por Souza (2013). De forma tácita ou explícita, tais perspectivas que suavizam os processos de “afastamentos” e “separações” socioespaciais, “[...] mantêm afinidade ideológica com o espírito de Gilberto Freyre, que, como sabemos, edulcorou (sem negar por completo) a violência envolvida nas relações entre casa-grande e a senzala neste ‘mundo que o português criou’ [...]” (SOUZA, 2013, p. 128). O autor assinala que a aplicação da categoria segregação se justifica mediante

a verificação de processos concretos na realidade das cidades brasileiras, onde, cotidianamente, “pessoas *se veem* como segregadas” (grifo nosso), o que já exigiria uma investigação acurada. Ademais, “[...] comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas, sim, de uma representação espacial digna de nota” (SOUZA, 2013, p. 129). Do mesmo modo que se constituem os demais conceitos das ciências da sociedade, a ideia de segregação é densa de historicidade, e a manifestação espacial das desigualdades e assimetrias sociais, seja entre classes ou entre “raças”, é característica inescapável de qualquer sociedade heterônoma, não necessariamente se expressando de maneira padronizada e com a mesma proporção nas distintas situações:

A escala, algumas vezes, pode turvar a nossa visão, como quando senhores e escravos moram fisicamente bem próximos uns dos outros, na mesma propriedade; ainda assim, isso não nos permite falar de uma completa e absoluta ausência de segregação, situação de que são herdeiros, nas cidades brasileiras de nosso tempo, o quarto de empregada e o elevador de serviço. Apesar disso, nada nos autoriza a postular que o conceito em questão seja “universal” ou inteiramente “transistórico”, como se a segregação fosse uma inevitabilidade quase que natural da realidade social em si mesma. Se assim fosse, teríamos que admitir que a heteronomia é inevitável e que uma sociedade livre e autônoma – na qual certamente existirão dissensos e conflitos, mas não assimetria estrutural de poder e, por consequência, segregação – é uma meta fantasiosa. O fato é que, mesmo onde existe, a segregação não existe e não precisa existir da mesma forma e com a mesma intensidade. (SOUZA, 2013, p. 130-1).

Maria Encarnação Sposito (2013) questiona a perspectiva onde conceitos assumem conteúdos distintos perante contextos e formações socioespaciais díspares. A autora diverge de Vasconcelos (2004, 2013) sobre a possibilidade de abordar aspectos da segregação conforme cada contexto socioespacial, mesmo que implique numa situação de “reconceitualização”. No entanto aproxima-se da posição do autor ao assinalar que o traslado conceitual, especialmente e/ou temporalmente, não pode suscitar “[...] a negação dos princípios que fundamentaram, na origem, a proposição dele”, e nem significar “[...] descontinuidade profunda em relação à apreensão de processos e dinâmicas que o fundamentaram, no plano teórico” (SPOSITO, 2013, p. 62). Assevera que o caráter polissêmico do conceito de segregação comprometeria sua força explicativa, demandando então do pesquisador maior cautela teórica para extrair o máximo de precisão analítica, a começar pela imprescindível delimitação do conceito perante outras ideias ou noções – seja por estarem vinculados a perspectivas teóricas divergentes, ou mesmo por se tratar apenas de termos genéricos. Ademais, a complexidade do conceito implicaria na interface, e, por vezes, numa confusão analítica com processos variados, tais como: “diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial” (SPOSITO, 2013, p. 63).

Da mesma forma que outros conceitos de derivação geográfica, a ideia de segregação deve invariavelmente ser associada a uma escala geográfica de análise. Sobretudo porque dentre os conceitos que abordam processos de divisão socioespacial nas cidades, é justamente o que possui grau mais elevado de determinação nesse campo, “[...] sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar” (SPOSITO, 2013, p. 63). O pressuposto fixado pela autora é de que a segregação concerne a uma relação entre um setor da cidade em face do seu conjunto, o que já distinguiria o conceito, por exemplo, de ferramentas metodológicas que se dispõem

a apontar áreas de inclusão/exclusão social; ou mesmo de noções como “marginalização”, “discriminação”, “estigmatização”, “pobreza urbana”, que embora se manifestem no plano espacial, são conceitos cuja constituição figura em outros âmbitos, seja cultural, político, econômico. Nem todas as manifestações de diferenciação e de desigualdades sociais se constituam forçosamente numa situação de segregação, o emprego do conceito só se justificaria “[...] quando as formas de diferenciação levam à separação radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana.” (SPOSITO, 2013, p. 65).

A despeito de sua natureza espacial, a incidência de processos de segregação não seria inerente ou explicada exclusivamente pelas formas espaciais. E, como qualquer processo, “[...] tem forte relação com as ações que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade.” (SPOSITO, 2013, p. 66). Além disso, a extrema manifestação da diferenciação no plano socioespacial mescla condicionantes objetivas e subjetivas:

A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si e na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, constituir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais. (SPOSITO, 2013, p. 67).

A autora salienta a intrínseca vinculação dos processos de segregação com os sujeitos sociais. A dinâmica de uma cidade seria explicada pela eclosão de conflitos e alianças que se realizam e se aprofundam entre frações das classes sociais, no âmbito político, econômico e ideológico. Tais relações remetem também às contradições mais profundas, do ponto de vista étnico, cultural, e religioso, apontando um enorme fosso entre grupos diferentes. Assim, para vislumbrar compreender processos de segregação socioespacial, faz-se necessário responder alguns questionamentos:

[...] quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação. (SPOSITO, 2013, p. 66-67).

O acesso diferenciado ao espaço urbano e à vida em sociedade evidenciam a segregação contemporânea, que “[...] surge e expressa-se na vida cotidiana diante do extenso processo de privação que acompanha a realização da vida” (CARLOS, 2015, p. 60). De fato, “o espaço social se retraduz no espaço físico”, como afirmara Pierre Bourdieu (1997, p. 160), e, além disso, prossegue o autor: “Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 160). Desse modo, as “lutas classificatórias” estabelecem elementos indispensáveis na formação ou destruição das classes sociais.

Em síntese, a posse de capital permite ter mais poder sobre o espaço, estruturando o espaço – e a distribuição de bens e serviços –, e definindo o valor das diferentes áreas. Assim, a segregação se realiza por meio das demandas sociais não atendidas, políticas públicas que atualizam desigualdades, não acesso a espaços públicos, concentração de riqueza e pelo preconceito de classe. Ante o exposto, a segregação se manifesta nas diversas formas de confrontos e resistências que vêm ocorrendo nas metrópoles.

“ESPERANDO, ESPERANDO...”

Em nome de um modelo de desenvolvimento, os mais elevados custos da implantação do VLT de Fortaleza foram lançados sobre famílias pobres, cujos direitos fundamentais foram violados. Conforme visto, nem mesmo a paralisação das obras cessou a agonia das famílias ameaçadas de remoção. Ao contrário, observou-se um endurecimento nas negociações para a desapropriação dos imóveis listados no projeto depois de realizada a Copa. A suspensão da entrega do equipamento no prazo fixado minimizou a celeridade antes necessária às obras, além do encolhimento da visibilidade dos conflitos após findada a Copa. Esses fatores abriram caminho para novas formas de pressão sobre os moradores. A maioria dos trechos continuou inacabado e com amontoados de entulhos das casas demolidas, acumulando lixo e proliferando doenças, cenário perigoso e desolador aos moradores. Um longo percurso de sofrimento e espera, comunidades amputadas e desfalecendo ao longo dos trilhos, expostas como feridas abertas ao céu de Fortaleza. Sequer as conquistas dos que resistiram à transferência para o conjunto Cidade Jardim ficaram plenamente asseguradas, sobretudo por causa da conjuntura econômica e política do país, com estados atrasando pagamentos e realizando inúmeros cortes em políticas sociais. Desse modo, é presumível que a não pretendida mudança para o Cidade Jardim se torne progressivamente um “fato consumado” aos moradores que ainda esperam continuar residindo na sua antiga vizinhança.

Sob a justificativa de necessária rapidez na execução das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, foi implantado uma espécie de “estado de exceção” em todas as cidades-sede, atropelando legislações para obedecer a interesses privados – com a anuência de gestores públicos e de outras autoridades. Sem dispensar o uso da violência física e psicológica, a desinformação e disseminação de mentiras foram amplamente empregadas contra populações vulneráveis, tornando evidente a apropriação da cidade por alguns poucos *donos*. Assim, grande parte do Estado transferiu para corporações privadas o poder de decisão sobre as transformações urbanas nas principais capitais do país.

A dinâmica de periferação e metropolização das grandes cidades foi aprofundada com as intervenções urbanas realizadas. Os grandiosos investimentos públicos nas obras fizeram com que a maioria das cidades brasileiras sofresse fortes movimentos especulativos, resultando numa valorização acelerada do solo, processo que está também diretamente relacionado à expansão da produção imobiliária com o Programa Minha Casa Minha Vida. Desse modo, além das remoções, o aumento do valor dos imóveis e das taxas de serviços está arremessando trabalhadores de baixa renda para áreas mais periféricas. Esse processo está agravando desigualdades socioespaciais, dada a disparidade na distribuição de serviços públicos e o modelo dominante de mobilidade urbana, que prioriza o transporte individual e rodoviário. No geral, a conjuntura econômica recente estimulou dinâmicas de segregação forçada e induzida, aprofundando a tendência de ampliação e dispersão da mancha urbana das metrópoles.

Em resumo, confere-se às obras realizadas para o megaevento uma espécie de aprimoramento de um padrão que vem orientando os planejamentos urbanos das cidades brasileiras ao longo de décadas. Diante das enormes carências e a despeito do caráter público dos investimentos, as políticas urbanas favorecem interesses privados, especialmente de agentes

“Esperando, esperando...”

do mercado imobiliário. Não se trata simplesmente de comprometer o maior volume de recursos na melhoria dos bairros de melhor renda, mas de investir conforme a lógica da geração e captação das rendas fundiária e imobiliária, que tem como uma de suas resultantes a elevação dos preços de terrenos e imóveis.¹ Enquanto a valorização do solo urbano decorre da ação pública, injetando recursos que provêm a região com infraestrutura e serviços, o lucro obtido por causa desses investimentos é individual. Dessa forma, a segregação residencial é fabricada por um Estado capturado pelo mercado.

Os megaprojetos urbanos, muitos ainda inacabados, que proliferaram nas cidades do país na esteira da Copa do Mundo e de outros eventos recentes deixaram como legado o endividamento do Estado brasileiro em todos os níveis federativos, além de milhares de pessoas expulsas de suas moradias. A redução do número de imóveis demolidos pelas obras do VLT foi uma vitória significativa das comunidades e dos movimentos sociais. No entanto os avanços da Política Urbana Nacional, e em especial da Política de Regularização Fundiária, foram desconsiderados pelas intervenções da Copa de 2014, visto que o direito à moradia não se limita aos moradores permanecerem no local. Além da urbanização do assentamento precário, é necessário integrá-lo à cidade formal, eliminando a precariedade habitacional e a insegurança da posse. A viabilização

¹ Sobre o aspecto da valorização de terrenos e imóveis – mediante investimentos públicos em infraestrutura e na construção de grandes equipamentos –, cabe registrar que, no processo de desenvolvimento urbano, são postos em movimento grandes volumes de capitais associados, geralmente mobilizados sob a forma de empréstimos em longo prazo. Para Harvey (2011, p. 137), semelhantes investimentos, alimentados pelo endividamento, em grandes obras operadas no cenário urbano de diferentes países converteram-se no epicentro na formação de crises econômicas profundas ocorridas ao longo do tempo. Desde as reformas de Paris do século XIX, até a crise econômica global, detonada em 2008, nos Estados Unidos, originada a partir da chamada “crise dos subprimes”, expansão de empréstimos hipotecários com taxas de juros pós-fixadas para clientes sem comprovação de renda. Uma espécie de “crédito de risco”. A desvalorização dos imóveis com o aumento dos juros nos EUA acabou por gerar inadimplência generalizada.

das intervenções urbanísticas relacionadas à Copa suprimiu também os mecanismos de participação da sociedade nos processos de planejamento urbano, deixando a cidade ainda mais subordinada aos movimentos de maior rentabilidade para o capital imobiliário. Efetivamente, as propostas para as famílias atingidas geraram um quadro de segregação involuntária, seja por meio das indenizações de baixíssimos valores, que restringiram as famílias a poucas opções de moradia que não fossem em bairros mais afastados; seja mediante o reassentamento em conjuntos habitacionais em localidades distantes, com destaque ao conjunto Cidade Jardim.

Registra-se, nesse contexto, o crescente fluxo de capitais internacionais devido a posição de Fortaleza no turismo nacional e internacional, e, principalmente, pelo incentivo governamental à edificação de uma “cidade de eventos”: uma série de políticas que interagiram com as transformações recentes da cidade para sediar a Copa de 2014. Em síntese, a ação pública do estado do Ceará e da prefeitura de Fortaleza priorizou a modernização de zonas de maior apelo turístico e habitadas por parcelas privilegiadas da população, beneficiando diretamente setores empresariais vinculados ao turismo e à produção imobiliária.

Para garantir vias de acesso eficientes entre aeroporto, estádio e zona hoteleira, obras de mobilidade urbana devastaram ampla extensão territorial, cortando bairros de diferentes perfis socioeconômicos. Porém a atuação seletiva dos agentes públicos e privados envolvidos nas intervenções fez com que áreas habitadas por famílias pobres fossem as mais golpeadas. Na verdade, o megaevento exacerbou práticas preexistentes nos conflitos urbanos locais. Dada a amplitude da Copa do Mundo, com seu volume de recursos e seu pacote de obras, tanto a concentração dos investimentos em áreas historicamente privilegiadas da cidade, como o movimento de periferização de moradores de baixa renda ganharam uma nova escala.

“Esperando, esperando...”

A escolha de Fortaleza para sediar os jogos evidenciou as deficiências estruturais da cidade e a pouca efetividade de suas políticas de planejamento e de controle urbano. O grande volume de recursos empregados e a série de violações cometidas em nome da celeridade das obras não foram suficientes para garantir o “legado” urbanístico. Muitos projetos relacionados ao megaevento em diferentes cidades-sede não foram concluídos no prazo previsto ou foram suspensos. A ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, por exemplo, tinha somente 16% das obras concluídas quando a Copa começou. Foi necessária a construção improvisada de um prédio anexo para receber os milhares de torcedores durante os jogos. Entre as intervenções de mobilidade urbana, apenas as obras viárias do entorno da arena Castelão e o corredor exclusivo de ônibus (BRT) da avenida Alberto Craveiro foram concluídos a tempo dos jogos. Até a conclusão desse trabalho, o VLT Ramal Parangaba-Mucuripe ainda não havia iniciado plenamente suas operações. E, conforme mencionado, das unidades residenciais nos terrenos desapropriados pelo governo estadual na vizinhança das comunidades atingidas, nenhuma havia sido entregue.

O Plano Diretor de Fortaleza, no que pese as conquistas populares na sua elaboração, apresentou muitas fragilidades técnicas, sobretudo à mobilidade urbana. A imposição por longos anos de um modelo rodoviarista, somado ao crescimento acelerado da frota de automóveis e a deficiência dos transportes públicos, acentuou os problemas de deslocamento diário da população, figurando entre as principais questões da agenda política da cidade. Diante disso, não há dúvidas quanto à necessidade de se estabelecer outros modelos de mobilidade, priorizando transportes coletivos e com menores impactos ao meio ambiente. Ficou notório, no entanto, a falta de aprofundamento em estudos técnicos e de debates públicos acerca da viabilidade e dos impactos socioambientais desses megaempreendimentos, conforme visto durante a implantação

do VLT de Fortaleza. Experiência semelhante a muitas outras ocorridas Brasil afora com projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, no pacote de obras urbanas recentes, as áreas que concentram as piores condições de mobilidade não receberam intervenções nesse setor, com destaque para os bairros Siqueira, Grande Bom Jardim e José Walter. Dessa forma, a distância e as dificuldades de acesso às principais “centralidades” da capital cearense geram ainda mais desvantagens econômicas aos trabalhadores que residem nas periferias.² O baixo poder de consumo das populações residentes desses locais, torna-os sobrantes não só no mercado, mas igualmente no consumo de bens comuns, como acesso à infraestrutura urbana e aos serviços.

Vale salientar que outras obras, não necessariamente vinculadas à preparação para os jogos da Copa do Mundo, removeram ou ainda ameaçam moradias de inúmeras famílias em Fortaleza. No Projeto Vila do Mar, por exemplo, cujo objetivo era a construção de uma via paisagística ao longo de 4km da orla oeste, abarcando os bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu, aproximadamente 1.700 famílias ficaram ameaçadas. Ainda durante a gestão de Luizianne Lins (PT), 264 famílias já haviam sido deslocadas.³ Já o Projeto Aldeia da Praia prevê o deslocamento de três mil famílias das comunidades Serviluz e Titanzinho com o objetivo de integrar a avenida Beira-Mar à praia do Futuro, incrementando o uso turístico da região com vias paisagísticas e equipamentos de lazer, requerendo para isso o alargamento de avenidas e, por consequência, a desapropriação de imóveis. A famílias atingidas deverão ser reassentadas no residencial Alto da Paz, conjunto habitacional que será construído no

² Tais conclusões estão amparadas em estudos técnicos recentes sobre mobilidade urbana em Fortaleza: Cavalcante (2009); Costa, Accioly e Nogueira (2015) e Iacovini (2013).

³ Em dezembro de 2018, a prefeitura de Fortaleza divulgou que havia entregue 348 unidades residenciais para as famílias atingidas pelo projeto Vila do Mar.

“Esperando, esperando...”

bairro Vicente Pinzón. O terreno fica sobre as dunas e foi palco de brutal ação de despejo.⁴ Em fevereiro de 2014, de forma bastante violenta, a Polícia Militar e a Guarda Municipal despejaram à força e demoliram as habitações de quatrocentas famílias na comunidade Alto da Paz, localizada exatamente no terreno destinado à construção do novo conjunto.

Nas imediações da praia de Iracema, há forte insegurança entre os moradores de comunidades assentadas na região do antigo cais, o Poço da Draga e o Baixa Pau, quantos aos riscos de remoções habitacionais caso as obras do Acquário Ceará e do Parque das Águas sejam retomadas. Mesmo que não exista no megaprojeto qualquer menção à retirada daquela comunidade, a incerteza é um sentimento que os moradores já vivenciam pelo menos desde meados da década de 1990, com a construção do Centro Cultural Dragão do Mar nas proximidades. Chegou a ser realizada uma audiência pública na Câmara Municipal para tratar do tema, no dia 6 de dezembro de 2010. No primeiro semestre de 2012, foi proposto um plebiscito para consulta popular sobre a realização da obra. Não houve êxito e as obras seguem paralisadas.

A realização da Copa e de outros megaeventos no Brasil, ocorreu dentro de um contexto de grande otimismo nacional e de forte crescimento da economia nacional. Destaca-se a expansão de empresas “nacionais” no mercado global – principalmente regional, ressuscitando certa ideologia do “Brasil Potência”. A Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 representaram também o escoamento de recursos públicos para a iniciativa privada. A projeção política e econômica que o país exercera perante países vizinhos e do continente africano, combinou-se com modalidades de “colonialismo

⁴ A remoção dessa comunidade, bem como as ocupações existentes na orla leste da capital virou um minidocumentário, *Areia loteada*, produzido pelo Coletivo Nigéria (NIGÉRIA FILMES, 2014). Conferir também Pequeno (2015) e Medeiros (2016).

interno”, radicalizado nas políticas de *pacificação* de favelas, além das expropriações de um conjunto de famílias atingidas por megaprojetos.

Ainda em relação à conjuntura nacional, vale dizer que os megaventos demonstraram também como o outrora aclamado “modo petista de governar” assimilou vários elementos antes repudiados da política tradicional, passando a se confundir cada vez mais com os demais partidos. Constituíram uma ampla aliança com setores reconhecidamente fisiológicos em torno de um modelo *neodesenvolvimentista* bastante controverso, que aprofundou a desindustrialização do país e irrigou ainda mais as grandes fortunas. Os custos das políticas sociais não passaram de uma pequena bagatela diante dos lucros dos bancos, do agronegócio e das empreiteiras, que retribuíam patrocinando as milionárias campanhas eleitorais do PT e de outros partidos. No auge de suas ilusões com a “burguesia nacional”, o ex-presidente Lula chegou a afirmar que foi preciso um metalúrgico assumir o poder para transformar o Brasil em país capitalista. Mas a própria história tratou de lembrá-lo que por trás da face moderna desse empresariado, reside uma velha elite senhorial, enriquecida através do Estado e subordinada a interesses externos.

A realização da Copa do Mundo piorou as condições de vida de segmentos historicamente relegados. As péssimas condições de moradia e o acesso precário à urbanização confirmam a ineficácia das políticas de desenvolvimento aplicadas no Ceará, tendo em conta o esvaziamento das zonas rurais e o fluxo contínuo de trabalhadores para regiões com mais postos de trabalho, principalmente para a capital. Desse modo, emerge uma metrópole desprovida de planejamento integrado do seu território, com uma dinâmica crescente de espraiamento de sua mancha urbana, sem necessariamente obedecer aos mecanismos de ordenamento urbanístico,

“Esperando, esperando...”

adensando regiões sem dotá-las de infraestrutura adequada.⁵ Guardadas as devidas proporções, observa-se por parte do poder público um padrão *segregacionista* no tratamento das populações sobrantes e subalternas que, porventura, obstruam os trilhos do progresso. Se, outrora, a cidade quis resguardar sua aparência “civilizada” isolando amontoados de famintos e doentes, vítimas das secas e das cercas, em campos insalubres, hoje em dia, ela soterra comunidades pobres e expulsa seus moradores para pavimentar o caminho a uma nova cidade, voltada ao turismo e aos grandes eventos. Vale lembrar que “civilizado” foi também a palavra utilizada pelo ex-presidente da CBF para se referir ao Brasil no objetivo de assegurar aos conselheiros da Fifa e aos investidores internacionais que o país possuía as condições, sobretudo a iniciativa privada, de acolher a “Copa das Copas”. Lançado o desafio, o poder público, que durante décadas aplicou uma “não urbanização” nas cidades brasileiras, tentou remover abruptamente tudo aquilo que estivesse no caminho das obras (e do desenvolvimento), ou que pudesse *enfear* a paisagem turística.

Fortaleza, como se estivesse permanentemente aguardando um futuro que presumivelmente virá *de fora*, ao menos no imaginário das classes dominantes, vai submergindo aos novos elitismos urbanistas, obediente tal como aos movimentos do imenso oceano que modela continuamente seus contornos. Em diferentes momentos da história da capital, assim como de outras cidades brasileiras, foram incorporados padrões urbanísticos em voga nos grandes centros do mundo, buscando assim sua modernização conforme ondas trazidas do exterior. Desde o “afrancesamento” do final do século XIX, que encheu a urbe de *boulevards* e estruturas metálicas, até à edificação da capital do sol – ou “Miami do Nordeste”, no final do século passado, foram adotadas diferentes e renovadas formas de

⁵ Para maior aprofundamento sobre a dinâmica recente de metropolização de Fortaleza, ver: Bernal (2004), Gondim (2007) e Pequeno (2015).

disciplinarização dos espaços e dos corpos. As técnicas “científicas” introjetadas para o controle dos pobres foram se aprimorando no cenário local, e a “cidade civilizada” cresceu repelindo os indesejados para áreas distantes. Assim, as fronteiras estabelecidas entre as classes são permanentemente redefinidas, mas mantendo sempre intacto o suporte da ordem social que assegura tais demarcações. Diante desse quadro, a capital cearense foi se tornando uma metrópole periférica, de forte apelo turístico, receptora de capitais e de megaeventos. O cenário de opulência, entretanto, reluta em ocultar uma cidade marcadamente desigual.

Dos campos de concentração dos flagelados da seca, aos atuais conjuntos habitacionais periféricos, passando pelas políticas de erradicação de favelas e áreas de risco, a questão da propriedade da terra continua central para a descortinar toda essa trama. Foi a expropriação “original” de terras indígenas e de famílias sertanejas que transformou a seca do semiárido num sério problema social e político, enchendo as principais cidades do Nordeste e de outras regiões do país com ondas crescentes de miseráveis, envoltos posteriormente na disputa desigual pelas terras urbanas. Fernando Coronil (2005) insiste que o reconhecimento da “fórmula trinária” de Marx implicaria numa visão mais ampla do desenvolvimento do capitalismo, compreendendo-o a partir de uma “dialética tripla entre o trabalho, o capital, e a terra”. (CORONIL, 2005, p. 52). Essa visão evidencia incisivamente as relações econômicas e políticas internacionais e ajuda a compreender a divisão do trabalho como uma “divisão simultânea da natureza”, localizando o desenvolvimento da acumulação capitalista no bojo de circunstâncias efetivamente globais. Se, desde o período colonial, a “periferia”, conforme assinala o antropólogo venezuelano, tem provido o mercado com riquezas naturais e com trabalho barato, “[a] questão agora é ver se esta situação deixou de existir como tal, ou se se manifesta através de condições distintas.” (CORONIL, 2005, p. 52).

“Esperando, esperando...”

De forma direta e indireta, e em tempos históricos distintos, as “zonas de vulnerabilidade” ocupadas pelas populações subalternas foram originadas por ações do Estado (em conluio com o mercado) por meio de *expropriações*. É a partir desses processos que emergem as condições necessárias para a valorização do capital, pois daí resultam as populações expropriadas cuja subsistência induzirá seu ingresso no mercado de força de trabalho; do contrário, passarão a constituir uma população “sobrante” ou um “pobretariado”. O próprio crescimento da urbanização da população mundial evidencia o aprofundamento das expropriações na contemporaneidade, com massas humanas sendo expulsas do campo.⁶

Os subúrbios, de acordo com Henri Lefebvre (2008), foram criados como respostas ao impulso industrializante que deslocou os camponeses para amontoados centros urbanos e dali empurrados para áreas limítrofes, estabelecendo fenômenos paradoxais de “*integração desintegrante*” nas cidades. O filósofo marxista assevera que esta resposta não foi meramente fortuita, tratava-se de uma estratégia de classe; não necessariamente uma estratégia com atos coordenados, mas que convergiam para resultados concretos: “[...] afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. [...] deixará se esfumar em sua consciência a capacidade

⁶ Fontes (2010) comenta que apesar das estatísticas globais não evidenciarem a melhora ou piora das condições de vida e de acesso ao mercado regular de trabalho, tampouco apresentarem informações sobre expropriações de terras de trabalhadores rurais, o elevado crescimento da população urbana mundial – que representava menos de 30% da população global em 1930, chegou a 50% em 2007; e segundo projeções, deverá atingir 61% do total em 2030 – demonstraria não apenas a ininterrupção do êxodo rural em direção às cidades, mas também que “[...] massas crescentes da população mundial encontram-se a cada dia mais direta e quase completamente subordinadas à dinâmica mercantil” (FONTES, 2010, p. 48), e, dado o aprofundamento das expropriações, em muitos casos, a venda da força de trabalho se dá sob quaisquer condições. A partir da década de 1960, começaram a ser difundidos procedimentos de quantificação da pobreza global que “naturalizavam” suas precondições. “A explicitação do número de pobres no planeta agiu para ocultar que não se tratava mais de uma pobreza de tipo tradicional, mas tipicamente resultante da expansão capitalista” (PEREIRA, 2009, p.136 citado por FONTES, 2010, p. 53).

criadora.” (LEFEBVRE, 2008, p. 97). Ao agrupar os centros de decisão, a cidade capitalista ordena e acentua a exploração diferenciada de todo o conjunto social: “[a] *segregação* deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 2008, p. 97, do autor). Dessa forma, a “suburbanização” inicia um processo que descentraliza a cidade fazendo com que a “consciência urbana” vá se dissipando, e, pouco a pouco, deixando de concernir à produção para se concentrar ao redor da “cotidianidade” do consumo.

Trazendo a análise “à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais”, o geógrafo Milton Santos assinalava que a grande cidade se consolidara como o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, e como um polo de pobreza também: “[...] o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas.” (SANTOS, 1993, p. 10). A trajetória das populações mais exploradas do país evidencia a profunda violência e estigmatização imposta sobre seus territórios, produzindo sinais profundos de desigualdades na paisagem das cidades. A partir das senzalas, primeira representação de território exclusivo às classes *subalternas* no Brasil, até as favelas e comunidades dos dias atuais, persiste no Brasil um modelo de divisão social e territorial que perpetua determinados segmentos populacionais como os mais preteridos. A dinâmica da urbanização nos países periféricos e semiperiféricos, com destaque para a América Latina, é marcada pela seletividade da atuação do Estado no provimento de infraestrutura urbana e serviços públicos de qualidade para apenas algumas faixas territoriais das cidades, geralmente habitada pelas camadas ricas; e pela informalidade habitacional das áreas resididas pelas famílias mais pobres. Diante disso, coloca-se a discussão sobre as

“Esperando, esperando...”

atuais mutações que atingem não apenas Fortaleza, mas todas as cidades periféricas da América Latina e do restante do globo, e a relação dessas transformações com os interesses dos segmentos empresariais vinculados à construção civil e ao turismo.

No que pese a considerável diferença entre favelas, *villas miserias*, *campamentos*, *cantegriles*, *callampas* de outros casos mais ostensivos de separação socioespacial, a exemplo dos “guetos” estadunidenses ou das *townships* sul-africanas durante o *apartheid*, não deixa de ser notória a separação étnica-social nas cidades. Esses territórios habitados por grupos subalternos costumam ser lembradas pelos noticiários policiais, ou, mais recentemente, quando contempladas por projetos de “revitalização”, significando em poucas palavras a retirada de sua população pobre – e geralmente não branca, seguida de embelezamento e encarecimento daquela área. “O mundo colonizado é um mundo cindido em dois”, já sentenciara Frantz Fanon. A cidade do colono se acentua pela luminosidade, pela solidez em pedra e ferro. As ruas são limpas, os caixotes de sobras e de lixo jamais vistos, “[...] é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.” (FANON, 1968, p. 28). Já a cidade do colonizado é marcadamente faminta, humilhada; “um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados”. Outra característica da cidade marcada pelo signo colonial é a violência, em suas formas mais distintas, mas sobretudo bruta e banal: “Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras” (FANON, 1968, p. 28-29).

Contemporaneamente, as transformações que se desenrolam no ambiente urbano estão relacionadas a um grande movimento *global*. Uma série de mutações que (re)configuram o chamado “sistema-mundo”

mediante extrema liberalização econômica e profunda mercantilização de todos aspectos da vida social. Considerando isso, os megaeventos e todo o aparato vinculado a um “urbanismo de espetáculo” atualizam mecanismos de espoliação de bens públicos e produzem novas formas de segregação. No caso do Brasil e países latino-americanos em geral, uma questão que perpassa essas sociedades é a existência de um *padrão* de dominação que se renova. Darcy Ribeiro (1995) afirmou que o conjunto das instituições políticas do Brasil não passariam de “superfetações” do poderio efetivo do patronato fazendeiro. O antropólogo notabiliza também a conduta dessa camada dominante, coabitando nela dois estilos dessemelhantes: o primeiro presidido pela mais viva cordialidade com seus pares; já o segundo estilo, marcado pelo infame desprezo com os que lhe são socialmente inferiores. Essa “corrupção senhorial” é reproduzida pela permanente deterioração da dignidade pessoal dos estratos mais humildes, sujeitados a serem explorados exaustivamente e a assumirem atitudes subservientes. Esse tipo de pensamento seria proveniente da conformação histórica do Brasil, firmado como um: “[...] negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio.” (RIBEIRO, 1995, p. 212). O cunho proposital dessa racionalidade que perdura no Brasil faria dele ainda no presente “menos uma sociedade do que uma feitoria”, pois não habilitou a maioria da população para suas demandas mínimas de sobrevivência e progresso, conservando-a apenas para servir ao enriquecimento de uma camada senhorial submissa a interesses estrangeiros.

Ante o exposto, o título deste capítulo conclusivo: “*Esperando, esperando*”, além de expressar a condição de espera que se encontram muitos dos moradores aqui citados, têm também outras duas alusões, com ambas trazendo reflexões sobre a formação da sociedade brasileira sob o signo de uma “cidadania inconclusa”, perpetuando desigualdades e deixando

“Esperando, esperando...”

boa parte da população do país à própria sorte, numa situação de permanentemente espera. A referência mais afamada é a música de Chico Buarque, *Pedro Pedreiro*, um personagem que, *penheiro*, ficava a esperar o trem. Assim como o aumento de salário, a sorte grande na loteria, o carnaval, o dia de voltar para o Norte..., uma constante espera. Até mesmo o filho de Pedro, ainda no ventre de sua esposa, nasceria um dia para *esperar também...* A segunda referência é um texto de Lima Barreto, encontrado num manuscrito seu dentre as páginas finais d’ *O triste fim de Policarpo Quaresma*; tratava-se de memórias e anotações pessoais desse autor negro acerca do ato de abolição da escravidão no Brasil, ocorrido no “mês das flores”⁷ de 1888, porém sem ter trazido mudanças tão substanciais para a vida das populações negras do país: “[...] tenazmente ficamos a viver, *esperando, esperando...* O quê? O imprevisto, o que pode acontecer amanhã ou depois; quem sabe se a sorte grande, ou um tesouro descoberto no quintal?” (BARRETO, 2010, p. 578, grifo nosso).

⁷ Foi tomado de empréstimo a referência a esse texto de Lima Barreto de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), cujo trecho citado acima figura no livro dessas autoras. Segue um pequeno excerto: “Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia e pela arte. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as aulções [*sic*] desabrocham de novo e de novo me chegam renovadas de sonhos. Eu nasci sob o seu signo, a 13, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz, se misturam recordações da meninice. Eu me lembro que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse: a lei da abolição vai passar nos dias dos teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no largo do Paço. Na minha lembrança desses fatos, o edifício do antigo Paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, muito alto; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Havia uma imensa multidão, ansiosa, a olhar as janelas do velho casarão. Afinal a coisa foi assinada e num segundo todas aquelas milhares de pessoas o vibram. Fazia sol e o dia estava claro [...]. Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Que me recorde, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da coisa, para lhe sentir bem os aspectos hediondos. Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na convivência de todos a sua injustiça originária.” (BARRETO, 2010).

Buscou-se chamar a atenção para determinada lógica nos procedimentos com a “questão social” no país, a partir da experiência histórica de Fortaleza, sublinhando como fora atualizado certo *modus operandi* pelas classes dominantes (senhoriais), com seu desprezo perante os mais explorados, considerados tal como “corpo destituído de vontade, de subjetividade”. Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) ressaltam que “[...] o que é decisivo para se *pensar a partir da perspectiva subalterna* é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento *contra-hegemônico*” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOQUEL, 2016, p. 19, grifo nosso). Sabe-se que (re)escrevemos a história como povos que tiveram a consciência formatada enquanto sujeitos coloniais, trata-se de um “colonialismo epistemológico” que nos atravessa. E que o campo acadêmico ocidental é incapaz de se relacionar com o “outro” sem lançar mão de seu próprio paradigma, como frisou Spivak (2010).⁸ A despeito disso, é imprescindível integrar tal conjectura ao empenho em descolonizar as perspectivas cognitivas do cientista social, com vistas a interpretar as ações dos sujeitos observados de acordo com as estruturas de relevância da sua vida cotidiana, fazendo valer a crença de que, conforme as próprias palavras de Fanon (2008, p. 86): “[...] uma experiência subjetiva pode ser

⁸ Spivak (2010) problematiza se os subalternos, ou o “outro”, podem ser estudados (e compreendidos) sem a cooperação do projeto colonial. A autora indiana critica os intelectuais ocidentais afirmando que o conhecimento produzido tem servido, em grande medida, como justificativa para a conquista e submissão de outras culturas como parte do projeto colonial europeu. O conhecimento produzido pelos estudiosos ocidentais acerca de outras culturas se apresenta como “objetivo”, científico. Para a autora, o conhecimento sobre as sociedades não ocidentais sempre foi contaminado com os interesses políticos e econômicos do Ocidente. Ela indica que o Ocidente está falando a si mesmo, e em sua própria linguagem, sobre o outro. Os “dados” são coletados das sociedades colonizadas para serem analisados e consumidos ao prazer dos leitores e escritores ocidentais. Spivak (2010) indaga se, em tais circunstâncias, seria possível para o ocidente falar sobre o não ocidente sem estar alicerçado no discurso colonial. Ela assevera que o Ocidente está fixado à preservação de si próprio como sujeito protagonista (SPIVAK, 2010; ver também FIGUEIREDO, 2010).

“Esperando, esperando...”

compartilhada por outra pessoa que não a viva [...]”. Assim, ao asseverar que todo conhecimento é relativo a uma perspectiva conduzida por determinada *visão de mundo*, afirma-se a necessidade de se questionar qual o ponto de vista de classe mais pertinente ao conhecimento da realidade social, consentindo uma compreensão dialética dessas visões sociais, já que elas comportam revelações e ocultações (LOWY, 1994).

Partindo da perspectiva de uma sociologia crítica do conhecimento, assimila-se aquilo que Florestan Fernandes chamara de uma sociologia baseada num “inconformismo permanente” diante da realidade social. Parte-se do pressuposto de que as ideias, não apenas epistemológicas, são tributárias da sua condição de produção, visto que a simples escolha do objeto já guarda em si uma visão de mundo, algo que orienta os questionamentos e as assertivas. Assim, cumpre então novamente evocar Frantz Fanon em sua “confissão”, após dedicado estudo e obra sobre a miséria dos negros: “[...] não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo” (FANON, 2008, p. 86). Desse modo, aos moradores que constituíram os “sujeitos” de pesquisa desse trabalho, devota-se uma sincera e justa solidariedade em razão das violências sofridas. O principal objetivo desse trabalho foi trazer à tona a violência do Estado-mercado contra essas populações socialmente vulneráveis, e que, ainda assim, buscaram romper a condição de subalternidade por meio de resistência e articulação coletiva.

Uma obra que foi vendida como um grande benefício para todos, tornou-se sinônimo de desolação para essas pessoas: “então a gente considera que VLT é... o nome que a gente botou aqui é: ‘Veículo Levando Teus sonhos’, porque levou o sonho de todo mundo que morava aqui, era da comunidade e que foi retirada” (Morador I.). As dores e humilhações impostas foram revertidas, porém, em força política por essas pessoas, e a necessária resistência aos abusos cometidos acabou por semear entre

“Esperando, esperando...”

as comunidades a insurgente ideia de que é preciso lutar para defender os seus próprios direitos. A moradora L. ressalta o próprio exemplo, que, em meio aos embates das remoções, tivera um enorme aprendizado sobre como funcionava a sociedade: “eu... pelo menos depois que eu entrei nessa, pelo direito que a gente tem, cada vez que você anda descobre um direito dali, um direito daqui, que você não sabia, e a gente entende que pode resolver isso se unindo.” (Moradora L.). A moradora conta que compreendeu que o processo da Copa e do VLT revelava que “o descaso que tá acontecendo não é só aqui, eu sei que é no país inteiro”; e que utilizava todo esse conhecimento adquirido na luta para convencer outros moradores que eles precisam resistir, pois eles eram também donos da cidade: “você tem todos os direitos, tem o direito à vida, tem direito à moradia adequada, você tem o direito à cidade. A cidade é nossa, não é deles”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2004.

ALMEIDA, André Araújo. *Segregação urbana na contemporaneidade: a caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Presbiteriana Mackenzie, São paulo, 2015.

ALOMÁ, Patricia. Rodriguez. “El centro histórico, del concepto a la acción integral”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 31-50].

ALVAREZ, Isabel Pinto. “A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano” In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. – São Paulo: Editora Contexto, 2013. [pp. 111-126].

AMORA, Zenilde Baima. “O espaço urbano cearense: breves considerações”. In: AMORA, Z. B. (org.). *O Ceará: enfoques geográficos*. Fortaleza: FUNECE. 1999.

ANDRADE, Xavier. “Guayaquil: renovación urbana y aniquilación del espacio público”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa [Orgs]. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. p. 147-167.

ARANTES, Otilia. B. “Uma estratégia fatal”. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2009. (p. 11-74).

ARAÚJO, Marcos. F. F. “Daqui não saio, daqui ninguém me tira”. Direito à cidade e direito à moradia no contexto da Copa do Mundo de 2014 da FIFA em Fortaleza e o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM). Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução: Vera Ribeiro. 8ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. ARROYO, Roberto; ROMERO, Antonio. “Lima Metropolitana y la globalización: plataforma de integración subordinada o espacio de autodeterminación em América Latina”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. (p. 99-119).

AZEVEDO, Paulo Ormindo. “El ‘centro partido’”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. (p. 189-207).

BARBOSA, Anna Emília Maciel. “Investimentos públicos e privados e as transformações na zona leste de Fortaleza” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. (p. 233-250).

BARBOSA, Camilla Goes . *Segregação socioespacial urbana: a farsa do direito à moradia no contexto dos conjuntos habitacionais populares precários*. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

Referências

BARBOSA, Ivone Cordeiro. “Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. (p. 56-75).

BARBOSA, Jorge Luiz. “A geografia dos negócios do narcotráfico”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs.]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 247-266]

BARREIRA, Irllys. A. F. O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARREIRA, Maria do Socorro. “Intervenção Planejada e o Discurso da Participação”, in BARREIRA, Irllys. A. F.; BRAGA, Elza. Maria (Coords). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

BARRETO, Lima. *Contos completos*. Organizado por Lilia Moritz Schwarcz. - São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

BECK, Ulrich. “How not to become a museum piece”: *The British journal of sociology* [0007-1315] vol:56. 2005. pp:335-343.

BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.

BERNAL, Cleide. A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramon, “Decolonialidade e perspectiva negra”. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

BEZERRA, Higo Araújo. *Os âmbitos da responsabilidade civil do Estado em face dos danos sofridos por aqueles que habitam em áreas de risco*. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BOITO, Armando. “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”. In CAETANO, G.; MAYA, M. L. *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*, Ciudad de Buenos Aires-AR: CLACSO Libros, 2006. pp. 271-296.

BOMTEMPO, Denise Cristina, “A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, R., [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.142-184].

BONDUKI, Nabil, “Política de vivienda e inclusión social em Brasil: revisión histórica y nuevas perspectivas em el gobierno de Lula”. In ESPI-NOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 95-136].

BORN, Liane Nunes, “A política de mobilidade urbana e os planos diretores”. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann. (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 155-171].

BOURDIEU, Pierre. “Compreender” In BOURDIEU, Pierre, *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007 pp. 693-713

BOURDIEU, Pierre. “Efeitos do Lugar” - In BOURDIEU, P. (Org.) *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, pp.159 a 166.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRAGA, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In MARICATO, Ermínio; HARVEY, David; DAVIS, Mike; *et al.* *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 99-104].

BRAVO, María José Pérez. “Construcción de la vida asociativa: estudio de caso de las políticas de vivienda social em la comuna de La Pintana”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 174-193].

BRAVO, Paola Siclari. “Integración social em programas habitacionales y urbanos chilenos como aporte a la integración social nacional (1996-2006)”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 259-291].

BRÍGIDO, João. *A Fortaleza em 1810*. Fortaleza: 1979.

BUROCCO, Laura, “África do Sul”. In PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid Danilo. (Orgs). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha*. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014. [pp. 60-105].

CARDOSO, Adauto Lúcio; SILVEIRA, Maria Cristina Bley. “O plano diretor e a política de habitação”. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. [pp. 99-125].

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “A tragédia urbana”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. [Orgs.]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 43-63].

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. “Introdução”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs.]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 7-12].

CARMONA, Rodrigo. “Repensando las formas de gobierno y gestión pública en grandes ciudades de la Argentina. Análisis en términos de políticas de articulación multiactoral y gobernanza democrática”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 123-146].

CARRIÓN, Fernando Mena, “El centro histórico como objeto de deseo”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 35-57].

CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa, “Renovación urbana y proyecto nacional”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 13-29]. CASANOVA, Pedro Gonzalez. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*; Buenos Aires : Clacso Livros/Expressão Popular, 2006. (pp. 395-420)

Referências

CASTEL, Robert. “As armadilhas da exclusão”. In BÓGUS, Lucia. M. M.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Orgs). *Desigualdade e a questão social*. - 4ª ed. rev. E ampliada. São Paulo: EDUC, 2013. [pp. 27-59].

CASTEL, Robert. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Tradução Francisco Morás, Petrópolis : Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CASTILHO, Natália. “O direito de resistir ao direito”: A experiência do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) na ocupação Raízes da Praia e os limites e possibilidades da afirmação constitucional do direito de resistência. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto, “Bolonha: Por que o Centro Histórico? Política e metodologia”. In FORTI, Reginaldo. (Org). *Marxismo e urbanismo capitalista*. - São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. [pp. 119-151]. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. - São Paulo : Xamã. 1996.

CICOUREL, Aaron. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In ZALUAR, Alba. *Desvendando Máscaras Sociais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1990.

CORDEIRO, Celeste, “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 135-161].

CORONIL, Fernando, “Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 50-62].

CORRÊA, Roberto Lobato. “Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano” In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp 39-59].

COSTA JUNIOR, Pedro. O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFC). Fortaleza, CE. 2010.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; ACCIOLY, Vera Mamede; NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima, “A copa de 2014 em Fortaleza: obras de mobilidade urbana e transformações na configuração espacial metropolitana”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 57-82].

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima, “Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp. 31-76].

COSTA, Maria Helena Batista, “As políticas urbanas e o exercício de uma nova esfera pública na gestão das cidades”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 161-179].

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andreia Paula [Orgs.] *Ler Gramsci, entender a realidade*, International Gramsci Society. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Referências

COUTINHO, Enale de Castro. *O direito à cidade: um exame sobre as consequências das obras da Copa do Mundo de 2014 na comunidade Trilha do Senhor*. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedad civil, participación e ciudadanía: de que estamos hablando?” In Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, “De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.111-141].

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello. “A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento”. In PEQUENO, Luís Renato Bezerra [org]. *Como anda Fortaleza*. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p:1-39.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Tradução Beatriz Medina, - São Paulo : Boitempo Editorial, 2006.

DE MATTOS, Carlos A., “Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp.35-61].

DELAVAUD, Anne Collin, “Mediación y concertación para salvar el centro urbano y el medio ambiente de Xochimilco: un patrimonio mundial em peligro em la periferia de México”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 51-72].

DIAS, Sharon. *Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza – Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia –CCT/UECE, Fortaleza, 2013.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a Modernidade Contemporânea*. Uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. São Paulo. Acadêmica, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, s/l . Afrontamento. 1975.

ESCOBAR, Arturo, “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 63-79].

ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. “Introducción: Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 11-30].

FAJRE, Silvia. “Patrimonio cultural e identidade urbana: uma gestão compartilhada para o desenvolvimento econômico”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 169-177].

Referências

FAJRE, Silvia. “Plan de manejo del caso histórico de la ciudad de Buenos Aires”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 73-93].

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo – Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas* ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDERS, Luís; JENNINGS, Andrews; ROLNIK, Raquel. “Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2000. (p. 75-103).

FERNANDES, Adelita Carleial. “A gestão do ‘popular’ na experiência de poder municipal”, in BARREIRA, Irllys. A. F.; BRAGA, Elza Maria. (Coords). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

FERNANDES, Adelita Carleial; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Cláudia. “Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social” in BARREIRA, Irllys; BRAGA, Elza. Maria (Coords). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: No limiar de uma nova era*. Volume 2. - São Paulo : Globo Livros, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. - Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. *O protesto negro*. (Coleção polêmicas do nosso tempo ; v. 33) — São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1989.

FERREIRA, João Whitaker, “Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um ‘urbanismo às avessas’”. In OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs). *Hegemonia às avessas : economia, política e cultura na era da servidão financeira*. - São Paulo : Boitempo, 2010. [pp. 185-213].

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. “Estudos Subalternos, uma introdução”. *Raído*, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010. [pp. 83-92]

FILGUEIRAS, Luís; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo : Artmed, 2009.

FONTES, Virginia. “A incorporação subalterna do capitalismo brasileiro”. *PCB*. 2011 [On line]. Disponível em: http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2450:a-incorporacao-subalterna-brasileira-ao-capital? Acesso em: 23 abr. 2014.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, André Gunder.; FUENTES, Marta. “Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais”, In: *Lua Nova* 17, 1989.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. - 4a ed. - Campinas, SP. Papyrus Editora, 2012.

Referências

FREITAS, Clarissa Sampaio, “Copa do mundo de 2014 em Fortaleza: segregação socioespacial e acentuação da informalidade urbana” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014.* - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.193-214].

FREITAS, Fabiano Lucas; COSTA, Maria Clélia Lustosa, “Desigualdade socioeconômica e espacialização dos homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana.* - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.332-356].

FROTA, Henrique Botelho, “Copa do mundo de 2014 e seu impacto na ordem jurídica: alterações legislativas para viabilizar o megaevento” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014.* - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 145-162].

FUNES, Eurípedes Antônio, “Negros no Ceará”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 103=133].

GALASTRI, Leandro. *Classes sociais e grupos subalternos: uma crítica aos Subaltern studies* 38º Encontro Anual da Anpocs . ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Caxambu, 2014. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9018&Itemid=456. Acesso em 31 jul. 2019.

GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

GASPAR, Ricardo Carlos, “Estado, instituciones y desarrollo urbano”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. - 1ª ed. – Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 63-79].

GIRÃO, Raimundo, Interpretação de Fortaleza. In: MIRANDA, Ubaituba de; GIRÃO, Raimundo (org.). *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1954.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 3ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GÓIS, Rodolfo Anderson Damasceno. “Passe valorizado: o mercado imobiliário nos bairros próximos à arena Castelão” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014*. - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.163-192].

GÓIS, Rodolfo Anderson Damasceno. *A metrópole e os mega-eventos. Implicações socioespaciais da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. “A região metropolitana de Fortaleza”. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005.

GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. “A região metropolitana de Fortaleza”. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005

Referências

GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Os incomodados não se retiram*, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

GONÇALVES, Adelaide. “Os movimentos sociais urbanos: organização e democracia interna”. *Revista Sociedade e Estado*. O Estado em questão: teoria e prática. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Vol. VI (2) – jul./dez. Brasília: Ed. UNB, 1991.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. “Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual”. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 27, n. 1, [pp. 209-226], Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43130>. Acesso em: 29 jul. 2019

GONDIM, Linda Maria. “Os ‘governos das mudanças’ (1987 – 1994)”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 409-423.

GONDIM, Linda Maria. O Acquario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. GT20: Sociedade civil : protestos e movimentos sociais. *XXIX Congresso ALAS 2013 (Anais)* – Santiago/Chile, 2013.

GONDIM, Linda Maria. O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2006.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2010. HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução: Carlos Slak. 2ª ed. São Paulo : Annablume, 2006. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 22ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edicoes Loyola, 2012.

HARVEY, David. *O enigma do capital : e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski – São Paulo : Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo : Edicoes Loyola, 2004. HOUTART, François. “Os movimentos sociais e a construção do novo sujeito histórico”. In BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*; Buenos Aires : Clacso Livros/ Expressão Popular, 2006. [pp. 421-430].

IACOVINI, Victor. “Mobilidade urbana, transportes e VLT Parangaba/Mucuripe: histórico, conceitos, conflitos e impactos sócio-espaciais” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 251-296].

IACOVINI, Victor. Plano sem Projeto (PDP-For) e Projeto sem plano (VLT Parangaba/Mucuripe): descaminhos da política urbana em Fortaleza, CE. Monografia (graduação). Bacharelado em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

JACOBI, Pedro. “Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão”, in: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. (orgs) (1987). *Uma Revolução no Quotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edson. “Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia”. In MOISÉS, J. A. [et al.]. *Cidade, povo e poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Coleção CEDEC v. 5. Paz e Terra, 1985.

JUCÁ, Gizafran Nazareno Mota, “Fortaleza: cultura e lazer (1945 – 1960)”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 192-236].

JUSTA, Mayara Moreira. As violações ao direito fundamental à moradia adequada em assentamentos de baixa renda da cidade de Fortaleza no contexto da Copa do Mundo de 2014. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

Referências

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. Tradução Maria Almeida. 1ª ed. - São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.

KATZMAN, Ruben, “A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana”. In RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (Orgs), *As metrópoles e a questão social brasileira*. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 301-337].

KAYA, Ibrahim. Modernity, openness, interpretation: a perspective on multiple modernities. *Social Science Information*, v. 1, n. 43, 2004. pp. 35-57.

KHONDKER, Habibul Haque. “Glocalization as Globalization: Evolution of a Sociological Concept”. *Bangladesh e-Journal of Sociology*. Vol. 1. N° 2. 2004. pp. 1-9.

KINGMAN, Eduardo; GOETSCHHEL, Ana Maria, “El patrimonio como dispositivo disciplinario y la banalización de la memoria: una lectura desde los Andes”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 97-109].

KOWARICK, Leandro. [org]. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LANDER, Edgardo, “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 8-23].

LAPLANTINE, François. *A Descrição Etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5ª ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo : Centauro Editora, 2008.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LIMA, Ernandy Luis Vasconcelos de. *Das areias da praia às areias da moradia: um embate socioambiental em Fortaleza-CE*. Fortaleza: UFC, 2005. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza, 2005.

LOBO, Norma Carnevalli. “El hábitat residencial sustentable como punto de partida para la construcción de la ciudad”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp.217-231].

LOJKINE, Jean. *O Estado e a Questão Urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

LORENZO, Pablo Gago, “Reflexiones sobre el derecho a la vivienda em el Ecuador. Una revisión desde la realidad urbana y el derecho a la ciudad”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 137-153].

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento; tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: ed. Anna Blume, 1995.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1984.

MARICATO, Erminia. “A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana”. In Fernandes, Luis; Jennings, Andrews; Rolnik, Raquel. *Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas?* – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

Referências

MARICATO, Erminia. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil”. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2009. (p.121-192)

MARICATO, Erminia. “É a questão urbana, estúpido!”. In MARICATO, Ermínia; HARVEY, David; DAVIS, Mike; *et al.* *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 25-34].

MARICATO, Erminia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo”. In RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (Orgs), *As metrópoles e a questão social brasileira*. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 51-75].

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 2012.

MARICATO, Ermínia.; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. “Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade”. In RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves (Orgs). *As metrópoles e a questão social brasileira*. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 165-195].

MARICATO, Ermínia; HARVEY, David; DAVIS, Mike; *et al.* “Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda”. In FERNANDES, Luis; JENNINGS, Andrews; ROLNIK, Raquel. *Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas?* – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

MARICATO, Ermínia; HARVEY, David; DAVIS, Mike; *et al.* “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 17, 1989. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em 18 de março de 2013.

MARINHO, Gláucia; CAMPAGNANI, Mario; COSENTINO, Renato, “Brasil”. In PAULA, Marilene de; BARTELT, Dawid Danilo. (Orgs). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha.* – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014. [pp. 13-60].

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I.* tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 35ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MEDEIROS, Felipe Daminelli. *Alto da Paz: Estudo de caso sobre direito à moradia e remoções forçadas.* Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

MENA, Diego Carrión, “Quito: los desafios em los nuevos tiempos”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable.* 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 179-187].

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste.* Fortaleza: UFC, 1995.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. (pp. 33-49).

MONAL, Isabel. “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andreia de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade.* – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. [pp.189-199].

MONTÚFAR, Marco Cordova, “El sentido de lo urbano em América Latina”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina.* - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 11-33].

Referências

MORAIS, Luana Carvalho. *Ferrovias e Cidade, Progresso e Modernidade: A Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité em Fortaleza– 1873-1917*. Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MOREIRA, Vânia Moreira. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves [Org]. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORENO, Alejandro, “Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social”. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp.88-94].

MOURIAUX, René; BEROUD, Sophie. “Para uma definição do conceito de movimento social”. in LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana [org]. *Pensamento crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

MURILLO, Gabriel, “La relación entre estabilidad estatal y la regeneración urbana: el contraste entre la gestión presidencial y la gestión municipal de las grandes ciudades latinoamericanas”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 59-76].

NATAL, Jorge. “Mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro: alguns desdobramentos espaciais”. In NATAL, Jorge. [Org]. *Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp. 69-88].

NERI, Marcelo. Miséria e a nova classe média na década da igualdade. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

NETO, Clovis Ramiro Jucá. “*Desenhando o Ceará*” (PDF). Universidade de São Paulo. 2010.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca na história do Ceará”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 76-102].

NUNES, Brasilmar Ferreira; VELOSO, Letícia. GUETOS E FAVELAS: Recorrência do “déficit” de territórios nas metrópoles contemporâneas. In: ANPOCS. 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1335&Itemid=350. Acesso em: 14/08/2013.

NUNES, Brasilmar. Ferreira; SILVA, Inae Magno, “Direito à moradia e questão habitacional no Brasil: o caso da cidade Estrutural”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 155-173].

OLIVEIRA, Alex Feitosa. A efetividade dos direitos fundamentais à habitação, meio ambiente urbano e participação popular e as obras urbanas de suporte aos megaeventos esportivos. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, Elaine Gouveia. A Copa do Mundo FIFA 2014 e o direito à moradia adequada: um estudo das remoções forçadas na execução do projeto do VLT Parangaba-Mucuripe em Fortaleza-CE. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

Referências

- OLIVEIRA, Fabricio Leal. “Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar”. In NATAL, Jorge. [Org]. *Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp 655-675].
- OLIVEIRA, Fabricio Leal; BIASOTTO, Rosane, “O acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros”. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves.; MONTANDON, Daniel Todtmann. (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 57-97].
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Momento Lênin, *Revista Novos Estudos-CEBRAP*, Julho 2006. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/o_momento_lenin.pdf
- ORIÁ, Ricardo, “Fortaleza: os lugares de memória”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 237-257].
- PARENTE, Josênio. “O Ceará dos ‘coronéis’ (1945 a 1986)”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 381-408.
- PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico*. Petrópolis: VOZES, 1996.
- PASTERNAK, Suzana, “Análise comparativa da questão da habitação nas metrópoles”. In RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (Orgs), *As metrópoles e a questão social brasileira*. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 233-236].

PEQUENO, Luiz Renato Bezerra; ARAGÃO, Thêmis. “Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza”. In PEQUENO, Luiz Renato Bezerra [org]. *Como anda Fortaleza*. – Rio de Janeiro: LetraCapital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p: 69-96.

PEQUENO, Renato. “Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.238-282].

PEQUENO, Renato. “Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.187-237].

PEQUENO, Renato. “Projetos e obras da Copa 2014 diante da política urbana de Fortaleza”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria. (Orgs). *Fortaleza: os impactos da copa do mundo 2014*. - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 17-56].

PEREIRA JÚNIOR, Edilson, “Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp. 77-110].

PEREIRA, Alexandre Queiroz; ARAÚJO, Enos Feitosa; SILVEIRA, Bruno Rodrigues da, “Cidade, turismo e Copa 2014: da infraestrutura aos eventos em Fortaleza-CE” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Orgs). *Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014*. - Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 83-103].

Referências

PEREIRA, Alexandre Queiroz; COSTA, Maria Clélia Lustosa, “Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato, [Orgs]. *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.306-331].

PEREIRA, Maria Florice Raposo; DANTAS, Eustógio Wandreley Correia. Dinâmica do crescimento populacional. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. *Como anda Fortaleza*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles. 2009. (pp. 41-53).

PINHEIRO, Francisco José, “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 17-55].

PINHEIRO, Valéria. “A cidade em movimento: arranjos institucionais, arenas decisórias e resistências urbanas em função do projeto copa em Fortaleza” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Orgs). *Fortaleza: os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 105-143].

PINHEIRO, Valéria. A luta coletiva pelo direito à cidade no contexto dos megaeventos em Fortaleza-Ceará. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

PONTE, Sebastião Rogério. “A Belle Époque em Fortaleza : remodelação e controle” In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. (p. 162-191)

POUPART, Jean. “A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas In POUPART, Jean. *et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

POUPART, Jean. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. “Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system” in *International Social Science Journal* (Paris: UNESCO) n. 134, novembro 1992. (pp 549-557).

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. - São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz. “Cidade, nação e mercado: gênese e evolução urbana no Brasil”. In NATAL, Jorge [Org]. *Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp 41-68].

RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz. “Metrópoles, Reforma Urbana e desenvolvimento nacional”. In RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. (Orgs), *As metrópoles e a questão social brasileira*. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 21-50].

RICCI, Rudá. “Fim da era dos movimentos sociais brasileiros”. Folha de São Paulo – Debate, 20/10/2009. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/em-debate/fim-da-era-dos-movimentos-sociais-brasileiros.html>. Documento eletrônico acessado em: 28/7/2010. [Endereço não disponível].

Referências

RISÉRIO, Antonio. *A Cidade no Brasil*. – São Paulo: Editora 34, 2012.

RITZER, George. *The McDonaldization of Society*, Thousand Oaks, California: Pine Forge. 2000.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo; CAMARGO, Camila Moreno, “Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs]. *A cidade como negócio*. – São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 165-184].

ROBERTSON, Roland. “Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidad heterogeneidad”. *Cansancio del Leviatán: problemas políticos de la mundialización/* coord. por Juan Carlos Modedero, 2003. págs. 261-284.

ROBERTSON, Roland. *Globalização: teoria social e cultura global*. Petrópolis, RJ : Vozes.1999.

RODRIGUES, Evaniza, “Gestão democrática das cidades e a participação dos movimentos sociais urbanos no Brasil”. In MONTÚFAR, Marco Cordova. *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina*. – 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 181-201].

RODRÍGUEZ, Alfredo; SUGRANYES, Ana, “El problema de vivienda de los com techo”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 77-95].

ROIO, Marcos Del. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesia em processo” In ROIO, Marcos D; QUARTIM, João. [Orgs]. *História do Marxismo no Brasil* – vol. IV – Visões do Brasil. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2000.

ROIO, Marcos Del. “Gramsci e a emancipação do Subalterno”. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007. [pp. 63-78].

ROLNIK, Raquel. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In MARICATO, Ermínia; HARVEY, David; DAVIS, Mike; *et al.* *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 9-16].

ROMEIRO, Paulo Somlanyi; FROTA, Henrique Botelho. (Orgs). *Mega-projetos de impacto urbano e ambiental: violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas*. Colaboração de Nelson Saule Junior e Stacy Natalie Torres da Silva – São Paulo: IBDU, 2015.

RUFINO, Beatriz. *Incorporação da Metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza*. Tese (Doutorado) – FAUUSP – São Paulo, 2012.

SANFELICI, Daniel. “As escalas de acumulação na produção das cidades”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs]. *A cidade como negócio*. São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 121-144].

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. “Políticas públicas, arenas e atores sócias: o fórum nacional de reforma urbana e a agenda pelo direito à cidade”. In NATAL, Jorge. [Org]. *Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ*. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp. 279-302].

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; GAFFNEY, Christopher. “Apresentação”. In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Orgs). *Fortaleza: os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 9-15].

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann. “Síntese, desafios e recomendações”. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 27-55].

Referências

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. - São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro : Editora Record, 2006. SILVA, José Borzacchiello. “A cidade contemporânea no Ceará”. In SOUZA, Simone; GONÇALVES, Adelaide [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 215-236.

SILVA, José. Borzacchiello; SILVA, Eciane Soares; SANTOS, Marlon Cavalcante, “Comércio informal no jogo formal: a dinâmica do comércio nos circuitos da economia urbana na Copa do Mundo 2014, em Fortaleza/CE” In COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (Orgs). *Fortaleza: os impactos da copa do mundo 2014*.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.215-232].

SINGER, André. Piauí_49 [tribuna livre da luta de classes] *O lulismo e seu futuro*. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-lulismo-e-seu-futuro/>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

SOARES, Luís Severo. “O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs.]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 227-246].

SOUZA, Lia Bezerra Araújo. *O Licenciamento ambiental à luz da Justiça Ambiental e o caso do Veículo Leve Sobre Trilhos*. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade ‘empresarialista’”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp. 127-146].

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. 7ª ed. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013b.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?*; Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. “Segregação socioespacial e centralidade urbana”. In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp. 61-93].

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Edição fac-sim. – edição de 1896. Fundação Waldemar Alcântara. 2001.

SUBIRÓS, Josep, “Estrategias culturales y renovación urbana: la experiencia de Barcelona”. In CARRIÓN, Fernando Mena; HANLEY, Lisa. *Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable*. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 111-145].

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v.I, v.II e v.III. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática, 1977.

VAINER, Carlos. “Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?” In FERNANDERS, Luís; JENNINGS, Andrews; ROLNIK, Raquel. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

Referências

VALENCIA, Diego Aulestia, “Medios de vida urbanos y vivienda em Ecuador”, In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. *Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina*. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 195-215].

VASCONCELOS, Pedro de Almeida.; “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.” In VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [p. 17-37].

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). “A produção e reprodução e reprodução da cidade como negócio e segregação”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. [Orgs.]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 65-79].

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). *O espaço urbano*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

VIANA, Larissa de Alcântara. “Copa do Mundo FIFA 2014 e os impactos na vida da população de baixa renda em Fortaleza-CE”. *Revista de Direito da Cidade*, vol.07, nº 02. 2015.

VIANA, Larissa de Alcântara. Da conquista à resistência: Copa do Mundo, Moradia, Remoções e Movimentos Sociais em Fortaleza-CE. Dissertação (mestrado) – FAUUSP – São Paulo, 2015.

VILLAÇA, Flávio. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (Orgs.). O processo de urbanização no início do século XXI”. São Paulo: FUPAM, Edusp, 1999, p. 169-244.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida; LINS, Sônia Correia; SANTOS, Maria de Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999, p. 221-236.

VOLOCHKO, Danilo. “A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano”. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto [Orgs]. *A cidade como negócio*. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 97-120].

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, Loic. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2ª ed. Tradução de, João Roberto Martins Filho *et al.* - Rio de Janeiro : Revan; FASE, 2005.

WACQUANT, Loic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [s.l.]: Freitas Bastos Editora, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Paz, estabilidad y legitimidad, 1990-2025/2050”. Traducción de Ricardo Yocelovsky. *Argumentos. Estudios críticos de la sociedad*, UAM-Xochimilco, México, núm. 22, abril de 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Robinson’s critical appraisal appraised” *International Sociology* nº 27: 2012. [pp.524-528].

WALLERSTEIN, Immanuel. “The Actor and World-Systems Analysis: Comments on Blau and Wiewiorka” : *Contemporary sociology* [0094-3061] vol:34 iss:1. 2005.

WANDERLEY, M. B. (Orgs). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

Referências

WOOD, Ellen Meiksins. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

ZIBECHI, Raul. *Autonomias y Emancipaciones: America Latina en Movimiento*. - Ciudad de México – Bajo Tierra Ediciones, 2011.

ZIBECHI, Raul. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro : CONSEQUÊNCIA, 2012.

Entrevistas e depoimentos

ADVOGADA P. Comitê Popular da Copa. Entrevista [28 de junho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (54min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA A. Comunidade do Lagamar. Entrevista [1º de agosto de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (51min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA C. Comunidade Trilha do Senhor. Entrevista [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA D. Comunidade Dom Oscar Romero. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA E, Comunidade São Vicente de Paula. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA G. Comunidade Mucuripe. Entrevista [18 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (36min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADOR I. Comunidade Lauro Vieira Chaves. Entrevista [24 de junho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (54min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA J.C. Comunidade Pau Pelado. Depoimento [1º de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (1h28min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA J. Comunidade Pau Pelado/Cidade Jardim. Depoimento [1º de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (1h28min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA L. Comunidade Pau Pelado. Depoimento [1º de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (1h28min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA M. Comunidade Trilha do Senhor. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADORA N. Comunidade Dom Oscar Romero. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

Referências

MORADORA P. Comunidade do Pio XII. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADOR R. Comunidade Pau Pelado. Depoimento [1º de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (1h28min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADOR S. Comunidade Trilha do Senhor. Depoimento [5 de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (2h17min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

MORADOR T. Comunidade Pau Pelado. Depoimento [1º de julho de 2016]. Entrevistador: Pedro da Costa Junior. Fortaleza (2016). Arquivo mp3 (1h28min). Entrevista concedida para a elaboração da Tese de Doutorado do entrevistador.

Outras fontes

ADERALDO, Daniel. Ceará aposta em aquário para virar 2º destino turístico do Nordeste. IG Ceará. Fortaleza, Ceará. 5 jun. 2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/cc/ceara+aposta+em+aquario+para+virar+2+destino+turistico+do+nordeste/n1597001407470.html>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

APÓS licitação, empresa desiste de obras do VLT – Cidade – Diário do Nordeste. 04 jan. 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/apos-licitacao-empresa-desiste-de-obras-do-vlt-1.1188904>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E OLIMPÍADAS – ANCOP. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil (2014), Fundação Heinrich Böll/Fundo Brasil de Direitos Humanos 2014.

BANCO DO NORDESTE. Prodetur – Apresentação. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Documento eletrônico acessado em: 3/8/2010. [Endereço não disponível]

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. BNDES e governo do Ceará assinam contrato de financiamento para reforma do Castelão -. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/esportes/20101213_castelao.html. Documento eletrônico acessado em: 17 set. 2012. [Endereço não disponível].

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Arenas. Brasil. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html. Documento eletrônico acessado em: 17 set. 2012. [Endereço não disponível].

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES. Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Turismo -. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/ProCopaTurismo/ Documento eletrônico acessado em: 17 set. 2012. [Endereço não disponível].

BBC BRASIL. “Efeito UPP” faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio. – 16 jul. 2011 – BBC Brasil– Notícias -. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/11/111116_favelas_aluguel_rp.shtml. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

Referências

BRASIL, Governo do. - No Rio, Gilberto Carvalho faz coletiva sobre democracia e grandes eventos — Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília. 10 jul. 2014. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/gilberto-carvalho-faz-coletiva-sobre-democracia-e-grandes-eventos>. Documento eletrônico acessado em: 16 abr. 2015. [Endereço não disponível].

BRASIL, Governo do. Desapropriações e deslocamentos involuntários* na copa fifa 2014. Secretaria Geral da Presidência da República. Brasília. 10 jul. 2014. [documento online] Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/gilberto-carvalho-faz-coletiva-sobre-democracia-e-grandes-eventos/copa_2014_desapropriacoes-final-1.pdf. Documento eletrônico acessado em: 14 abr. 2015. [Endereço não disponível].

BRUNO, Elias. População reage à visita do governador Cid Gomes em Fortaleza. Portal G1. Fortaleza, Ceará. 3 ago, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/08/cid-gomes-negocia-desapropriacao-de-moradores-em-fortaleza.html>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

CANÔNICO, Leandro. Teixeira conclama governo a colaborar com organização da Copa —UOL Esporte – Futebol. UOL Esporte. 30 out. 2007. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/10/30/ult59u135237.jhtm>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

CAVALCANTE, Rodrigo. Primeira reunião do CapCopa acontece nesta quinta-feira (18) - Notícias. TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará. 17 ago. 2011. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/primeira-reuniao-do-capcopa-acontece-nesta-quinta-feira/>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

CEARÁ, Governo do. 5.536 famílias são beneficiadas com construção do Cidade Jardim. Estado do Ceará. 10 dez. 2012. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7171-5536-familias-sao-beneficiadas-com-construcao-do-cidade-jardim->. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

CEARÁ, Governo do. Anel Viário: Governo do Estado e DNIT planejam retomada da obra. Governo do Estado do Ceará. 4 out. 2016. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/18180-anel-viario-governo-do-estado-e-dnit-planejam-retomada-da-obra>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

CEARÁ, Governo do. Edital de Concorrência Pública Nº 20110009/SEINFRA/CCC. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/gestor/download?idAnexo=40577>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço indisponível].

CEARÁ, Governo do. Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental – Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT – Fortaleza/CE. Tomos A, B e C. Superintendência Estadual do Meio Ambiente: Fortaleza, 2011.

CEARÁ, Governo do. Estudo de viabilidade do Projeto de enlace ferroviário Fortaleza Mucuripe, Estado do Ceará, Brasil ANEXO DEMANDA. Fortaleza, 2011. [43 pp].

CEARÁ, Governo do. Lei Estadual No 15.056 de 06 de dezembro de 2011. Diário Oficial (do Governo do Ceará), Fortaleza, CE, Série 3, ano III, No 235, 12 de dezembro de 2011, p. 5. Disponível em: <http://goo.gl/DZjvhv>. Documento eletrônico acessado em: 31 jun. 2019.

CEARÁ, Governo do. Lei Estadual No 15.194 de 19 de julho de 2012. Diário Oficial (do Governo do Ceará), Fortaleza, CE, Série 3, ano IV, nº 140, 24 de julho de 2012, p. 2-3. Disponível em: <http://goo.gl/85iV6k>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

CEARÁ, Governo do. SEINFRA/METROFOR. Governo adapta projeto de linha Parangaba-Mucuripe para diminuir impactos, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/FHtL3R>. Documento eletrônico acessado em: 17 ago. 2014. [Endereço não disponível].

Referências

CEARÁ, Governo do. Obras do VLT serão retomadas com um novo plano de ações. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/12375-obras-do-vlt-serao-retomadas-com-um-novo-plano-de-aco.es>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

CEARÁ, Governo do. PROJETO RAMAL PARANGABA-MUCURIBE – VLT. Um grande passo para melhorar a mobilidade urbana. Fortaleza: 2013. 48 p. Disponível em: <http://goo.gl/oXKKJb>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

COMITÊ POPULAR DA COPA. *Copa do Mundo em Fortaleza – quem ganha com esse jogo?* (Cartilha), 2011. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/07/cartilha-sobre-a-copa-fortaleza.pdf>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

COPA pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs - *BBC Brasil – Notícias*. 14/06/2013. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130614_futebol_despejos_cm_bg.shtml. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

DEFENSORES Públicos defendem 5.000 famílias do VLT e da especulação imobiliária. Disponível em <http://terradedireitos.org.br/biblioteca/ceara-defensores-publicos-defendem-5-000-familias-do-vlt-e-da-especulacao-imobiliaria/>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço indisponível].

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Estudo Sociológico, Vínculos sociais de comunidades passíveis de remoção pelo Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Fortaleza, Estado do Ceará, 2013.

VASCONCELOS, Paola: “Plano Diretor lançado sem novidades”. *Diário do Nordeste - seção Cidade*. Fortaleza, Ceará. 14 mar. 2009. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=622393>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

DINIZ, Késya. Procuradora da República: “Visita de Cid Gomes à comunidade foi ‘constrangimento absurdo’”. 3 ago 2011. Disponível em: <http://www.politicacomk.com.br/visita-de-cid-gomes-a-comunidade-foi-constrangimento-absurdo-diz-procuradora-da-republica/>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2019.

FERNANDES, Camila. Construtoras bancaram campanha de Luizianne em Fortaleza. FOLHA Online - Brasil – 30 nov. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u473392.shtml>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Nota técnica 1 - Déficit habitacional no brasil 2011-2012: resultados preliminares. Julho de 2014. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. Documento eletrônico acessado em: 15 de abril de 2015. [Endereço não disponível].

FURTADO, Ane. Batido o martelo: estaleiro não vai ficar em Fortaleza – Negócios – Diário do Nordeste. 18 jun. 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/batido-o-martelo-estaleiro-nao-vai-ficar-em-fortaleza-1.282136>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2019. [Endereço não disponível].

GARÇONI, Ines. Vidigal atrai moradores ilustres e ganha status de favela chique – 18 jun. 2013 – Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/vidigal-atrai-moradores-ilustres-ganha-status-de-favela-chique-8412639#ixzz2qacydxfd>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019. [Endereço não disponível].

GOMBATA, Marsílea. Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs – 07 ago. 2014 — CartaCapital Internacional. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

Referências

GOVERNO do Estado não tem previsão para retomar obras do VLT | O POVO. Fortaleza, Ceará. 30 jan. 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/30/noticiasjornalcotidiano,3385109/governo-do-estado-nao-tem-previsao-para-retomar-obras-do-vlt.shtml>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

GRUDGINGS, Stuart. ONGs criticam coronel que chamou polícia de “inseticida social”. Redação Reuters. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRB29927520080416>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

MARTINS, Helena. Atingidos por grandes eventos iniciam encontro em Belo Horizonte. Agência Brasil – Últimas notícias do Brasil e do mundo. Belo Horizonte. 1 mai. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/atingidos-por-grandes-eventos-iniciam-encontro-em-belo-horizonte>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

METROFOR. Metrô de Fortaleza e Seinfra lançam cartilha explicativa sobre VLT Parangaba-Mucuripe.03/04/2013. Disponível em: <http://www.metrofor.ce.gov.br/index.php/noticias/43922-metro-de-fortaleza-e-seinfra-lancam-cartilha-explicativa-sobre-vlt-parangaba-mucuripe>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

METROFOR. VLT: Nova licitação para retomada das obras acontece amanhã. 9 dez. 2014. Disponível em: <http://www.metrofor.ce.gov.br/index.php/noticias/43988-vlt-nova-licitacao-para-retomada-das-obras-acontece-amanha>. Documento eletrônico acessado em: 26 jul. 2017. [Endereço não disponível].

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRICS. *Programme*. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/programme>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/CE aponta irregularidades na execução da obra do VLT para Copa do Mundo 2014. Estado do Ceará. 20 jul. 2011. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-acao-aponta-irregularidades-na-execucao-da-obra-do-vlt-para-a-copa-do-mundo-2014>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/CE promove reunião com responsáveis pelo VLT e as comunidades atingidas. Estado do Ceará. 13 jul. 2012. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-promove-reuniao-com-responsaveis-pelo-vlt-e-as-comunidades-atingidas>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/CE recomenda à Seinfra cobrança de recursos federais relacionados à obra de VLT. Estado do Ceará. 21 nov. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-recomenda-a-seinfra-cobranca-de-recursos-federais-relacionados-a-obra-de-vlt>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/CE quer suspensão de repasses para obras do VLT de Fortaleza até apresentação de Plano de Reassentamento. Estado do Ceará. 5 set. 2013. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-quer-suspensao-de-repasses-para-obras-do-vlt-de-fortaleza-ate-apresentacao-de-plano-de-reassentamento>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

NIGÉRIA FILMES. Areia Loteada. (vídeo curta-metragem). 2014. Disponível em: <http://www.nigeriafilmes.com/project/areia-loteada/>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

OBRAS DO VLT serão completamente retomadas ainda este mês, diz Seinfra. O POVO Online. Disponível em: <http://opovo.com.br/app/fortaleza/2016/03/02/noticiafortaleza,3582604/obras-do-vlt-serao-completamente-retomadas-ainda-este-mes-diz-seinfra.shtml>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2017. [Endereço não disponível].

Referências

O POVO Online – Tasso critica Governo Cid e ironiza PAC de Lula. Fortaleza, Ceará. 26 jun. 2006. Disponível em: http://opovo.uol.com.br/app/politica/2010/06/26/int_politica,2014440/tasso-critica-governo-cid-e-ironiza-pac-de-lula.shtml. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2010. [Endereço não disponível].

CORIOLOANO, Ítalo “Entidades querem Plano Diretor votado em 2008”. O POVO Online: seção Política: 24/10/2008. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/830699.html> Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2010. [Endereço não disponível].

O POVO Online: “Salmito promete investigação sobre mudanças no Plano Diretor”. Ítalo Coriolano, seção Política: 17/03/2009. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/863247.html>. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2010. [Endereço não disponível].

ONUHABITAT. *Estados de las ciudades de América Latina e el Caribe 2012*. Disponível em: http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=18. Documento eletrônico acessado em: 17 set. 2012. [Endereço não disponível].

PREFEITURA DE FORTALEZA. Obras do Cuca I têm início segunda-feira. Fortaleza, Ceará. 15 mai. 2008. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8096. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2010. [Endereço não disponível].

PREFEITURA DE FORTALEZA. OP Fortaleza recebe prêmio internacional. Fortaleza, Ceará. 24 nov. 2006. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3093&Itemid=12. Documento eletrônico acessado em: 2 ago. 2010. [Endereço não disponível].

PREFEITURA DE FORTALEZA. “Prefeitura de Fortaleza entrega 240 chaves do Residencial Vila do Mar III”. Fortaleza, Ceará. 28 dez. 2018. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-entrega-240-chaves-do-residencial-vila-do-mar-iii-neste-sabado>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

PREFEITURA DE FORTALEZA. “Tem início Congresso do Plano Diretor”. Fortaleza, Ceará. 29 jan. 2007. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2702&Itemid=239. Documento eletrônico acessado em: 2 ago 2010. [Endereço não disponível].

PREFEITURA DE FORTALEZA. “OP em números”. Fortaleza, Ceará. 31 jul. 2008. Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/op/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=63. Documento eletrônico acessado em: 23 mar. 2010. [Endereço não disponível].

REDE ANOTE. Veículo pesado para as comunidades dos trilhos. (vídeo). - Fortaleza: s.n., 28/11/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XKjPxGgmtBE>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

RIBEIRO, GERMANO. Apenas 40% das desapropriações de imóveis para o VLT foram concluídas. Diário do Nordeste. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/apenas-40-das-desapropriacoes-de-imoveis-para-o-vlt-foram-concluidas-1.802541>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

SEMACE. Coema libera licença prévia do VLT de Parangaba ao Mucuripe |. Disponível em: <http://www.semace.ce.gov.br/2011/09/coema-libera-licenca-previa-do-vlt-de-parangaba-ao-mucuripe/>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

SENA, Lena. G1 - Operação do VLT no CE começa em dezembro em caráter experimental - notícias em Ceará. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/03/operacao-do-vlt-no-ce-comeca-em-dezembro-em-carater-experimental.html>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

Referências

SOARES, Nicolau. Encontro organiza luta contra remoções da Copa 2014 em Fortaleza. Rede Brasil Atual. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desafiosurbanos/2012/02/encontro-organiza-luta-contraremocoes-da-copa-2014-em-fortaleza>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.

VEÍCULO Leve sobre Trilhos: defasagem nos valores de indenizações por desapropriações e aluguel social – Mandato É tempo de resistência – Deputado Estadual Renato Roseno. Disponível em: <http://www.renatoroseno.com.br/noticias/veiculo-leve-sobre-trilhos-defasagem-nos-valores-de-indenizacoes-por-desapropriacoes-e-aluguel-social>. Documento eletrônico acessado em: 31 jul. 2019.